



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 17ª REUNIÃO

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**10/05/2018
QUINTA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Jorge Viana**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 10/05/2018.**

17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA
Quinta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 13/2018 - Não Terminativo -	SENADOR JORGE VIANA	11
2	MSF 23/2018 - Não Terminativo -	SENADORA ANA AMÉLIA	69

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 18/2018 - Não Terminativo -	SENADOR HÉLIO JOSÉ	117
2	MSF 22/2018 - Não Terminativo -	SENADOR LASIER MARTINS	186
3	MSF 24/2018 - Não Terminativo -	SENADOR CRISTOVAM BUARQUE	237

4	MSF 30/2018 - Não Terminativo -	SENADOR CRISTOVAM BUARQUE	292
5	PDS 23/2018 - Não Terminativo -	SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO	354
6	PDS 30/2018 - Não Terminativo -	SENADOR JOSÉ MEDEIROS	360
7	PDS 34/2018 - Não Terminativo -	SENADOR CRISTOVAM BUARQUE	372

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana
(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
PMDB			
Edison Lobão(8)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 VAGO(8)(14)(26)	
João Alberto Souza(8)	MA (061) 3303-6352 / 6349	2 Valdir Raupp(8)	RO (61) 3303-2252/2253
Roberto Requião(8)(14)	PR (61) 3303-6623/6624	3 Hélio José(PROS)(8)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
Romero Jucá(8)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	4 Marta Suplicy(18)(22)(23)	SP (61) 3303-6510
Fernando Bezerra Coelho(22)	PE (61) 3303-2182		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
Gleisi Hoffmann(PT)(6)	PR (61) 3303-6271	1 Fátima Bezerra(PT)(6)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Kátia Abreu(PDT)(6)(17)(25)	TO (61) 3303-2708	2 José Pimentel(PT)(6)	CE (61) 3303-6390 / 6391
Jorge Viana(PT)(6)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	3 Paulo Paim(PT)(6)	RS (61) 3303-5227/5232
Lindbergh Farias(PT)(6)	RJ (61) 3303-6427	4 Humberto Costa(PT)(6)(17)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)			
Antonio Anastasia(PSDB)(3)	MG (61) 3303-5717	1 Cássio Cunha Lima(PSDB)(3)	PB (61) 3303-9808/9806/9809
Paulo Bauer(PSDB)(3)	SC (61) 3303-6529	2 Ronaldo Caiado(DEM)(9)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Ricardo Ferraço(PSDB)(3)(13)(24)	ES (61) 3303-6590	3 Flexa Ribeiro(PSDB)(12)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)(9)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Tasso Jereissati(PSDB)(13)	CE (61) 3303-4502/4503
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
Lasier Martins(PSD)(7)	RS (61) 3303-2323	1 José Medeiros(PODE)(7)	MT (61) 3303-1146/1148
Ana Amélia(PP)(7)	RS (61) 3303 6083	2 Gladson Cameli(PP)(7)	AC (61) 3303-1123/1223/1324/1347/4206/4207/4687/4688/1822
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)			
Cristovam Buarque(PPS)(5)	DF (61) 3303-2281	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)(5)	AM (61) 3303-6726
VAGO(5)(19)		2 Randolfe Rodrigues(REDE)(2)	AP (61) 3303-6568
Bloco Moderador(PTB, PRB, PR, PTC)			
Fernando Collor(PTC)(4)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Wellington Fagundes(PR)(4)(15)(16)(11)(20)	MT (61) 3303-6213 a 6219
Pedro Chaves(PRB)(4)	MS	2 Armando Monteiro(PTB)(4)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

(1) O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

(2) Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

(3) Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

(4) Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

(5) Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

(6) Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

(7) Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

(8) Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

(9) Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

(10) Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

(11) Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

(12) Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).

(13) Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).

(14) Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).

(15) Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).

(16) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

(17) Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (Of. 74/2017-GLBPRD).

- (18) Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (19) Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (20) Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
- (21) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (22) Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
- (23) Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
- (24) Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
- (25) Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
- (26) Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 9:00 HORAS

SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAUJO SOUZA

TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496

FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:

E-MAIL: cre@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA

Em 10 de maio de 2018
(quinta-feira)
às 09h

PAUTA
17ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

1ª PARTE	Indicação de Autoridade
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Inclusão de links para os textos das matérias. (08/05/2018 19:44)

1ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 13, de 2018****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 26/04/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

[Mensagem \(PLEN\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 23, de 2018****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas, em Genebra.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 26/04/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

2ª PARTE**PAUTA**

ITEM 1**MENSAGEM (SF) Nº 18, de 2018****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

[Mensagem \(PLEN\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 22, de 2018****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

ITEM 3**MENSAGEM (SF) Nº 24, de 2018****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

[Mensagem \(PLEN\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 30, de 2018

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 23, de 2018

- Não Terminativo -

Aprova os textos das Emendas aos artigos 11 e 12 da Convenção que Estabelece a Agência Multilateral de Garantia para Investimentos (MIGA), adotadas pela Resolução nº 86, do Conselho de Governadores, em 30 de julho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação

Textos da pauta:

[Projeto de Decreto Legislativo \(PLEN\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2018

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, celebrado em Ancara, em 7 de

outubro de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação

Textos da pauta:

[Projeto de Decreto Legislativo \(PLEN\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 34, de 2018

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina, celebrado em Montevidéu, em 20 de dezembro de 2011.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (RBPM)

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação

Textos da pauta:

[Projeto de Decreto Legislativo \(PLEN\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

1

EMBAIXADA DO BRASIL EM BAMAKO**RELATÓRIO DE GESTÃO**

JOÃO CARLOS FALZETA ZANINI,
Encarregado de negócios a.i.

O Mali é um país com contexto geopolítico único na África e nas relações com a comunidade internacional. As particularidades da região, especialmente as condições de segurança, representam desafio a qualquer país que se proponha a manter representação diplomática na capital Bamako. Analisar as relações entre o Brasil e o Mali implica, necessariamente, compreender o momento atual do país africano, envolvido em um conflito sectário há seis anos, de modo a melhor refletir sobre as oportunidades e os compromissos que essas relações proporcionam.

2- À época da abertura da Embaixada do Brasil em Bamako, em 2008, as condições políticas e de segurança eram sensivelmente diferentes das atuais. Embora persistissem tensões no norte do país, etnicamente ligado às comunidades tuaregues do Níger, da Argélia e da Líbia, o Mali preservava unidade política, sem movimentos separatistas com organização suficiente para desafiar o governo de Bamako. Além disso, a presença de grupos terroristas não era relevante, com apenas algumas organizações fundamentalistas propondo autonomia regional com código legal baseado na sharia islâmica.

3- Dez anos após a abertura da representação brasileira, a situação é bastante distinta. Registram-se ataques terroristas semanais no centro-sul do país e divisionismo no norte. Postos de controle e restrição de movimento se tornaram a norma em todas as grandes cidades do país. Comboios de caminhões com produtos importados passaram a ser escoltados por militares, encarecendo o frete e aumentando o custo de vida. O Mali tornou-se um país em constante estado de vigília, com carestia de produtos e serviços na maior parte do território.

4- Faz-se importante registrar que as condições de vida no país não deverão se alterar no médio prazo. A perspectiva é de aumento nos conflitos sectários, com constante insegurança nos grandes centros urbanos. Por este motivo, as dificuldades presentes podem suscitar questionamentos acerca da conveniência de se manter um Posto com tantos desafios. De fato, o Brasil não realiza modesto esforço ao se propor a estar fisicamente presente no Mali. No entanto, a correção da medida tem fundamentos objetivos.

5- Estar em um país em um momento difícil como o que passa o Mali sinaliza um tipo de relação mais profunda do que a meramente comercial. Da mesma forma, sair do país quando a situação se deteriora e retornar no momento de crescimento demonstra interesse utilitarista, incompatível com o tipo de inserção internacional a que o Brasil se propõe. Além disso, outros fatores corroboram a oportunidade de se investir na relação entre os dois países. Entre esses, ressalta-se que o Mali deverá encontrar o caminho da estabilidade no futuro. O país, apesar de todas as dificuldades, possui mercado consumidor com progressivo aumento de poder aquisitivo e que soma quase vinte milhões de pessoas. Ademais, o compartilhamento de posições com o Brasil nos fóruns multilaterais é quase sempre convergente. Por fim, mesmo em condições adversas, empresas brasileiras têm realizado importantes negociações, além do saldo comercial, mesmo modesto, ser invariavelmente positivo para o Brasil.

Panorama geral do país

6- Apesar da insegurança política e jurídica provocada pelo conflito, o Mali tem aproveitado parte do bom momento de crescimento experimentado pela África nos últimos anos. A liquidez monetária dos mercados internacionais garantiu crédito barato para a expansão das áreas de cultivo no centro-sul e para o fomento de indústrias de apoio às culturas geradoras de divisas. Desde 2014, o PIB do país expande a uma média de 4,5% ao ano, com perspectivas de superar os cinco por cento de média até o final desta década.

7- O centro-sul do Mali concentra aproximadamente 90% do Produto Interno Bruto do país. Os campos mais produtivos, o setor de serviços e a produção industrial estão localizados quase inteiramente na região localizada ao sul da cidade de Mopti, a segunda maior do país. A incipiente indústria beneficia produtos primários, como algodão, ouro e amendoim. A riqueza gerada pela exportação desses produtos fomenta o setor de serviços da capital, que tende a concentrar a melhor rede de água, eletricidade, internet e oferta de bens de consumo.

8- A Infraestrutura do Mali segue a lógica da expansão econômica e do comércio internacional. Por ser um país interior e se valer de portos no Senegal e na Costa da Marfim para o escoamento de sua produção, as melhores estradas e estruturas de apoio e de segurança estão localizadas no oeste e no sul do país. A leste da capital, as condições pioram, com o eixo que liga a capital Bamako à Mopti, cidade que divide o sul e o norte do Mali, sendo a única estrutura relativamente bem preservada. Ao norte de Mopti e em aproximadamente 60% do país, a rede rodoviária é quase inexistente, sendo o rio Níger a principal via de conexão entre as duas porções do

país. Em todo caso, como será explicitado a seguir, as condições de segurança atuais tornam temerários deslocamentos ao norte da capital, o que significa que boa parte do Mali encontra-se virtualmente inacessível a visitantes e investidores.

9- Apesar da insurgência do norte, precariamente estabilizada por armistício com recorrentes violações, as instituições democráticas do Mali têm sido aprimoradas nos últimos anos. Após o golpe de Estado de 2012, as eleições presidenciais devolveram a legitimidade ao país. A renovação no legislativo e a preservação dos cargos na Suprema Corte ajudaram a garantir relativa independência entre os poderes. Ao mesmo tempo, amontam críticas de pressões do governo contra setores da imprensa e não se ignoram os indícios de tentativas de influência do poder Executivo no Judiciário e no Legislativo. De todo modo, apesar do personalismo nas relações entre entes do governo e entes privados, reconhece-se que o Mali se encontra em melhor posição do que alguns países da região no que toca ao respeito às liberdades democráticas.

10- Em relação às condições de vida, a insegurança alimentar atinge cerca de 30% da população, com aportes internacionais cobrindo o déficit entre a produção de alimentos e as necessidades nutricionais básicas. A expectativa de vida, o acesso a educação e a saúde estão entre os mais baixos da África. O índice de analfabetismo é de dois terços da população. Na capital Bamako, onde residem cerca de 15% da população, as condições são menos precárias. Nos últimos anos, o fornecimento de utilidades básicas tem evoluído. Recentemente, o alcance da rede 4G de telefonia atingiu toda a capital. Em breve, a rede de fibra ótica também se tornará confiável. O abastecimento de água segue padrões internacionais, restando à rede elétrica o principal entrave para que a infraestrutura na capital possa ser considerada aceitável. O fornecimento de energia ainda é irregular. Aos expatriados, soma-se o risco de sequestros por grupos fundamentalistas, além de esporádicos ataques terroristas de repercussão internacional.

Política e Segurança

11- A demografia do Mali é fundamental para a compreensão dos problemas políticos atuais. Dos cerca de dezenove milhões de habitantes, cerca de 90% residem no centro-sul do país. As diversas etnias que compõem essa região possuem longo histórico de convivência e tolerância. Trata-se de área quase toda ocupada pelo Sahel, domínio que tem relativa semelhança com o cerrado brasileiro, com solo passível de correção para melhor servir à agricultura. Também se extrai ouro e diamante na região. No norte, que ocupa aproximadamente 60% do Mali, as

condições são muito diferentes. Grande parte da região é desértica, com o inóspito clima do Sahara dominando a paisagem. Desfavorável para a agricultura, as etnias que vivem no norte se ocupam do pastoreio, além do comércio de caravanas e do limitado cultivo na estreita várzea do rio Níger. Cerca de 80% da população do norte do país é da etnia tuaregue.

12- Além das diferenças socio-econômicas, o norte e o sul são muito diferentes étnica e historicamente. Dada a condição interior do Mali, sem litoral, a comunicação com países com acesso ao mar sempre foi estratégica. Por meio do rio Níger, os povos do centro-sul se relacionaram sobretudo com as etnias que futuramente formaram a Gâmbia e o Senegal. Os tuaregues, por sua vez, orientaram suas relações comerciais com os povos do norte, que viviam no deserto e incluíam a região malinense do Azawad nas rotas das caravanas que partiam desde o Mediterrâneo e seguiam pela Argélia, Mauritânia, Líbia e Níger. Mais sintomático das diferenças entre os povos do sul e do norte é observação do biotipo das respectivas populações. Os malinenses do sul são negros, e os do norte são brancos, com mínima miscigenação. Além disso, apesar da língua comum ser o francês, o principal idioma falados em uma determinada região é incompreensível na outra.

13- Esses grupos tão diferentes, com modos de vida e tradições distintas e que quase nunca se relacionaram durante toda a história, foram colonizados pela França em uma mesma administração. Em 1960, viraram um único país com o centro- sul, sediado em Bamako, detendo o poder político. Sem surpresas, focos de insurreição tuaregues existem desde a independência do Mali.

14- A crise política atual no Mali deriva do golpe de Estado de janeiro de 2012. A derrubada do Presidente Amadou Toumani Touré por militares de média patente serviu de pretexto para que os tuaregues do norte declarassem independência na região conhecida como Azawad. A área em disputa é quase toda desértica e tem tamanho equivalente ao Estado brasileiro do Pará. A reação internacional foi imediata, com a França liderando as ações para a reintegração do Azawad ao resto país. O temor era que um governo Tuaregue no norte do Mali, por reunir lideranças orientadas pelo fundamentalismo islâmico, servisse de santuário para que grupos terroristas atuassem livremente. Temia-se que o Mali se tornasse uma versão do Afeganistão bem mais próxima da Europa.

15- Apesar dos esforços em contrário, a desorganização do país estimulou a abertura de filiais da Al Qaeda e do Estado Islâmico no Mali, além de muitas outras organizações terroristas de médio e pequeno porte. As duras condições de vida no

Sahara servem de esconderijo para esses grupos, uma vez que nem o exército e nem a missão da ONU no país (MINUSMA) conhecem o terreno de modo a patrulhar o Azawad de com efetividade.

16- Após a reunificação do país, estruturou-se acordo de paz entre o governo, os tuaregues e as milícias que auxiliavam o governo ao mesmo tempo em que buscam autonomia no leste do país. Feito em um momento de bastante fragilidade dos grupos tuaregues, o acordo não eliminou as tensões. Em realidade, desde a assinatura do acordo, em 2015, os embates entre os três signatários aumentaram, com os povos tuaregues do norte reconquistando o poder militar que haviam perdido desde a operação de reconquista liderada pela França.

17- O contexto geopolítico do Mali é de extrema importância para uma série de temas que movimentam a agenda internacional, e não poderá estar dissociado da atuação do Brasil no país. Pobre em minérios e outras commodities, o norte do Mali tem na sua localização praticamente o único ativo de valor estratégico. O nordeste do país é rota obrigatória para o fluxo de refugiados que sai do golfo da Guiné e tenta cruzar o Mediterrâneo a partir dos portos líbios. O desafio europeu em relação à recepção de imigrantes africanos está, portanto, diretamente ligado ao conflito no Mali.

18- A carência de recursos no norte do Mali exige dos grupos tuaregues alternativas para financiar sua campanha. Especula-se que seriam coniventes com a atuação de grupos terroristas em decorrência de identificação religiosa e do inimigo em comum, o governo de Bamako. Entre as opções encontradas, que estariam envolvidos com o tráfico de pessoas, armas e drogas com destino à Europa, valendo-se de elementos infiltrados nas caravanas de imigrantes que atravessam o Sahara. Mais temerária, a atuação nesses moldes estimularia o fluxo de radicais fundamentalistas, que poderiam planejar ataques terroristas no continente europeu. Como disse recentemente o Presidente do Mali em entrevista à revista Jeune Afrique: “O Mali é um dique. Se ele estourar, a Europa será inundada”.

19- A perspectiva mencionada pelo Presidente do Mali é a que orienta a atuação da MINUSMA no país. Trata-se da maior e mais cara missão da ONU no mundo, o que demonstra a gravidade do conflito em termos geopolíticos. No entanto, os avanços para a estabilização do país e a implementação do acordo de paz têm sido modestos. A imensidão do território, a hostilidade do Sahara, a resiliência dos grupos terroristas e os embates entre os três signatários do acordo de paz provaram-se desafios demasiado grandes para a MINUSMA administrar sozinha.

20- Ante essa realidade, a perspectiva do Mali era o reinício do conflito civil. O prognóstico estimulou a França, em conjunto com os países do Sahel, a organizar operação militar de patrulha nas fronteiras do Mali, além de combater a atuação de grupos terroristas. Como efeito colateral e desejado, essa nova força constrangeu os tuaregues do Azawad a uma atuação menos desafiadora.

Atuação do Brasil em relação ao conflito

21- Resta difícil a qualquer país que se proponha a estar no Mali ficar alheio às condições impostas pelo conflito. O Brasil tem atuado em observância aos parâmetros definidos pelas Nações Unidas, que reconhece o governo atual como legítimo e se posiciona a favor das iniciativas propostas pelo acordo de paz de 2015. Assim, apoiar e fortalecer o governo da capital Bamako está em consonância com a abordagem legalista seguida pelo Brasil.

22- A recente venda de quatro caças Super Tucano ao exército Mali, assim como as negociações para novos contratos de integração de sistemas civis e militares e a criação de um centro de comando de operações, propostas pela empresa brasileira Atech, são exemplos desse alinhamento de interesses. As forças armadas do Mali precisam de equipamentos modernos para exercer o papel que lhes foi garantido pelo acordo de paz. O Brasil, por sua vez, tem interesse comercial, ao mesmo tempo em que se mantém obediente ao arcabouço legal definido pelo acordo de paz de 2015, pela Constituição do Mali e pelas resoluções pertinentes da ONU.

23- Além do interesse comercial, estar presente no Mali em um dos momentos mais delicados de sua história demonstra apoio ao país, ao esforço da comunidade internacional para uma paz negociada e à população malinense, que depende de estabilidade para avançar na escala de desenvolvimento humano. Desse modo, a presença brasileira no Mali não deverá estar condicionada a uma rápida evolução na situação política no país, mas a ações que traduzam o compromisso das autoridades locais em aprimorar a democracia, o respeito aos direitos humanos e o bem-estar da população. No longo prazo, com a perspectiva de estabilização do Mali, a relação entre os dois países deverá se intensificar, partindo do histórico brasileiro de não se furtar a ajudar parceiros em dificuldades, na medida de nossas possibilidades, e chegando a relação em que a confiança construída se traduza em concertações comerciais e de inserção internacional.

Comércio e perspectivas de novos contratos

24- O saldo comercial do Brasil com o Mali é modesto. Em média, as exportações brasileiras superam as importações em cerca de US\$ 4 milhões. Apesar do mercado consumidor em expansão, o poder aquisitivo da população ainda é restrito, o que limita as perspectivas de negócio para empresas brasileiras. O valor absoluto do saldo, no entanto, é enganoso em relação ao potencial do comércio entre o Brasil e o Mali. Em 2018, serão entregues equipamentos de defesa no valor de US\$ 56 milhões, e quantia equivalente está em negociação para a venda de sistemas de informação para as Forças Armadas do Mali. Com a futura estabilização do Mali e o aceleração do crescimento, uma nova perspectiva se abrirá para investidores brasileiros interessados em expandir a presença na África.

25- As condições atuais, embora não impeçam o aumento do intercâmbio comercial, são desafiadoras. A infraestrutura logística do país é possivelmente o maior entrave. O caminho para o exportador brasileiro chegar ao Mali começa em portos de outros países, sendo o mais próximo localizado em Dakar, no Senegal. Resolvido o desembarço alfandegário, a insegurança das estradas obriga o exportador a planejar o frete terrestre com auxílio de comboios armados, o que encarece o produto no destino final. Os atrasos são frequentes e garantia da entrega, por vezes, falha. Os custos de seguro de carga são frequentemente proibitivos, o que aumenta o risco. Por outro lado, estas mesmas dificuldades representam oportunidades aos investidores mais ousados, uma vez que a oferta de bens no Mali é muito reduzida, garantindo margens de lucro expressivas para recompensar tamanho risco.

26- A Embaixada do Brasil em Bamako realiza trabalho de acompanhamento e auxílio a empresários brasileiros dispostos a investir no Mali. O desembarço de cargas, frequentemente sujeito ao personalismo de autoridades aduaneiras locais, tem recebido especial atenção. A simples presença e interesse da representação brasileira nos destinos de determinada carga é quase sempre suficiente para que os entraves sejam superados. Neste aspecto, cabe notar que a flexível burocracia no Mali causa transtornos menos duradouros do que a verificada em outros países da região.

27- O ambiente de negócios no Mali também exige atenção. Em um país dominado por forte presença do governo, é difícil realizar investimentos ou ampliar as exportações sem manter uma boa relação com os integrantes das instâncias de decisão. A relação entre Estados, para o Mali, reveste contratos com selos de

confiabilidade que seriam impossíveis para uma empresa obter de modo independente. Desse modo, a presença de uma Embaixada do Brasil no país atua como fundamental cartão de visitas para robustecer as credenciais de empresários interessados em atuar no Mali.

28- Exemplo maior da importância da relação institucional entre o Brasil e o Mali para a assinatura de novos contratos está na venda de equipamentos bélicos. A presença de representante do governo é, na prática, indispensável para o avanço das negociações. A relação entre os países é repetidamente lembrada a cada reunião, com a ênfase sobre o significado da eventual compra para o atual estágio da interação entre o Brasil e o Mali. No que toca às necessidades de modernização das Forças Armadas do Mali, acredita-se que o momento é auspicioso para a ampliação da presença de empresas brasileiras.

29- De nota, cabe registrar que os produtos ofertados pela indústria de defesa brasileira possuem competidores de bom nível no mercado internacional. A opção pelo Brasil se dá, em certa medida, pelo histórico de inserção internacional do Brasil, com atuação fiável em torno do desenvolvimento conjunto dos países do sul. Esse aspecto é frequentemente lembrado pelos interlocutores malinenses, que reconhecem no Brasil alternativa à dependência de fornecedores de países com forte influência na governança do Mali.

30- Outra área com potencial de despertar a atenção de investidores brasileiros é a de infraestrutura. Em fins de 2017, o atual Presidente anunciou planos de melhorar os acessos às principais cidades do Mali, além de revitalizar a linha férrea entre Bamako e Dakar. Desde então, a Embaixada do Brasil tem recebido consultas de construtoras brasileiras interessadas em participar de eventuais licitações. Espera-se para o segundo semestre, após as eleições presidenciais e a posse do novo governo, a publicação de editais para obras de renovação da malha rodoviária.

31- Em relação ao potencial de crescimento das exportações do Brasil ao Mali, cabe ressaltar o perfil das vendas realizadas atualmente. A concentração em torno de um produto, bobinas de papel, cerca de 57% das exportações brasileiras, demonstra que a identificação de distribuidores no Mali pode justificar a venda de expressivos volumes ao país. Nesse sentido, seria desejável a divulgação e participação de expositores brasileiros em feiras e eventos de incentivo ao comércio na região. No segundo semestre de 2018, deverá ser realizado o fórum “Invest in Mali”, principal espaço para a reunião de investidores, com áreas de divulgação para exportadores e importadores do Mali.

32- Investir ou exportar para o Mali são exercícios inegavelmente complexos. Os desafios estão em praticamente todas as áreas de atuação, sendo a logística própria de um país interior com deficiente infraestrutura e a insegurança os principais. Ao mesmo tempo, o esforço tende a ser recompensado com o pioneirismo dos que se aventuram por caminhos pouco explorados. O Mali tem um mercado em expansão e um volume de potenciais novos consumidores que não deve ser ignorado. Trata-se de um país que luta para deixar o histórico de conflitos de lado e que sonha em se tornar uma versão de Ruanda no Sahel, com boa oferta de serviços, população afável, trabalhadora e amigável à presença brasileira. A construção de volumes expressivos de exportação leva tempo, experiência e apoio institucional. Em países conflagrados como o Mali, a Embaixada do Brasil sempre será um ponto de apoio para os investidores que se empreitarem por esse caminho.

Cooperação

33- A Cooperação brasileira é um poderoso instrumento de inserção internacional do Brasil. Por meio do compartilhamento de técnicas e de projetos que visem o desenvolvimento associado, o Brasil amplia o escopo das relações entre os países para além das relações comerciais, facilitando a concertação em temas da agenda multilateral e a imagem geral do país.

34- Pelo fato do Brasil também estar em processo de desenvolvimento, a cooperação, ainda que em escala bastante reduzida se comparada com a realizada por países desenvolvidos, é apreciada pelo propósito de ser capacitante e por ser originada em um país que não esperou o desenvolvimento pleno para compartilhar práticas que domina. Esse tipo de inserção realizada pelo Brasil é reconhecida pelo Mali, onde são frequentes as menções ao empenho do brasileiro nas reuniões e nos fóruns de discussão sobre as perspectivas de desenvolvimento do Sahel. Assim, resta seguro afirmar que a relação comercial e a coordenação de posições convergentes em fóruns multilaterais são facilitadas a partir do gesto anterior demonstrado por meio da cooperação.

35- Implantado em 2009, o projeto Cotton 4 mais Togo é o principal projeto de cooperação do Brasil no Mali. Por meio da pesquisa e do desenvolvimento de sementes de algodão e de outras culturas de rotação, técnicos da EMBRAPA buscaram a otimização entre a relação de nutrientes específicos do solo de cinco países africanos com variações de sementes adaptadas. Além do desenvolvimento e

da multiplicação de sementes, o projeto inclui a capacitação de agricultores e a criação de controles biológicos de pragas, que reduzem a necessidade do uso de pesticidas.

36- A sede do projeto e do principal laboratório para o desenvolvimento e testes das sementes está localizada no Mali, a cerca de vinte quilômetros da capital Bamako. Com previsão de encerramento em 2020, o projeto Cotton 4 está em sua segunda e última fase, com foco na multiplicação das sementes já testadas, a distribuição para o plantio e a capacitação dos agricultores. A safra de 2017 foi a primeira com o uso, ainda experimental, da semente chamada de “variação brasileira” no solo do Mali.

37- A produção e a indústria de beneficiamento do algodão representa cerca de 48% do PIB do Mali, e 27% das exportações. Estima-se que a variação brasileira da semente do algodão é até quarenta por cento mais produtiva do que a comumente usada no país, o que sinaliza o potencial transformador do projeto. Além disso, a nova semente produz um tipo de algodão mais branco, de maior valor agregado no mercado internacional. A gradual expansão da lavoura deve impulsionar todo um ciclo de crescimento nas indústrias de processamento e beneficiamento do algodão, aumentando a renda do agricultor e proporcionando divisas para a melhora da infraestrutura. A maior produtividade das culturas de rotação também será importante para o aumento da segurança alimentar e a preservação dos solos. Atualmente, o déficit nutricional atinge atualmente cerca de 30% da população do Mali.

38- Apesar do evidente êxito do projeto, cujo escopo de capacitação dos agricultores é mais amplo do que o desenvolvido por cooperações de outros países, o fim do Cotton 4 mais Togo, em 2020, deverá deixar um vazio na atuação do Brasil no Mali. Independentemente do volume a ser despendido em futuras cooperações, é desejável que o Brasil, de acordo com as necessidades identificadas no Mali, possa investir em outros projetos estruturantes.

39- Além do projeto da cadeia do algodão, cabe registrar que o Brasil tem atuado, de forma esparsa, nos setores do amendoim e da promoção de segurança no trabalho. Todas as participações citadas têm recebido repercussão favorável na imprensa local, onde o Brasil invariavelmente é mencionado de forma positiva.

Consular e migrações

40- O Mali é um dos países mais pobres do mundo. De 188 países catalogados pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas, o Mali ocupa a posição de número 175. Em decorrência da reduzida oferta de oportunidades e das duras condições de vida, é natural que a procura por vistos de saída do país seja grande. No entanto, o alto custo do bilhete aéreo, a renda per capita inferior à de países geograficamente mais próximos e a barreira do idioma tornam o Brasil uma opção menos atrativa do que a Europa, o Marrocos, e a Argélia. De todo modo, as crescentes restrições para a imigração a países desenvolvidos devem gerar, nos próximos anos, um aumento na procura pelo setor consular da Embaixada do Brasil em Bamako.

41- O conflito no norte do Mali tem gerado fluxo de refugiados para países vizinhos, sobretudo para Argélia. Semanalmente, reportam-se a chegada de migrantes nos grandes centros urbanos de Bamako, Segou e Mopti, no centro-sul do país. Auxiliar na alocação desses deslocados internos por meio da concessão de refúgios, mesmo em quantidade reduzida, confere ao Brasil o status de país que participa da solução de desafios humanitários, garantindo maior autoridade na discussão do tema em fóruns internacionais. Além disso, corrobora com a tradição inclusiva do país, formado por imigrantes que buscaram melhores condições de vida e que se tornaram parte indissociável do crescimento do Brasil.

42- Em 2017, pela primeira vez, a Embaixada recebeu pedidos de inscrição para o programa PEC-G, que oferece bolsas de graduação a estudantes de países em desenvolvimento. Com maior esforço de divulgação a ser feito em 2018, espera-se que o programa possa ser ampliado, com maior número de candidatos. Tanto o aumento no número de bolsistas, como a atribuição de vistos com análise criteriosa da probidade dos demandantes e a concessão de refúgios servem ao Brasil não apenas na credibilidade junto à comunidade internacional, mas também em relação ao estreitamento das relações com o Mali. Ajudar o país em um dos momentos mais difíceis de sua história é muito diferente de se apresentar apenas nos tempos de bonança. No longo prazo, na medida em que a África continuar seu constante processo de estabilização e de fortalecimento das instituições democráticas, o Mali deverá ser progressivamente ajudado a solucionar o seu conflito interno.

Perspectivas

43- Os próximos anos serão definidores para o futuro do Mali. O avanço das operações para o controle efetivo do norte do país está associado à unidade territorial prevista no acordo de paz de 2015. No entanto, é inegável que o governo precisa fazer mais para garantir uma paz duradoura. Com grupos étnicos tão diferentes, sul e norte

precisam reconhecer em um governo de unidade nacional o caminho mais célere para a garantia do progresso de todas as regiões. A estabilidade só será alcançada, de um lado, pela renúncia ao exercício do poder militar por parte dos grupos tuaregues de libertação da região do Azawad, e, de outro lado, pela inclusão das etnias do norte no processo decisório da governança do Mali. Igualmente importante, a integração física das regiões, com a possibilidade do norte se beneficiar da infraestrutura do sul, enfraquecerá o sentimento de que o governo de Bamako atua com pretensões dominantes em relação ao norte.

44- O evento primeiro para a definição das relações entre o sul e o norte no futuro será a eleição presidencial do meio de 2018. O Presidente Ibrahim Boubacar Keita deverá ser reeleito, apesar do principal opositor, Souleyman Cisse, ter crescido em preferência junto às camadas médias da população. De todo modo, as posições dos principais candidatos são parecidas no que toca à percepção de que a paz duradoura só poderá ser alcançada com um governo verdadeiramente inclusivo e de união nacional.

45- o atual Presidente, caso reeleito, tem sinalizado medidas concretas para a solução permanente do conflito. De nota, a proposta de uma reforma constitucional que prevê a criação de uma câmara alta, análoga ao Senado brasileiro, que deverá ser o instrumento legal para incluir as etnias do norte oficialmente na governança do país. A proposta está aquém da demanda pelo estabelecimento de uma federação no Mali, com autonomia para a arrecadação de impostos e eleição de autoridades locais em troca da renúncia da política externa e do controle securitário, mas é considerada um avanço. A comunidade internacional tem manifestado críticas a pontos da proposta que concentram poderes no Executivo, e o governo do Presidente IBK tem se posicionado receptivo à alterações no projeto.

46- No que toca ao conflito em si, a ação militar do governo constitucional de Bamako não deverá ser suficiente para a pacificação do país. Da mesma forma, a missão da ONU no Mali não possui os meios, a capacidade operacional ou o conhecimento do terreno para forçar os grupos do norte a efetivamente deporem as armas e desmobilizarem suas milícias. O esforço internacional, liderado pela França no fronte militar e pela Espanha na concertação da cooperação europeia, resulta diretamente do entendimento de que o Mali configura um dos países no mundo mais estratégicos para o combate ao terrorismo internacional. Trata-se da melhor perspectiva para a solução momentânea do conflito, que certamente ressurgirá se as condições alienantes do norte no processo decisório do país não forem melhoradas.

47- Em relação ao futuro da economia do Mali, a expectativa realista da comunidade internacional é a de estabilização do país em um período de longo prazo que pode superar uma década. Nesse meio tempo, o esforço de guerra exigirá do tesouro do Mali sérias restrições fiscais. O país tem ampliado o seu déficit em conta corrente, que corresponderá a cerca de 4% do PIB no final deste ano. A transferência direta de países desenvolvidos deverá sanar os compromissos fiscais no momento, com a condição de que o governo atual continue atuando para impedir a autonomia militar das etnias separatistas do norte e mantenha constantes os níveis de gastos da burocracia do governo.

48- A estabilidade do Mali, a longo prazo, deverá impulsionar crescimento econômico expressivo na região do golfo da Guiné. A atenção internacional e o desejo de resolver uma crise de unidade nacional com repercussões mundiais deverá servir de âncora para o seguimento de um país há muito alheio aos ciclos de expansões internacionais. O Brasil, como resultado de sua cooperação e de sua coerência nas relações com o Mali e com os países em desenvolvimento como um todo, estará em boa posição para participar desse novo ciclo.

49- Tanto na relação trabalho como na relação de capital, o Mali será um país em boa posição para rapidamente acelerar seu crescimento. A relação entre baixo desenvolvimento relativo, mercado consumidor inexplorado e relevantes geradores de divisas internacionais permitem inferir que os multiplicadores de investimentos serão suficiente para bons retornos aos investidores que apostarem na estabilização do país. Como afirmado, o número de países na África que ainda experimentam conflitos internos ou regimes não democráticos tem diminuído sensivelmente, e a atenção da comunidade internacional para a solução da insurgência no Mali deverá aumentar nos próximos anos. A paz, no futuro, estimulará investidores que hoje não se arriscam no país, mas que se sentirão estimulados pelo espírito trabalhador do malinense, pela ânsia por melhores condições de vida e pela súbita integração de quase vinte milhões de pessoas ao mercado de consumo.

50- Igualmente importante, a resolução do conflito deverá redirecionar vultosos gastos de defesa para o aprimoramento da infraestrutura do país. O mapa do caminho para o desenvolvimento do Mali é conhecido, e a conjunção de esforços entre a ONU, a comunidade internacional, e um governo de união nacional disposto a descentralizar a governança para a inclusão dos povos do norte carrega expectativas promissoras de uma paz duradoura, com participação do Mali como receptor de investimentos nos futuros ciclos de liquidez internacional.

51- O Brasil, que investiu no Mali em um momento difícil, com atuação sem retorno garantido, já é reconhecido como parte do restrito grupo de nações que são consideradas partes da solução dos expressivos problemas do país. Essa percepção é reiterada não apenas em reuniões bilaterais, mas em eventos com a presença do Representante Especial do Secretário Geral da ONU e da comunidade diplomática acreditada no país. Não reforçar este empenho sinalizaria não apenas uma quebra de compromisso com o Mali, mas também uma sinalização ruim com os países do golfo da Guiné, estreitamente articulados para a defesa de seus interesses nos fóruns multilaterais.

Conclusão

52- O Mali é um dos países mais desafiadores para a política externa de qualquer ator relevante na comunidade internacional. O clima, as condições de segurança, os desafios para os residentes expatriados, a tensão constante e os interesses geopolíticos tornam o investimento no país tão logisticamente difícil quanto estrategicamente relevante. O Brasil deve se orgulhar de manter posição pró-ativa em uma região em que poucos países se aventuram de modo construtivo.

53- Muitas ações de política externa não produzem resultado imediato. Anos se passam até que investimentos históricos garantam ao Brasil a credibilidade de ser um país consistente em seus compromissos e confiável em suas ações. A escala de atuação é relativizada, com larga apreciação, em favor do fato de mantermos uma agência de cooperação ativa e com projetos estruturantes e de competência reconhecida, a despeito de sermos um país em desenvolvimento. Trata-se de ativo internacional arduamente construído e de fundamental auxílio na atuação brasileira nos fóruns de concertação mundial.

54- No curto e médio prazos, a situação de segurança no Mali não deverá ser solucionada. Até que a estabilidade seja alcançada, serão necessários investimentos para defesa e para a integração do norte e do sul do Mali. São tempos atípicos, em que o envolvimento com a construção da paz será a fundação da futura política externa do Mali. Nesse meio tempo, a atuação do Brasil no país reforça suas credencias nos fóruns de concertação pela promoção dos Direitos Humanos no mundo, da mesma forma em que assumimos a responsabilidade de auxílio humanitário no Haiti, no Líbano, na República Democrática do Congo, em Timor Leste e em tantos outros contextos desafiadores para a atuação de qualquer país.

55- Do ponto de vista comercial, o estímulo a empresários propensos ao risco deverá resultar nos retornos próprios de quem vislumbrou as promissoras perspectivas do país. Estima-se que menos de 20% da população do Mali esteja inserida no mercado de consumo normal exercido pelas camadas médias, o que deixa cerca de 15 milhões de malinenses como possíveis demandantes em um futuro.

56- Não se pode também subestimar que o potencial de atração do Mali à comunidade internacional está além da ampliação do mercado consumidor e da expansão do extrativismo mineral e agrícola. O Mali é um país belíssimo, com os parques nacionais de Djenné, Tombouctou e a falésia de Bandiagara em favorável nível internacional para a atração de turistas. A eventual estabilidade do país deve promover a inversão de divisas fortes por meio da construção de infraestrutura hoteleira capacitada a explorar um tipo de turismo que hoje é direcionado ao Marrocos e ao Egito.

57- Nesse aspecto, o Brasil deverá ser parte de um esforço pela paz e segurança internacionais com potencial de ser um dos maiores casos de êxito das Nações Unidas desde sua fundação, em 1945. Exemplo maior deste esforço é o fato do Brasil se ocupar de um dos principais projetos estruturantes em curso no Mali. O algodão, chamado localmente de ouro branco, simboliza o empenho do Brasil em cooperar com os países mais pobres do mundo, visando o desenvolvimento associado. Essa percepção não está restrita ao Mali, mas reverbera em todo o golfo da Guiné, com ganhos subjetivos impossíveis de se mensurar em uma análise pontual, mas potencialmente muito maiores do que o dispêndio de recursos transferidos desde o estabelecimento da Embaixada brasileira no Mali.

58- Por fim, registra-se a importância política do Brasil designar um novo Embaixador em Bamako. Esse ato, por mais que essencialmente político, possibilita à representação do Brasil manter frequente interlocução com as principais autoridades do Mali, promovendo acordos e coordenando posições que são mais restritas para diplomatas com a função de encarregado de negócios. Trata-se de um simbolismo imediatamente reconhecido pelo país acreditante e com um poder de estreitamento das relações quase tão relevante como o exercício da cooperação ou o empenho da atuação consular. Desse modo, ressalto a opinião de que o Brasil fortalecerá seu compromisso pela paz e pelo desenvolvimento do Mali por meio do apontamento de um novo Embaixador do Brasil para chefiar a missão diplomática na República do Mali.

João Carlos Falzeta Zanini, encarregado de negócios a.i.

Mensagem nº 155

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

Os méritos do Senhor Rafael de Mello Vidal que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de março de 2018.

EM nº 00051/2018 MRE

Brasília, 19 de Março de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **RAFAEL DE MELLO VIDAL**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RAFAEL DE MELLO VIDAL** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE RAFAEL DE MELLO VIDAL**

CPF.: 29600944172

1964 Filho de Paulo Padilha Vidal e Nair de Mello Vidal, nasce em Montevideú, Uruguai (brasileiro nato, conforme o Art. 12, letra b, da Constituição de 1946).

Dados Acadêmicos:

1987 Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal
1991 CPCD IRBr
1996 CAD IRBr
LVI Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, com apresentação de tese sobre "A Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Processo Negociador do MERCOSUL".
2011

Cargos:

1991 Terceiro-Secretário
1996 Segundo-Secretário
2002 Primeiro-Secretário, por merecimento
2006 Conselheiro, por merecimento
2011 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1991 Assistente na Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior (DAEx);
1992 Assessor na Secretaria de Orçamento e Finanças
1995 Consulado-Geral em Nova Iorque, Cônsul-Adjunto
1998 Embaixada em Bogotá, Segundo Secretário
2002 Embaixada em Montevideú, Segunda-Secretária
2002 Assessor na Secretaria de Planejamento Diplomático, Gabinete do Ministro de Estado
2003 Assessor na Assessoria de Imprensa do Gabinete do Ministro de Estado, AIG,
Divisão do Mercado Comum do Sul (DMC), Subchefe
2003
2005 Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Miami
2008 Conselheiro comissionado Ministro-Conselheiro na Embaixada em Caracas
2010 Ministro-Conselheiro na Embaixada em Assunção
2012 Encarregado de Negócio na Embaixada em Assunção de julho a novembro
2013 Ministro-Conselheiro na Embaixada em Copenhague
2016 Ministro-Conselheiro na Embaixada em Madri

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**MALI**

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Março de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE O MALI	
NOME OFICIAL:	República do Mali
GENTÍLICO:	Maliano
CAPITAL:	Bamako
ÁREA (ONU, 2017):	1.240.192 km ²
POPULAÇÃO (ONU, 2017):	18.542.000 habitantes
IDIOMAS:	Francês (oficial), bambara, berbere, árabe e outras línguas nativas.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (87,14%), crenças tradicionais animistas (9,5%), Cristianismo (3,24%) e outras (0,12%).
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral, formado por 147 membros eleitos diretamente por maioria absoluta para mandato de cinco anos.
CHEFE DE ESTADO:	Ibrahim Boubakar Keita (desde 4/9/2013).
CHEFE DE GOVERNO:	Soumeylou Boubèye Maïga (desde 30/12/2017).
CHANCELER:	Tiéman Hubert Coulibaly (desde 30/12/2017).
PIB nominal (BM, 2016):	US\$ 14,04 bilhões
PIB PPP (FMI, 2016):	US\$ 38,25 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (FMI, 2016):	US\$ 768
PIB PPP <i>per capita</i> (BM, 2016):	US\$ 2.091
Variação do PIB (FMI):	5,30% (2017), 5,79% (2016), 5,96% (2015), 7,04% (2014)
IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (PNUD, 2016):	0,442 (175º entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2016):	58,5 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2015):	33,07%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (OIT, 2017):	7,9%
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Mamadou Macki Traoré
COMUNIDADE BRASILEIRA:	35 (estimativa)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MALI (US\$ mil) (fonte: MDIC)									
Brasil → Mali	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	10.297	7.471	13.592	22.814	9.602	10.884	5.484	8.042	7.090
Exportações	1.557	7.466	13.559	11.529	9.602	10.820	4.828	7.978	7.084
Importações	8.740	5	33	11.285	0,4	64	656	64	6
Saldo	-7.184	7.460	13.527	244	9.601	10.757	4.172	7.914	7.078

Informação elaborada em 08/03/2018, por José Joaquim Gomes da Costa Filho. Revista por Artur José Saraiva de Oliveira, em 08/03/2018.

APRESENTAÇÃO

O Mali é um país da África Ocidental sem saída para o mar que conta com vasto território de mais de 1.240.000 km² e população de aproximadamente 18,5 milhões de habitantes. Compartilha fronteiras com a Argélia ao norte, o Níger e o Burkina Faso ao leste, a Côte d'Ivoire e a República da Guiné ao sul, e o Senegal e a Mauritânia ao oeste. Ex-colônia da França, o país é geográfica e demograficamente dividido entre o norte desértico e árabe e o sul fértil e negro. Ouro e algodão, os dois principais produtos de exportação (responsáveis por mais de 80% do valor total exportado em 2016), são provenientes do sul do país, que concentra a maior parte da riqueza nacional e é onde está localizada a capital, Bamako. A histórica marginalização política e econômica do norte do país é o pano de fundo da atual crise de segurança pela qual passa o país.

Após mais de cinco anos do início da crise interna – cujo marco é o golpe militar de março de 2012 –, o Mali continua a enfrentar uma série de problemas, entre eles, o reduzido controle territorial de um Estado fragilizado, número elevado de atentados terroristas (inclusive em Bamako e contra capacetes azuis da ONU), consolidação de redes criminosas transnacionais, embates entre grupos armados rivais, e existência de milhares de deslocados internos e refugiados. O Acordo de Paz e Reconciliação no Mali, também conhecido como Acordo de Argel, foi assinado em 2015 pelo governo maliano, pela Plataforma – coalizão de grupos armados que não contestam a unidade territorial maliana –, e pela Coordenação dos Movimentos do Azawad (CMA) – coalizão de grupos armados que defendem a autodeterminação da região do Azawad (norte do país). O precário equilíbrio entre os três signatários, no entanto, sofreu visível deterioração em 2017, na esteira das cada vez mais frequentes violações do cessar-fogo. Na ausência de avanços significativos na implementação do Acordo de Argel, aumenta a sensação de insegurança no país. A instabilidade maliana tem afetado negativamente os países vizinhos, em especial Burkina Faso e Níger, onde a atuação de grupos terroristas tem crescido.

A Organização das Nações Unidas (ONU) mantém no país operação de manutenção da paz, a MINUSMA (Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali). Eleições presidenciais estão previstas para julho de 2018.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Ibrahim Boubacar Keïta (IBK)
Presidente

Nasceu em 29 de janeiro de 1945 em Cutiala, ao sul do então Sudão Francês. Formou-se em Letras pela Universidade de Dacar, no Senegal, e em Política e Relações Internacionais pela Universidade de

Paris I, na França. Em 1992, foi conselheiro diplomático e porta-voz da Presidência. Em 1993, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros.

Entre 1994 e 2000, exerceu o cargo de primeiro-ministro. Candidato a presidente nas eleições de 2002, ficou em terceiro lugar. Foi, ainda, deputado e presidente da Assembleia Nacional do Mali entre 2002 e 2007. Candidatou-se novamente à presidência da República em 2007 e, mais uma vez, perdeu a disputa, ficando, desta vez, em segundo lugar. Em agosto de 2013, finalmente foi eleito presidente da República do Mali, em pleito que restabeleceu a normalidade institucional no país, a qual havia sido rompida com o golpe de estado de março de 2012.



Soumeylou Boubèye Maïga
Primeiro-Ministro

Nasceu em 8 de junho de 1954 em Gao, no nordeste do Mali. Formou-se em jornalismo pela Universidade Cheikh Anta Diop, em Dacar, no Senegal, e em Diplomacia e Administração

de Organizações Internacionais pela Universidade Paris-Sul, na França.

Candidatou-se à presidência nas eleições de abril de 2007, mas chegou apenas em 6º lugar no primeiro turno. Em abril de 2011, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional. Mais tarde, em setembro de 2013, foi nomeado ministro da Defesa e de Assuntos de Veteranos do governo do presidente Ibrahim Boubacar Keïta.

Renunciou a esta posição em maio de 2014, em resposta a importante derrota do exército maliano em Kidal. Foi, enfim, nomeado primeiro-ministro da República do Mali em 30 de dezembro de 2017 pelo presidente Ibrahim Boubacar Keïta.



Tiéman Hubert Coulibaly
Ministro dos Negócios Estrangeiros
e da Cooperação Internacional

Nascido em Bamako, capital do Mali, Coulibaly tem 46 anos. Formou-se em Gestão de Empresas e Organizações e Marketing, com pós-graduação em Ciência da Informação, Jornalismo e Letras. Realizou seus estudos universitários na Universidade de Saint-Étienne, na França.

Após regressar ao Mali, seguiu uma carreira empresarial, atuando como diretor de operações *holding* de sua família. Em 2007, ingressou na política ao ser eleito para a Assembleia Nacional. Inicialmente membro da União para a Democracia e o Desenvolvimento (UDD), coalizão de partidos de oposição, declarou-se independente em 2010. Dois anos depois, associou-se ao presidente Ibrahim Boubacar Keïta. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Mali entre agosto de 2012 e setembro de 2013. Foi, então, nomeado ministro dos Assuntos Fundiários e da Habitação, sob o governo do primeiro-ministro Oumar Latam Ly, tendo sido demitido do seu cargo de ministro em 2015. Em 30 de dezembro de 2017, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Mali pelo presidente Ibrahim Boubacar Keïta.

RELAÇÕES BILATERAIS

Relações políticas. Histórico. As relações diplomáticas entre o Brasil e o Mali foram estabelecidas em 1962. Ao longo de quase cinco décadas de relacionamento, foram poucas as visitas e encontros entre autoridades dos dois países. Destaca-se, nesse quadro, a visita que o presidente Moussa Traoré fez ao Brasil em 1981, ocasião em que foram

assinados o Acordo para a Criação de uma Comissão Mista e o Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica, ambos em vigor.

As relações bilaterais ganharam impulso na última década. A embaixada do Brasil em Bamako foi criada em outubro de 2007, tendo iniciado suas atividades em julho de 2008. A embaixada maliana em Brasília, por sua vez, foi aberta em 2011. O Mali é representado junto ao governo brasileiro pelo Embaixador Mamadou Macki Traoré.

Houve, ainda, troca de visitas de autoridades de alto nível entre os dois países. Em agosto de 2009, o então ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Mali, Moctar Ouane, visitou o Brasil, oportunidade em que foi assinado Acordo sobre a Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. Em outubro do mesmo ano, o então chanceler Celso Amorim realizou visita oficial ao Mali, ocasião em que foi assinado Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico. Finalmente, em 2010, o então presidente do Mali, Amadou Toumani Touré, veio ao Brasil.

Comércio. O comércio bilateral é ainda pouco expressivo e composto quase que exclusivamente por exportações brasileiras. Em 2016, a corrente de comércio entre os dois países alcançou seu recorde histórico, US\$ 48,16 milhões. Em 2017, ela diminuiu para US\$ 7,09 milhões, próxima à média histórica dos últimos dez anos. No ano passado, os principais produtos exportados pelo Brasil foram: embalagens de papel (21,7% do valor total); pneumáticos novos (20,8%); instrumentos de precisão (11,6%); máquinas de terraplanagem (7,4%) e carne de frango (6,6%). No mesmo ano, as importações brasileiras não passaram de US\$ 6 mil.

Investimentos. Os setores agrícola e de infraestrutura do Mali apresentam grande potencial para a atração de investimentos brasileiros. Há também possibilidades de investimentos na exploração mineral, especialmente mineração e processamento de ouro, desenvolvimento de recursos hídricos, gado e couros, processamento de bebidas e alimentos, maquinaria e energia (térmica, solar e hidrelétrica). Os principais obstáculos são a obtenção de financiamento e a insegurança em parte do território do país.

A empresa brasileira ZAGOPE, pertencente à Andrade Gutierrez, encerrou em 2012 suas operações no Mali, vinculadas à construção de

trecho rodoviário de 165km, em decorrência da instabilidade no país. A AGN Agroindustrial teria desistido de executar grande empreendimento sucroenergético pela mesma razão.

Os principais concorrentes das empresas brasileiras são companhias europeias e chinesas, que, em geral, contam com financiamentos em condições mais vantajosas do que aquelas oferecidas pelo governo brasileiro.

Cooperação Técnica. O Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica com o Mali, assinado em 1981 e em vigor desde 1984, serve de base jurídica para a cooperação técnica bilateral. Ao amparo deste acordo, já foram executados dois projetos bilaterais de cooperação técnica: o projeto "Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural e Apoio ao Programa de Pesquisa 'Frutas e Legumes'" e o projeto "Fortalecimento da Rizicultura no Mali". Atualmente não há iniciativa bilateral em andamento.

No âmbito multilateral, destaca-se o projeto Cotton-4+Togo, já em sua segunda fase (2014-2018). De natureza estruturante e de âmbito regional (contempla ainda Benim, Burkina Faso, Chade e Togo), o projeto tem como meta fortalecer a produção cotonífera nos países envolvidos por intermédio de investimentos em sementes e em capacitação profissional, bem como pela adaptação das variedades de algodão desenvolvidas pela Embrapa às condições de solo e clima africanos. Suas atividades começaram em 2009, com os preparativos para o plantio da primeira safra. Para tanto, a Estação Experimental de Sotuba, localizada nos arredores de Bamako, foi revitalizada e equipada com laboratórios, maquinário e materiais necessários para os cursos de capacitação, os quais são ministrados por membros da Embrapa.

Em 2015, iniciou-se a execução das atividades da segunda fase do projeto Cotton-4+Togo, cujos objetivos principais são difundir os conhecimentos consolidados na primeira fase do projeto e contribuir para a segurança alimentar das populações beneficiadas. Dessa forma, o projeto visa não só ao aumento da qualidade e da quantidade do algodão, mas também à produção de alimentos, por meio da rotação de culturas. No decorrer de 2016, 31 atividades foram realizadas no âmbito do projeto. Em termos financeiros, foi executado no ano um total aproximado de USD 1,09 milhão. Em termos quantitativos, um total de 875 pessoas foram capacitadas, sendo 28 pesquisadores e técnicos das instituições executoras,

225 técnicos extensionistas das instituições algodoeiras nacionais e 616 produtores de algodão de todas as localidades produtoras de algodão nos cinco países do projeto.

Na pauta de cooperação trilateral com organismos internacionais em favor do Mali, constam dois projetos, um na área de trabalho decente na cadeia do algodão, ainda em negociação, e outro na área de alimentação escolar. O projeto "Promoção do Trabalho Decente na Cadeia do Algodão no Mali", elaborado em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), visa a fortalecer as capacidades das instituições públicas do Mali para a promoção do trabalho decente na cadeia do algodão e é financiado com recursos dedicados à cooperação internacional do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). Atualmente em tramitação para fins de assinatura, prevê um orçamento de US\$ 500.000 e será executado em parceria técnica com o Ministério do Trabalho (MTb) e com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). No Mali, o Ministério do Trabalho e da Função Pública (MTFP) será a instituição encarregada tecnicamente das ações do projeto. O projeto deve ser assinado e ter sua execução iniciada ainda no ano de 2018.

Na área de alimentação escolar, cabe ressaltar a parceria do governo brasileiro com o Programa Mundial de Alimentos (PMA) com o objetivo de apoiar os esforços dos países do Sul para expandir e reforçar programas de alimentação escolar. A partir de boas práticas desenvolvidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o governo brasileiro atende demandas recebidas de diversos países parceiros por meio do desenvolvimento de capacidades técnicas e institucionais para desenhar, implementar e monitorar programas de alimentação escolar inclusivos e sustentáveis. O Mali é um dos 14 países africanos considerados prioritários no marco da referida iniciativa de cooperação. Espera-se a intensificação da parceria em 2018 à luz do início do projeto "Alternativas de escoamento dos subprodutos do algodão e culturas acessórias na África". A iniciativa, vigente de 1º de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2021, deverá complementar aquelas em curso em prol do setor algodoeiro na África (inclusive o Cotton4+Togo) e terá orçamento de R\$ 7.345.862,00.

Cooperação em Defesa. A cooperação em defesa com o Mali ainda encontra-se em estágio inicial. Diante dos desafios de segurança que o Mali vem enfrentando, a necessidade de reequipamento de suas forças armadas abriu oportunidade para a venda de material de defesa brasileiro. Nesse

diapásão, a EMBRAER fechou contrato, em 2016, para venda de seis aeronaves A-29 Super Tucano. Quatro das aeronaves deverão ser entregues até o final de 2018 e serão importantes na luta das forças armadas malianas contra grupos insurgentes e terroristas.

Outras empresas brasileiras do setor de tecnologia aeronáutica estão em contato e negociação com o governo do Mali por meio da embaixada do Brasil em Bamako com vistas a fornecer soluções às forças armadas malianas. O Mali manifestou interesse em sistemas de monitoramento, integração de sistemas e radares, bem como comunicação de inteligência. Tal cenário demonstra que ainda há potencial para que as relações bilaterais possam ser aprofundadas, com forte componente comercial, o que poderá contribuir para uma maior cooperação em outras áreas de interesse bilateral, como formação e intercâmbio de militares.

A celebração de acordo ou memorando de entendimento de cooperação em defesa com o Mali poderia ser passo adicional de interesse mútuo. O tema encontra-se em análise pelo ministério das Relações Exteriores e o ministério da Defesa.

Cooperação Educacional. A cooperação educacional com o Mali está amparada no Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica. A participação do Mali no Programa Estudante Convênio – Graduação (PEC-G) tem sido incipiente: até hoje, apenas três estudantes foram selecionados para o programa. A ausência de bolsa pecuniária na graduação dificulta a participação de alunos desse país. Em 2017, a embaixada do Brasil em Bamako recebeu, pela primeira vez desde o início de suas atividades, dossiês de candidaturas de estudantes do Mali ao PEC-G; um deles foi selecionado para o programa de 2018. No Programa Estudante Convênio – Pós-Graduação (PEC-PG), ainda não houve participação de estudantes do Mali.

No que diz respeito à cooperação entre academias diplomáticas, não há memorando de entendimento vigente ou em negociação. Apesar da ausência de um acordo, no passado, o Instituto Rio Branco (IRBr) já recebeu três alunos malianos para o curso de formação em diplomacia.

Cooperação em Serviços Aéreos. Em 2013, autoridades aeronáuticas do Brasil e do Mali rubricaram Acordo de Serviços Aéreos (ASA). Na ocasião, foi igualmente assinado Memorando de Entendimento (MdE) entre a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a "National Civil Aviation Agency of Mali". É aguardada a confirmação das

autoridades malianas para a entrada em vigor do MdE, com o qual as cláusulas operacionais do ASA passariam a vigorar imediatamente.

O ASA e o MdE estabelecem livre determinação de capacidade, com qualquer tipo de aeronave, para voos bilaterais. Não há restrição de pontos de origem e de destino das frequências de voo. Há ainda previsão de direitos de 5ª liberdade (o direito de transportar passageiros e carga entre o território do outro Estado contratante e o território de um terceiro Estado, no âmbito de um serviço aéreo destinado ao ou proveniente do Estado de nacionalidade da aeronave), a serem considerados pelas autoridades de ambos os países caso a caso.

A ANAC tentou, sem sucesso, realizar reunião com a Agência homóloga maliana com vistas ao recebimento de confirmação da aceitação do texto do MdE negociado em 2013. Eventual futura assinatura do ASA também depende de confirmação da anuência de Bamako com o texto negociado e rubricado em 2013. Até o momento, não houve demanda por parte de empresas aéreas dos dois países para operar rotas entre o Brasil e o Mali.

Cooperação em Energia. A cooperação na área energética também interessa ao Mali. Autoridades malianas já sinalizaram ter interesse em se beneficiar da experiência brasileira no campo das energias renováveis. Atualmente, o Mali é um grande comprador de combustíveis fósseis, mas almeja modificar sua matriz em direção à energia limpa e renovável.

Como membro da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), o Mali poderá beneficiar-se do "Estudo de Viabilidade de Produção de Biocombustíveis na UEMOA", realizado no âmbito do Memorando de Entendimento na área de biocombustíveis assinado entre o Brasil e aquele bloco regional em 2007. O referido estudo, que foi financiado com recursos do BNDES, visa a promover o setor agroenergético dos países do bloco, mitigando a forte dependência energética de combustíveis fósseis importados. Foram identificadas as áreas propícias para o cultivo sustentável das principais matérias-primas utilizadas para a produção de bioenergia no país, a saber: o oeste de Kayes, às margens do rio Senegal, e o centro de Segou, no Office du Niger, ambas com considerável potencial para a cultura de cana-de-açúcar irrigada.

Candidaturas a Organismos Internacionais. O Mali apoiou a candidatura do professor Antônio Augusto Cançado Trindade, reeleito à Corte Internacional de Justiça em 2017. Além disso, o governo brasileiro

espera contar com o apoio do Mali à candidatura do Brasil ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), mandato 2019-2021, em eleições que devem ocorrer em junho de 2018.

Assuntos Consulares. Segundo estimativas da Embaixada do Brasil em Bamako, haveria cerca de trinta e cinco brasileiros residentes naquela jurisdição, todos em liberdade. O único caso consular de destaque envolvendo o Mali ocorreu em dezembro de 2015, quando cidadã brasileira e seu marido maliano foram alvo de procedimentos constrangedores no aeroporto de Bamako no contexto de esquema reforçado de segurança aplicado pelas autoridades locais naquele momento. Desde então, não há qualquer caso destacado de assistência a brasileiros no Mali.

Empréstimos e financiamentos oficiais. Não há registro de créditos oficiais brasileiros a tomador soberano do Mali. Além disso, o Mali não possui dívida ativa (resultante do inadimplemento de compromissos financeiros) com o Brasil.

POLÍTICA INTERNA

Histórico. Antiga colônia francesa, o Mali tornou-se independente em 1960. O primeiro presidente maliano, Modibo Keita, inspirado por modelo de "socialismo africano", alinhou o país ao bloco comunista no contexto da Guerra Fria. Em 1968, o tenente Moussa Traoré liderou golpe de estado contra Modibo Keita e estabeleceu regime de partido único, o qual duraria até 1991. Nesse ano, o presidente Moussa Traoré foi derrubado por protestos populares e um golpe militar, e teve início processo de abertura política, marcado pela adoção de uma nova constituição e a realização das primeiras eleições democráticas do país em 1992. A partir de então, o Mali conhece trajetória democrática até 2012, quando o presidente Amadou Toumani Touré – eleito em 2002 e reeleito em 2007 – foi destituído do poder por golpe de Estado.

Instituições políticas. O Mali é uma república semipresidencialista, na qual a chefia de governo é exercida por um primeiro-ministro indicado pelo presidente, que concentra a maior parte do Poder Executivo. O Legislativo (Assembleia Nacional) é unicameral, formado por 147 membros, eleitos por voto direto para mandato de cinco anos. A instância máxima do Judiciário é a Corte Suprema. O Estado maliano é unitário e dividido em dez regiões e um distrito, Bamako.

O golpe de 2012 e a crise subsequente. A mobilização de grupos armados no Mali intensificou-se a partir do início de 2012, na esteira do fluxo de mercenários e armas provenientes da Líbia, no vácuo de segurança criado pelo fim do regime de Muammar Gaddafi. Na ocasião, o Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA), juntamente com grupos armados islâmicos, incluindo Ansar Dine, Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI) e o Movimento pela Unidade e Jihad no Oeste da África (MUJAO), além de militares egressos das forças armadas malianas, realizaram ataques contra as forças governamentais no norte do país. Em março de 2012, o Presidente Amadou Toumani Touré foi destituído do poder por militares descontentes com a incapacidade do governo de conter as ofensivas de movimentos rebeldes no norte do país.

Com apoio militar estrangeiro (tropas francesas e "peacekeepers"), o governo maliano retomou controle sobre parte do território do país e organizou em julho/agosto de 2013 eleições presidenciais, que foram vencidas por Ibrahim Boubacar Keïta (IBK). O retorno à ordem constitucional não teve como resultado o fim da instabilidade.

O país continuou a enfrentar uma série de problemas, entre eles, o reduzido controle territorial de um Estado fragilizado, número elevado de atentados terroristas (inclusive em Bamako e contra capacetes azuis da ONU), consolidação de redes criminosas transnacionais, embates entre grupos armados rivais, e a existência de milhares de deslocados internos e refugiados.

Negociações de paz. O Acordo de Paz e Reconciliação no Mali, mais conhecido como Acordo de Argel, foi assinado em 2015 pelo governo maliano, pela Plataforma – coalizão de grupos armados que não contestam a unidade territorial maliana –, e pela Coordenação dos Movimentos do Azawad (CMA) – coalizão de grupos armados que defendem a autodeterminação da região do Azawad (norte do país). Durante o ano de 2017, o precário equilíbrio entre os três signatários sofreu substantiva deterioração, na esteira das cada vez mais frequentes violações do cessar-fogo estabelecido pelo acordo de paz. Desde setembro passado, as partes signatárias têm realizado consultas, sem, todavia, alcançar consenso a respeito da definição dos critérios e do percentual de ex-combatentes a serem integrados às forças armadas e de segurança do Mali.

Em seu último relatório sobre a situação securitária no país, datado de dezembro de 2017, o Secretário-Geral das Nações Unidas reconheceu os

avanços no processo político de estabilização, entre os quais, o estabelecimento da Comissão da Verdade, Justiça e Reconciliação, a designação do Centro Carter como observador independente do Acordo de Paz e Reconciliação, e a retomada das discussões entre o governo e grupos armados.

Por decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, vigora regime de sanções referente à proibição de viagem e congelamento de ativos de alguns indivíduos e entidades.

Forças estrangeiras no Mali. Atuam no Mali, hoje, forças militares da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA), da Missão de Treinamento da União Europeia no Mali (EUTM Mali) e da operação francesa Barkhane.

A MINUSMA foi criada em abril de 2013 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para apoiar o processo político de estabilização do país. A MINUSMA sucedeu a Missão de Suporte Internacional liderada por países africanos no Mali (AFISMA), estabelecida pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

A MINUSMA é atualmente uma das operações de manutenção da paz (OMP) com maior déficit de “capacetes azuis” (aproximadamente 1.700 militares). Os principais países contribuintes de tropas e policiais para a missão são Burkina Faso, Bangladesh, Chade, Senegal e Togo. O Brasil não possui pessoal desdobrado na missão. Desde sua criação até janeiro de 2018, 99 “capacetes azuis” morreram no Mali em razão de ataques deliberados de grupos armados contra o pessoal e as instalações da ONU.

A EUTM-MALI encontra-se em seu terceiro mandato desde sua criação em 2013 e tem o propósito de apoiar a formação e a organização das forças armadas do Mali. Até o momento, oito grupos de combate malianos já concluíram o treinamento oferecido pela missão europeia.

Somam-se a esses contingentes aproximadamente mil militares franceses desdobrados em território maliano no âmbito da operação Barkhane. Esta foi lançada em 2014, em substituição à operação Serval, a fim de combater o terrorismo na região do Sahel (Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade). O quartel-general da operação fica em N'Djamena, capital do Chade.

Dimensão regional do terrorismo. A instabilidade maliana tem afetado negativamente os países vizinhos, em especial Burkina Faso e Níger, onde a atuação de grupos terroristas aumentou expressivamente nos últimos anos. À luz dessa situação, o Mali, juntamente com os demais países do Sahel, lançou, em julho de 2017, com a autorização da União Africana e da ONU, a força conjunta G5 Sahel, composta por até 5.000 militares, com o mandato de combater o terrorismo, o tráfico de drogas e de pessoas e apoiar a prestação de ajuda humanitária a deslocados internos e refugiados na região. A força conta com o apoio logístico e financeiro de França, Alemanha, União Europeia, Estados Unidos da América, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Em outubro de 2017, a força conjunta realizou sua primeira operação, “Hawbi”, em Burkina Faso, Mali e Níger.

Paralelamente à coordenação militar regional, empreendem-se esforços de concertação política. No âmbito da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), por exemplo, realizou-se, em outubro de 2017, conferência sobre a situação de segurança no Sahel e na África Ocidental, a qual propôs a formalização de mecanismos de compartilhamento de inteligência entre as forças internacionais na região, bem como a participação crescente da sociedade civil no desenvolvimento e na implementação de iniciativas de desradicalização, reabilitação e reintegração de combatentes.

Combate a ilícitos transnacionais. Nos últimos anos, a África Ocidental e o Sahel tornaram-se pontos de passagem para o tráfico de drogas entre a América do Sul e a Europa, o qual ocorreria tanto por via marítima quanto aérea. Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), na região do Sahel, haveria vínculos entre o tráfico de drogas e grupos terroristas, uma vez que recursos provenientes do tráfico seriam frequentemente usados para financiar atividades terroristas. A esse respeito, o Relatório Mundial sobre Drogas 2017 afirma que a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico estaria envolvida no tráfico de cannabis e cocaína no Sahel ou ao menos proveria proteção a traficantes na região.

Direitos Humanos. O Mali já passou por três ciclos de avaliação do mecanismo de revisão periódica universal do Conselho de Direitos Humanos da ONU. A avaliação mais recente do Mali ocorreu no dia 16 de janeiro de 2018. Na ocasião, a delegação maliana destacou a promulgação de lei sobre defensores de direitos humanos, bem como os esforços

legislativos em curso para o combate à violência de gênero e para a proteção da criança, que permitirão futuramente eliminar dispositivos discriminatórios existentes na legislação, criminalizar a mutilação genital feminina e outras formas de violência de gênero. No que diz respeito à aplicação da pena de morte no país, ressaltou existência de moratória desde a década de 1980, a qual tem garantido que as sentenças sejam sistematicamente comutadas. O Mali recebeu 194 recomendações, de 79 países. O Brasil recomendou ao Mali implementar o acordo de paz de 2015 e assegurar à Comissão da Verdade, Justiça e Reconciliação os recursos necessários para o cumprimento de seu mandato. Recomendou, ainda, redobrar esforços para promover a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher, no contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Eleições presidenciais de 2018. A política partidária do Mali segue dividida por dois temas associados: a definição dos candidatos que disputarão o pleito presidencial de 2018; e a revisão da Constituição proposta pelo presidente Ibrahim Boubacar Keïta por meio da convocação de referendo, que fortaleceria o Poder Executivo em detrimento dos demais poderes. De acordo com o atual cronograma do governo, o primeiro turno do pleito presidencial está marcado para julho de 2018, apesar da precária situação de segurança no interior do país e da ausência de recursos financeiros suficientes. O presidente Ibrahim Boubacar Keïta deve concorrer à reeleição contra uma oposição que se encontra atualmente dividida.

POLÍTICA EXTERNA

Logo após a independência (1960), o Mali adotou uma política externa de alinhamento com o bloco socialista, retirando-se da zona econômica do franco francês. Durante o período inicial do regime do presidente Moussa Traoré, ao longo dos anos 1970 e início da década de 1980, o país aproximou-se da antiga União Soviética, que chegou a ser o seu maior credor externo. A partir de 1984, com a adesão à União Monetária da África Ocidental (UMOA), transformada em 1994 na União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), iniciou-se uma aproximação econômica e política com a ex-metrópole, a França.

Atualmente a inserção internacional do Mali é condicionada por dois fatores principais: a forte dependência dos investimentos, da ajuda para o desenvolvimento e da presença militar da França; e a atuação de grupos terroristas em seu território. O Mali, como os demais países do Sahel, está em zona de grande influência estratégica e econômica francesa. Apoio financeiro e militar francês foi e continua a ser crucial para a manutenção do Estado maliano. Aproximadamente 1.000 militares franceses atuam em solo maliano no âmbito da operação Barkhane.

Nos últimos anos, o Mali ganhou maior importância estratégica para outros países – em especial Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e países do entorno regional –, em razão da proliferação do terrorismo em seu território. Os países mencionados identificam os grupos terroristas que atuam no Mali como ameaças à segurança de seus territórios e governos.

A cooperação do Mali com os Estados Unidos no combate a atividades terroristas no Sahel é intensa. As forças armadas americanas têm prestado apoio financeiro e logístico ao Exército maliano e a tropas africanas que compõem a MINUSMA. A Espanha, por sua vez, chefia, desde janeiro de 2018, a Missão de Treinamento da União Europeia no Mali (EUTM Mali), da qual já participava desde sua constituição em 2013. O parlamento espanhol aprovou recentemente o aumento do número de efetivos destinados ao Mali de 140 para 292, a um custo de 88,57 milhões de euros por ano, fazendo do contingente espanhol o mais numeroso no âmbito da EUTM Mali. A Alemanha contribui com 608 tropas para a MINUSMA e participa da EUTM Mali. Além disso, o país tem destinado grandes somas para projetos de ajuda humanitária e cooperação para o desenvolvimento no Mali e nos demais países do Sahel. Por fim, vale mencionar, ainda, a participação de 216 militares holandeses na MINUSMA.

As relações entre o Mali e a China são também relevantes. Em 2016, a China foi o segundo principal país de origem das importações do Mali, representando 15,6% do total importado. Além disso, a presença de empresas chinesas no Mali é forte. A disposição da China em investir em grandes projetos de infraestrutura no país é vista como alternativa às opções francesa, saudita e norte-americana, as quais quase sempre comportam componentes de natureza ideológica, política, moral ou religiosa.

No âmbito regional, o Mali se articulou com Mauritânia, Níger e Argélia para formar o chamado "países do campo", grupo que coordena esforços para fortalecer o combate contra grupos islâmicos radicais. O diálogo, porém, não é de todo fácil: o Mali, por exemplo, ressentido do apoio que esses países estendem aos movimentos autonomistas tuaregues.

O Mali integra ainda o G-5 Sahel (Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger), bloco criado com o objetivo de reforçar a cooperação em matéria de luta contra o terrorismo, o crime organizado transfronteiriço e a imigração ilegal. A força conjunta G5 Sahel, composta por até 5.000 militares, foi oficialmente lançada em julho passado.

O Mali tem mantido relacionamento cuidadoso com o vizinho Burkina Faso em razão de disputa fronteiriça, que, em 1985, esteve na origem de conflito armado entre os dois países. Com a Côte d'Ivoire e o Senegal, as relações são estratégicas e amistosas, não só pela presença de grandes diásporas malianas nesses países, mas também pelo fato de boa parte das importações e exportações do Mali transitarem pelos territórios e portos senegaleses e marfinenses.

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Mali tem defendido a pronta reforma da Organização das Nações Unidas e a expansão de seu Conselho de Segurança (CSNU). Em discurso proferido durante o Debate Geral da 68ª Assembleia Geral da ONU, o então presidente do Mali apoiou a reforma do CSNU para garantir uma maior representação africana, afirmando que "o Conselho de Segurança e sua reforma refletiriam melhor as realidades geopolíticas do mundo atual, e reparariam a injustiça histórica feita à África, a única região do mundo que não dispõe de um assento permanente". Ademais, o governo maliano manifestou apoio à candidatura brasileira a membro permanente em um CSNU ampliado.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia do Mali está entre as 25 menores do mundo, com um PIB nominal estimado em US\$ 14,04 bilhões e PIB per capita nominal de apenas US\$ 768. As duas principais atividades econômicas do país são a exploração de ouro e a agricultura, tendo o ouro e o algodão representado juntos mais de 80% das exportações malianas em 2016. Dessa forma, a economia local depende enormemente das flutuações dos preços

internacionais do ouro e de alguns poucos produtos primários. As doações internacionais também representam importante porcentagem do PIB do país. A insegurança prevalecente em boa parte do território maliano desde 2012 constitui obstáculo adicional ao desenvolvimento econômico do Mali.

A crise interna iniciada pelo golpe de março de 2012 afetou negativamente a economia do Mali, mas seus efeitos macroeconômicos foram temporalmente limitados. Houve retração econômica e aumento da inflação em 2012. Logo em seguida, no entanto, houve retomada do crescimento e maior controle inflacionário. Nos últimos anos, a economia tem crescido a taxas consideráveis. O PIB cresceu 5,79% em 2016 e 5,3% em 2017. O FMI prevê que este patamar de crescimento deve ser mantido nos próximos três anos, com a possibilidade de uma pequena desaceleração. A inflação tem sido mantida sob controle, totalizando -0,79% em 2016 e 1% em 2017.

Setores econômicos. A agricultura representa, em seu conjunto, cerca de 40,9% do PIB e emprega 80% da população economicamente ativa do país. A produção agrícola desenvolve-se, sobretudo, na região sul do país, que concentra as terras férteis e a incidência de chuvas. Os principais produtos agrícolas do Mali são o arroz e o algodão, este voltado para a exportação.

O setor industrial do Mali responde por 18,9% do PIB e consiste basicamente de pequenas empresas dedicadas ao processamento de algodão e à confecção de têxteis. Cerca de 70% da atividade industrial está concentrada na capital. O setor de serviços, por sua vez, representa 40,2% do PIB e é dominado pelas atividades comerciais.

Comércio exterior. Desde 2010, a corrente de comércio do Mali com o mundo tem girado em torno dos US\$ 6 bilhões, apresentando tendência deficitária, em vista da natureza das pautas exportadora e importadora. Os principais produtos exportados pelo Mali em 2016 foram: ouro e pedras preciosas (71,7% do total exportado); algodão (9,3%); animais vivos (8,0%); adubos (3,3%); e máquinas mecânicas (1,4%). Os principais destinos das exportações malianas são a África do Sul (46,9%), a Suíça (15,0%), os Emirados Árabes Unidos (7,6%) e Côte d'Ivoire (6,0%), refletindo, em grande medida, o mercado global de ouro.

No mesmo ano, a pauta de importações foi composta pelos seguintes principais produtos: combustíveis (22,2%); veículos automóveis (8,7%); máquinas elétricas (7,8%); máquinas mecânicas (7,3%); e sal, enxofre,

terras, pedras, cimento (5,9%). As importações são provenientes, principalmente, do Senegal (19,4%), China (15,6%), Côte d'Ivoire (9,8%) e França (8,6%). Cabe notar que parte das exportações senegalesas e marfinenses são, na realidade, reexportações.

Energia. Não existem informações sobre reservas comprovadas de petróleo ou gás no Mali. Mas a existência de numerosas bacias sedimentares, com potencial petrolífero, no centro e norte do país, tem instado o governo a procurar atrair investidores que promovam a pesquisa de jazidas e sua eventual exploração para fins de produção e exportação. O Mali é, assim, dependente da importação de petróleo, que está em alta em função da demanda gerada pelo crescimento populacional e pela expansão econômica, com impacto nas finanças públicas.

Informações disponíveis indicam que a oferta primária total de energia é basicamente composta por biomassa tradicional (80%), por derivados de petróleo (20%), além de pequena parcela de hidroeletricidade (aproximadamente 1%). Taxas de acesso à eletricidade são baixas, sobretudo na zona rural. A porcentagem da população urbana com acesso a energia elétrica era de 55%, em 2015. Para a população rural, o índice seria de apenas 15%, de acordo com dados disponibilizados pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

O desenvolvimento do setor energético é prioridade governamental, com vistas a impulsionar o desenvolvimento econômico. O Mali apresenta grande potencial de energia renovável, que é pouco explorado atualmente. A tecnologia da energia solar é particularmente promissora, devido a níveis excepcionais de luz do sol, principalmente no norte do país, embora ainda pouco difundida no país. A região sul, por sua vez, apresenta elevado potencial em matéria de biocombustíveis. O potencial hidrelétrico é explorado apenas parcialmente, existindo espaço para instalação de projetos hidrelétricos de pequeno porte. A exploração da energia eólica, por fim, encontra-se em estágio embrionário, embora as perspectivas sejam positivas.

Recursos Minerais. A economia do Mali assenta-se, em boa medida, na exportação de ouro, que responde pela maior parcela dos ganhos oriundos da exportação de minérios. Em 2014, a receita obtida com a indústria aurífera correspondeu a cerca de 10,2% da arrecadação federal. Em 2016, as exportações de ouro equivaleram a 71,7% do valor total das exportações. A exploração mineral no Mali é operada por empresas

privadas. O governo detém participação minoritária em todos os empreendimentos de mineração de ouro. As principais mineradoras internacionais presentes no Mali são australianas, britânicas, canadenses e sul-africanas. O ministério de Minas do Mali destaca, além da produção de ouro, as estimativas de reservas de outros recursos minerais, em particular o manganês (20 milhões de toneladas) e o minério de ferro (1 bilhão e 360 milhões de toneladas).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1898** – França conquista o Mali, então chamado Sudão Francês.
- 1959** – Mali e Senegal formam a Federação do Mali, que se desfaz um ano depois.
- 1960** – Independência do Mali. Modibo Keita é o presidente de um sistema socialista unipartidário.
- 1968** – Moussa Traoré lidera golpe de Estado contra Keita e assume o poder.
- 1977** – Morre o ex-presidente Modibo Keita. Protestos nas ruas.
- 1979** – Nova Constituição estabelece eleições, que são vencidas por Moussa Traoré.
- 1985** – Mali e Burkina Faso entram em conflito fronteiriço.
- 1991** – Moussa Traoré é deposto.
- 1992** – Alpha Konaré torna-se o primeiro presidente democraticamente eleito do Mali.
- 1999** – Ex-presidente Moussa Traoré é condenado à morte por corrupção, mas a pena é comutada em prisão perpétua.
- 2002** - Amadou Toumani Touré é eleito presidente.
- 2002** – França anuncia cancelamento de 40% da dívida do Mali.
- 2007** – Amadou Toumani Touré é reeleito para mandato de cinco anos.
- 2012** – Amadou Toumani Touré é derrubado em golpe militar liderado por oficiais de média patente do Exército (março); movimentos rebeldes tomam conta do norte do país.
- 2013** – Tropas francesas intervêm no país (janeiro). Conselho de Segurança cria a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali – MINUSMA (abril).
- 2013** – Ibrahim Boubacar Keita (IBK) é eleito presidente (julho/agosto).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1960 - O Brasil reconhece a independência do Mali no dia 7 de outubro.

1962 - Brasil e Mali estabelecem relações diplomáticas.

1981 - Visita ao Brasil do então presidente Moussa Traoré. Assinatura do Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica e do Acordo para a criação de uma Comissão Mista.

1996 – Visita ao Brasil do então primeiro-ministro Ibrahim Keïta.

1999 – Visita ao Brasil da então ministra das Comunicações, Ascofare Oulematou Tamboura.

Fevereiro/2006 – Missão técnica brasileira visita o Mali, para tratar de cooperação na área do algodão.

Mai/2007 - Missão técnica do Mali visita o Brasil para conhecer centros produtores de algodão.

Outubro/2007 – Decreto cria a Embaixada do Brasil no Mali com sede em Bamako, que começa a funcionar efetivamente em julho de 2008.

Abril/2008 - Encontro entre o então chanceler Celso Amorim e o então Ministro da Economia, Indústria e Comércio do Mali, Amadou Diallo, à margem da XII UNCTAD.

Mai/ 2008 – Delegação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) visita Bamako para apresentar proposta de cooperação no setor do algodão.

Junho/2008 – Visita ao Brasil do então ministro de Obras Públicas e Transporte do Mali, Hamed Diané Sémega.

Julho/2009 – Início das atividades da Unidade Modelo de Validação e de Demonstração, em Sotuba, no Mali, direcionadas ao fomento da capacidade produtiva africana na área do algodão.

Agosto/2009 – Visita a Brasília do então ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional Moctar Ouane. Assinatura do Acordo sobre a Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.

Outubro/2009 – Visita a Bamako do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim. Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.

Abril/2010 – Visita ao Brasil do então presidente Amadou Toumani Touré ao Brasil.

Fevereiro/2011 – Abertura da Embaixada maliana em Brasília.

2013 – Brasil envia representante para a cerimônia de posse do presidente Ibrahim Boubacar Keita.

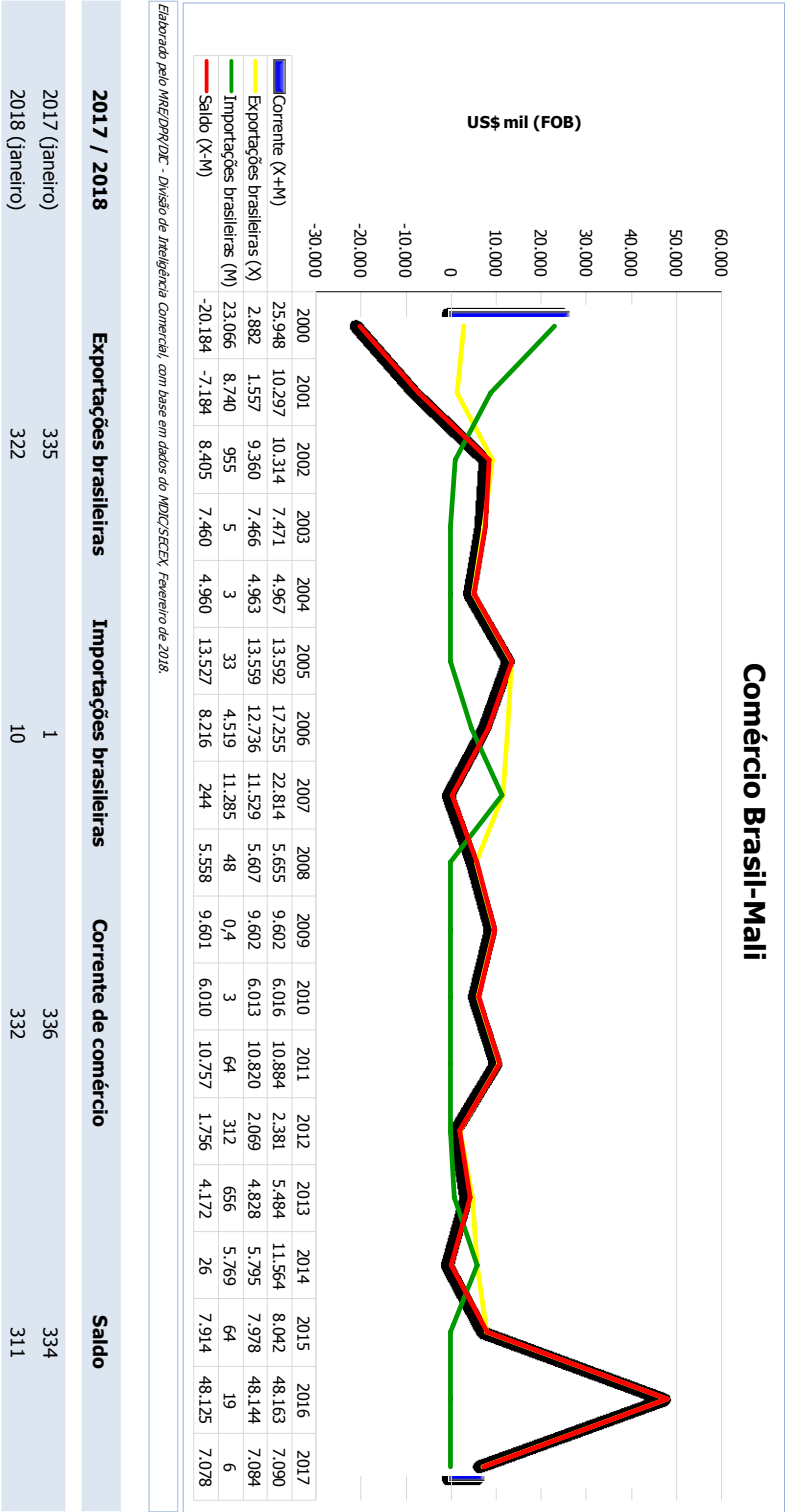
Abril/2016 – I Reunião do Comitê Gestor do Projeto Cotton-4 + Togo, em Brasília.

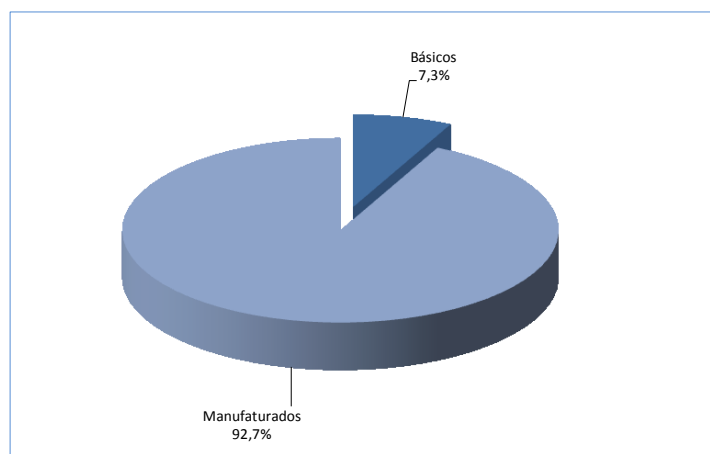
ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	22/10/2009	Aguardando ratificação pela parte maliana	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	13/08/2009	11/11/2009	14/08/2009
Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica, entre Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República do Mali	07/10/1981	19/01/1984	22/11/1990

Acordo para a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica, entre República Federativa do Brasil e Governo da República do Mali.	07/10/1981	27/02/1986	02/05/1986
---	------------	------------	------------

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

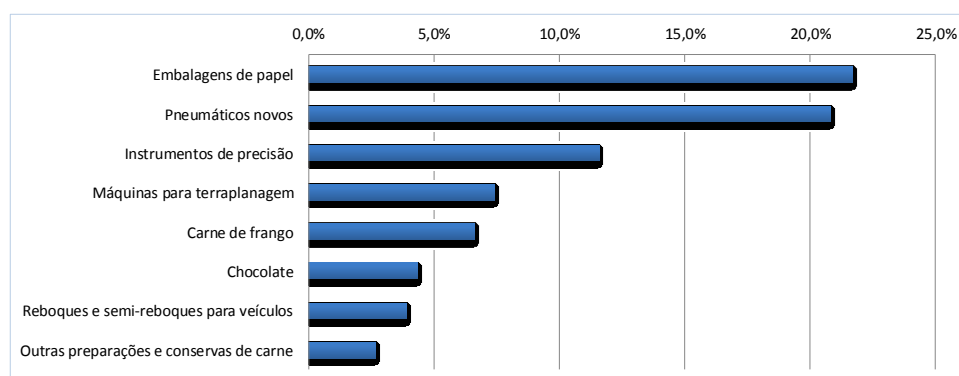
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Mali (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Embalagens de papel	903	11,3%	2.791	5,8%	1.537	21,7%
Pneumáticos novos	533	6,7%	553	1,1%	1.476	20,8%
Instrumentos de precisão	0	0,0%	0	0,0%	821	11,6%
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	260	0,5%	525	7,4%
Carne de frango	163	2,0%	190	0,4%	469	6,6%
Chocolate	57	0,7%	63	0,1%	309	4,4%
Reboques e semi-reboques para veículos	0	0,0%	0	0,0%	276	3,9%
Outras preparações e conservas de carne	0	0,0%	308	0,6%	190	2,7%
Aviões	0	0,0%	43.330	90,0%	0	0,0%
Arroz	5.226	65,5%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	6.882	86,3%	47.495	98,7%	5.603	79,1%
Outros	1.096	13,7%	649	1,3%	1.481	20,9%
Total	7.978	100,0%	48.144	100,0%	7.084	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

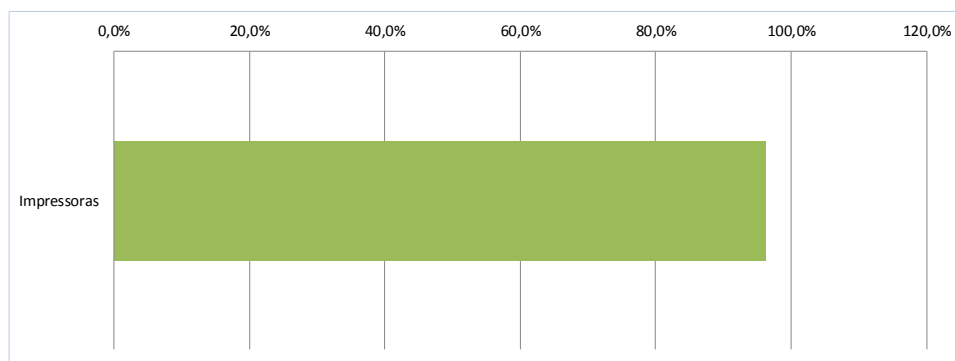


Composição das importações brasileiras originárias do Mali (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Impressoras	2	3,1%	6	31,1%	6	96,2%
Aparelhos de TV	2	3,1%	9	46,6%	0	0,0%
Esculturas	56	87,9%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	60	94,1%	15	77,7%	6	96,2%
Outros	4	5,9%	4	22,3%	0	3,8%
Total	64	100,0%	19	100,0%	6	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

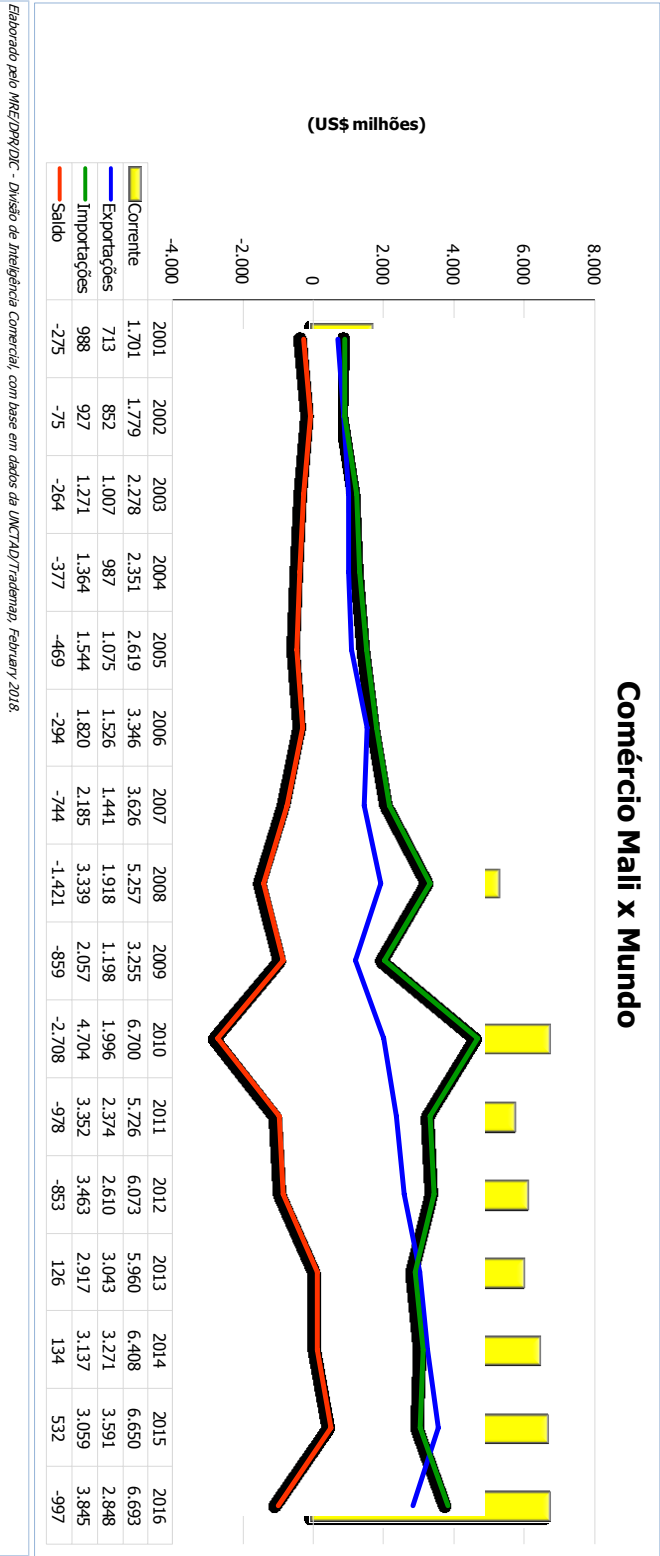


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 8 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Embalagens de papel	0	0,0%	233	72,4%	Embalagens de papel 72,4%
Motores e geradores elétricos	0	0,0%	88	27,4%	Motores e geradores elétricos 27,4%
Pneus novos	194	57,9%	0	0,0%	Pneus novos 0,0%
Carne de frango	94	28,1%	0	0,0%	Carne de frango 0,0%
Tratores	35	10,4%	0	0,0%	Tratores 0,0%
Subtotal	323	96,4%	321	99,8%	
Outros	12	3,6%	1	0,2%	
Total	335	100,0%	322	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 8 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Impressoras	1	100,0%	10	99,2%	Impressoras 99,2%
Subtotal	1	100,0%	10	99,2%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,8%	
Total	1	100,0%	10	100,0%	

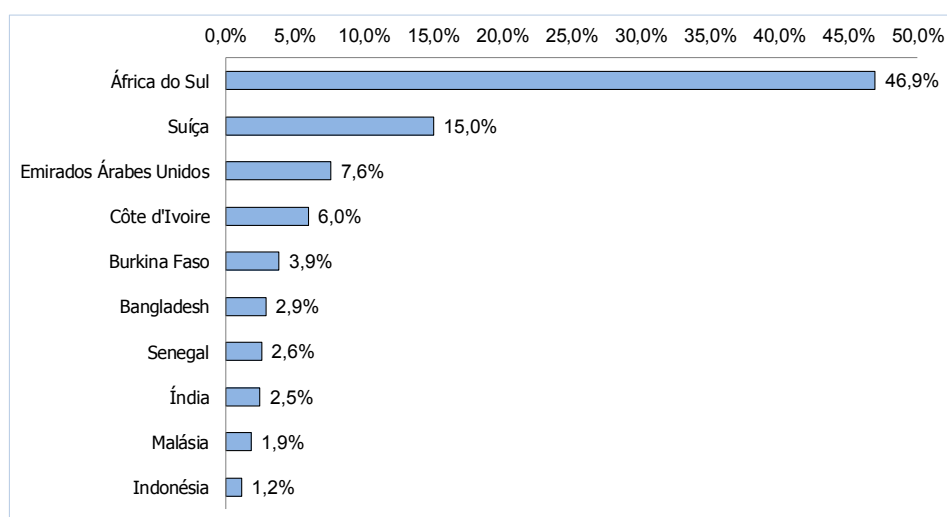
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.



Principais destinos das exportações do Mali
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
África do Sul	1.337	46,9%
Suíça	428	15,0%
Emirados Árabes Unidos	217	7,6%
Côte d'Ivoire	170	6,0%
Burkina Faso	110	3,9%
Bangladesh	83	2,9%
Senegal	74	2,6%
Índia	71	2,5%
Malásia	53	1,9%
Indonésia	33	1,2%
...		
Brasil (65º lugar)	0,1	0,002%
Subtotal	2.576	90,5%
Outros países	272	9,5%
Total	2.848	100,0%

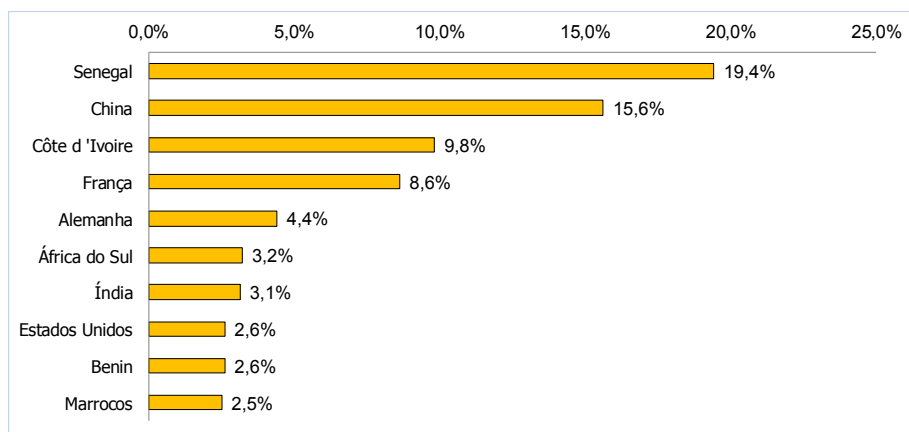
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Principais origens das importações do Mali
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Senegal	747	19,4%
China	601	15,6%
Côte d'Ivoire	378	9,8%
França	332	8,6%
Alemanha	170	4,4%
África do Sul	124	3,2%
Índia	121	3,1%
Estados Unidos	101	2,6%
Benin	101	2,6%
Marrocos	97	2,5%
...		
Brasil (17º lugar)	46	1,2%
Subtotal	2.818	73,3%
Outros países	1.027	26,7%
Total	3.845	100,0%

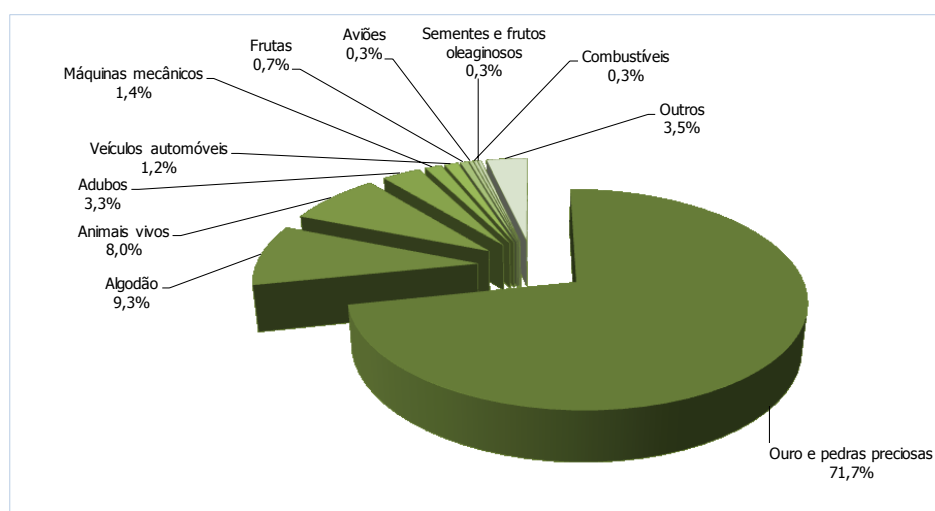
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Composição das exportações do Mali (SH2)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Ouro e pedras preciosas	2.043	71,7%
Algodão	266	9,3%
Animais vivos	228	8,0%
Aubos	94	3,3%
Máquinas mecânicas	40	1,4%
Veículos automóveis	33	1,2%
Frutas	19	0,7%
Aviões	9	0,3%
Combustíveis	8	0,3%
Sementes e frutos oleaginosos	8	0,3%
Subtotal	2.748	96,5%
Outros	100	3,5%
Total	2.848	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

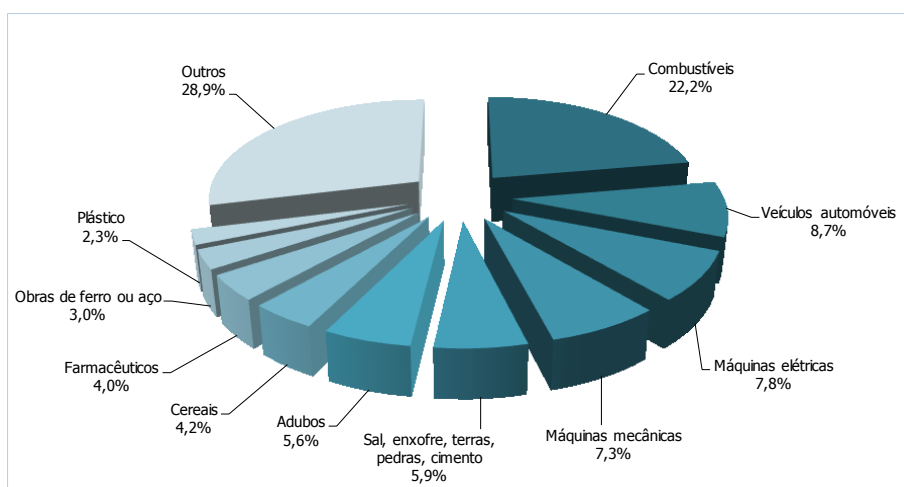


Composição das importações do Mali (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part. % no total
Combustíveis	855	22,2%
Veículos automóveis	336	8,7%
Máquinas elétricas	299	7,8%
Máquinas mecânicas	279	7,3%
Sal, enxofre, terras, pedras, cimento	225	5,9%
Adubos	215	5,6%
Cereais	163	4,2%
Farmacêuticos	155	4,0%
Obras de ferro ou aço	117	3,0%
Plástico	90	2,3%
Subtotal	2.734	71,1%
Outros	1.111	28,9%
Total	3.845	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Mali

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	5,79%	5,30%	5,00%	4,70%	4,70%
PIB nominal (US\$ bilhões)	14,04	15,00	16,34	17,30	18,29
PIB nominal "per capita" (US\$)	768	794	837	858	878
PIB PPP (US\$ bilhões)	38,25	40,98	43,86	46,90	50,14
PIB PPP "per capita" (US\$)	2.091	2.169	2.247	2.326	2.407
População (milhões habitantes)	18,29	18,89	19,52	20,16	20,83
Inflação (%) ⁽²⁾	-0,79%	1,00%	1,40%	1,70%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-7,10%	-6,97%	-5,57%	-5,65%	-5,83%
Câmbio (CFAfr / US\$) ⁽²⁾	593,10	580,90	n.d.	n.d.	n.d.

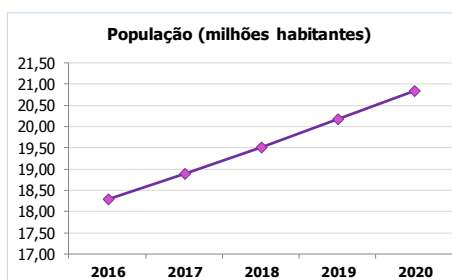
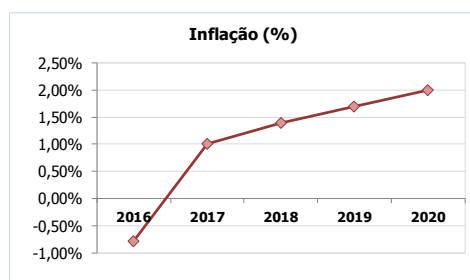
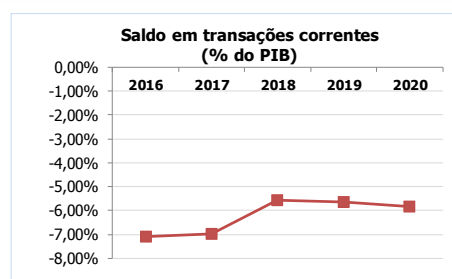
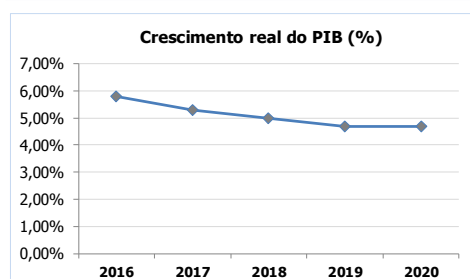
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	40,9%
Indústria	18,9%
Serviços	40,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



Aviso nº 139 - C. Civil.

Em 27 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

RELATÓRIO Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 13, de 2018 (Mensagem nº 155, de 2018, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nos termos regimentais, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.



O Senhor Rafael de Mello Vidal, filho de Paulo Padilha e Nair de Mello Vidal, nasceu em Montevidéu, Uruguai. Por ser filho de brasileiros, é brasileiro nato (art. 12, I, b, CF).

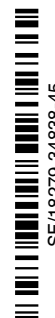
Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (hoje UniCEUB), iniciou sua carreira diplomática em 1991. Em 2011, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com apresentação da tese: “A Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Processo Negociador do MERCOSUL”.

Na carreira diplomática, ocupou várias funções de relevo. Foi promovido a Ministro de Segunda Classe em 2011, por merecimento. Foi Cônsul-Adjunto do Consulado-Geral em Nova Iorque (1995); Segundo-Secretário na Embaixada em Bogotá (1998); subchefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete do Ministro de Estado (2002); subchefe da Divisão do Mercado Comum do Sul (2003); Chefe do Núcleo da Presidência Pro-Tempore Brasileira do Mercosul (2006); Ministro-Conselheiro comissionado na Embaixada em Caracas (2008); Encarregado de Negócios na Embaixada em Caracas (2010); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Assunção (2010); Encarregado de Negócios na Embaixada em Assunção (2012); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Copenhague (2014); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Madri (2016).

O indicado também foi condecorado com a Medalha da Ordem de Rio Branco no grau de Comendador (2010) e a Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico no grau de Comendador (2012).

A República do Mali é um país africano sem saída para o mar na África Ocidental e tem uma população de 18,5 milhões de pessoas. O país é geográfica e demograficamente dividido entre o norte (desértico e árabe) e o sul (fértil e negro). Ouro e algodão, os dois principais produtos de exportação (responsáveis por mais de 80% do valor total exportado em 2016), são provenientes do sul do país, que concentra a maior parte da riqueza nacional e é onde está localizada a capital, Bamako.

No final do século XIX, o Mali ficou sob o controle da França, tornando-se parte do Sudão Francês. Em 1960, conquistou a independência,



juntamente com o Senegal, tornando-se a Federação do Mali. Um ano mais tarde, a Federação do Mali se dividiu em dois países: Mali e Senegal. Quase a metade de sua população vive abaixo da linha de pobreza, com menos de 1 dólar por dia.

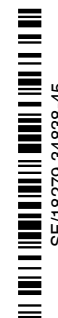
Em 1960, o Brasil reconheceu a independência do Mali e, em 1962, estabeleceu relações diplomáticas com esse país africano. A Embaixada do Brasil em Mali foi criada em outubro de 2007, passando a funcionar regularmente desde julho de 2008. A contrapartida deu-se em 2011, quando Mali criou sua embaixada em Brasília. Mas, não há um relacionamento bilateral intenso. O comércio bilateral é da ordem de US\$ 7,09 milhões (2017), sendo 7,084 milhões de exportações do Brasil para o Mali. Dentre os itens de exportações brasileiras destacam-se as embalagens de papel, os pneumáticos, os instrumentos de precisão, máquinas para terraplanagem e carnes de frango. O Brasil importa do Mali principalmente impressoras.

Em termos prospectivos, existe a potencialidade de investimentos brasileiros no setor agrícola, de infraestrutura, de exploração mineral, desenvolvimento de recursos hídricos, gado e couros, processamento de bebidas e alimentos, maquinaria e energia (térmica, solar e hidrelétrica).

Contudo, a situação política do Mali é um forte desincentivo para investimentos nesse País. A mobilização de grupos armados no Mali intensificou-se a partir do início de 2012, na esteira do fluxo de mercenários e armas provenientes da Líbia, no vácuo de segurança criado pelo fim do regime de Muammar Gaddafi. Na ocasião, vários grupos armados realizaram ataques contra forças governamentais no norte do país.

Em março de 2012, o Presidente Amadou Toumani Touré foi destituído do poder por militares descontentes com a incapacidade do governo de conter as ofensivas de movimentos rebeldes no norte do país.

Com apoio militar estrangeiro (tropas francesas e "peacekeepers"), o governo maliano retomou controle sobre parte do território do país e organizou em julho/agosto de 2013 eleições presidenciais,



SF/18279.34838-45

que foram vencidas por Ibrahim Boubacar Keïta (IBK). O retorno à ordem constitucional não teve como resultado o fim da instabilidade.

O país continuou a enfrentar uma série de problemas, entre eles, o reduzido controle territorial de um Estado fragilizado, número elevado de atentados terroristas (inclusive em Bamako e contra capacetes azuis da ONU), consolidação de redes criminosas transnacionais, embates entre grupos armados rivais, e a existência de milhares de deslocados internos e refugiados.

Nem mesmo as forças estrangeiras de segurança no Mali (Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali – MINUSMA) são capazes de promover a paz no local. Desde a sua criação, em 2013, até janeiro de 2018, 99 “capacetes azuis” morreram no Mali em razão de ataques deliberados de grupos armados contra o pessoal e as instalações da ONU. Portanto, a cooperação bilateral é desafiadora.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18279.34838-45

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

2



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 23, DE 2018

(nº 194/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas, em Genebra.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 194

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra.

Os méritos do Senhor Alexandre Guido Lopes Parola que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de abril de 2018.

EM nº 00072/2018 MRE

Brasília, 17 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 176 - C. Civil.

Em 17 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA**

CPF.: 890.476.567-68

ID.: 44570976 SSP/RJ

1965 Filho de José Rodrigues Parola e Raymunda Solange Lopes Parola, nasce em 2 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1985 Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

1987 CPCD - IRBr

1991 Mestrado em Economia pela Universidade de Brasília/DF

1997 Mestrado em Filosofia pela Catholic University of America, Washington-DC/EUA

1997 CAD - IRBr

2003 Doutorado em Filosofia, Catholic University of America, Washington-DC/EUA

2003 Pós-Doutorado em Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, Centro de Estudos Brasileiros, Universidade de Oxford, Reino Unido

2007 CAE - IRBr, Crítica da ordem injusta. Dimensões normativas e desafios práticos na busca da ordem e justiça nas relações internacionais. Uma visão brasileira.

Cargos:

1988 Terceiro-secretário

1994 Segundo-secretário

2000 Primeiro-secretário, por merecimento

2004 Conselheiro, por merecimento

2008 Ministro de segunda classe, por merecimento

2016 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1988-90 Divisão de Política Financeira e de Desenvolvimento, assistente

1989-93 Instituto Rio-Branco, Professor, assistente

1990 London School of Economics, Londres, Reino Unido, Pesquisador visitante

1990-91 Divisão de Política Comercial, assistente

1991-92 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, assessor

1992	Ministério da Economia, Finanças e Planejamento, Gabinete do Ministro, assessor
1992-93	Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos
1993	Subsecretaria-Geral de Planejamento, assessor
1993-97	Embaixada em Washington, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1997-99	Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário
1998	Universidade do Chile, Professor visitante
1999-2003	Presidência da República, Porta-Voz, Adjunto e Porta-Voz
1999	Instituto Rio-Branco, Professor, titular
2003-04	Embaixada em Londres, Primeiro-Secretário em missão transitória
2003	Faculdade de Ciências Políticas de Paris, (Sciences Po.), Professor Visitante
2004-06	Ministério da Defesa, Assessor Especial
2006-11	Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2011-15	Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro
2015-16	Diretor do Departamento Econômico da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros
2016	Porta-Voz do Senhor Presidente da República
2017-18	Instituto Rio-Branco. Professor titular de Política Internacional.

Condecorações:

2001	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2004	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Oficial
2013	Ordem do Mérito Aeronáutico
2017	Ordem do Mérito da Defesa. Grande-Oficial

Publicações:

1997	Organizador do livro de Paulo Tarso Flecha de Lima, Caminhos diplomáticos: 10 anos de agenda internacional, Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro
2004	Ordem e Justiça nas Relações Internacionais, in Política Externa, v.13, número 1
2007	A ordem Injusta. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília.
2010	"Rawls e Habermas - Leitores de Kant". V Anuário Brasileiro de Direito Internacional, v. 1.

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros
Departamento Econômico

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Abril de 2018

DADOS BÁSICOS	
Nome Oficial	Organização Mundial do Comércio - OMC
Países-membros	164 membros
Ano da fundação	1995
Ano da adesão do Brasil	1995 (Membro fundador)
Sede	Genebra, Suíça
Principais órgãos	Conferência Ministerial Conselho Geral
Chefias Administrativas	Diretor-Geral: Roberto Carvalho de Azevêdo, desde 2013, reconduzido ao cargo em 2017. Diretores-Gerais Adjuntos: Yonov Frederick Agah, Karl Brauner, Alan Wolff e Yi Xiaozhun

Informação atualizada em 13 de abril de 2018 por DIOEC, DACCESS, DCCOM, DDF, DPB e DNS. Revisada pela DIOEC e pelo DEC.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Diretor-Geral da OMC – Roberto Carvalho de Azevêdo



Nasceu em 3 de outubro de 1957, em Salvador. Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília. Ingressou no Ministério das Relações Exteriores em 1984 e serviu nas embaixadas do Brasil em Washington (1988 a 1991), e em Montevidéu (1992 a 1994).

Em 1995, tornou-se subchefe para Assuntos Econômicos no Gabinete do Ministério das Relações Exteriores e, de 1997 a 2001, serviu na Missão Permanente do Brasil em Genebra.

Participou da criação da Coordenação-Geral de Contenciosos, a qual chefiou entre 2001 e 2005, tendo atuado como Chefe de Delegação nos contenciosos dos "Subsídios ao Algodão", dos "Subsídios à Exportação de Açúcar", e das "Medidas que Afetam a Importação de Pneus Reformados".

Foi Diretor do Departamento Econômico entre 2005 e 2006, Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos de 2006 a 2008, e Representante Permanente do Brasil junto à OMC de 2008 a 2013.

Em dezembro de 2012, foi indicado pelo Brasil para concorrer ao cargo de Diretor-Geral da OMC e elegeu-se, vencendo a disputa contra o candidato mexicano Hermínio Blanco, para mandato de quatro anos (2013-2017). Assumiu funções em 1º de setembro de 2013. Em 2017, o Embaixador Azevêdo foi reconduzido ao cargo, com mandato até 2021.

Diretor-Geral Adjunto da OMC – Yonov Frederick Agah



Yonov Frederick Agah, de nacionalidade nigeriana, é bacharel em ciência e mestre em economia pela Universidade Ahmadu Bello (Zaria, Nigéria). Obteve também os títulos de Mestre em Administração de Empresas e de Doutor em Economia (Comércio Internacional) pela Universidade de Jos (Nigéria) em 1989 e 2007, respectivamente. O Senhor Agah também é Bacharel em Direito pela Universidade de Abuja (Nigéria, 2009).

Antes de sua designação como Diretor-Geral Adjunto da OMC, em 2013, Yonov Agah foi Representante Permanente da Nigéria junto à OMC, desde 2005. Presidiu o Conselho Geral da OMC em 2011, estando à frente da organização da Oitava Conferência Ministerial da OMC. Presidiu, adicionalmente, os seguintes órgãos da OMC: o Órgão de Solução de Controvérsias, em 2010; o Conselho de Comércio de Serviços, em 2009; o Órgão de Revisão de Políticas Comerciais, em 2008; o Conselho para os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, em 2007; e o Conselho de Comércio de Bens, em 2006.

Anteriormente, o Sr. Agah exerceu as seguintes funções: professor na Kaduna Politécnica (1979-1981); colunista e gerente de distribuição da Benie Printing and Publishing Corporation (1982-1984); gerente de vendas da Bennue Bottling Company Limited (1984-1987); gerente de campo da UTC Nigeria PLC (1990-1991); Vice-Diretor (assuntos multilaterais), de 1991 a 2001; e Diretor (comércio externo), de 2002 a 2005.

Diretor-Geral Adjunto da OMC – Karl Brauner



Karl Brauner, de nacionalidade alemã, é advogado, tendo feito seus estudos na Alemanha e no Reino Unido. Iniciou sua vida profissional no departamento jurídico do Ministério Federal Alemão da Economia, em Bonn, em 1983. De 1986 a 1987, trabalhou na Missão da Alemanha junto às Nações Unidas em Nova York. Serviu também nas missões diplomáticas alemãs em Atenas e Sydney.

O Senhor Brauner ocupou o cargo de Diretor Geral de Política Econômica Externa no Ministério Federal Alemão da Economia em Berlim por 12 anos, de 2001 a 2013. No exercício dessa função, foi responsável por todos os instrumentos de promoção das exportações e também foi encarregado do gerenciamento destas.

Atuou também como representante da Alemanha no Comitê de Política Comercial da União Europeia, cuja função é a de determinar a política comercial da União Europeia. Participou de todas as conferências ministeriais da OMC, desde o lançamento da Agenda de Desenvolvimento de Doha, em 2001.

Karl Brauner assumiu o cargo de Diretor-Geral Adjunto da OMC em 2013.

Diretor-Geral Adjunto da OMC – Alan Wm. Wolff



O Embaixador Alan Wolff atuou como negociador comercial principal e assessor tanto em administrações dos EUA republicanas, quanto democratas. Foi representante especial adjunto dos Estados Unidos para as negociações comerciais no governo Carter e consultor jurídico do órgão durante o governo Ford. Foi chefe de delegação dos EUA na Rodada Tóquio do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e um dos redatores da legislação que concede ao Poder Executivo dos EUA o direito de negociar acordos de livre comércio. Foi um dos fundadores do Comitê do Aço da OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento) e seu primeiro presidente.

Antes de assumir funções no escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), o Embaixador Wolff trabalhou na Secretaria do Tesouro dos EUA para o Comitê Consultivo Nacional sobre Política Monetária e Financeira Internacional, e participou dos trabalhos do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento da OCDE. Ademais, foi diretor do Escritório de Negociações Comerciais Multilaterais da Secretaria do Tesouro dos EUA.

Formado pelo Harvard College e com doutorado pela Columbia University, o Embaixador Wolff também trabalhou no escritório internacional de advogados Dentons e durante sua carreira participou em diversos casos de controvérsias comerciais internacionais. Nos últimos seis anos, presidiu o Conselho Nacional de Comércio Exterior (NFTC). Preside, ainda, a Junta do Instituto de Comércio e Diplomacia Comercial (ITCD).

Wolff assumiu o cargo de Diretor-Geral Adjunto da OMC em 2017.

Diretor-Geral Adjunto da OMC – Yi Xiaozhun



Yi Xiaozhun, de nacionalidade chinesa, é Mestre em Economia pela Universidade de Nankai. Tem vasta experiência na área de comércio internacional e de economia, tanto como membro do alto escalão do governo, quanto como Representante Permanente da China junto à OMC. Atuou como um dos principais negociadores no processo de acesso de seu país à OMC.

Yi Xiaozhun foi Ministro Adjunto e Vice-Ministro de Comércio da China, encarregado de negociações comerciais multilaterais e regionais e de cooperação. Atuou também na negociação de numerosos acordos de livre comércio, incluindo o Acordo China-ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), primeiro acordo do tipo firmado pela China. Trabalhou no aprofundamento da relação entre a China e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, na sigla em inglês), o Encontro Ásia-Europa (ASEM, na sigla em inglês), a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês), a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE, na sigla em inglês). Serviu, ademais, como diplomata na embaixada chinesa nos Estados Unidos, do final dos anos 1980 até o início dos anos 1990.

Como Representante Permanente da China junto à OMC, o Senhor Yi Xiaozhun foi eleito Presidente do Grupo de Trabalho para a Acesso da República Popular do Laos. Tornou-se Diretor-Geral Adjunto da OMC em 2013.

INFORMAÇÕES GERAIS

Histórico e atribuições:

As origens da Organização Mundial do Comércio (OMC) remontam ao final da Segunda Guerra Mundial e aos esforços dos aliados em reconstruir a economia mundial. O impasse na ratificação da Carta de Havana, documento que delimitava os objetivos e funções de uma das instituições de Bretton Woods voltada ao comércio internacional, levou à negociação de um Acordo Provisório, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), em 1947, que adotava o resultado das primeiras negociações relativas à redução e consolidação de tarifas e a regras sobre o comércio.

A partir de então, as regras do sistema de comércio internacional, antes consubstanciadas em tratados bilaterais, foram aprofundadas através de sucessivas rodadas de negociações multilaterais. Inicialmente voltadas à diminuição dos direitos aduaneiros, as seis primeiras rodadas foram pautadas em negociações sobre concessões tarifárias recíprocas que culminaram em uma bem-sucedida queda da média tarifária aplicada.

Na sétima rodada, denominada Rodada Tóquio, voltou-se a negociações de regras sobre barreiras não tarifárias, as quais passaram a ser adotadas por diversos países como nova forma de proteção à produção nacional. A Rodada culminou em nove acordos (válidos apenas entre as partes que os assinavam): Barreiras Técnicas; Subsídios; Antidumping; Valoração Aduaneira; Licenciamento de Importação; Compras Governamentais; Comércio de Aeronaves; Acordo sobre Carne Bovina e Acordo sobre Produtos Lácteos. Os dois últimos foram encerrados com o início das atividades da OMC.

A oitava rodada, a Rodada Uruguai, foi a mais ambiciosa e complexa das negociações estabelecidas no âmbito do GATT. Além da diminuição tarifária, estava entre os seus objetivos a integração às regras do GATT de setores antes excluídos, como agricultura e têxteis, além da introdução de tais regras a novos setores como serviços, medidas de investimentos e de propriedade intelectual.

Principal resultado da Rodada Uruguai, a OMC estabeleceu-se como fórum para a negociação de acordos multilaterais que visem à redução de barreiras ao comércio internacional e contribuam para o desenvolvimento e crescimento econômico mundial. A OMC, enquanto organização internacional, possui estrutura legal e institucional para a implementação e o monitoramento desses acordos internacionais, assim como para a solução de conflitos oriundos

de sua aplicação e interpretação. Atualmente existem 16 (dezesesseis) acordos multilaterais em vigor sob a égide da OMC (dos quais todos os Estados Membros da OMC são partes signatárias) e 2 (dois) acordos plurilaterais dos quais apenas parte dos Estados Membros são partes signatárias.

O termo GATT ficou estabelecido para designar o conjunto de todas as regras sobre comércio negociadas desde 1947, além das modificações introduzidas pelas sucessivas rodadas de negociação até a Rodada Uruguai. Assim, a ideia do GATT enquanto órgão internacional desapareceu, mas o acordo permanece válido como parte do sistema das regras do comércio internacional.

Durante os últimos 60 anos, o GATT e, a partir de 1995, a OMC contribuíram ambos para a criação de um sistema de comércio internacional forte e, conseqüentemente, para um crescimento econômico global sem precedentes. Atualmente, a OMC reúne 164 Membros. Suas atribuições incluem: (i) negociar regras para o comércio internacional de bens, serviços, propriedade intelectual e outras matérias que os Membros venham a acordar; (ii) zelar pela adequada implementação dos compromissos assumidos; (iii) servir de espaço à negociação de novas disciplinas; e (iv) resolver controvérsias entre os Membros. As atividades conduzidas pela OMC contam com o apoio de seu Secretariado sob a direção de seu Diretor-Geral. As três línguas oficiais na OMC são o inglês, o francês e o espanhol.

Estrutura:

Conferência Ministerial

O órgão máximo da OMC é a Conferência Ministerial, que deve reunir-se, no mínimo, a cada dois anos. Entre essas reuniões, as funções da Conferência Ministerial são exercidas pelo Conselho Geral, que, sob distintos termos de referência, funciona também como Órgão de Revisão de Políticas Comerciais e Órgão de Solução de Controvérsias.

Conselho Geral

Ao Conselho Geral se reportam diretamente o Conselho de Bens, o Conselho de Serviços e o Conselho de Propriedade Intelectual, além de comitês temáticos voltados a questões como Comércio e Desenvolvimento, Comércio e Meio Ambiente, Acordos Regionais e Orçamento. Com o lançamento da Rodada Doha, foi instituído o Comitê de Negociações Comerciais (CNC), também subordinado ao Conselho Geral. No âmbito do CNC estão as Sessões Especiais do Conselho de Serviços, do Conselho de Propriedade Intelectual, do Órgão de Solução de Controvérsias, do Comitê de Agricultura, do Subcomitê sobre

Algodão, do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento e do Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente, assim como os Grupos de Negociação sobre Acesso a Mercados e Regras. Atualmente, o Conselho Geral é presidido pelo Embaixador Junichi Ihara, Representante Permanente do Japão.

Conselho de Bens

O Conselho de Comércio de Bens da OMC visa a monitorar a implementação de compromissos assumidos pelos membros em matéria de comércio de bens. Entre suas doze instâncias subsidiárias, destacam-se os Comitês de Acesso a Mercados, de Agricultura, de Barreiras Técnicas ao Comércio, Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, Subsídios, Antidumping, assim como o Comitê Preparatório sobre Facilitação do Comércio. O Conselho de bens, que se reúne cerca de quatro vezes por ano, é presidido atualmente pelo Representante Permanente do Canadá junto à OMC, Embaixador Stephen de Boer.

Conselho de Serviços

O Conselho de Comércio de Serviços da OMC se reúne, em média, cinco vezes ao ano, para avaliar o cumprimento, pelos Membros, de seus compromissos de acesso a mercados assumidos no âmbito do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços – GATS, bem como questões relativas à regulamentação doméstica e transparência de regras nacionais para as atividades financeiras, de transportes, energia, telecomunicações e serviços profissionais. O Conselho de Serviços é presidido atualmente pelo Representante Permanente do Reino Unido junto à OMC, Embaixador Julian Braithwaite.

Conselho de TRIPS

É o órgão que trata dos temas relacionados ao Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio – TRIPS. O Conselho de TRIPS é presidido, atualmente, pela Representante Permanente de Hong Kong, China, Senhora Irene Young.

Órgão de Revisão de Políticas Comerciais

O mecanismo de revisão de políticas comerciais da OMC permite o exame periódico do quadro jurídico e das práticas dos Estados Membros em matéria de política comercial. A periodicidade das revisões é definida pela participação de cada membro nos fluxos internacionais de comércio. O exercício toma por base, de um lado, relatório preparado pelo governo do Membro sob exame, na forma de uma declaração política, e, de outro lado, relatório

produzido pelo Secretariado, de teor analítico e crítico. A par dos elementos de informação disponíveis, representantes dos demais Membros da OMC dirigem perguntas – seja por escrito, com antecedência de alguns dias, seja oralmente, no momento da reunião – ao Membro examinado, para que este exponha seus pontos de vista sobre os temas levantados. Em junho de 2017, o Brasil foi objeto, pela sétima vez, do processo de revisão. O Órgão de Revisão de Políticas Comerciais é atualmente presidido pelo Representante Permanente da Colômbia junto à OMC, Embaixador Juan Carlos González.

Órgão de Solução de Controvérsias

Considerado por muitos especialistas como um dos resultados mais significativos da Rodada Uruguai de negociações comerciais (1986-1994), o sistema de solução de controvérsias da OMC diferencia-se do mecanismo vigente até 1994 no âmbito do GATT em vários aspectos. Destes, talvez o mais importante seja o modo de aprovação dos relatórios dos painéis e da criação do Órgão de Apelação. O GATT exigia o consenso dos Membros para aprovar os relatórios, o que permitia à parte derrotada bloquear a aprovação. Já na OMC, relatórios de painéis e do Órgão de Apelação só não serão aprovados pelo Órgão de Solução de Controvérsias – OSC, no qual todos os Membros estão representados, caso ocorra o chamado “consenso negativo”: todos os Membros, inclusive o ganhador da disputa, decidam pela não adoção do relatório.

À diferença do mecanismo de solução de controvérsias do GATT, o sistema da OMC é dotado de instância revisora, o Órgão de Apelação, com a função de verificar, a pedido de qualquer parte em disputa, os fundamentos legais do relatório do painel e de suas conclusões.

O objetivo do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC é reforçar a observância das normas comerciais multilaterais e a adoção de práticas compatíveis com os acordos negociados. O sistema permite, a qualquer momento, a solução do conflito por meio de um acordo entre as partes em contenda.

Caso um relatório de painel ou do Órgão de Apelação adotado pelo OSC conclua pela incompatibilidade da prática de um Membro com as regras da OMC, a parte afetada deve modificar aquela prática, de modo a recompor o equilíbrio entre direitos e obrigações, um dos fundamentos do sistema multilateral de comércio, ou deve oferecer compensação à parte vencedora na disputa. Apenas em caso de recusa por parte do Membro derrotado em recompor tal equilíbrio é que a OMC poderá autorizar retaliações.

O Órgão de Solução de Controvérsias é atualmente presidido pela Representante Permanente da Tailândia junto à OMC, Sunanta Kangvalkijij.

Relações com outros organismos internacionais

A OMC mantém relações institucionais com cerca de 140 organizações internacionais, que participam dos trabalhos da OMC como observadoras. A OMC participa igualmente como observadora junto a várias outras organizações internacionais. O Secretariado da OMC colabora com aproximadamente 200 organizações internacionais em temas os mais diversos, entre os quais estatísticas, pesquisa, normatização, assistência técnica e formação.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

O Brasil fez parte do primeiro grupo de vinte e três países signatários do GATT em 1947 e também foi membro fundador da OMC, em 1995. Sua atuação ganhou crescente destaque desde os anos do GATT, tendo muitas vezes levado o País a assumir posições de liderança. Nesse contexto, é vista com naturalidade a participação do Brasil em processos de consulta e negociação conduzidos, em suas fases cruciais, por grupos reduzidos de membros.

A experiência brasileira tem sido reconhecida também pela escolha de seus representantes para o desempenho, ao longo da vigência dos dois organismos, de funções como presidências de grupos negociadores e comitês, a presidência do Conselho de Representantes do GATT e do Conselho Geral da OMC, do Conselho de Serviços, do Comitê de Comércio e Desenvolvimento, do Órgão de Solução de Controvérsias e, mais recentemente, a Direção-Geral da própria OMC, que foi assumida pelo Embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo, em 1º de setembro de 2013.

Os principais objetivos do Brasil na OMC são: (i) assegurar crescente abertura dos mercados internacionais para bens e serviços brasileiros; (ii) propugnar pelo contínuo aprimoramento das regras do comércio internacional; (iii) fortalecer o sistema multilateral de comércio, inclusive o Mecanismo de Solução de Controvérsias, a fim de coibir o uso de medidas unilaterais que possam atingir os interesses brasileiros.

Desde a entrada em vigor do Entendimento sobre Solução de Controvérsias da OMC, em 1995, o Brasil tomou parte, como demandante, demandado ou terceira parte, em 161 contenciosos. É o terceiro país em desenvolvimento com maior participação em disputas na Organização, atrás apenas da China (199) e da Índia (177).

Contexto atual - A Rodada Doha da OMC:

A Rodada Doha da OMC, iniciada em 2001, encontra-se em estado de impasse desde 2008, pela incapacidade de os países membros de acordarem um pacote amplo de acordos semelhante ao da Rodada Uruguai. Há impasses fundamentais entre países desenvolvidos e grandes países emergentes sobre passos adicionais de liberalização comercial e aceitação de novos compromissos normativos. Não há consenso sobre a agenda negociadora. Alguns membros já não aceitavam os mandatos e textos acordados no contexto da Rodada Doha como base para as negociações, e querem incluir novos temas. Membros de peso

no mundo em desenvolvimento, por sua vez, têm liderado movimento de obstrução a discussões sobre "novos temas".

A solução alternativa encontrada foi a de buscar avanços pontuais, a cada dois anos, durante as conferências ministeriais.

Após intensas negociações ao longo de 2013, os Ministros acordaram, na 9ª Conferência Ministerial da OMC, em Bali, em 2013, pacote significativo de resultados, entre os quais se destaca o Acordo de Facilitação de Comércio e quatro decisões/declarações sobre agricultura ("serviços gerais" em países em desenvolvimento, formação de estoques para programas de segurança alimentar, administração de quotas tarifárias e subsídios à exportação).

A 10ª Conferência Ministerial, realizada no período de 15 a 18/12/2015, em Nairóbi, possibilitou a obtenção de pacote de resultados que incluiu decisão histórica de proibição de subsídios para as exportações agrícolas, quase seis décadas após a eliminação do mesmo tipo de subvenção a produtos industriais. O pacote contemplou também decisões relacionadas a estoques públicos para fins de segurança alimentar; mecanismo de salvaguardas especiais para países em desenvolvimento; algodão; e temas relacionados a países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), como regras de origem preferenciais para PMDRs; implementação de tratamento preferencial para serviços e prestadores de serviços de PMDRs; e aumento da participação de PMDRs no comércio de serviços.

Na 11ª Conferência Ministerial da OMC, realizada em Buenos Aires, em dezembro de 2017, não foi possível concluir um pacote significativo de acordos. Os resultados resumiram-se a (i) uma decisão de natureza procedimental em matéria de subsídios à pesca; e (ii) a renovação, por dois anos, da moratória sobre casos de "não-violação" do Acordo de Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio e da moratória relativa à cobrança de imposto de importação sobre transmissões eletrônicas. Houve avanços em quatro temas adicionais, por meio de declarações plurilaterais, todas subscritas pelo Brasil: (i) medidas para micro, pequenas e médias empresas; (ii) facilitação de investimentos; (iii) comércio eletrônico; e (iv) regulamentação doméstica em serviços.

Temas de Interesse para o Brasil

Agricultura

Após o impasse a que chegaram as negociações da Rodada Doha em 2008, o processo de reforma da agricultura entrou praticamente em hibernação. As tentativas de se retomar as tratativas com base no texto das chamadas "modalidades negociadoras agrícolas" de 2008, conjunto de fórmulas para corte de subsídios e tarifas, muitas delas impulsionadas por grupo de países em desenvolvimento liderado pelo Brasil, encontraram resistências significativas.

Em resposta a esse novo contexto negociador, e sem desconsiderar o objetivo de longo prazo de aprofundar o processo de reforma do comércio agrícola internacional iniciado na Rodada Uruguai, o Brasil buscou, de forma realista e pragmática, flexibilizar posições para permitir avanços negociadores. Protagonizou, nesse sentido, a aprovação de novas regras para o efetivo preenchimento das quotas tarifárias agrícolas, na Ministerial de Bali de 2013, e teve papel central na decisão histórica adotada na Ministerial de Nairóbi, em dezembro de 2015, que definiu o fim dos subsídios à exportação e novas regras para disciplinar as medidas de efeito equivalente.

O reposicionamento brasileiro nos temas agrícolas na OMC reaproximou o País dos membros ofensivos do Grupo de Cairns, tradicionais aliados na defesa do processo de reforma da agricultura, e formou inédita parceria com a União Europeia, que resultou na apresentação de proposta conjunta para as negociações do pilar de competição nas exportações.

Nos próximos anos, o Brasil trabalhará pragmaticamente para fortalecer o pilar negociador da OMC. O foco da agenda deverá estar em temas sistêmicos, como subsídios domésticos distorcivos, assim como em questões relacionadas ao acesso a mercados agrícolas internacionais.

Na preparação para a Conferência Ministerial de Buenos Aires (MC11), que ocorreu em dezembro de 2017, o Brasil protagonizou as discussões em agricultura, com foco em apoio doméstico. Em 14/07/2017, foi circulada proposta conjunta Brasil-União Europeia, apoiada pela Colômbia, Peru e Uruguai, que incentivou debate sobre definição de um teto global de apoio distorcivo. Apesar do empenho brasileiro, a complexidade do contexto negociador não permitiu que se alcançasse resultado. Apesar do interesse de uma ampla maioria, as posturas contrárias, assim como as posturas maximalistas de outros, inviabilizou qualquer possibilidade de se chegar a um acordo. Diante da evidência de que não seria possível obter resultado em apoio doméstico, o Brasil assumiu, na fase final das negociações, protagonismo na demanda por "simetria" quanto à possibilidade de avanços em estoques públicos para segurança alimentar e apoio doméstico. Com esta postura, o País contribuiu para que se evitasse o cenário desfavorável de resultado unicamente em estoques público.

A prioridade na liberalização dos mercados agrícolas também se evidenciou na Declaração Ministerial sobre Limite Máximo de Resíduos (LMRs) firmada pelo Brasil em Buenos Aires e se revela, cotidianamente, nas posições e iniciativas brasileiras nas reuniões trimestrais do Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) da OMC, em coordenação com Argentina, Canadá e EUA, na denúncia de barreiras sanitárias ou fitossanitárias sem base científica impostas por alguns países ou blocos ao comércio agrícola internacional.

Regras e defesa comercial

Os Membros da OMC, quando confrontados com situações de concorrência desleal (dumping e/ou subsídios) ou com surtos de importações que causem ou ameacem causar dano a sua indústria nacional, podem fazer uso das regras multilaterais de comércio para aplicar medidas de defesa comercial – medidas antidumping, medidas compensatórias ("antissubsídios") e medidas de salvaguardas.

Essas medidas de defesa comercial podem assumir a forma de direitos aduaneiros aplicados acima do imposto de importação ou de restrições quantitativas. São instrumentos utilizados temporariamente, para minimizar o dano causado aos setores nacionais pelo dumping ou subsídio de terceiros ou pelo surto de importações de determinado produto. Para que essas medidas possam ser aplicadas, o país afetado deve demonstrar dano à indústria doméstica e conduzir investigações que comprovem a prática de dumping pelos exportadores (medidas antidumping), a existência de preços subsidiados (medidas compensatórias) ou o surto nas importações (salvaguardas), dependendo do caso.

Três são os Acordos da OMC que disciplinam a aplicação de medidas de defesa comercial pelos Membros: Acordo Antidumping, Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias e Acordo de Salvaguardas. O Grupo Negociador de Regras (GNR) da Organização, encarregado de conduzir as negociações sobre defesa comercial na Rodada Doha, segue trabalhando no esclarecimento de aspectos específicos dos Acordos de Antidumping e de Subsídios e Medidas Compensatórias e no tratamento de temas como subsídios à pesca e acordos regionais. O mandato de Doha, em 2001, orientou os Membros a negociarem aprimoramentos das disciplinas existentes nessas áreas e um novo acordo multilateral para limitar/eliminar subsídios à pesca.

Na última reunião ministerial da OMC em Buenos Aires (dezembro de 2017), não houve resultados substantivos nos temas de "regras". Houve, contudo, apoio significativo a negociações para regulamentar subsídios à pesca.

As negociações sobre subsídios à pesca, voltadas à adoção de um Acordo para disciplinar o apoio ao setor pesqueiro, têm como foco os problemas de sobre-exploração e a sobrecapacidade causada pelo excesso de embarcações, com sérios riscos à sustentabilidade dos recursos pesqueiros dos oceanos.

Serviços

Desde a X Conferência Ministerial da OMC (MC-10), em Nairóbi (2015), as discussões sobre comércio de serviços na Organização deslocaram-se de acesso a mercados, tema de maior enfoque na Rodada Doha, para três tópicos normativos: regulamentação doméstica em serviços, facilitação de investimentos e comércio eletrônico.

As disciplinas relativas à **regulamentação doméstica** em serviços dizem respeito a regras gerais que os países devem observar para o estabelecimento de requisitos e procedimentos para a obtenção de licenças por parte de prestadores de serviços, critérios para reconhecimento de certificados profissionais, adoção de padrões técnicos sobre qualidade de um serviço e normas para divulgação dos regulamentos. A negociação de tais disciplinas, prevista desde a criação da OMC e incorporada à Rodada Doha a partir da Conferência Ministerial de Hong Kong (2005), estava virtualmente paralisada desde meados de 2008. Na Ministerial de Buenos Aires (MC-11), no entanto, cerca de 60 membros da Organização, inclusive o Brasil, comprometeram-se a conferir impulso às negociações com vistas a apresentar resultados na próxima reunião ministerial.

Existe razoável interesse entre os membros da OMC na adoção de regras/compromissos/diretrizes sobre **facilitação de investimentos**, termo que, embora não conte com definição universal, entende-se como um conjunto de práticas, atividades e mecanismos simplificação de procedimentos afetos a investimentos e de apoio ao investidor ao longo de todo o ciclo de execução do investimento, tais como acesso à legislação aplicável, transparência regulatória e divulgação de oportunidades de negócios, sem incluir dispositivos de proteção legal aos investimentos. O Brasil, cujo modelo de investimento se baseia, entre outros, no conceito de facilitação de investimentos, tem sido especialmente ativo na promoção do tema na OMC, onde integra o Grupo de Amigos da Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento (FIFDs) e outros grupos informais. Na Conferência de Buenos Aires, o Brasil subscreveu, juntamente com outros 70 membros, uma declaração em favor da negociação de um “marco multilateral” sobre facilitação de investimentos.

Não há disciplinas específicas sobre **comércio eletrônico** (entendido como o comércio de bens e serviços habilitado por meios ou plataformas eletrônicas) na OMC. Há apenas o compromisso provisório, sujeito à renovação a cada dois anos por ocasião das Conferências Ministeriais, de “não impor direitos aduaneiros sobre transmissões eletrônicas”. Desde 1998, com a adoção do “Programa de Trabalho sobre Comércio Eletrônico”, ainda em vigor, a OMC acompanha e discute os desenvolvimentos desse tipo de comércio e suas implicações para o comércio de bens, serviços, propriedade intelectual e desenvolvimento. Em Buenos Aires, cerca de 70 membros (inclusive Brasil, União Europeia e EUA) adotaram uma declaração ministerial pela qual decidiram “iniciar um trabalho exploratório com vistas a futuras negociações na OMC sobre aspectos de comércio relativos a comércio eletrônico”. O Brasil tem participado construtiva e ativamente dos debates, inclusive mediante a apresentação de papeis, assinalando, sempre, a necessidade de equilíbrio entre interesses comerciais e preocupações regulatórias legítimas no tratamento do assunto.

Os tópicos relativos a comércio eletrônico têm ganhado destaque na agenda internacional e extrapolam considerações exclusivamente econômicas, em vista de preocupações associadas à proteção de privacidade, prevenção de ilícitos transnacionais, segurança cibernética, tributação e direitos do consumidor. Esses temas têm reflexos nas discussões da OMC, que também versam sobre fluxo de dados para fins comerciais, assinatura eletrônica, participação de pequenas e médias empresas (PMEs), tratamento de produtos digitais, facilitação de comércio eletrônico, comércio de pacotes, interoperabilidade e transparência regulatória.

Facilitação de comércio

Os Membros da OMC constataram que procedimentos aduaneiros complexos e pouco transparentes, entraves burocráticos e a diversidade de práticas operacionais podem constituir barreiras não tarifárias ao comércio internacional. Por esse motivo, coincidiram na importância de contar com instrumento multilateral que facilitasse as operações de importação, exportação e trânsito de bens. O tema de Facilitação de Comércio, mencionado originalmente em 1996, por ocasião da Conferência de Cingapura, foi incorporado ao Mandato de Doha em 2001 e detalhado em 2004 com o chamado “Pacote de Julho” do Conselho Geral da OMC, que concentrou a negociação em torno do conteúdo e alcance de três artigos do GATT: liberdade de trânsito (Artigo V); taxas e formalidades (Artigo VIII); e transparência na publicação e na implementação de regras de comércio (Artigo X).

A negociação do Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) contou com ativa participação da delegação brasileira e foi concluído por ocasião da IX Conferência Ministerial da OMC, em Bali, Indonésia, em dezembro de 2013, convertendo-se no primeiro acordo multilateral adotado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) desde sua criação, em 1995.

O Brasil foi o 72º Membro da OMC a ratificar o AFC, em março de 2016. O Acordo entrou em vigor em 22 de fevereiro de 2017, quando dois terços dos 164 Membros da OMC manifestaram sua aceitação (110 ratificações).

O Acordo de Facilitação de Comércio, cujos dispositivos estão vigentes no Brasil, desde a publicação do Decreto Nº 9.326, de 3 de abril de 2018, promove harmonização global de certas regras aduaneiras (transparência, imparcialidade, processamento, pagamento de taxas, gestão de risco e auditoria, entre outras); contempla medidas para modernizar a administração aduaneira e simplificar procedimentos de comércio exterior; estimula maior cooperação entre as autoridades aduaneiras; e prevê a oferta de assistência técnica, capacitação e tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo.

A implementação do Acordo beneficiará diretamente os exportadores brasileiros, não somente por meio da redução dos custos de exportação no

Brasil, hoje especialmente elevados, mas também pela agilização dos processos aduaneiros nos países de destino – particularmente em países em desenvolvimento, cuja burocracia é, em geral, mais complexa. Contribuirá, assim, para o aumento das exportações brasileiras e para uma melhor inserção comercial do país no exterior.

Como parte dos compromissos do AFC, foi instituído no Brasil o Comitê Nacional de Facilitação do Comércio (CONFAC), que tem também a função de implementar as disciplinas previstas no Acordo.

Medidas para micro, pequenas e médias empresas

Na reunião de maio de 2017 do Conselho-Geral da OMC, o Brasil copatrocinou, juntamente com outros 18 Membros, iniciativa de criação de um Grupo de Amigos das Micro, Pequenas e Médias Empresas, com participação aberta aos demais Membros interessados da OMC.

Diante da crescente evidência de que a participação dessas empresas no comércio internacional não está à altura de sua importância para a maioria das economias nacionais, o Brasil e os outros Membros que integram a iniciativa defendem discussão mais abrangente e estratégica do tema e das possibilidades de seu tratamento em disciplinas multilaterais.

As medidas propostas para programa de trabalho na OMC incluem: (i) melhoria do acesso à informação; (ii) promoção de um ambiente regulatório mais previsível e identificação de medidas de facilitação do comércio e redução dos custos comerciais; (iii) ampliação do acesso a mecanismos de financiamento ao comércio, tema em que a OMC colaboraria com outras instituições multilaterais especializadas, como o Banco Mundial e bancos regionais de desenvolvimento; (iv) identificação de medidas de interesse das MSMEs que poderiam ser abordadas nos relatórios do exercício de revisão de políticas comerciais; e (v) assistência técnica e capacitação.

Apesar da legitimidade crescente derivada da adesão de novos Membros ao Grupo e do esforço de evitar temas polêmicos, a proposta de Programa de Trabalho não foi aprovada na Conferência Ministerial de Buenos Aires. 87 Membros, entre os quais o Brasil, decidiram, portanto, assinar declaração conjunta e dar seguimento às discussões de forma plurilateral.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1947	23 países assinam o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT.
	Rodada do GATT (Rodada Genebra), sobre tarifas. Resultou na negociação de 45.000 concessões tarifárias.
	Delegados de 56 países se reúnem em Havana, Cuba, em novembro, a fim de iniciar negociações sobre proposta de Carta sobre Organização Internacional de Comércio (OIC).
1948	Acordo do GATT entra em vigor no dia 1º de janeiro
	Em março, a Carta de Havana, que daria origem à OIC, é assinada. O Congresso dos EUA, contudo, não a referenda. O GATT, inicialmente provisório, torna-se o único instrumento internacional de referência para o comércio internacional.
1949	Segunda Rodada do GATT (Rodada Annecy), França. Os 13 países participantes fazem cerca de 5000 concessões tarifárias.
1950	Terceira Rodada do GATT (Rodada Torquay), Reino Unido. Os 38 países participantes negociam cerca de 8700 concessões tarifárias, reduzindo em 25% o nível tarifário de 1948.
1955-56	Revisão do texto do acordo do GATT, com a aprovação do Protocolo de Emendas.
	Quarta Rodada do GATT (Rodada Genebra), Suíça. Contou com 26 países participantes. Ao término das negociações, a redução tarifária superou os US\$ 2,5 bilhões.
1960-62	Quinta Rodada do GATT (Rodada Dillon, em homenagem ao Subsecretário de Estado americano, Douglas Dillon). Concessões tarifárias alcançaram US\$ 4,9 bilhões e envolveram negociações relacionadas com a criação da Comunidade Econômica Europeia, que pela primeira vez negociou como uma só entidade.
1964-67	Sexta Rodada do GATT (Rodada Kennedy), sobre tarifas e medidas antidumping. Redução tarifária em volume equivalente a US\$ 40 bilhões.
	Em 1965, é aprovada a Parte IV do GATT, que confere tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento.

1973-79	Sétima Rodada do GATT (Rodada Tóquio), com a participação de 102 países. Foram criadas uma série de acordos plurilaterais sobre medidas não-tarifárias e aprovada a chamada “cláusula de habilitação”, que permite a concessão de preferências a países em desenvolvimento. Redução tarifária alcançou US\$ 300 bilhões.
1986-93	Oitava Rodada do GATT (Rodada Uruguai). A mais ambiciosa do ponto de vista temático. Resultou na criação da OMC e na incorporação ao regime do GATT de setores antes parcialmente excluídos, como agricultura e têxteis, além de introduzir regras a novos setores: serviços (GATS), investimentos (TRIMS) e de propriedade intelectual (TRIPS).
1994	Em Marrakesh, Marrocos, completou-se a Rodada Uruguai e firmou-se o acordo de estabelecimento da Organização Mundial do Comércio.
1995	Criação da Organização Mundial do Comércio, com sede em Genebra. O Brasil é membro fundador.
1996	1ª Conferência Ministerial, Cingapura.
1998	2ª Conferência Ministerial, Genebra. Reafirma esforços de cooperação técnica para que os países em desenvolvimento se beneficiem do comércio internacional.
1999	3ª Conferência Ministerial, em Seattle, Estados Unidos. Com a forte oposição dos movimentos sociais anti-globalização, fracassou o lançamento de uma nova rodada de negociações da OMC. Mike Moore, da Nova Zelândia, se torna Diretor-Geral da OMC.
2001	Em dezembro, a China entra formalmente na OMC. 4ª Conferência Ministerial, Doha. Lançada a Rodada para o Desenvolvimento (Rodada Doha), sobre tarifas, agricultura, serviços, subsídios, solução de controvérsias, entre outros.
2002	Com a eleição de Supachai Panitchpakdi como Diretor-Geral, pela primeira vez a OMC é comandada por um representante dos países em desenvolvimento.
2003	5ª Conferência Ministerial, em Cancun, México. As negociações fracassam após quatro dias de disputas sobre subsídios a produtores agrícolas e acesso a mercados.
2005	6ª Conferência Ministerial, em Hong Kong. É aprovada a Declaração de Hong Kong, que prevê a abolição dos subsídios à exportação de todos os produtos agrícolas até 2013. Pascal Lamy é eleito Diretor-Geral da OMC Arábia Saudita ingressa na OMC.
2008	Ministros tentam retomar a Rodada Doha, sem sucesso.

2009	7ª Conferência Ministerial, em Genebra. A reunião teve caráter não-negocial, adotando como tema o papel da OMC e do Sistema Multilateral de Comércio no atual ambiente econômico global.
2011	8ª Conferência Ministerial, em Genebra. Não tem sucesso a tentativa de aprovar um pacote parcial de resultados da Rodada. Rússia ingressa na OMC.
2013	O embaixador brasileiro Roberto Azevêdo, então Representante Permanente do Brasil junto à OMC, é eleito ao cargo de Diretor-Geral 9ª Conferência Ministerial da OMC, em Bali, Indonésia, de 3 a 6/12, aprovação do Acordo de Facilitação do Comércio.
2015	10ª Conferência Ministerial, realizada em Nairóbi, Quênia, de 15 a 18 de dezembro. Aprovação de decisão sobre proibição de subsídios à exportação de produtos agrícolas.
2017	11ª Conferência Ministerial, realizada em Buenos Aires, Argentina, de 10 a 13 de dezembro. Lançamento de negociações sobre redução/eliminação de subsídios à pesca e renovação de moratória à cobrança de impostos sobre comércio eletrônico. Grupos de países lançam processos negociadores plurilaterais abertos.

PRINCIPAIS ATOS MULTILATERAIS E BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor (Data)	Publicação no D.O.U (Data)
Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio	15/4/1994	1/1/1995	31/12/1994

Relatório de Gestão (2016-2018)

Embaixador Evandro Didonet

Delegação do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra (DELBRASOMC)

Este Relatório de Gestão cobre o período a partir de 09/09/2016. O foco principal serão (i) os assuntos da OMC. O relatório tratará, igualmente, dos assuntos relativos às demais organizações econômicas sediadas em Genebra: (ii) Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI); (iii) Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD); (iv) Centro para o Comércio Internacional (ITC); (v) União Internacional das Telecomunicações (UIT); (vi) Centro Sul; (vii) Fórum Econômico Mundial (WEF); e (viii) Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE). As ações mencionadas neste relatório foram decorrentes de instruções da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE).

* * *

I - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)

2. Criada em 01/01/1995, a OMC -- expressão do sistema multilateral de comércio (SMC) baseado em normas -- é um pilar central da política externa nacional, bem como referência de base para a política comercial do Brasil. O País foi um dos 23 fundadores, em 1947, do Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT), predecessor da OMC.

3. No período coberto por este relatório, quatro desdobramentos devem ser realçados: (i) reeleição do embaixador Roberto Azevêdo, em 28/02/2017, ao cargo de Diretor-Geral (item I.1); (ii) crescentes desafios enfrentados pela Organização, que põem em risco a solidez do sistema multilateral de comércio (item I.3); (iii) XI Conferência Ministerial (XI CM), em 10-13/12/2017 (item I.4); e (iv) impactos de contenciosos envolvendo o Brasil (item I.14).

I.1 - Reeleição do embaixador Roberto Azevêdo

4. O Posto empenhou-se nas ações em favor da reeleição do embaixador Roberto Azevêdo ao cargo de Diretor-Geral. Em 28/02/2017, o Conselho-Geral aprovou, por aclamação, a sua recondução a um segundo mandato (01/09/2017 a 31/08/2021). Na ocasião, o Brasil sublinhou que a primeira eleição do DG Azevêdo, quatro anos antes, fora também a vitória do “candidato do Brasil” -- um reconhecimento da projeção do País e de seu firme compromisso com o sistema multilateral de comércio. Já sua reeleição expressava o tributo dos Membros aos méritos pessoais e aos múltiplos êxitos do Diretor-Geral ao longo de seu primeiro mandato (2013-2017).

I.2 - Entrada em vigor de novos instrumentos multilaterais

5. O Protocolo de Emenda ao Acordo de Medidas de Propriedade Intelectual Relacionadas ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês) entrou em vigor em 22/01/2017, permitindo aos Membros emitir licenças compulsórias para fabricação de medicamentos destinados a exportação a países com capacidade de produção reduzida (e não mais apenas para uso doméstico). Em sessão do Conselho de TRIPS, a delegação brasileira registrou o papel desempenhado, na origem do tema, na sua condição de então ministro da Saúde, pelo ex-ministro das Relações Exteriores, senador José Serra. O Protocolo de

Emenda ao Acordo de TRIPS foi a primeira modificação no Acordo de Marraquexe desde sua assinatura em 1994.

6. Em 22/02/2017, entrou em vigor o Acordo de Facilitação de Comércio, concluído na IX Conferência Ministerial (Bali, dezembro de 2013). Primeiro acordo multilateral desde a criação da OMC, o AFC tinha 135 ratificações até 16/04/2018 -- inclusive a do Brasil em 2016. O decreto de promulgação foi publicado em 03/04/2018.

I.3 - Cenário de desafios enfrentados pela OMC

7. Durante o período coberto pelo presente relatório, não obstante desdobramentos positivos como os referidos no item anterior, ampliou-se a percepção acerca dos sérios e crescentes desafios enfrentados pela OMC e pelo sistema multilateral de comércio. **O pilar negociador encontrava-se virtualmente paralisado desde 2008**, quando mais perto se chegara de possível conclusão da Rodada Doha, lançada em 2001. Os resultados pontuais na IX Conferência Ministerial (Bali, 2013 - Acordo de Facilitação de Comércio) e na X CM (Nairóbi, 2015 - proibição de subsídios a exportações agrícolas) -- para os quais foram decisivos os méritos do DG Azevêdo -- haviam criado expectativas de que o braço negociador pudesse manter sua relevância, mesmo na ausência de perspectivas para retomada da Rodada Doha. A ausência de resultados na XI CM (Buenos Aires, dezembro de 2017), contudo, esvaziou por ora até mesmo as perspectivas de movimentos pontuais e/ou incrementais no braço negociador.

8. A paralisia da agenda negociadora relaciona-se a uma série de fatores: (i) impactos da crise econômica global iniciada em 2008; (ii) impactos da ascensão vertiginosa da China, em curto espaço de tempo, à posição de principal exportador mundial; (iii) sentimentos anticomércio, sobretudo em países desenvolvidos; (iv) críticas de países em desenvolvimento ao sistema multilateral de comércio, em razão de percepções de que os resultados da Rodada Uruguai, concluída em 1994, teriam sido desequilibrados, bem como de que normas internacionais seriam antes impeditivas do que promotoras do desenvolvimento; (v) questionamento por parte dos países desenvolvidos quanto ao escopo do tratamento especial e diferenciado em favor dos países em desenvolvimento; (vi) efeitos colaterais de processos decisórios mais participativos que refletem a ascensão de países emergentes (o próprio aumento no número de Membros, hoje em 164, em Organização que segue a praxe de decisões por consenso, torna mais complexos os processos negociadores); e (vii) crescente percepção de que acordos bilaterais e regionais oferecem melhores oportunidades imediatas. A esses fatores de caráter estrutural, somou-se a partir de 2017 a **postura crítica da administração Trump em relação à OMC (ou ao multilateralismo em geral)**.

9. Além da situação de paralisia no pilar negociador, já se esboçava há algum tempo, em paralelo, o início da atual **crise no Órgão de Apelação (OA)**, que afeta gravemente o pilar de solução de controvérsias. Trata-se de crise derivada das insatisfações tradicionais e suprapartidárias dos EUA em relação ao OA. Na substância, a administração Trump reproduz insatisfações preexistentes -- mas, agora, de forma muito mais assertiva. Desde o primeiro semestre de 2017, os EUA passaram a bloquear o preenchimento de vagas no OA (ver item I.14).

10. As circunstâncias na OMC, que já eram desafiadoras, agravaram-se em 2018, no contexto de **medidas restritivas ao comércio adotadas pelos EUA** (invocação da

exceção de segurança nacional para limitar importações de aço e alumínio; anúncio de possíveis sobretaxas contra produtos chineses, com base na Seção 301 do "Trade Act" de 1974). Uma escalada de medidas e contramedidas à margem do sistema multilateral de comércio parece hoje cenário plausível. Tornaram-se lugar comum as referências a uma possível **"guerra comercial"** (com epicentro nas relações EUA-China).

11. Após a crise econômica de 2008, o marco normativo da OMC havia sido crucial para evitar uma escalada protecionista. Agora, contudo, parece haver riscos de que sua moldura possa não ser capaz de acomodar as tensões atuais. O sistema está sob pressão. As regras existentes correm riscos de enfraquecimento. A chamada **"preservação do sistema" assume crescente prioridade relativa**. Nesta conjuntura crítica, é crucial manter o perfil ativo do Brasil, por meio de ações para preservar o sistema multilateral de comércio, de posturas propositivas no pilar negociador e de atuação em favor da integridade do pilar de solução de controvérsias. Em recentes pronunciamentos, o País tem ressaltado o momento de "desafios existenciais" na OMC e feito chamados a que os Membros atuem em favor da "preservação do sistema".

12. Em um contexto de política comercial mais amplo do que a OMC, as graves incertezas em torno do sistema multilateral de comércio reafirmam a correção do empenho do Brasil em reforçar, sem prejuízo do multilateralismo, a agenda de negociações bilaterais/regionais. Não está mais em questão a visão de que o multilateralismo e as negociações bilaterais são agendas que se complementam. Diante da crise no SMC, contudo, as negociações bilaterais/regionais adquirem importância ainda maior.

I.4 - A XI Conferência Ministerial (XI CM – Buenos Aires, 10-13/12/2017)

13. A XI CM e seu processo preparatório foram um fio condutor das atividades do Posto na presente gestão. Inicialmente, havia expectativa de que os Membros pudessem, como nas duas ministeriais anteriores (ver item acima), voltar a lograr resultados, ainda que apenas pontuais ou incrementais.

14. Além das reuniões regulares no marco formal da OMC, o processo preparatório para a XI CM envolveu, no período coberto por este relatório, reuniões miniministeriais informais em Oslo (outubro de 2016), Davos (janeiro de 2017), Paris (junho de 2017) e Marraquexe (outubro de 2017). O ministro das Relações Exteriores, senador Aloysio Nunes Ferreira, esteve presente em Marraquexe. Buscava-se entendimento em torno de agenda negociadora envolvendo tanto temas da Rodada Doha (subsídios agrícolas; barreiras sanitárias e fitossanitárias; e subsídios à pesca, entre outros) quanto alguns chamados "novos temas" (inserção das micro, pequenas e médias empresas no comércio internacional; facilitação de investimentos; comércio eletrônico).

15. Na pausa do verão europeu de 2017, contudo, já estava claro que se caminhava para impasse. No contexto dos desafios mais amplos enfrentados pela OMC (item I.3 acima), cristalizava-se uma divisão insuperável entre, de um lado, Membros que insistiam -- de forma irrealista, ainda que legítima -- no respeito a mandatos prévios e conclusão da Rodada Doha, antes que se pudesse tratar de outros temas na OMC, e, de outro lado, Membros abertos a enfoques mais flexíveis, buscando identificar de forma pragmática temas em que fosse possível lograr avanços pontuais e incrementais. Recorde-se que a Declaração Ministerial da X CM (Nairóbi, dezembro de 2015) já explicitara o dissenso em torno do prosseguimento da Rodada Doha.

16. Cabe registrar que a visão brasileira sobre a agenda negociadora na OMC percorreu evolução importante ao longo do biênio preparatório para a XI CM -- indicada no discurso da delegação à reunião miniministerial de Davos em janeiro de 2016 e depois consolidada no discurso do ex-ministro das Relações Exteriores, senador José Serra, na miniministerial de Paris, em junho de 2016. No período coberto por este relatório, as novas diretrizes foram traduzidas em linhas de ação e iniciativas concretas.

17. O Brasil continuou a afirmar a importância dos temas da Rodada Doha, em particular a prioridade central à reforma das políticas agrícolas -- mas indicando, ao mesmo tempo, disposição para discutir propostas em outras áreas "em seus próprios méritos". **Diante da impossibilidade de retomada da Rodada Doha, o País defendeu avanços incrementais em temas pontuais.** O Brasil indicou, também, abertura a formatos negociadores "menos do que multilaterais", ainda que reafirmando preferência pelo multilateralismo. Nesse sentido, **em novembro de 2016 engajou-se pela primeira vez em exercício negociador plurilateral** (na área de subsídios à pesca).

18. Nas linhas acima, o Brasil apresentou propostas ou documentos conceituais nas seguintes áreas: (i) subsídios agrícolas, por meio de documento de caráter mais conceitual (JOB/AG/72/Add.1 -- 11/11/2016), em conjunto com Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai, e depois de um segundo já em formato de proposta negociadora (JOB/AG/99 -- 14/07/2017), em conjunto com a UE, Colômbia, Peru e Uruguai; (ii) temas sanitários e fitossanitários, pelos documentos RD/AG/57 e RD/AG/62, respectivamente de 30/05/2017 e 10/11/2017, além de proposta de decisão ministerial circulada em Buenos Aires pelo documento WT/MIN(17)/32; (iii) facilitação de investimentos, pelo documento JOB/GC/124, de 26/04/2017, em conjunto com a Argentina; (iv) micro, pequenas e médias empresas (MSMEs), pelo documento JOB/GC/127, de 09/06/2017, em conjunto com Argentina, Paraguai e Uruguai; e (v) comércio eletrônico, por meio de dois documentos sobre temas específicos, sendo um deles em conjunto com a Argentina, sobre direito autoral em ambiente digital (JOB/GC/113/Rev.1, de 07/03/2017) e outro em conjunto com a Argentina e o Paraguai, sobre assinaturas eletrônicas (JOB/GC/115, de 21/12/2016). **Em agricultura, SPS, facilitação de investimentos e MSMEs, pode-se objetivamente dizer que o Brasil teve papel de liderança.**

19. Na ausência de entendimento sobre o que poderia ser submetido à apreciação dos ministros em Buenos Aires, contudo, sequer houve engajamento efetivo dos Membros em negociações de substância, com exceção da área de subsídios à pesca. As conversas pré-XI CM consumiram-se em discussões de processo e de agenda. Sem prejuízo desse fato, o Brasil manteve até o final uma postura de engajamento construtivo, particularmente no tema de subsídios agrícolas. Às vésperas de Buenos Aires, quando já estava claro que não haveria acordo sobre a limitação de subsídios agrícolas, o País foi talvez o Membro mais vocal na visão de que -- fora do contexto de um entendimento mais amplo sobre esses subsídios -- não se poderiam aceitar novos espaços para subsidiar a formação de estoques públicos de segurança alimentar.

20. Na Conferência de Buenos Aires, deve ser destacada, em primeiro lugar, a expressão política da presença, na sessão de abertura, do presidente Michel Temer e dos demais chefes de estado do MERCOSUL, cujos pronunciamentos reafirmaram o comprometimento da região com o sistema multilateral de comércio. A delegação brasileira foi chefiada pelo ministro Aloysio Nunes Ferreira, que pronunciou o discurso

nacional na sessão plenária, e foi igualmente integrada pelo então ministro do Desenvolvimento, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira.

21. Não foi possível acordar Declaração Ministerial, em razão (i) de visões diferentes sobre a reafirmação da centralidade da OMC e do sistema multilateral de comércio baseado em regras, bem como (ii) das já mencionadas divergências sobre o status da Rodada Doha. Os resultados multilaterais da XI CM resumiram-se a uma decisão de natureza procedimental em subsídios à pesca e à renovação, por dois anos, das moratórias sobre “não-violação” de TRIPS (WT/MIN(17)/W/7) e sobre a cobrança de imposto de importação sobre transmissões eletrônicas (WT/MIN(17)/W/6). Houve, igualmente, resultados em formato “menos do que multilateral” em quatro temas adicionais, objeto de declarações conjuntas -- firmadas pelo Brasil -- sobre intenção de trabalhar com vistas a futuros resultados multilaterais: (i) MSMEs (WT/MIN(17)/58), com a adesão de 87 Membros; (ii) facilitação de investimentos (WT/MIN(17)/59), com 70 Membros; (iii) comércio eletrônico (WT/MIN(17)/60), com 71 Membros; e (iv) regulamentação doméstica em serviços (WT/MIN(17)/61), com 60 Membros. Houve, ainda, uma declaração conjunta sobre comércio internacional e questões de gênero.

22. Frente às circunstâncias (ver item I.3), **o Brasil fez avaliação relativamente positiva da XI CM, na medida em que pelo menos foram evitados cenários de confronto e rupturas**. Ainda que em alguns casos com visões críticas, todos os Membros reafirmaram seu comprometimento com a OMC. Como já se viu, contudo, eventos posteriores voltaram a afetar negativamente as expectativas sobre a OMC.

I.5 - Quadro negociador pós-Buenos Aires

23. Em razão do que precede (itens I.3 e I.4), parecem evidentes as **dificuldades para avanços na agenda negociadora da OMC em futuro próximo**. Sem prejuízo dessa avaliação, o Brasil continuou a explorar, no pós-Buenos Aires, possíveis movimentos na agenda negociadora. (Os tópicos mencionados a seguir, no âmbito deste item I.5, não esgotam a lista de outros possíveis temas da agenda, tais como SPS ou regulamentação doméstica em serviços.)

I.5.a - Agricultura

24. Na XI CM, não se logrou aprovar programa de trabalho para 2018-19. Neste início de 2018, a escolha de novo presidente para o órgão que conduz as negociações poderá gerar impulso no sentido de se buscar clareza sobre o relançamento dos trabalhos, sua organização e áreas prioritárias. O Brasil mantém a prioridade a cortes nos subsídios internos, e tem trabalhado internamente para definir próximos passos.

I.5.b - Desenvolvimento

25. Há crescente divergência em torno do tratamento mais favorável a países em desenvolvimento nas normas da OMC (existentes e futuras), em grande medida como resultado da ascensão da China e de outras economias emergentes. No pós-Buenos Aires, os países desenvolvidos reforçaram o questionamento da concessão de tratamento especial e diferenciado (S&D) a todos os países em desenvolvimento. Aqueles Membros têm indicado que o encaminhamento dessa discussão seria pré-condição para novos

avanços negociadores. Em direção oposta, numerosos países em desenvolvimento demandam ampliação do S&D, inclusive em relação a regras acordadas no passado.

26. O Brasil tem indicado, em caráter ainda preliminar, flexibilidade para discutir caso-a-caso, em futuras negociações, o escopo do tratamento S&D. Não aceita, contudo, reabrir normas que foram parte do equilíbrio de concessões na Rodada Uruguai. Argumenta, ademais, que a discussão sobre S&D deve ser contrabalançada pela consideração de temas de interesse dos países em desenvolvimento.

I.5.c - Subsídios à pesca

27. Além do mandato conferido na Rodada Doha, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14.6 preconiza a proibição de certas formas de subsídios que contribuem para a sobrepesca e a sobrecapacidade, bem como a eliminação de subsídios para a pesca ilegal, não regulada e não reportada até 2020. Na XI CM, adotou-se decisão ministerial que fixou a XII CM, em 2019, como prazo para a conclusão de acordo.

28. Em paralelo ao trilho multilateral, recorde-se que, em 2016, fora lançada negociação plurilateral nessa área, dada a urgência em conter os efeitos negativos desses subsídios para os estoques pesqueiros. Como já mencionado, o Brasil aderiu a essa negociação em 25/11/2016: é o primeiro processo plurilateral de que o País participa, em reconhecimento do vínculo entre as discussões comerciais na OMC e preocupações ambientais e de sustentabilidade. O Brasil participou ativamente do exercício plurilateral ao longo de 2017. No início de 2018, o grupo plurilateral decidiu suspender temporariamente seus trabalhos e concentrar esforços no trilho multilateral referendado em Buenos Aires.

I.5.d - Facilitação de investimentos

29. Os trabalhos deverão avançar em 2018, em bases ainda "menos do que multilaterais", nos termos da declaração ministerial conjunta (WT/MIN(17)/59) assinada em Buenos Aires por 70 Membros, incluindo o Brasil. Nela, acordou-se o lançamento de "discussões estruturadas", cuja primeira reunião ocorreu em março. O Brasil exerce papel de liderança nos debates, com atuação decisiva, entre outros pontos, para firmar o entendimento de que estão excluídos da pauta de discussão os temas controversos de acesso a mercado, proteção de investimentos e solução de controvérsias investidor-Estado. Em 01/02/2018, o Brasil circulou minuta de Acordo de Facilitação de Investimentos (JOB/GC/169), como subsídio para as discussões iniciais.

I.5.e - Micro, Pequenas e Médias Empresas (MSMEs, na sigla em inglês)

30. O programa e grupo de trabalho informais acordados em Buenos Aires por Declaração conjunta firmada por 87 Membros, entre os quais o Brasil (WT/MIN(17)/58), constituem as bases para as discussões sobre MSMEs. Em 2018, em paralelo ao esforço para engajar novos Membros na discussão, a atenção do Brasil e dos demais participantes do GT informal deverá voltar-se para a apresentação de propostas substantivas. O GT informal aprovou, neste início de ano, roteiro de trabalho ("roadmap") para 2018. Na sua primeira sessão temática, em 27/03/2018, tratou-se da melhoria do acesso à informação por parte das MSMEs, com destaque para o desenvolvimento de uma plataforma

eletrônica de informações (“Global Trade Helpdesk”), pelo Centro para o Comércio Internacional (ITC), cujo protótipo foi lançado na XI CM (ver item IV).

I.5.f - Comércio eletrônico

31. Em Buenos Aires, o Brasil juntou-se a 70 Membros em declaração ministerial sobre comércio eletrônico (WT/MIN(17)/60), prevendo o início de discussões exploratórias no primeiro trimestre de 2018, em preparação a futuras negociações na matéria. A primeira reunião em Genebra teve lugar ainda em março. Com vistas a contribuir para as discussões técnicas e para a organização dos debates, o Brasil circulou, em 12/04/2018, documento informal (JOB/GC/176), que contempla o conjunto de tópicos a serem considerados.

I.6 - Brexit: implicações na OMC

32. A saída do Reino Unido (RU) da União Europeia (UE) -- que deve ocorrer em 30/03/2019, com um período de transição até 31/12/2020 em que continuará a ser parte da união aduaneira e do mercado único europeu -- exigirá que o país negocie Lista de Compromissos individual a ser registrada na OMC, separada da Lista de Compromissos da UE. Como regra geral, o RU pretende replicar a lista europeia. A definição das futuras quotas-tarifárias agrícolas (TRQs) britânicas será, contudo, tarefa complexa. Questão ainda mais controversa envolve a decisão da UE de diminuir o volume de suas TRQs em proporções que reflitam os totais que são absorvidos pelo RU. Diversos países exportadores agrícolas, entre os quais o Brasil, iniciaram, em 2017, consultas informais para buscar evitar resultados que comprometam o atual nível de acesso a mercado na UE-28. Trata-se, sobretudo, de evitar “fato consumado” pelo qual a UE e o RU promovam unilateralmente uma divisão (proporcional a seus níveis de consumo) das quotas agrícolas originais.

I.7. Tarifas dos EUA sobre o aço e o alumínio (seção 232)

33. Os EUA iniciaram, em abril de 2017, ao amparo da seção 232 do “Trade Expansion Act of 1962”, investigações para avaliar o impacto sobre a segurança nacional das importações de aço e alumínio. Esse processo resultou na aplicação de tarifas adicionais sobre tais produtos em março de 2018. Sem prejuízo dos entendimentos bilaterais com vistas à exclusão do Brasil, a Delegação registrou as preocupações sistêmicas do País nos foros apropriados da OMC.

I.8 - Renegociações tarifárias sob o artigo XXVIII do GATT-1994

34. As renegociações tarifárias sob o Artigo XXVIII do GATT-1994 ocorrem nos casos em que um Membro decide elevar suas tarifas a um valor superior aos compromissos consolidados na OMC. Em consequência, o Membro em questão deve negociar compensações com os demais Membros da OMC que venham a sofrer prejuízos comerciais com a medida. As duas principais renegociações envolvendo o Brasil no momento estão relacionadas à acessão do Haiti, em 2002, à Comunidade do Caribe (CARICOM) e à entrada da Armênia na União Econômica Euroasiática (UEE), em 2015. Além disso, a Suíça circulou em abril de 2018 pedido para modificação de sua lista de compromissos para carne salgada bovina e suína, o que acarretará negociações sob o artigo

XXVIII. Registre-se também que os EUA e o Canadá vêm questionando o Brasil a respeito de quotas para trigo oferecidas em 1996, mas não implementadas.

I.9 - Acessões

35. Desde a criação da OMC, em 1995, 36 países acederam à Organização, incorporando-se aos 128 Membros originais. Atualmente, estão em andamento 22 processos de acessão, dos quais três foram iniciados a partir de 2016 (Somália, Sudão do Sul e Timor-Leste) e seis, reativados em 2017. Entre 2016 e 2018, o Brasil manteve diversas reuniões bilaterais com Azerbaijão, Belarus, Bósnia e Herzegovina, Iraque, Sérvia, Somália e Comores. Com este último país, foi assinado, em 2017, protocolo bilateral de acesso a mercados, encerrando-se assim as negociações com o Brasil. As tratativas com a Bósnia e Herzegovina encontram-se avançadas, podendo ser concluídas em 2018.

I.10 - Temas de monitoramento da implementação de regras

Defesa comercial

36. A Delegação conduziu consultas e reuniões bilaterais, em Genebra, para esclarecer procedimentos e defender o cumprimento das disciplinas internacionais em matéria de defesa comercial e uso de subsídios, em temas como a aplicação de salvaguardas contra o açúcar brasileiro, pela China, ou as investigações de medidas compensatórias conduzidas pelos EUA e Canadá contra o silício metálico exportado pelo Brasil.

Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS)

37. No âmbito do Comitê, em que são realizadas três reuniões regulares por ano, a Delegação tratou dos seguintes temas de interesse prioritário para as exportações brasileiras: (i) implementação da legislação da União Europeia de autorização para comercialização de pesticidas, em que a categorização de diversas substâncias como “disruptores endócrinos” poderá provocar sérios entraves à comercialização de alimentos; (ii) dificuldades criadas, também pela UE, para a exportação brasileira de frangos, devido à detecção de salmonela, questão que tem sido objeto de “preocupações comerciais específicas” do Brasil; e (iii) gestões no Comitê ou em âmbito bilateral, para tratar de barreiras sanitárias a produtos brasileiros, com o México (carne suína), Japão (carne fresca, milho, abacate e melão), China (carnes bovina, suína e de aves), Tailândia (carne bovina), Suíça (habilitação de estabelecimentos para exportação de carne bovina), Vietnã (habilitação de estabelecimentos exportadores de carne bovina, suína e de aves) e Índia (maçãs). Também foram prestados esclarecimentos, em julho e novembro de 2017, em resposta a preocupações do Equador sobre exportações de camarão e banana para o Brasil (em função das ações tomadas, os dois temas foram retirados da agenda).

38. A investigação de fraudes no controle sanitário em estabelecimentos brasileiros produtores de carnes (Operação Carne Fraca) veio a público na semana anterior à da reunião do Comitê SPS nos dias 22-23/03/2017. A delegação brasileira fez, na reunião, relato pormenorizado sobre as investigações e as medidas de reforço dos sistemas de controle. Por ocasião de visita a Genebra do Secretário-Executivo do MAPA, Eumar Novacki, nos dias 10-13/07/2017, foram mantidos encontros com países relevantes, para

dar continuidade ao exercício de divulgação das medidas adotadas pelo Governo nacional. Essa visita coincidiu com nova reunião do Comitê SPS, em 13-14 de julho, ocasião em que o Brasil atualizou as informações prestadas na reunião de março.

Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT)

39. O Brasil apresentou, em reunião de março de 2017, propostas para aprimorar o sistema de notificações de barreiras. Formulada em conjunto com Inmetro, MDIC e ANVISA, a proposta procurar evitar o uso de brechas, nas regras de notificações, para descumprir com obrigações de transparência (como na área de pesticidas e presença de resíduos de substâncias em alimentos).

40. A exemplo do ocorrido no Comitê SPS, também no Comitê TBT foram realizadas diversas gestões, para tratar de barreiras técnicas enfrentadas por produtos de interesse brasileiro, com os seguintes Membros: União Europeia (erva-mate; pesticida picoxistrobina), Indonésia (laranja; legislação de certificação “halal”), Bolívia (equipamentos médicos e medicamentos), Argentina (alumínio e produtos gráficos), Chile (rotulagem nutricional), Egito (porcelana), Japão (teor de açúcar do suco de laranja), Emirados Árabes Unidos (frango) e Arábia Saudita (normas para abate “halal” de aves).

I.11 - Mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais (TPRM) e Revisão do Brasil

41. O Acordo de Marraquexe introduziu, em seu Anexo 3, o “Mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais” (TPRM, na sigla em inglês), em que cada Membro é submetido a avaliação periódica de suas políticas comerciais, incluindo questões gerais do ambiente de negócios e investimentos. Em julho de 2017, o Conselho Geral da OMC decidiu que os prazos da revisão regular serão ampliados em um ano a partir de 2019. Com isso, as quatro maiores potências comerciais – China, EUA, UE e Japão – passarão a ser avaliadas a cada três anos, em lugar de dois anos. Os próximos 16 Membros mais relevantes em termos de comércio, entre os quais o Brasil, terão sua “revisão de política comercial” a cada cinco anos, em lugar de quatro. Essa foi, em 23 anos, apenas a segunda modificação introduzida no Acordo de Marraquexe (a outra tendo sido o já referido Protocolo de Emenda ao Acordo de TRIPS). Registre-se, ainda, que o Posto empenhou-se em dar sentido prático à participação do País no mecanismo, por meio da apresentação de preocupações concretas sobre políticas comerciais de outros Membros.

42. Em 17 e 19/07/2017, realizou-se, em Genebra, a sétima revisão de política comercial do Brasil. A intervenção do Brasil destacou a recuperação econômica e a superação da recessão. Foram recebidas 975 perguntas, dos demais Membros, sobre temas como a complexidade do sistema tributário, alegações de tratamento mais favorável a produtos domésticos, exigências de conteúdo local em políticas industriais ou uso de programas domésticos agrícolas como possível forma de apoio à exportação, entre outras. 45 Membros proferiram intervenções com linha geral positiva, enfatizando a agenda de reformas regulatórias empreendidas pelo Brasil, a retomada do crescimento e o compromisso brasileiro com o sistema multilateral de comércio.

I.12 – Ingresso do Brasil como observador no (GPA)

43. O Acordo sobre Compras Governamentais (GPA) é um acordo plurilateral, no marco da OMC, cujo objetivo principal é promover, por meio de listas positivas, a não

discriminação e o acesso a mercado em compras públicas entre suas partes. Em 23/08/2017, a CAMEX aprovou pedido de adesão do Brasil ao GPA, como observador. O pedido foi formalizado pela Delegação junto à OMC em 25/08/2017. A admissão como observador ocorreu durante a reunião do Comitê de Compras Governamentais em 18/10/2017. A decisão tomada na CAMEX decorreu da percepção de que a adesão ao GPA, como observador, dará ao País conhecimento mais aprofundado das disciplinas e dos posicionamentos dos Membros nessa matéria, possibilitando assim melhor formulação das posições brasileiras em negociações bilaterais e regionais.

I.13 - Fórum Público

44. O "Public Forum", realizado anualmente em Genebra, é uma plataforma de diálogo na OMC entre governos, parlamentares, sociedade civil, empresariado e academia, em torno de temas selecionados da agenda de comércio internacional. A edição de 2016 (27-29/9) debateu o tema "Comércio Inclusivo". O Brasil ou entidades brasileiras tiveram participação em dois painéis: (i) "O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC em uma perspectiva latino-americana"; e (ii) "Padrões de Sustentabilidade: efeitos para países em desenvolvimento", com presença da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A edição de 2017 (26-28/9) teve como tema "Comércio: além das manchetes". Quatro painéis tiveram participação de representantes do governo, setor privado e "think-tanks" brasileiros (ICC-Brasil, FIESP, CINDES, SE-CAMEX e de DELBRASOMC). O Brasil organizou, junto com Argentina, Paraguai e Uruguai, sessão de trabalho sobre "MSMEs no MERCOSUL: políticas, mecanismos e normas".

I.14 - Sistema de Solução de Controvérsias

45. Um fator que singulariza positivamente a OMC em relação a praticamente todas as demais organizações internacionais é o fato de que conta com mecanismo efetivo de solução de controvérsias. O descumprimento de suas normas, assim, acarreta consequências e penalidades (ainda que, na prática, o funcionamento do sistema nem sempre seja linear). **Para o Brasil, na consideração dos equilíbrios no fechamento da Rodada Uruguai, apenas o Acordo de Agricultura terá tido relevância comparável à do Entendimento sobre Solução de Controvérsias** (DSU, na sigla em inglês -- anexo 2 do Acordo de Marraquexe). Tratava-se, para o Brasil, de aspecto crucial da Rodada Uruguai, por assegurar uma ordem de comércio internacional baseada em regras, e não na "lei do mais forte".

46. O SSC da OMC, com suas quase 550 disputas, transformou-se no mecanismo de solução de controvérsias mais utilizado entre Estados soberanos. No período coberto por este relatório, o Brasil manteve sua tradição de ser um dos mais ativos participantes do sistema. Até o momento, participou de 161 contenciosos, dos quais 31 como demandante, 16 como demandado e 114 como terceira parte. Continua a ser o país em desenvolvimento, após a China, que mais aciona o sistema.

47. O Brasil é, atualmente, parte principal em seis contenciosos em curso:

- a) no contencioso *Brasil-Medidas tributárias* (DS472/497), a UE e o Japão questionam parte significativa da política industrial brasileira atual (incentivos fiscais alegadamente atrelados ao uso de conteúdo local ou desempenho exportador). Os programas questionados incluem o INOVAR-AUTO, a Lei de Informática, o PADIS, o PATVD, a Lei de Inclusão Digital e o RECAP, assim como os Processos Produtivos Básicos (PPBs).

O Relatório do Painel, de 30/08/2017, desfavorável ao Brasil, foi objeto de apelação. A audiência do Órgão de Apelação ocorrerá em 19-21/06/2018;

b) no caso *Canadá-Aeronaves* (DS522), o Brasil questiona subsídios concedidos pelo governo canadense e pela província de Québec à Bombardier, acarretando prejuízos para a Embraer. Em abril de 2018, o painel decidiu, em favor do Brasil, questão procedimental preliminar levantada pelo Canadá, permitindo que a disputa siga seu curso;

c) na disputa *Tailândia-Açúcar* (DS507), o Brasil argumentou que os subsídios concedidos pela Tailândia à produção de cana e de açúcar são ilegais, por estimularem artificialmente a geração de excedentes exportáveis, vendidos no exterior abaixo do preço de custo. Após consultas formais iniciadas em abril de 2016, que tiveram procedimento em encontros periódicos desde então, o contencioso encaminha-se para possível resolução sem necessidade de recurso a painel;

d) com a Indonésia, o Brasil está envolvido em duas disputas. Em *Indonésia-Frangos* (DS484), o Brasil questionou diversas barreiras impostas pela Indonésia às importações de carne de frango. A decisão do painel, de novembro de 2017, foi favorável ao Brasil. Não houve apelação. Corre agora o prazo de oito meses acordado entre as partes para implementação das recomendações (até 22/07/2018). Em *Indonésia-Carne Bovina* (DS506), o Brasil questiona, além de numerosas barreiras, o não reconhecimento do princípio da regionalização. As consultas foram realizadas em abril de 2016. Não houve, ainda, decisão de solicitar abertura de painel;

e) no contencioso *Estados Unidos-Medidas Compensatórias sobre Aço* (DS514), o Brasil questiona investigação de medidas compensatórias conduzida pelos EUA a respeito de supostos subsídios à produção de aço brasileiro. Foram realizadas consultas no fim de 2016 e avalia-se ainda a conveniência de se levar a disputa à fase de painel.

48. Além de seus contenciosos como parte principal, o Brasil acompanha, como terceira parte, contenciosos de extrema relevância sistêmica, entre os quais os seguintes:

a) em *UE-Metodologias de Comparação de Preço* (DS516), a China questiona legislação europeia sobre investigações antidumping de empresas que não operam em condições de mercado. O tema está relacionado à expiração do Artigo 15(a)(ii) do Protocolo de Acesso da China. A decisão no mecanismo de solução de controvérsias terá impactos em processos de defesa comercial envolvendo produtos chineses;

b) em *Rússia-Trânsito de bens* (DS512), a Ucrânia aponta particularmente a violação do artigo V do GATT (Liberdade de Trânsito) pela Rússia, a qual, por sua vez, invoca, em defesa, a exceção de segurança nacional contida no artigo XXI, também do GATT, para justificar restrições à liberdade de trânsito de bens ucranianos em seu território. A exceção de segurança nacional deve ser objeto dos contenciosos movidos pelo Catar contra os Emirados Árabes Unidos (DS526), Bahrein (DS527) e Arábia Saudita (DS528) em resposta ao embargo econômico que lhe foi imposto por esses países. O caso contra os Emirados Árabes encontra-se em fase de painel. A interpretação a ser dada ao Artigo XXI terá profundas consequências, ao delimitar o escopo de sua utilização. Recorde-se que os EUA invocaram recentemente (ver item I.7) a exceção de segurança de sua legislação doméstica para impor restrições a importações de aço e alumínio;

c) os casos *UE-Aeronaves* (DS316) e *EUA-Aeronaves* (DS353), capítulos da saga dos contenciosos entre a Boeing e a Airbus, agora em recursos da fase de implementação, têm, naturalmente, importância direta para a disputa do Brasil contra o Canadá (Embraer-Bombardier);

d) em *China-Apoio Doméstico para Produtores Agrícolas* (DS511), os EUA questionam a compatibilidade, com o Acordo de Agricultura, da metodologia usada pela China para contabilizar seus programas de sustentação de preço.

Crise no Órgão de Apelação

49. O Órgão de Apelação (OA), instância máxima do sistema de solução de controvérsias da OMC, enfrenta atualmente a mais séria crise sistêmica desde sua criação. Conforme mencionado no item I.3, este é um aspecto central do panorama desafiador enfrentado pela OMC.

50. O OA é formado por sete membros. Em 2016, os EUA bloquearam a recondução a segundo mandato de membro sul-coreano, o que até então se dava de modo quase automático. Criou-se, assim, preocupação em relação à independência dos membros do OA. Em 2017, a crise se aprofundou, com o bloqueio recorrente pelos EUA do início de processos seletivos para preencher as três vagas atualmente abertas no OA, o que tem gerado grave impacto em seu funcionamento – e mesmo a perspectiva real e iminente de sua virtual paralisia. No momento, o OA conta com apenas quatro membros e deverá estar reduzido a três em setembro próximo. Apesar de formalmente condicionarem o preenchimento das vagas à resolução de diferentes questões relativas ao funcionamento do OA, os EUA até o momento não apresentam propostas concretas.

51. Para o Brasil, o enfraquecimento -- ou mesmo progressivo desmantelamento -- do Órgão de Apelação é motivo da mais séria preocupação. Juntamente com outros Membros, o Brasil vem explorando meios para a superação do impasse, inclusive com a apresentação recorrente de proposta conjunta para início dos processos de seleção, copatrocinada por 65 Membros. Não há, contudo, perspectiva de solução no curto prazo.

52. Cabe ressaltar, por fim, a importância de o Brasil e sua Delegação em Genebra manterem alto grau de preparo técnico para defender posições e políticas nacionais no sistema de solução de controvérsias da OMC. Trata-se de desafio considerável, diante da complexidade dos contenciosos e da necessidade de qualificação profissional especializada em números suficientes (no governo e no setor privado), em quadro geral de recursos escassos e de procedimentos administrativos complexos para a contratação, quando necessário, de assessoria jurídica.

Candidatura do embaixador José Alfredo Graça Lima ao Órgão de Apelação

53. O Brasil anunciou, no início de 2017, a intenção de lançar a candidatura do embaixador José Alfredo Graça Lima à vaga tradicionalmente alocada à América Latina no Órgão de Apelação. Argentina, Chile, Colômbia, Guatemala, Peru e Canadá também apresentaram candidatos. As candidaturas ainda não foram formalizadas, devido ao bloqueio do processo de seleção pelos EUA.

* * *

II - OMPI (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL)

54. A OMPI é a agência especializada da ONU que administra 26 tratados relativos à propriedade intelectual, entre eles a Convenção de Paris para a Proteção de Propriedade Industrial, de 1883, e a Convenção de Berna para a Proteção de Obras Literárias e Artísticas, de 1887. Também secretaria quatro comitês normativos relativos a direitos autorais; marcas; patentes; e recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e folclore. Oferece ainda serviços que facilitam o registro de patentes e marcas em vários países sob,

respectivamente, o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT) e o Protocolo de Madri, cujas taxas compõem cerca de 95% das receitas da Organização. O Brasil é membro originário do PCT e o instrumento de adesão ao Protocolo de Madri foi encaminhado ao Congresso Nacional em junho de 2017.

55. O Brasil tradicionalmente busca assegurar que a promoção do desenvolvimento (inovação tecnológica; transferência de tecnologia; espaços para implementação de políticas públicas) se mantenha como um princípio transversal da elaboração de normas multilaterais e da execução de atividades da OMPI, inclusive no âmbito dos esforços para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esse enfoque se refletiu na Agenda do Desenvolvimento da OMPI, iniciativa lançada pelo Brasil e Argentina em 2004 que deu origem a 45 Recomendações que cobrem temas como flexibilidades aos direitos de propriedade intelectual, transferência de tecnologia e assistência técnica.

56. Nesse contexto, o Tratado de Marraquexe para facilitar o acesso de deficientes visuais a obras literárias, que entrou em vigor em 2016, partiu de proposta brasileira circulada em 2009. Em reconhecimento da liderança do País, o então ministro da Cultura Marcelo Calero foi convidado a presidir a primeira assembleia das partes do tratado, em outubro de 2016.

57. Ainda no âmbito das iniciativas para reforçar a dimensão do desenvolvimento, o Brasil liderou a aprovação, em dezembro de 2017, da elaboração de manual sobre exceções e limitações aos direitos dos detentores de patentes. O Brasil também segue trabalhando em favor de sua proposta de redução das taxas cobradas em pedidos de patentes, apresentados por universidades de países em desenvolvimento, no âmbito do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT).

58. Na agenda normativa da OMPI, no período deste relatório o Brasil continuou a apoiar as discussões sobre a proteção de sinais de radiodifusão, no âmbito do comitê de direitos autorais e direitos conexos (SCCR). As negociações visam a atualizar as regras da Convenção de Roma, de 1961, para incluir a proteção da difusão de sinais por cabo. No mesmo Comitê está sendo discutida, desde 2015, proposta brasileira relativa à gestão do direito autoral no meio digital. O comitê também debate, com apoio do Brasil, exceções e limitações aos direitos autorais que facilitem o acesso a obras educacionais.

59. No Comitê sobre Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Expressões Culturais Tradicionais (IGC), o Brasil continuou a atuar em favor da criação de arcabouço normativo que permita o compartilhamento dos benefícios -- entre as comunidades locais e as empresas -- da exploração comercial dos recursos genéticos, em linha com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

60. Em visita de trabalho a Genebra em 23-24/11/2016, o então ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, manteve encontro com o Diretor-Geral da OMPI. Na oportunidade, foram assinados comunicados conjuntos tratando da cooperação entre academias de propriedade intelectual e do sistema IPAS ("Industrial Property Automation System"), que automatiza o processamento administrativo de pedidos de registro de marcas, patentes e desenhos industriais.

III - UNCTAD (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO)

61. A UNCTAD é o órgão das Nações Unidas com mandato específico para tratar da relação entre comércio internacional e desenvolvimento, bem como de temas correlatos tais como investimentos, finanças e tecnologia. Seu trabalho divide-se em três pilares: (i) pesquisa e análises; (ii) formação de consensos; e (iii) assistência técnica. Atualmente, são nítidos os desafios que enfrenta. Os países desenvolvidos procuram limitar sua atuação à prestação de assistência técnica a países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs). Já os países em desenvolvimento procuram manter a integridade de todas as vertentes de atuação da Conferência. Mantém-se, de qualquer forma, a qualidade do corpo técnico da UNCTAD e de seus principais relatórios de referência: Relatório sobre Comércio e Desenvolvimento, Relatório de Investimento Mundial, Relatório sobre os Países de Menor Desenvolvimento Relativo, Relatório sobre a Economia da Informação e Relatório sobre Commodities e Desenvolvimento.

62. Nas discussões sobre a revitalização da UNCTAD, o Brasil tem buscado preservar a vertente do trabalho analítico e fortalecer debates intergovernamentais em áreas nas quais a UNCTAD tem mostrado maior capacidade de contribuição, a exemplo de investimentos, dívida externa, finanças internacionais, comércio eletrônico e proteção ao consumidor. O País foi ativo no processo que resultou na criação, em 2017, de dois grupos intergovernamentais de peritos (comércio eletrônico e economia digital; financiamento para o desenvolvimento).

IV - ITC (CENTRO PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL)

63. O ITC é uma agência de cooperação técnica conjunta da UNCTAD e da OMC, em benefício sobretudo de PMDRs, com foco em micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), bem como em empreendedorismo e gênero. O Brasil tem apoiado o desenvolvimento da plataforma de informações “Global Trade Helpdesk”, cujo protótipo foi lançado na XI CM (ver item I.5.e), com o propósito de apoiar a internacionalização de MPMEs. Na já mencionada visita do ministro Marcos Pereira, em novembro de 2016, foi assinado Memorando de Entendimento com o ITC para troca de experiências e capacitação de servidores do MDIC.

V - UIT (UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES)

64. A UIT tem como objetivos fundamentais a expansão e o desenvolvimento sustentável das telecomunicações e redes de informação. A participação brasileira na UIT é compartilhada entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e o Itamaraty, bem como representantes da sociedade civil e do setor empresarial. No Conselho da UIT, o Brasil tem defendido o fortalecimento da Divisão de Estatísticas, a ampliação da presença regional da Organização e iniciativas para aumentar sua eficiência financeira e orçamentária. Em 2017, o Brasil foi reeleito para a presidência do Grupo de Trabalho do Conselho da UIT, responsável por elaborar propostas de planos estratégicos e financeiros. A Delegação tem trabalhado em favor da recondução do País ao Conselho da Organização, em eleição que terá lugar na próxima Conferência Plenipotenciária (Dubai, 29/10-16/11/2018). No âmbito do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Aprimorada (WGEC), o Brasil busca reforçar o modelo multissetorial da governança da internet.

VI - CENTRO SUL

65. Criado em 1995 com o propósito de ser uma “OCDE do Sul”, o Centro Sul constitui espaço de análises, formulação e “caixa de ressonância” para visões de países em desenvolvimento em temas globais. O Posto participa ativamente dos debates temáticos em suas áreas de competência, sobretudo em agricultura, propriedade intelectual, investimentos e comércio eletrônico, com o objetivo de promover perspectivas brasileiras. O Brasil tem defendido que o trabalho técnico do secretariado reflita a diversidade de visões e de interesses dos membros do Centro.

VII - FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL - WEF (FÓRUM DE DAVOS)

66. O WEF é uma ONG suíça, sediada em Genebra, é uma plataforma de diálogo sobre temas globais, conhecida internacionalmente sobretudo pelas reuniões anuais em Davos. Em 2018, o senhor Presidente da República, Michel Temer, participou do Fórum de Davos, em 24/1, bem como de sua edição latino-americana (São Paulo, 13-15 de março).

VIII - COMISSÃO ECONÔMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EUROPA (UNECE)

67. A UNECE, órgão das Nações Unidas, dedica-se a elaborar análises e dar suporte à cooperação econômica entre seus membros, os quais incluem países europeus e também de outras regiões. A organização tem estimulado a participação de representantes de países não-membros em suas atividades, em particular em grupos nos quais se discutem padrões e harmonização regulatória. As discussões tendem a promover a “multilateralização”, sob os auspícios das Nações Unidas, de padrões regulatórios europeus. Diante desta constatação, o Posto tomou a iniciativa de reforçar o acompanhamento da órgão, de modo que o Governo federal possa melhor coordenar a participação de diferentes órgãos nacionais em encontros e atividades da UNECE.

* * *

Programa de Formação de Jovens Profissionais

68. Desde 2003, a Delegação mantém Programa de Formação Complementar em Comércio Internacional de jovens profissionais brasileiros ligados a instituições públicas e privadas e escritórios de advocacia. Com três turmas por ano, o Programa oferece oportunidade de capacitação técnica, mediante acompanhamento e suporte do trabalho diplomático. Permite, assim, ampliar a capacitação no Brasil sobre o sistema multilateral do comércio, o que representa ativo para a política externa brasileira. Em 2016 e 2017, foram recebidos, respectivamente 12 e 16 participantes.

Genebra, 19 de abril de 2018

RELATÓRIO Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 23, de 2018 (nº 194, de 2018, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas, em Genebra.*



SF/18001.44751-89

Relatora: Senadora **ANA AMÉLIA**

É submetida ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas, em Genebra.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo da diplomata.

O indicado nasceu em 2 de junho de 1965, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. É filho de José Rodrigues Parola e Raymunda Solange Lopes Parola.

Concluiu a graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ, em 1985. Obteve, ainda, os títulos de mestre em Economia pela Universidade de Brasília/DF, em 1991, e Filosofia pela *Catholic University of America*, Washington/DC, Estados Unidos da América (EUA), em 1997, bem como de Doutor em filosofia pela mesma instituição estadunidense, em 2003. No Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, Reino Unido, fez seu pós-doutorado em Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, também em 2003. Ainda no domínio acadêmico, foi professor visitante na Universidade do Chile em 1998) e na Faculdade de Ciências Políticas de Paris (*Sciences Po*) em 2003.

No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1987; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1997; e o Curso de Altos Estudos em 2007, que concluiu mediante a apresentação da tese intitulada: “Crítica da ordem injusta. Dimensões normativas e desafios práticos na busca da ordem e justiça nas relações internacionais. Uma visão brasileira”. Também nessa instituição é, desde 2017, professor titular de Política Internacional.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1988, Segundo-Secretário em 1994, Primeiro-Secretário em 2000, Conselheiro em 2004, Ministro de Segunda Classe em 2008 e Ministro de Primeira Classe em 2016, sempre por merecimento.

Entre as funções por ele ocupadas na administração pública federal, merecem destaque as seguintes: assessor do Gabinete do Ministro da Economia, Finanças e Planejamento (1992); da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos (1992/93); e Subsecretaria-Geral de Planejamento (1993); porta-voz adjunto e porta voz da Presidência da República (1999-2003); assessor especial do Ministério da Defesa (2004/06); e porta-voz da Presidência da República (2016 até o presente).



SF/18001.44751-89

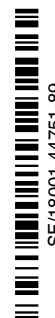
Das funções exercidas na chancelaria sobressaem: Primeiro-Secretário em missão transitória na Embaixada em Londres (2003/04); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra (2006/11); e Diretor do Departamento Econômico da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do MRE (2015/16).

Além do currículo do indicado e atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A OMC teve o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês) como seu predecessor, o qual resultou de esforços dos aliados, ao final da Segunda Guerra Mundial, para reconstruir a economia mundial. As negociações bilaterais cederam espaço para as tratativas multilaterais. Essas foram negociadas em rodadas, as quais buscaram, de início, a redução de concessões tarifárias recíprocas e, posteriormente, a regulação das chamadas barreiras não tarifárias.

A Organização surgiu, em 1995, como resultado da oitava rodada, a chamada Rodada Uruguai, e se estabeleceu como fórum para a negociação de acordos multilaterais que visem à redução de barreiras ao comércio internacional e ao desenvolvimento e crescimento econômico mundial. A estrutura legal e institucional da OMC se volta para a implementação e monitoramento desses acordos e para a solução de conflitos que decorram de sua aplicação. Hoje são 16 acordos multilaterais, em que todos os membros da OMC são signatários, e 2 plurilaterais, em que apenas parte de seus membros são signatários. A OMC tem atualmente com 164 membros e tem como diretor-geral, desde setembro de 2013, o brasileiro Roberto Carvalho de Azevêdo.

Na estrutura da OMC, vale ressaltar seu Órgão de Solução de Controvérsias, que conta com efetivo mecanismo de solução de controvérsias e é dotado de instância revisora, o Órgão de Apelação. A Organização conta, ainda, com a Conferência Ministerial e os Conselhos Geral, de Bens, de Serviços, de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, na sigla em inglês), com também o Órgão de Revisão de Políticas Comerciais.



SF/18001.44751-89

O Brasil, signatário do GATT, é membro fundador da OMC e tem atuado de forma destacada no âmbito da Organização. Nosso país assumiu, em muitas ocasiões, posições de liderança entre os países em desenvolvimento. Figura, inclusive, como terceiro país em desenvolvimento com maior participação em disputas perante o Órgão de Solução de Controvérsias. São 161 contenciosos como demandante, demandado ou terceira parte, atrás apenas de China (199) e da Índia (177).

Em face dos entraves impostos à Rodada Doha em 2008, pelas divergências havidas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o Brasil vem tendo atuação destacada, pautada pelo pragmatismo, viabilizando, na medida do possível, avanços nas negociações. Mais recentemente o Brasil patrocinou, em conjunto outros 18 membros, iniciativa de criação de um Grupo de Amigos das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Considerando que a crescente evidência da participação dessas empresas nas economias domésticas não se reflete no comércio internacional, o objetivo da criação do Grupo foi ampliar o debate sobre como aumentar essa atuação, bem assim traçar estratégias para tanto no âmbito da OMC.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18001.44751-89

2ª PARTE - DELIBERATIVA

1

EMBAIXADA DO BRASIL EM LIMA**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR MARCOS RAPOSO LOPES**

Transmito, a seguir, relatório simplificado de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Lima, desde setembro de 2015.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

2. Desde minha assunção como Embaixador do Brasil no Peru, percebi a sincera simpatia com que o Brasil é visto pela população do país, bem como a importância conferida, nas mais altas instâncias públicas e privadas, ao relacionamento bilateral.

3. A relevância historicamente conferida às relações entre Brasil e Peru, por sucessivos governos, compõe quadro de reconhecimento recíproco da necessidade de mantermos fluída interlocução diplomática, bem como em outros campos de convergência e interesse para os dois países.

CENÁRIO POLÍTICO

4. O início de minha gestão coincidiu com os últimos 10 meses do governo do presidente Ollanta Humala (2011-2016) e se concluirá depois de três anos de movimentos conturbados no cenário político local, com a posse de dois presidentes.

5. No plano interno, Humala concluiu seu governo fustigado por uma impopularidade recorde e por acusações de corrupção contra si e a primeira-dama Nadine Heredia. Após as eleições gerais, as investigações por lavagem de dinheiro e contribuições ilegais às campanhas de 2006 e 2011 levaram à prisão preventiva, mantida até o momento, do ex-mandatário e de sua esposa. Por razões similares, o ex-presidente

Alejandro Toledo (2001-2006), encontra-se foragido nos EUA, com pedido de extradição em curso.

6. A embaixada acompanhou o processo eleitoral de 2016, que teve como vencedor Pedro Pablo Kuczynski (do partido "Peruanos por el Cambio"), com 8.596.937 votos, contra 8.555.880 de Keiko Fujimori ("Fuerza Popular"), diferença de 41.057 ou 0,24%. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro José Antonio Dias Tóffoli, integrou a Missão de Observação Eleitoral da UNASUL durante as eleições gerais, em 10 de abril daquele ano, acompanhado pela ministra Luciana Lóssio, que participou da Missão da Organização dos Estados Americanos (OEA). No segundo turno, o ministro Gilmar Mendes foi o representante brasileiro na missão da UNASUL.

7. O partido "Fuerza Popular" (fujimorista) logrou formar bancada com 73 Congressistas, assegurando maioria absoluta em universo de 130 cadeiras. Com isso, manteve, ao longo de um ano e meio, política incessante de obstrução das propostas de Kuczynski e de contestação de seus ministros, o que levou à renúncia de cinco deles e à queda do gabinete do presidente do Conselho de Ministros, Fernando Zavala, em setembro de 2017.

8. Essa exacerbação culminou com o primeiro pedido de destituição ("vacância"), pelo Congresso, do presidente Pedro Pablo Kuczynski, em 21 de dezembro de 2017, por "incapacidade moral", devido a supostas consultorias por ele prestadas à empresa Odebrecht, quando ocupava cargos de ministro da Economia e de presidente do Conselho de Ministros na gestão de Alejandro Toledo. Kuczynski conseguiu se salvar graças à arregimentação, por parte de Kenji Fujimori, de dissidentes do "Fuerza Popular", que se abstiveram na votação. Três dias depois, em gesto que lhe angariou maciça impopularidade, Kuczynski concedeu o polêmico indulto humanitário ao ex-presidente Alberto Fujimori.

9. No final de fevereiro deste ano, contudo, teve lugar o depoimento do ex-CEO da Odebrecht no Peru, Jorge Barata,

prestado ao Ministério Público peruano, em São Paulo. As informações de Barata atingiram diretamente o presidente Pedro Pablo Kuczynski, para o qual a empresa teria dado, com o conhecimento do ex-mandatário, USD 300 mil na campanha presidencial de 2011. Nesse cenário de novas denúncias e de persistente ressentimento pelo indulto a Fujimori, parlamentares de cinco bancadas apresentaram uma segunda moção de destituição de Kuczynski no Congresso peruano.

10. Na antevéspera da votação da moção, a divulgação de vídeos, que mostravam parlamentares dissidentes do grupo de Kenji Fujimori tentando convencer o congressista fujimorista Moisés Mamani a votar contra a destituição presidencial, provocou um dos maiores escândalos políticos dos últimos anos no Peru. Na tarde de 21 de março, Pedro Pablo Kuczynski apresentou sua carta de renúncia ao Parlamento peruano.

11. Após a renúncia de Pedro Pablo Kuczynski, o primeiro-vice-presidente e então Embaixador no Canadá, Martín Vizcarra, retornou a Lima e assumiu, no dia 23 de março, a Presidência da República do Peru. Em 2 de abril, apresentou seu novo gabinete, mudando os titulares, tal como havia anunciado, de todas as pastas ministeriais.

12. É neste cenário que o novo chefe do posto deverá identificar interlocutores, dentro do governo de Martín Vizcarra, que possam reimpulsionar as relações bilaterais Brasil-Peru.

RELAÇÕES FEDERATIVAS E PARLAMENTARES

13. Considero de grande importância que o embaixador do Brasil no Peru possa realizar viagens às cidades e centros políticos mais importantes do país fora de Lima. Muitas dessas regiões se ressentem contra o "centralismo decisório" de Lima. Ademais, o novo presidente Martín Vizcarra tem sua origem política em Moquegua, departamento de 180 mil habitantes, no sul do país, e sua assunção tem

sido encarada como uma possível mudança a favor de políticas públicas voltadas para o interior do Peru.

14. Procurei manter encontros com autoridades locais (governadores e prefeitos, que atribuem sempre grande importância à visita do embaixador do Brasil), por ocasião das visitas oficiais que realizei às cidades de Chiclayo, no departamento de Lambayeque, norte do Peru (novembro de 2015); Trujillo, centro da macrorregião de maior dinamismo econômico fora de Lima (agosto de 2016); Iquitos, onde mantemos um Consulado de carreira e para onde me desloquei a convite do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Congresso, Juan Carlos del Águila Cardenas (julho de 2017); e Arequipa, atendendo a convite para participar da 33ª PERUMIN, maior encontro na área de mineração do país (setembro de 2017).

15. Convém igualmente mencionar a importância que deve ser emprestada às relações entre os Parlamentos de ambos países. Desde o início de minha gestão, mantive regulares contatos com parlamentares peruanos e, em especial, com integrantes da Liga Parlamentar Peru-Brasil. Os congressistas da Liga manifestam ao Posto contínuo desejo de estreitar laços com seus homólogos brasileiros, o que traz à tona a necessidade de que seja conformada a seção brasileira da Liga, o que abrirá importante caminho de interlocução política entre os dois países. Prova da relevância desse diálogo pôde ser observada por ocasião da visita a Lima do presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, deputado Rodrigo Maia, em agosto de 2017, acompanhado de expressiva delegação parlamentar, a convite do presidente do Congresso peruano, Luis Galarreta, para participar de reunião regional sobre a Venezuela.

POLÍTICA EXTERNA

16. O posto preocupou-se em acompanhar a evolução da política externa peruana, que, apesar de preservar notável estabilidade ao longo dos últimos anos, buscou, ao início da gestão de Kuczynski, elevar seu perfil, sobretudo na

aproximação com países da Ásia-Pacífico e no contexto hemisférico e regional.

17. A política externa do Peru manteve, ao longo dos últimos governos, viés notadamente econômico, com prioridade para os países do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), do Acordo para a Associação Transpacífica (CPTPP) e, no plano bilateral, com a China, país escolhido por Kuczynski como destino de sua primeira viagem internacional, em 2016, mesmo ano em que o país sediou a Cúpula da APEC. A revisão da política comercial promovida por Donald Trump, no entanto, frustrou as expectativas peruanas ao reduzir o peso econômico do CPTPP. Nesse contexto, ganhou relevo ainda maior a postulação do país para ingressar à OCDE.

18. No plano hemisférico, o Peru pretende projetar-se como importante parceiro regional dos EUA, com o qual possui acordo de livre-comércio vigente desde 2009 e sólida cooperação em matéria de defesa e combate ao narcotráfico. A busca de aproximação com os Estados Unidos assume maior relevância com a realização da VIII Cúpula das Américas, em 13 e 14 de abril corrente, sobre o tema "Governabilidade Democrática e Combate à Corrupção" (proposta peruana). A Cúpula realça a diplomacia peruana em contexto hemisférico, mas o tema escolhido acabou por expor *urbi et orbi* a contradição entre a imagem externa que se busca projetar e a realidade interna de um país onde a recente destituição do presidente ocorreu na esteira de uma sequência de escândalos de corrupção envolvendo não somente o ex-mandatário, mas seus antecessores e a líder da oposição.

19. No âmbito regional, confere-se prioridade para a Aliança do Pacífico (AP), vista como exitosa estratégia para projeção do modelo econômico dos quatro países que a integram. O Peru tem demonstrado postura reticente no que se refere à aproximação entre MERCOSUL e Aliança do Pacífico. O país tem mantido posição bastante assertiva contra o governo de Nicolás Maduro, liderando a conformação, em agosto de 2017, do Grupo de Lima.

20. As relações políticas do Peru com os vizinhos limítrofes, algumas ainda marcadas por tensões territoriais, desenvolvem-se principalmente no marco dos chamados "Gabinetes Binacionais", reuniões bilaterais encabeçadas pelos Chefes de Estado, acompanhados pelos titulares das pastas ministeriais. Entre 2017 e 2018, foram realizados Gabinetes com Colômbia, Chile, Bolívia e Equador. A chancelaria peruana pleiteia de maneira consistente o estabelecimento de instrumento análogo com o Brasil.

21. O país vive momento favorável de projeção no plano multilateral, tendo obtido êxito em iniciativas regionais (Grupo de Lima e Cúpula das Américas) e candidaturas recentes (SELA e TPI, sobretudo). Na OEA e na ONU, posicionou-se firmemente a respeito da questão política venezuelana. Registre-se, por fim, que o Peru, em janeiro de 2018, passou a ocupar assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (mandato 2018-2019), tendo assumido a presidência do órgão ao início deste mês.

RELAÇÕES BILATERAIS

22. Em minha gestão à frente da embaixada, as relações políticas bilaterais viram-se afetadas tanto pelo agravamento da crise política peruana, como pela repercussão negativa das investigações da operação Lava Jato no Peru. Trabalhei para conferir normalidade institucional ao diálogo político bilateral, mas a agenda de encontros de alto nível prevista para 2017 foi gradualmente abandonada pela parte peruana.

23. No início do governo Kuczynski, em julho de 2016, a chancelaria peruana havia proposto ao lado brasileiro a organização de uma agenda (*hoja de ruta*) de encontros bilaterais para 2017. A agenda incluía, inicialmente, reuniões de trabalho entre o Diretor-Geral (Subsecretário) de Américas do Torre Tagle e seu homólogo brasileiro, o Senhor Subsecretário-Geral da América Latina e Caribe (SGALC) do MRE; o Diretor-Geral (Subsecretário) para Assuntos Multilaterais e Globais da chancelaria peruana com

o Senhor Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte (SGEAM) do MRE; e a realização das reuniões, em nível de Vice-Chanceleres, da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF) e do Mecanismo Bilateral de Consultas Políticas. O processo culminaria com eventual visita presidencial ao Brasil. A proposta foi sendo postergada pelas autoridades peruanas, diante do agravamento do cenário político local. Da programação originalmente prevista, somente o encontro do Subsecretário de Américas e o Senhor SGALC se concretizou em outubro de 2017.

24. A visita do Senhor Secretário-Geral a Lima, em novembro de 2017, permitiu certo relançamento do diálogo político entre as chancelarias, com o agendamento de reuniões para o início de março. No entanto, após a V Reunião do Grupo de Lima, em fevereiro de 2018, quando o Brasil insistiu na posição de que o encontro não constituía foro apropriado para "desconvidar" a Venezuela da VIII Cúpula das Américas, o Torre Tagle desmarcou os compromissos, retardando, uma vez mais, a retomada e normalização do diálogo político bilateral.

25. Procurei priorizar, ao lado dos canais institucionais de diálogo entre chancelarias, a preservação do conceito positivo que a sociedade, o Estado e o empresariado peruanos sustentam em relação ao Brasil e às relações bilaterais. Diversas áreas de cooperação (temas fronteiriços, defesa, combate a ilícitos transnacionais, assistência humanitária, doações de medicamentos e vacinas pelo Ministério da Saúde e Fiocruz a pedido do governo peruano), avançaram com constante aproximação entre órgãos de Estado menos expostos à conjuntura política local. A conjuntura desfavorável não comprometeu, portanto, a natural vitalidade das relações bilaterais. Mesmo no plano político, frequentes missões de autoridades brasileiras, como ministros e parlamentares, asseguraram a fluidez do diálogo sobre temas da agenda bilateral. Essas interações carecem, contudo, de marco institucional para melhor seguimento dos compromissos assumidos pelas autoridades nacionais.

PANORAMA ECONÔMICO-FINANCEIRO

26. A Embaixada manteve permanente acompanhamento da conjuntura econômica peruana, cujo desempenho se tem destacado, na América Latina, por ritmo consistente de crescimento. A economia peruana cresceu 2,5% em 2017, impulsionada pelos setores de mineração (+3,19%), agropecuária (+2,62%) e serviços (+2,74%). Esses dados demonstram a significativa participação do setor externo na atividade econômica, em especial a exportação de *commodities* metálicas. No plano interno, persistem desafios relacionados à diversificação produtiva (setor industrial teve queda de 0,27% em 2017), à informalidade do mercado de trabalho (que abarca 73% da mão-de-obra) e a carências em infraestrutura.

27. Dentre as ações realizadas, destaca-se a assinatura, em abril de 2016, do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial entre Brasil e Peru. O instrumento estabelece liberalização de serviços e abertura dos mercados de compras públicas, além de incluir capítulo de investimentos, que prevê garantias de não-discriminação e mecanismo de arbitragem. O Acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro em 23/03/2017. O governo peruano, no entanto, ainda não ratificou o instrumento e mostra-se reticente quanto à sua internalização, haja vista o atual contexto de investigações envolvendo empresas brasileiras no país e autoridades do governo. O persistente adiamento peruano da ratificação do Acordo evidencia a dificuldade em conferir normalidade às relações bilaterais.

28. Consagrou-se igualmente, durante a negociação daquele instrumento, o estabelecimento de Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58 (ACE-58) para desgravação imediata, em favor do Brasil, de cinco linhas tarifárias automotivas. Depositado na Secretaria Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) somente em 27 de março de 2018, o protocolo adicional deverá favorecer a abertura do mercado peruano às exportações brasileiras de veículos leves e picapes.

29. Sugere-se que, em continuidade às sucessivas gestões realizadas pela Embaixada, sejam reforçados contatos junto ao ministério de Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR), ao ministério de Economia e Finanças e à chancelaria peruana com vistas à pronta internalização do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial, que possibilitará o incremento do intercâmbio bilateral.

INFRAESTRUTURA

30. A embaixada acompanhou o caso das empresas brasileiras, especialmente daquelas ligadas ao setor de construção, que passaram a enfrentar dificuldades para realizar negócios no Peru, após as revelações das investigações da operação Lava Jato e suas implicações no cenário político peruano. O governo do ex-presidente Pedro Pablo Kuczynski, em resposta às investigações, publicou o Decreto Presidencial de Urgência 003, que congelou os ativos e impediu sua transferência para o exterior pelas 55 empresas com participação acionária da Odebrecht.

31. Foi possível identificar, no entanto, dificuldades para atuação de empresas brasileiras independentemente de estarem citadas em casos de corrupção. Diante dessa nova realidade, o posto buscou manter diálogo permanente não apenas com as empresas brasileiras afetadas, como também com o governo e o setor privado peruanos, no intuito de evitar discriminação pelo simples fato de as empresas terem origem brasileira. É ilustrativo o caso do Consórcio Paracas, formado pelas brasileiras Pattac e Tucumann, além da espanhola Servinoga, que teve negada, por solicitação de autoridades judiciais peruanas, em um primeiro momento, linha de financiamento da Corporação Andina de Fomento (CAF) para obras de reforma do Porto de Paracas, sob a alegação de problemas de *compliance*. O caso chegou a bom termo somente após gestões conduzidas pelo posto e pela Secretaria de Estado do MRE junto à CAF.

32. Foram também examinados, com particular atenção, os temas relacionados à integração física entre o Brasil e o Peru, a exemplo da Rodovia Interoceânica Sul, ligando o

Brasil aos portos marítimos de Ilo, Matarani e San Juan de Marcona, no sul do Peru, com importante papel no transporte de cargas entre os dois países, embora esteja longe de ter atingido seu potencial. Cabe ressaltar que, em termos de conexão hidroviária, existem pendências dos dois lados, como os elevados valores de fretes entre o norte do Brasil e o Peru, com espaço para o estabelecimento de diálogo sobre o tema.

33. Com relação à integração ferroviária, o governo peruano passou a reavaliar, em março de 2016, o prosseguimento do projeto de interconexão ferroviária bilateral, objeto de memorando de entendimento trilateral com a China. Em que pese à assinatura do compromisso, o projeto careceu do apoio do governo de Kuczynski. O novo presidente Martín Vizcarra, ex-ministro de Transportes, compartilharia da visão sobre a inviabilidade e os altos custos do projeto. Como alternativa à Ferrovia Transcontinental, as autoridades peruanas têm manifestado interesse acerca das tratativas com a Bolívia, com vistas à elaboração do denominado Corredor Ferroviário Bioceânico Central (CFBC), que se conectaria, a partir daquele país, com portos do sul peruano e com a malha ferroviária oeste brasileira, em Corumbá. Segundo avaliação do governo peruano, o interesse do Brasil no transporte de carga em direção ao Pacífico seria decisivo para o projeto.

SETOR DE PROMOÇÃO COMERCIAL (SECOM)

34. No período compreendido pelo presente relatório, o intercâmbio comercial vem demonstrando sinais de vigor: em 2015, a corrente de comércio caiu 6% com relação a 2014, embora tenha se mantido ligeiramente acima do patamar de US\$ 3 bilhões. Em 2016, aproximou-se de US\$ 3,2 bilhões e fechou 2017 em US\$ 3,8 bilhões (o segundo nível mais alto dos últimos vinte anos, atrás apenas dos resultados de 2013).

35. Como já mencionado, a principal dificuldade a esse respeito refere-se aos efeitos dos episódios de corrupção envolvendo construtoras brasileiras no Peru sobre o

ambiente local de negócios. Desde fins de 2016, o SECOM recebeu diversas reclamações acerca de alegadas práticas discriminatórias contra empresas brasileiras. Paradoxalmente, no entanto, as trocas comerciais não sofreram abalo significativo e, apesar do desgaste político interno recente, tanto as exportações brasileiras como as peruanas têm apresentado tendência de alta, com progressiva diminuição do déficit comercial do Peru com o Brasil.

36. O SECOM participou intensamente das principais feiras internacionais sediadas no país, como o Salão Internacional de Tecnologia para a Defesa e a Prevenção de Desastres Naturais; a EXPOALIMENTARIA; a mencionada PERUMIN; e a MISTURA, principal evento gastronômico do país, visitado a cada edição por mais de 300 mil pessoas. Cabe destacar, ainda, a organização de atividades empresariais como capacitações e seminários, e as missões empresariais da APEX-Brasil de 2016 e 2018), com aproximadamente 50 empresários brasileiros dos setores de máquinas e equipamentos, casa e construção, alimentos e bebidas e higiene e cosméticos. O Setor acompanhou também os encontros de representantes da EMBRAER com autoridades peruanas, a fim de apresentar produtos de defesa (entre eles o KC-390); e o "workshop" sobre bioequivalência, iniciativa da ANVISA, em parceria com a Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica e de Insumos Farmacêuticos (Abiquif), que contou com a participação de 100 técnicos peruanos da Diretoria-Geral de Medicamentos, Insumos e Drogas (DIGEMID).

37. No que tange temas de acesso a mercado, o Peru tem buscado garantir a entrada de produtos agrícolas e agroindustriais. Para tanto, os temas sanitários e fitossanitários têm ocupado posição de destaque na agenda em todos os encontros bilaterais recentes, inclusive em alto nível. Do lado brasileiro, há interesse na abertura do mercado peruano para produtos cárneos. Em visita a Lima, em outubro de 2017, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, acordou com seu homólogo anunciar proximamente a conclusão dos estudos para acesso de leite evaporado peruano ao Brasil e da carne suína do Brasil ao Peru. Inspetores peruanos já realizaram visita para avaliação do sistema brasileiro, assim como também já se concretizou missão

brasileira de inspeção à planta da empresa "Gloria S.A", no marco dos estudos para entrada do leite evaporado ao Brasil.

COOPERAÇÃO JURÍDICA

38. Nos últimos anos, a cooperação jurídica despontou como aspecto construtivo da relação bilateral. Em vista da repercussão da operação Lava Jato no Peru, é reconhecida, pela opinião pública e pelos meios políticos e jurídicos, a importância do diálogo entre a "Fiscalía de la Nación" e o Ministério Público no Brasil. A assinatura de acordo de cooperação jurídica com a Procuradoria-Geral da República (PGR), em junho de 2017, tem dado à "Fiscalía" acesso à parte da delação premiada de executivos da Odebrecht relativa a atos de corrupção praticados no Peru.

39. Considero que o Posto deve continuar a acompanhar os desdobramentos jurídicos da operação Lava Jato no Peru, com especial enfoque nas eventuais implicações para o relacionamento bilateral, bem como continuar a prestar apoio às autoridades brasileiras encarregadas do tema. Seria conveniente, ademais, dar prosseguimento à negociação de Acordo de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil, cuja contraproposta brasileira mais recente foi submetida à análise peruana em março de 2018.

TEMAS DE DEFESA

40. O diálogo entre as forças armadas de Brasil e Peru encontra-se institucionalizado pelo Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa, promulgado em 2013, que estabeleceu as bases para o intercâmbio acadêmico, a realização de operações conjuntas e o compartilhamento de inteligência. Nesse contexto, foram empreendidas duas grandes ações conjuntas de cooperação militar. No âmbito da operação Amazônia 1, realizou-se, em junho de 2017, exercício de manobras conjuntas entre as forças armadas de Brasil, Colômbia e Peru. Na "Amazonlog", por sua vez, o Brasil sediou, em dezembro de 2017, exercício de logística em solo amazônico, convidando as forças armadas de Peru e Colômbia.

41. O encontro entre o então ministro da Defesa do Brasil, Raul Jungmann, e seu homólogo peruano, em Tabatinga, em agosto de 2017, consistiu importante marco no que se refere à parceria bilateral em temas de defesa. Na ocasião, foram projetadas diversas iniciativas conjuntas, especialmente na área de inteligência.

42. Com dois acordos em negociação (Comissão Binacional Fronteiriça e Apoio a Desastres Naturais), é recomendável que se reserve especial atenção aos temas de defesa. Trata-se de setor com pronunciado potencial para parcerias. Em matéria de gestão de riscos e desastres naturais, tema que tem sido objeto de marcada atenção por parte das Forças Armadas peruanas, vislumbram-se oportunidades de negócios para a indústria de segurança e de defesa do Brasil, além de possibilidades de cooperação entre as forças armadas dos dois países.

COOPERAÇÃO NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO E OUTROS ILÍCITOS TRANSNACIONAIS

43. Brasil e Peru aprofundaram a cooperação em matéria de combate a ilícitos transnacionais, particularmente no que tange ao tráfico de entorpecentes. A colaboração entre Brasil e Peru para o combate ao narcotráfico desenvolve-se ao amparo do Convênio de Cooperação Interinstitucional entre a Polícia Federal do Brasil (DPF) e a Polícia Nacional do Peru (PNP), assinado em 2009. Em sua mais recente renovação, em 2017, foi ampliada a cooperação em matéria de inteligência (inclusive, com a criação de adidância da ABIN na embaixada).

44. Nos últimos três anos, foi dada continuidade à "Operação Trapézio", além de ter sido realizada, em 2017, a primeira "Operação Amazônia". Foi também realizada, em setembro de 2017, a IX Reunião da Comissão Mista Brasil-Peru sobre Drogas e Temas Conexos.

45. Cabe anotar que foram envidados esforços para manter a coordenação no âmbito do Mecanismo Trilateral sobre Drogas Brasil-Peru-Bolívia, cuja mais recente reunião teve lugar em agosto de 2016, em Brasília. Cumpre advertir, contudo, sobre as persistentes dificuldades na articulação desses encontros trilaterais. Estimo fundamental insistir nessa coordenação entre os três países, com o concurso da Bolívia, ator incontornável para se progredir regionalmente nessa matéria.

46. Houve, igualmente, nos últimos anos, encontros multilaterais na área de combate a ilícitos. O posto acompanhou a 58ª Sessão da Comissão Interamericana para o Controle de Abuso de Drogas (CICAD), promovida em novembro de 2015. No mesmo mês, participou da V Reunião de Ministros em Matéria de Segurança Pública das Américas, na qual a delegação brasileira foi chefiada pelo então ministro da Justiça.

47. Tendo em conta o nível da colaboração entre DPF e PNP, o principal desafio no que diz respeito ao combate aos ilícitos transnacionais é a manutenção e ampliação dos esforços bilaterais que têm logrado avanços significativos nos últimos anos.

ENERGIA E MINERAÇÃO

48. A embaixada acompanhou a conjuntura do setor energético peruano, item fundamental da pauta peruana de exportações, e os principais foros relacionados à matéria. Entre as ações empreendidas, destacou-se a divulgação, entre as autoridades peruanas e o setor privado local, da Plataforma para o Biofuturo, cuja primeira conferência foi realizada em São Paulo, em outubro de 2017.

49. Houve, no entanto, nos últimos anos, forte retração da presença brasileira no setor energético local, iniciada com a saída da Petrobras do mercado peruano em 2014 e acentuada pela paralisação das obras do Gasoduto Sul Peruano (GSP), depois que o Peru interrompeu o contrato com o consórcio liderado pela Odebrecht.

MEIO AMBIENTE

50. O diálogo bilateral em temas ambientais beneficia-se da semelhança entre os desafios, enfrentados pelos dois países, para monitoramento e controle de desmatamento e promoção do manejo florestal sustentável na Amazônia. A embaixada procurou acompanhar os diversos contatos mantidos entre órgãos técnicos do setor ambiental. Em 2017, a Agência Brasileira de Cooperação do MRE financiou a participação de técnicos da Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) e da Agência Peruana de Águas (ANA) em reuniões sobre gestão de recursos hídricos na América do Sul.

51. Tendo em consideração os graves desastres naturais que atingiram o Peru nos primeiros meses de 2017, para cuja mitigação o governo brasileiro prestou importante colaboração humanitária, observou-se renovado interesse peruano por Acordo de Cooperação entre a Defesa Civil brasileira e sua homóloga local, o Instituto Nacional de Defesa Civil.

52. Em outra área relacionada à cooperação ambiental, o lado peruano também manifestou interesse em adensar a interlocução no marco da Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-americanos (RAPAL), cuja próxima edição ocorrerá no Brasil, em setembro de 2018, o que constituiria oportunidade para aprofundar o diálogo bilateral.

53. Apesar do intenso diálogo já existente, aguarda-se a reativação do Grupo de Cooperação Ambiental Fronteiriça Brasil-Peru (GCAF), cuja última conferência ocorreu em fevereiro de 2015. O relançamento da agenda ambiental pode diversificar a pauta bilateral, como no caso das políticas peruanas para combate à mineração ilegal, que tem sua principal área de expansão na região próxima à fronteira, em Madre de Dios, onde são recorrentes os episódios de contaminação por mercúrio.

TEMAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS

54. A difusão cultural e a cooperação educacional desempenharam papel importante na manutenção de uma imagem positiva do Brasil no Peru. A receptividade às manifestações culturais brasileiras, a crescente demanda pelo ensino da língua portuguesa e o interesse de instituições culturais por parcerias no setor não se viram contaminados pelos desdobramentos locais da operação Lava Jato. Mesmo em um contexto de restrições orçamentárias e de recuo do apoio de empresas brasileiras aqui instaladas, foi possível realizar e participar de vários eventos importantes.

55. O posto procurou dar apoio institucional aos grandes eventos culturais do país e a iniciativas de promoção de artistas brasileiros no Peru. As instalações do Centro Cultural Brasil-Peru (CCBP) foram disponibilizadas para exposições e apresentações financiadas com recursos próprios de seus idealizadores. Ademais, cabe destacar o desenvolvimento do Projeto "Portas Abertas", que promove oficinas culturais multiplicadoras e difusoras da cultura do país, com envolvimento da comunidade brasileira em Lima, sem custos para a Embaixada, e "do Cine Brasil", com cativo público de peruanos. Desse modo, o CCBP tem logrado consolidar-se como espaço cultural de referência em Lima.

56. Na área educacional, o objetivo de refinar as orientações transmitidas aos candidatos do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) foi alcançado, tendo-se logrado, pela primeira vez, em 2017, a aprovação de 100% dos candidatos inscritos no posto. O setor de cooperação educacional procurou atender à crescente demanda pelo ensino de língua portuguesa e aprimorar a divulgação dos programas e convênios existentes (PEC-G, PEC-PG, PAEC-OEA e UNILA). Um dos principais desafios refere-se à dificuldade de divulgação desses programas no interior do Peru.

57. Não obstante as gestões feitas pela embaixada, o reconhecimento de títulos de brasileiros no Peru continua a

enfrentar impasse. Por um lado, existem limitações ao cumprimento, pelo governo brasileiro, de acordos envolvendo universidades, devido à autonomia que detêm. Por outro, vigora localmente interpretação, adotada pelo órgão responsável pelo reconhecimento de títulos acadêmicos no Peru, do Acordo de Intercâmbio Cultural de 1973, pela qual não se permite a cidadãos brasileiros procedimento expresse de revalidação, embora essa facilitação se aplique a peruanos com títulos obtidos em instituições brasileiras.

58. Reputo como exemplo de boa prática, na área educacional, a realização, em abril de 2017, da "Feria Estudia en Brasil", na Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP). Com público de mais de 5 mil visitantes, superando as expectativas, a feira contou com a presença de 41 universidades (em vários casos representadas por seus reitores), institutos federais e entidades ligadas ao turismo. Também propiciou a elaboração do "Guia del Estudiante Peruano en Brasil" e o intercâmbio acadêmico entre instituições universitárias de ambos países. Seria recomendável a repetição, com o devido espaçamento, de evento congênere, dado o marcado interesse gerado entre jovens peruanos pela perspectiva de realizarem seus estudos de graduação e pós-graduação em instituições brasileiras.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

59. O Brasil possui, com o Peru, seu programa de cooperação técnica mais extenso na América Latina, com um total de dez projetos em execução, em áreas como saúde, agricultura, recursos hídricos, desenvolvimento social e trabalho, e meio ambiente. É importante destacar que boa parte dos projetos já desenvolvidos e em andamento envolvem a zona de fronteira.

60. A embaixada procurou apoiar os contatos entre os atores primariamente envolvidos nas iniciativas de cooperação: ABC e a APCI. Há, ainda, frequentes iniciativas de caráter humanitário.

61. A cooperação técnica bilateral não é, contudo, livre de percalços. Dificuldades orçamentárias por vezes acarretam que iniciativas sejam descontinuadas, paralisadas ou reduzidas em amplitude. Além disso, a exigência de assinatura de ajustes complementares coloca em risco a feitura de novos projetos, pois há quem considere que seus textos deverão ser objeto do mesmo trâmite que qualquer outro instrumento internacional. Dessa forma, o ideal seria que, no curto prazo, ambos os países garantissem fontes de financiamento, internas ou externas (cooperação trilateral), para que esse exemplar programa de cooperação técnica possa ser expandido.

SETOR CONSULAR

62. O setor consular procura zelar pelo bem-estar dos cidadãos brasileiros residentes ou de passagem no Peru. Ao longo de minha gestão, procurei aprimorar a oferta, a qualidade e a eficiência dos serviços consulares, garantindo a prestação de assistência consular e o apoio às comunidades brasileiras.

63. Segundo estatísticas do governo peruano, haveria cerca de 4 mil brasileiros residentes no Peru. Tais números, entretanto, desconsideram cidadãos com dupla nacionalidade, bem como brasileiros em situação migratória irregular, para os quais não há estatísticas confiáveis. Quanto ao fluxo turístico, cerca de 150 mil brasileiros visitam o Peru anualmente, deslocando-se principalmente para as regiões de Lima (única cidade com voos regulares procedentes do Brasil) e de Cusco (onde está Machu Picchu).

64. A embaixada acompanhou, inclusive em interlocução permanente com as autoridades peruanas competentes, os casos dos nacionais brasileiros em situação de vulnerabilidade, em particular, aqueles em situação migratória irregular, desvalidos, vítimas de violência ou exploração e presos.

65. Ademais, tratei de fortalecer a atuação dos cônsules honorários, indispensáveis em um país com as

características geográficas do Peru, onde um dos principais destinos turísticos (Cusco) está localizado a mais de 1.100 km da capital. Nesse aspecto, a recente designação de vice-cônsul honorária em Puerto Maldonado (departamento de Madre de Dios), procurou atender a expressiva comunidade brasileira na região de fronteira com o estado do Acre, em sua maioria integrada por nacionais em situação de vulnerabilidade.

66. Os principais desafios encontrados em minha gestão referiram-se à atenção consular aos brasileiros no centro-sul do Peru. A existência de centros turísticos relevantes, como Cusco, Arequipa e Puno, somada à inauguração da rodovia interoceânica, permitindo a ligação do estado do Acre com Peru, levou ao incremento da circulação de turistas naquela região, com o consequente aumento das demandas por assistência consular. Ainda que os cônsules honorários possam prestar orientação aos brasileiros em dificuldades, o próprio aspecto honorífico da função impõe limites tanto às prerrogativas quanto à disponibilidade de seus titulares.

67. Assim, permito-me sugerir que meu sucessor siga avaliando, juntamente com a Secretaria de Estado do MRE, alternativas para reforçar a presença consular brasileira no interior do país, eventualmente em coordenação com os demais estados partes do MERCOSUL, no âmbito dos mecanismos de cooperação consular existentes no bloco.

Marcos Raposo Lopes, Embaixador

Mensagem nº 185

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Os méritos do Senhor Rodrigo de Lima Baena Soares que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de abril de 2018.

EM nº 00063/2018 MRE

Brasília, 5 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES*

CPF.: 342.835.101-06

ID.: 7630 MRE

1963 Filho de João Clemente Baena Soares e Gláucia de Lima Baena Soares, nasce em 11 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1986 CPCD - IRBr
 1988 CAD - IRBr
 2001 Pós-Graduação em Administração Pública pela Escola Nacional de Administração de Paris/FR
 2007 CAE - IRBr, Política Externa e Mídia em um Estado democrático. O caso brasileiro.

Cargos:

1987 Terceiro-secretário
 1994 Segundo-secretário
 1999 Primeiro-secretário, por merecimento
 2003 Conselheiro, por merecimento
 2007 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2015 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1988-90 Secretaria de Controle Interno, assessor
 1990-92 Presidência da República, Oficial de Gabinete
 1992-95 Missão junto à ONU, Nova York, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1995-96 Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário
 1996-2000 Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete
 2000-03 Embaixada em Paris, Primeiro-Secretário
 2003-06 Presidência da República, Porta-Voz Adjunto e Secretário de Imprensa adjunto
 2006-09 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
 2009-11 Presidência da República, Assessor Especial
 2011-12 Presidência da República, Porta-Voz
 2012- Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Assessor Especial
 2013 III Diálogo Político-Estratégico Brasil-Canadá, Chefe de delegação
 2013 Comissão Mista da Indústria de Defesa, Representante do Itamaraty
 2013 X Diálogo Político-Estratégico Brasil-EUA, Chefe de delegação
 2013 IV Diálogo Estratégico Brasil-França, Chefe de Delegação
 2014 IX Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul-americano, Chefe de delegação

Condecorações:

1990 Medalha Santos Dumont, Brasil

- 1990 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
- 1991 Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Oficial
- 1998 Ordre du Mérite, França, Cavaleiro
- 2010 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
- 2013 Medalha da Vitória, Brasil
- Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial;
- 2015- Medalha Tamandaré, Brasil
- 2018 Ordem Infante D. Henrique, Portugal
- Ordem do Cedro, Líbano

Publicação:

- 2011 Política Externa e Mídia, in Política Externa, v 20, número 2
- 2015 "Base Industrial de Defesa Brasileira e a Política Externa" in Caderno de Política Exterior, ano I número 1

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PERU





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE O PERU	
NOME OFICIAL:	República do Peru
GENTÍLICO:	peruano
CAPITAL:	Lima
ÁREA:	1.285.216 km ²
POPULAÇÃO (FMI, est. 2017):	31,8 milhões
IDIOMA OFICIAL:	Espanhol e, nas áreas onde predominem, quéchua, aimará e demais línguas nativas
PRINCIPAIS RELIGIÕES (Censo 2007):	Catolicismo (81,3%); protestantismo (12,5%); nenhuma (2,9%); outra (3,3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Congresso da República; Parlamento unicameral composto por 130 membros, eleitos para mandato de 5 anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Martín Alberto Vizcarra Cornejo (desde 23/3/2018)
CHEFE DE GOVERNO:	Presidente Martín Alberto Vizcarra Cornejo (desde 23/3/2018)
CHANCELER:	Embaixador Néstor Popolizio (desde 2/4/2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI, est. 2017):	US\$ 210,01 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (FMI, est. 2017):	US\$ 424,64 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, est. 2017):	US\$ 6.598,46
PIB PPP PER CAPITA (FMI, est. 2017):	US\$ 12.159,50
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	2,67% (2017, est.), 4,00% (2016), 3,30% (2015), 2,41% (2014), 5,84% (2013), 5,95% (2012) e 6,45% (2011)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,740 (87ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2015):	74,8 anos
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2016):	98,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI, est. 2017):	6,8%
UNIDADE MONETÁRIA:	Sol
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Vicente Rojas Escalante
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 3.250 brasileiros residentes no Peru

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-PERU (US\$ MILHÕES FOB) - Fonte: MDIC									
Brasil → Peru	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	1.973	2.928	3.637	3.702	3.918	3.529	3.071	3.184	3.863
Exportações	1.489	2.020	2.262	2.415	2.147	1.817	1.815	1.948	2.245
Importações	484	907	1.374	1.287	1.771	1.711	1.256	1.236	1.617
Saldo	1.004	1.112	888	1.127	376	106	559	712	627

APRESENTAÇÃO

Com um território de 1.285.216 km², o Peru é o 20º país mais extenso do mundo e 3º da América do Sul. Banhado pelo oceano Pacífico, a oeste, o Peru é limitado ao norte pelo Equador e pela Colômbia, a leste pelo Brasil e pela Bolívia e ao sul pelo Chile. Seu território pode ser dividido em três faixas longitudinais, do ocidente para o oriente: a costa, de clima seco; a *sierra*, dominada pelos Andes; e a região amazônica.

A população peruana é de aproximadamente 31,8 milhões de habitantes (estimativa do FMI para 2017), sendo o quinto país mais populoso da América Latina. A capital, Lima, e sua área metropolitana abrangem quase um terço da população total. Quase metade dos peruanos são ameríndios, seguidos de *mestizos* (ascendência indígena e europeia), descendentes de europeus e minorias de origem africana e asiática (principalmente japonesa e chinesa).

O país foi berço de várias civilizações pré-colombianas, que deixaram grande patrimônio arqueológico e ainda exercem importante papel na cultura peruana. Após a conquista do Império Inca pelos espanhóis, no século XVI, passou a ser o centro do Vice-Reino do Peru, uma das principais colônias espanholas na América. A independência do Peru foi declarada em 1821 por José de San Martín, sendo consolidada em 1824 com a derrota imposta às tropas espanholas remanescentes.

PERFIL BIOGRÁFICO

MARTÍN VIZCARRA PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Martin Alberto Vizcarra Cornejo nasceu em 22 de março de 1963, em Lima. Formou-se em engenharia civil pela "Universidad Nacional de Ingeniería" (1979-

1984). Foi diretor-executivo de projeto de desenvolvimento regional centrado na gestão de recursos hídricos na região de Moquegua até 1992, data em que passou a trabalhar no setor privado na área de construção civil, onde atuou como engenheiro e consultor até 2010.

Vizcarra adquiriu fama local ao liderar, em 2008, movimento conhecido como “moqueguazo”, em que se reclamava maior repasse de dividendos para a região por parte da empresa mineradora Southern Peru Copper Corporation. Foi eleito governador da região de Moquegua, cargo que ocupou de 2011 a 2014. Seu mandato rendeu-lhe reconhecimento nacional pelos bons resultados na gestão pública e, em particular, pela elevação dos índices educacionais da região.

Foi chefe da campanha de Pedro Pablo Kuczynski nas eleições gerais de 2016. Eleito primeiro-vice-presidente, tomou posse em 28/7/2016.

Em 22/5/2017, renunciou ao cargo de ministro de Transportes e Comunicação, posição que ocupava concomitantemente ao cargo de primeiro-vice-presidente desde a sua posse. Sua renúncia deveu-se ao desgaste político sofrido em decorrência de questionamentos, por parte da Controladoria-Geral da República, relativos à assinatura de adendo ao contrato de concessão da construção do aeroporto de Chinchero, em Cusco. O contrato acabou cancelado unilateralmente pelo governo peruano.

Em 27/9/2017, Vizcarra foi designado embaixador do Peru no Canadá, mantendo, contudo, suas funções e atribuições como primeiro-vice-presidente do Peru.

Seguindo o rito previsto na Constituição peruana, em seguida à renúncia do presidente Pedro Pablo Kuczynski, Martín Vizcarra tomou posse como presidente em cerimônia realizada em 23 de março, no Congresso peruano.

É casado e tem 4 filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Peru mantém com o Brasil relação histórica de amizade e cooperação. Os 2.995 km de fronteira - segunda maior fronteira contínua brasileira, inferior somente à fronteira com a Bolívia - conferem densidade e complexidade à agenda bilateral entre os dois países .

Comércio bilateral

Tradicionalmente superavitário, o intercâmbio comercial bilateral apresentou retração a partir de 2013, quando atingiu a marca histórica de US\$ 3,9 bilhões. A partir de 2016, contudo, a tendência de queda reverteu-se. Segundo dados do MDIC, em 2017, o intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 3,8 bilhões, com superávit para o Brasil de US\$ 627 milhões. Nesse período, as exportações brasileiras e as importações provenientes do Peru apresentaram um aumento de 15,25% e 30,8%, respectivamente.

Ainda segundo dados do MDIC, em 2017, o Brasil exportou para o Peru, principalmente, os seguintes produtos: automóveis, tratores, chassis e plásticos. O Peru, por sua vez, exportou ao mercado nacional, principalmente, naftas para petroquímica, sulfetos de minérios de zinco, cátodos de cobre refinado, sulfetos de minério de cobre e fosfato de cálcio.

Em 2017, o Brasil foi o terceiro maior fornecedor de produtos ao Peru e o oitavo país de destino das exportações peruanas.

Acordos comerciais.

O principal acordo comercial vigente entre Brasil e Peru é o Acordo de Complementação Econômica nº 58, (ACE-58), entre o MERCOSUL e o Peru, assinado em 2004 e que entrou em vigor em 2006.

Em 29/4/2016, em Lima, foi assinado Acordo de Ampliação Econômica-Comercial Brasil-Peru, que contempla capítulos sobre investimentos, serviços e compras governamentais, não cobertos pelo ACE-58. Foi assinado, também, Memorando de Entendimento que busca acelerar o cronograma de desgravação do ACE-58 entre o MERCOSUL e o Peru em pelo menos três linhas tarifárias referentes a bens automotivos, atendendo a prioridade do setor no Brasil.

Em janeiro de 2019, estará completa a liberalização tarifária do comércio

bilateral de bens prevista no ACE-58.

Acordos em tramitação.

Quatro acordos relativos à área de fronteira, assinados em 2009 e internalizados pelo Peru, seguem em tramitação no executivo brasileiro. São eles: Acordo-Quadro para o Estabelecimento de Sistemas de Controle Integrado em postos de Fronteira; Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas; Acordo para Criação de Zona de Integração Fronteiriça e Acordo de Facilitação de Trânsito de Veículos de Uso Particular.

Em paralelo, encontram-se em diferentes estágios de negociação os seguintes instrumentos: Acordo sobre Cooperação Judicial Internacional em Matéria Civil; Acordo para Fortalecer a Luta Contra o Tráfico de Pessoas, o Tráfico Ilícito de Migrantes e os Delitos Conexos; Acordo Interinstitucional de Cooperação Internacional entre a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil brasileira e o Instituto Nacional de Defesa Civil peruano; e proposta de acordo que criaria o regulamento da Comissão Binacional Fronteiriça ("COMBIFRON"), visando a estabelecer marco normativo para a cooperação em temas de defesa

Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF).

Criada por Acordo assinado em dezembro de 2009 (mas ainda não ratificado pelo Brasil), a CVIF é o foro bilateral mais elevado de cooperação fronteiriça. A quinta e última reunião do mecanismo foi realizada em julho de 2015, em Brasília. Prevista para o início de março de 2018, a VI CVIF foi cancelada por dificuldades de agenda da parte peruana.

No âmbito da CVIF, são tratados temas como controle fronteiriço integrado, transportes, saúde na fronteira, cooperação ambiental fronteiriça e temas indígenas.

Há três Comitês de Fronteira entre Brasil e Peru: Benjamin Constant (AM)-Islandia; Assis Brasil (AC)-Iñapari; e Santa Rosa do Purus (AC)-Purús. O Comitê Benjamin Constant-Islandia reuniu-se pela segunda vez em abril de 2014. O Comitê Assis Brasil-Iñapari reuniu-se pela quinta vez em setembro de 2014. O Comitê Santa Rosa do Purus-Purús, criado em outubro de 2011, nunca se reuniu, em razão de dificuldades logísticas.

Infraestrutura. Integração Física.

Em maio de 2015, durante visita ao Brasil do Primeiro Ministro da China, Li Keqiang, foi assinado Memorando de Entendimento Brasil-Peru-China sobre

cooperação ferroviária. O projeto, que objetiva a construção de ferrovia transcontinental, encontra-se, atualmente, em fase de elaboração de estudos básicos. Prevê-se que, pelo lado brasileiro, a ferrovia passe pelo Acre, Rondônia e Mato Grosso, ligando-se ao resto da malha ferroviária brasileira no eixo norte-sul, em Campinorte (GO). Recentemente, o governo peruano, em declarações à imprensa, informou estar reavaliando a prioridade antes atribuída ao projeto.

Brasil e Peru participam das tratativas relacionadas ao projeto de Corredor Ferroviário Bioceânico Central (CFBC), que ligaria o porto de Santos, no Brasil, ao porto de Ilo, no Peru, passando por território boliviano. Há interesse em avançar as conversações na área de conexão hidroviária, para o que Brasil e Peru contemplam estabelecer instância específica de diálogo.

Combate a ilícitos transnacionais.

O combate a ilícitos transnacionais, sobretudo ao narcotráfico, é outra matéria de grande importância na agenda bilateral, por conta dos desafios comuns nas áreas de fronteira. A Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos constitui espaço para o acompanhamento político-diplomático da constante colaboração entre as autoridades dos dois países para a aplicação da lei na região fronteiriça. A 9ª reunião da Comissão ocorreu em setembro de 2017, em Lima.

Em agosto de 2017, os ministros da Defesa do Brasil e do Peru, acompanhados por altas autoridades com competência na matéria, reuniram-se em Tabatinga para intercambiar percepções e informações com vistas ao fortalecimento do combate conjunto aos crimes transfronteiriços.

Cooperação Técnica

A carteira de cooperação técnica com o Peru é a mais intensa do Brasil com um país da América do Sul. As iniciativas em execução abrangem as áreas de saúde, recursos hídricos, aquicultura, desenvolvimento social, trabalho, entre outras. O Brasil tem prestado assistência humanitária ao país vizinho, por meio de doação de medicamentos (antirretrovirais, vacinas e outros) e de apoio em situações de desastres naturais, como as intensas chuvas que atingiram o Peru em 2017, causando inundações e desabrigando milhares de cidadãos.

Mecanismos regionais

No âmbito regional, o Brasil tem interesse em contar com o apoio do Peru para fazer avançar o diálogo entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico, bloco do qual o

país andino é membro fundador. O Peru também é membro da UNASUL e da CELAC, além de ser Estado associado do MERCOSUL.

Assuntos consulares

Estima-se em cerca de 3.250 o número de brasileiros no país andino. O setor consular da Embaixada do Brasil em Lima tem jurisdição sobre todo o território peruano, à exceção do Departamento de Loreto, que é coberto pelo Consulado do Brasil em Iquitos. O Brasil conta, ainda, com quatro consulados honorários no Peru: Arequipa, Chiclayo, Cusco e Pucallpa.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há, atualmente, nenhuma operação relevante que envolva exportação ao Peru no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG).

POLÍTICA INTERNA

Informações gerais.

O Peru é uma república presidencialista. O presidente, eleito por votação direta para um mandato de cinco anos, sem possibilidade de recondução, desempenha as funções de chefe de Estado e de governo. O gabinete ministerial (Conselho de Ministros) é de livre designação presidencial, bem como o Primeiro-Ministro, a quem cabe a direção do Conselho. O legislativo peruano é unicameral, composto por 130 membros eleitos para um mandato de cinco anos. O poder judiciário é independente e tem como órgão máximo a Corte Suprema de Justicia

O Peru vive situação política marcada pelas divergências entre os dois últimos governos eleitos, que capitalizaram o anti-fujimorismo para vencer nas urnas, e a maioria fujimorista no Congresso Nacional. Recentes escândalos de corrupção, envolvendo empreiteiras brasileiras e praticamente todas as forças políticas do país, também são tema de grande relevância no cenário político peruano.

Eleição de Pedro Pablo Kuczynski.

A eleição de Pedro Pablo Kuczynski (conhecido como PPK) com vantagem de pouco mais de 41 mil votos sobre Keiko Fujimori, em universo de cerca de 23 milhões de eleitores, foi considerada a mais concorrida do Peru desde sua redemocratização. O anti-fujimorismo foi um dos principais elementos que garantiram a vitória de Kuczynski.

Nas eleições para o Congresso, contudo, o fujimorismo prevaleceu, com os 73 dos 130 assentos em disputa conquistados pelo partido “Fuerza Popular”, liderado por Keiko Fujimori. O partido governista (“Peruano por el Cambio” – PPK), por sua vez, tem apenas 15 congressistas. A gestão de Kuczynski foi marcada pela tensão com um Congresso majoritariamente oposicionista e as denúncias de corrupção, que acabaram por causar sua renúncia.

Seu antecessor no cargo, o presidente Ollanta Humala, e sua esposa, Nadine Heredia, se encontram detidos em virtude de investigações por corrupção ligadas à Odebrecht. As investigações também envolveram o ex-presidente Alejandro Toledo, de quem Kuczynski foi ministro da Economia, sobre quem, atualmente, pende mandado de captura internacional. Paralelamente, pedido de extradição, ora sob análise, foi formulado às autoridades norte-americanas - país onde estaria Toledo.

Primeira moção de impeachment

Em 13 de dezembro de 2017, a Comissão Lava Jato do Congresso peruano apresentou documentos que revelaram que duas empresas de titularidade do presidente Kuczynski teriam recebido pagamentos da construtora Odebrecht entre 2004 e 2006. No dia 15/12, frente parlamentar liderada pelos partidos "Frente Amplio", "Fuerza Popular" e "APRA" protocolou pedido de “vacância” do presidente (destituição do mandatário pelo Congresso) por “incapacidade moral”, hipótese de destituição prevista no artigo 113 da Constituição do país.

A destituição do mandatário foi debatida e votada pelo pleno do Congresso já no dia 21/12, em processo que foi objeto de críticas por sua celeridade. Na véspera, o presidente falou aos peruanos em cadeia nacional, quando defendeu sua permanência no cargo na companhia do Primeiro-Vice-Presidente Martín Vizcarra e da segunda vice-presidente Mercedes Aráoz. Ambos afirmaram que renunciariam em caso de impedimento de Kuczynski – o que forçaria o Congresso à convocação imediata de novas eleições. Não houve votos suficientes para aprovar a “vacância”, graças à abstenção da bancada parlamentar ligada a Kenji Fujimori, irmão da candidata presidencial derrotada Keiko.

Em 24/12, três dias depois da rejeição à moção de vacância, o ex-presidente Alberto Fujimori foi beneficiário de indulto presidencial que comutou sua pena em prisão domiciliar. A reação da opinião pública e de analistas foi imediata, creditando o indulto, concedido oficialmente “por razões humanitárias”, a uma barganha com Kenji Fujimori em troca da abstenção na votação do impedimento presidencial.

Em função da dissidência na votação do impeachment, o “Fuerza Popular” instaurou processo disciplinar contra Kenji e mais nove congressistas, que acabou culminando em sua expulsão do partido.

No curso da investigação sobre a Odebrecht, foram levantadas informações sobre a entrega de USD 300 mil não declarados para a campanha de Kuczynski em 2011, com o conhecimento do mandatário.

Segunda moção de impeachment. Renúncia.

Em 15 de março, o Congresso peruano aprovou nova moção de vacância do presidente, apresentada por frente parlamentar de caráter multipartidário. A votação do impeachment deveria ocorrer na quinta-feira, 22 de março.

No dia 20 de março, horas depois de Kenji Fujimori ter comparecido à Oficina Nacional de Processos Eleitorais (ONPE) com o objetivo de dar oficialmente início à

coleta de assinaturas para a criação de um novo partido para as próximas eleições presidenciais, o partido "Fuerza Popular" divulgou vídeo que mostra Kenji Fujimori e outros parlamentares dissidentes tentando convencer congressista a votar contra a destituição presidencial em troca de facilidades junto ao Executivo.

O clamor gerado pela divulgação dos vídeos fez com que parlamentares antes indecisos passassem a declarar que votariam a favor da destituição. O episódio foi o estopim da renúncia de Kuczynski, noticiada na tarde de 21 de março pela imprensa peruana e oficializada em carta enviada ao Congresso Nacional nessa mesma data.

Posse de Vizcarra. Novo Gabinete Ministerial.

Seguindo o rito previsto na Constituição peruana, o então primeiro-vice-presidente e embaixador do Peru no Canadá, Martín Vizcarra, tomou posse como novo mandatário peruano em cerimônia realizada em 23 de março, no Congresso.

Em seu primeiro discurso presidencial, Vizcarra procurou adotar uma linha conciliatória e de unidade nacional. Destacou a gravidade dos fatos que levaram à situação de instabilidade política atual e instou o Poder Judiciário a investigá-los "com independência". Ex-Governador do Departamento de Moquegua, Vizcarra sempre foi visto como importante articulador com as forças políticas do interior do país. Enfatizou, ademais, que os temas de saúde, educação e segurança serão prioritários em sua gestão.

Novo gabinete ministerial foi apresentado em 2/4. O parlamentar César Villanueva, do partido "Alianza para el Progreso" (APP), foi apontado para a Presidência do Conselho de Ministros, no lugar da agora primeira vice-presidente do Peru, Mercedes Aráoz. O embaixador Nestor Popolizio foi nomeado para a pasta das Relações Exteriores; Salvador Heresi para o ministério da Justiça; David Tuesta para o ministério de Economia e Finanças; Francisco Ísmodes para Energia e Minas; Edmer Trujillo para o ministério de Transportes e Comunicações; Silvia Ester Pessah Eljay para o ministério da Saúde; e Patricia Balbuena para a pasta da Cultura.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa peruana tem passado por um período de forte ativismo, voltado a projetar o país como potência regional média emergente. A Chancelaria local tem reforçado a agenda econômica, com discurso que enfatiza o vigoroso crescimento do PIB peruano, os Tratados de Livre Comércio assinados e aspectos estratégicos da geografia do país, como acesso ao Pacífico e à bacia Amazônica.

O país continua a apostar no aprofundamento das relações com a Ásia-Pacífico e, especialmente, no Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), cuja Cúpula o Peru sediou em novembro de 2016.

A Aliança do Pacífico também vem recebendo especial atenção: em janeiro de 2016, o Peru esteve entre os onze países que subscreveram o Acordo de Associação Transpacífico (TPP). Após o abandono da TPP por parte do governo norte-americano, o Peru seguiu parte do diálogo entre os demais membros do acordo original, que culminou na assinatura, em 08/03/2018, em Santiago, do Tratado Integral e Progressivo de Associação Transpácífica (CP-TPP, em inglês) - informalmente chamado de TPP-11, em alusão ao número de signatários.

O governo do ex-presidente Kuczynski, embora breve, contou com dois chanceleres; o diplomata de carreira Ricardo Luna e a ex-Ministra de Minas e Energia Cayetana Aljovín. A indicação por Martin Vizcarra do embaixador Nestor Francisco Popolizio Bardales ao cargo de ministro de Relações Exteriores aponta para continuidade das tradicionais linhas de atuação da diplomacia peruana.

Fronteiras. Relações Regionais.

São prioritárias para a política externa peruana as relações com os países vizinhos. Recentes esforços da Chancelaria visam aprofundar o vínculo da política exterior com as necessidades das populações fronteiriças, buscando a promoção do desenvolvimento nas áreas de fronteira em articulação com os países limítrofes.

CSNU. Comunidade Andina.

O Peru passou a ocupar assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no início deste ano. Contingente peruano integra a MINUSCA (Missão de Paz da ONU na República Centro-Africana), formado por 214 militares

do batalhão de engenharia, responsáveis por trabalhos de infraestrutura, como construção de estradas e recuperação de vias.

Em maio próximo, o Peru assumirá a presidência pro-tempore da Comunidade Andina, com a promessa de "impulsionar o processo de integração andina com a ampla e ativa participação de Bolívia e Equador”.

Cúpula das Américas

O Peru será o país anfitrião da próxima Cúpula das Américas, a ser realizada em Lima nos dias 13 e 14 de abril de 2018, sob o tema "Governabilidade Democrática Frente à Corrupção".

OCDE

O pleito do Peru - inspirado pela adesão do México (1994) e do Chile (2010) - foi um dos primeiros a se dar mediante um "programa país", elaborado pela OCDE em maio/2014 em resposta ao interesse peruano de integrar a Organização. A implementação do "programa país" tem facilitado a aproximação do Peru à Organização.

Venezuela.

Durante o governo Kuczynski, o Peru passou a adotar posições mais assertivas em relação à crise na Venezuela. O Peru é um dos países duramente afetados pela migração venezuelana: segundo estudo da Organização Internacional de Migrações-OIM, em 2016 o Peru havia recebido cerca de dez mil migrantes venezuelanos; em 2017, este número se decuplicou, atingindo 106.771 pessoas. O único dado disponível de 2018, correspondente a janeiro, já indica um saldo de 33.955 migrantes.

O Peru sediou, em agosto de 2017, a reunião fundadora do chamado “Grupo de Lima”, foro de discussão voltado para a defesa de uma solução pacífica, democrática e negociada para a crise na Venezuela. O grupo é formado por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia. As discussões mantidas pelo Grupo de Lima ocorrem em caráter paralelo, e sem prejuízo, das mantidas nos demais foros regionais e multilaterais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Foi objeto de controvérsia com ampla repercussão midiática o cancelamento, por parte do governo peruano, do convite efetuado ao presidente venezuelano Nicolás Maduro para participar da VIII Cúpula das Américas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Peru é a sétima maior economia da América Latina, com PIB de US\$ 210 bilhões (FMI, 2017, est.). O Peru apresenta dezenove anos de crescimento ininterrupto (1999-2017). Desde a década de 1990, o modelo de desenvolvimento econômico enfatiza a abertura comercial e os tratados de livre comércio. Hoje, o Peru possui acordos comerciais com mais de 20 países, participa do Tratado Integral e Progressivo de Associação Transpacífica (CPTPP, em inglês), da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (*Asia-Pacific Economic Cooperation* – APEC) e da Aliança do Pacífico.

A gestão econômica do governo Kuczynski – que, avalia-se, deverá encontrar continuidade no Governo Vizcarra – privilegia o modelo liberal primário-exportador, pautado na alavancagem do setor privado, na atração de investimentos e em uma política comercial internacionalista.

O principal vetor de crescimento peruano é a demanda externa. Nos últimos dez anos, dois terços da variação do PIB foram movidos pelas condições do mercado internacional, sobretudo dos preços e volumes demandados dos produtos de exportação peruanos. O país está entre os maiores produtores mundiais de prata, cobre e ouro, além de ser grande exportador de zinco e ferro (ouro e minérios somam pouco mais de 50% da pauta exportadora peruana). Entre 2002 e 2013, graças ao "boom das commodities", o país foi um dos que obteve maior crescimento sustentado na América do Sul (média de 6,1%). Com o fim do ciclo de valorização das commodities, houve desaceleração no crescimento. A tendência de nova valorização dos preços dos principais produtos de exportação do Peru, iniciada em 2016, deverá levar a novo ciclo de mercado crescimento.

Analistas listam como principais desafios atuais da economia peruana o reduzido nível dos investimentos públicos, as dificuldades na execução de projetos de infraestrutura por parte do governo, o recuo do investimento privado face aos casos de corrupção revelados pelas investigações envolvendo a Odebrecht no Peru e a elevada e persistente informalidade (73% dos trabalhadores, em 2017).

Atividade econômica em 2017.

Os números oficiais da atividade econômica no Peru em 2017, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística e Informática e pelo Banco Central de Reserva do Peru, revelaram expansão de 2,5% no PIB do país em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Peru segue com bons índices macroeconômicos. A dívida pública representou 24% do PIB em 2017. Não obstante, nos últimos cinco anos, o déficit público tem crescido gradualmente. Em 2017, registrou 3,2%, superando a meta de 3% fixada pelo governo. Em 2018, deve atingir 3,5% do PIB - nível mais alto desde 1992. O quadro fiscal é ainda comprometido pela redução da arrecadação tributária, que, entre 2012 e 2017, caiu 4,8% - o equivalente a cerca de 10 bilhões de dólares.

A taxa básica de juros observou trajetória de queda ao longo de 2017: passou de 4,25% no início do ano para 3,25% em dezembro. Em março de 2018, foi reduzida a 2,75%. Esse movimento é favorecido pela tendência de queda da inflação, que encerrou o ano em 1,4%, a mais baixa dos últimos oito anos. Projeções indicam inflação em torno de 2% em 2018, dentro da meta estabelecida pela autoridade monetária peruana (entre 1% e 3%).

Setor Externo.

O comércio exterior do Peru, que vinha decaindo gradativamente desde 2012 - quando registrou seu ápice histórico (US\$ 88,5 bilhões) -, apresentou tendência de reversão em 2016. Segundo dados da "UNCTAD/Trademap", em 2016, a balança comercial apresentou déficit de US\$ 100 milhões, com fluxo comercial de US\$ 72,2 bilhões (ante a um déficit de US\$ 4,9 bilhões e um intercâmbio de US\$ 71,3 bilhões em 2015). Os principais sócios comerciais do Peru em 2016 foram China, Estados Unidos e Brasil.

Em 2016, as exportações registraram aumento de 8,4%, enquanto as importações peruanas registraram contração de 5%, comparadas a igual período do ano passado.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1532	O espanhol Francisco Pizarro conquista a capital sul do império Inca, atual Cuzco.
1535	É fundada Ciudad de los Reyes, hoje Lima. Rica em prata, ouro e mercúrio, a colônia é elevada a Vice-Reinado do Peru.
1780-83	Tupac Amaru II lidera uma revolta contra o regime de servidão aplicado aos indígenas, que se estende até a Bolívia.
1820	O argentino José de San Martín inicia a luta contra os espanhóis, que seriam finalmente derrotados, em 1824, pelas tropas de Antonio José Sucre. O desfecho militar assegura a independência peruana, já declarada por San Martín em 1821.
1828	O país adota a Constituição Liberal Independente, e o governo do mestiço Ramón Castilla (1845-1851 e 1855-1862) liberta os indígenas do pagamento de tributos e os negros, da escravidão.
1879-84	Guerra do Pacífico: o Peru perde para o Chile o controle das jazidas de nitrato no deserto de Atacama e na província de Tarapacá.
1924	Haya de la Torre funda a nacionalista Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA).
1963	Fernando Belaúnde Terry, da Ação Popular (AP), é eleito presidente e inicia a reforma agrária.
1968	Belaúnde é deposto pelo general nacionalista Juan Velasco Alvarado, que expropria empresas petrolíferas dos Estados Unidos (EUA).
1975	Alvarado é deposto pelo general conservador Morales Bermúdez, que devolve o poder aos civis em 1979.
1980	Belaúnde reelege-se presidente. O grupo Sendero Luminoso (inspirado nas idéias do líder comunista chinês Mao Zedong) inicia atividades terroristas em Ayacucho.
1985	Alan García (APRA) torna-se presidente e decreta moratória da dívida externa. A tentativa de estatizar o sistema bancário leva à formação de frente oposicionista liderada pelo escritor Mario Vargas Llosa.
1990	A inflação chega a 7.600%, e aumentam as greves e o terror senderista. Vargas Llosa perde as eleições presidenciais para o independente Alberto Fujimori.
1992	Fujimori fecha o Congresso e suspende as garantias constitucionais, no episódio conhecido como autogolpe. O líder máximo do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, é capturado, julgado e condenado à prisão perpétua.
1993	Nova Constituição prevê a reeleição presidencial e a pena de morte para

	terroristas. Surgem denúncias de violação de direitos humanos. Fujimori é reeleito.
1996	Na tentativa de libertar líderes presos, o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) invade a embaixada do Japão durante uma festa e faz mais de 500 reféns.
1997	A embaixada japonesa é invadida por militares, que libertam 72 reféns remanescentes e matam os 14 seqüestradores.
2000	Fujimori é eleito presidente para um novo mandato, após boicote de Alejandro Toledo no segundo turno. Escândalos políticos levam Fujimori a afastar Montesinos – seu braço direito – e anunciar a redução de seu mandato para um ano. Em setembro, aproveitando viagem à Ásia, Fujimori desembarca no Japão e renuncia. Descobre-se que ele havia mantido a cidadania japonesa, além da peruana. O Congresso não aceita a renúncia e destitui Fujimori por "incapacidade moral".
2001	Após disputa acirrada no segundo turno com García, Alejandro Toledo vence, em junho, as eleições presidenciais, com 53,1% dos votos.
2003	Toledo pede publicamente desculpa pelas violações aos direitos humanos pelo Estado peruano nas décadas de 1980 e 1990.
2004	A violência senderista ressurgue com o assassinato de políticos na região de Ayacucho.
2006	Alan García, do APRA, torna-se presidente, pela segunda vez, após derrotar Ollanta Humala, da “Unión por el Perú”, no segundo turno.
2008	O Presidente do Conselho de Ministros Jorge del Castillo coloca, formalmente, todo o gabinete à disposição do Presidente García.
2009	Os Tratados de Livre Comércio Peru-EUA e Peru-Chile entram em vigor.
2011	Ollanta Humala é eleito presidente, após derrotar Keiko Fujimori, no segundo turno. Toma posse em julho. Em novembro, o Presidente do Conselho de Ministros Salomón Lerner Ghitis renuncia ao cargo, devido aos conflitos sociais no interior do país envolvendo exploração mineral. Em seu lugar assume Óscar Valdés. É a primeira de muitas renúncias que se seguirão nos próximos anos.
2012	Em julho, o Presidente do Conselho de Ministros Óscar Valdés renuncia ao cargo. Em seu lugar assume Juan Jiménez Mayor.
2013	Em outubro, o Presidente do Conselho de Ministros Juan Jiménez Mayor renuncia ao cargo. Em seu lugar assume César Villanueva Arévalo em seu lugar.
2014	Em fevereiro, o Presidente do Conselho de Ministros César Villanueva Arévalo renuncia ao cargo. Em seu lugar assume René Cornejo Díaz em seu lugar. Cornejo Díaz renuncia ao cargo cinco meses depois, sendo sucedido por Ana Jara Velásquez.

2015	Em março, o Congresso peruano aprovou moção de censura contra Ana Jara Velásquez, que deu lugar a Pedro Cateriano. Os escândalos de espionagem pela Direção de Inteligência, que realizavam trabalho de monitoramento ilegal de políticos e personalidades foram o pivô da votação.
2016	Pedro Pablo Kuczynski, do partido "Peruanos por el Kambio", é eleito presidente, após derrotar Keiko Fujimori, no segundo turno, por estreita margem.
2017	No âmbito das investigações sobre os esquemas de corrupção da Odebrecht no Peru, foi expedido, em fevereiro, mandado de captura internacional e apresentado pedido de extradição às autoridades norte-americanas em desfavor do ex-presidente Alejandro Toledo. Em julho, foi decretada prisão preventiva do ex-presidente Ollanta Humala e sua esposa, Nadine Heredia. Também foi aberta investigação contra Keiko Fujimori por suposto recebimento de doação indocumentada. Em novembro, documentos apresentados revelaram que duas empresas à qual estava associado o presidente Kuczynski teriam recebido pagamentos da Odebrecht, inclusive durante período em que o mandatário peruano ocupou postos do alto escalão do governo de Toledo. Foi aberto processo de impedimento de Kuczynski, que não prosperou por estreita margem.
2018	Após a repercussão da divulgação de áudios onde congressistas aparecem oferecendo benefícios a colegas para que não apoiem o segundo pedido de impedimento do presidente, Kuczynski renuncia. Em seu lugar, Martín Vizcarra, primeiro vice-presidente, toma posse, em 23/3.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1826	O Peru, sob o governo de Simón Bolívar, designa José Domingos Cáceres como seu primeiro encarregado de negócios no Rio de Janeiro.
1828	Retirada de Domingos Cáceres do Rio de Janeiro após a assinatura do Tratado de Piquiza entre o Peru e a Bolívia. No Tratado, as duas repúblicas comprometiam-se a não estabelecer relações com o Brasil até que o Império celebrasse a paz com as Províncias Unidas (Argentina) na guerra Cisplatina.
1829	Duarte da Ponte Ribeiro é designado como primeiro encarregado de negócios do Império brasileiro em Lima.
1851	Assinatura da Convenção Especial de Comércio, Navegação e Limites com o Peru, que define a fronteira pelo rio Javari e pela linha Tabatinga-Apapóris, com base no uti possidetis, e concede ao Peru o direito de livre navegação pelo Amazonas.
1867	Brasil rompe relações diplomáticas com o Peru, em razão de apoio peruano ao Paraguai, na Guerra da Tríplice Aliança.
1869	Restabelecimento das relações diplomáticas
1876	É assinado o Acordo de Livre Navegação do Rio Içá ou Putumayo
1904	Novo Tratado de Limites bilateral ratifica a linha Tabatinga-Apapóris como limite.
1909	Assinatura do Tratado de Limites e Navegação bilateral, pelo qual é negociado o restante da fronteira com o Peru, correspondente ao território do Acre.
1925	Ata de Washington, firmada pelo Brasil, Colômbia e Peru, assegura a linha Tabatinga-Apapóris também como fronteira Brasil-Colômbia.
1942	Assinado o Protocolo do Rio de Janeiro. Brasil é um dos garantes do pacto, que delimita a fronteira em disputa entre o Peru e o Equador.
1981	Presidente João Figueiredo vai ao Peru (primeira visita de um Presidente brasileiro). Assinatura do Acordo sobre Interconexão Rodoviária.

1987	Criação do Grupo de Trabalho Binacional sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço.
1995	Reiniciam-se as hostilidades entre Peru e Equador pela disputa do Vale do Cenepa. Brasil atua como coordenador dos países-garantes do Protocolo de 1942 e patrocina a Declaração de Paz do Itamaraty.
1998	Assinatura dos Acordos de paz de Brasília entre Peru e Equador
2003	Presidente Lula visita Lima. São assinados o Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Peru (ACE-58) e o Memorando de Entendimento em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia, bases da "Aliança Estratégica" com o Peru, lançada na ocasião.
2005	Início das obras da Rodovia Interoceânica entre Brasil e Peru.
2009	Peru anuncia a adoção do padrão ISDB-T de televisão digital.
2009	Visita do presidente Lula a Lima, em 11 de dezembro, quando é assinado acordo que estabelece a Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru (ZIF) e cria a Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF).
2011	Em setembro, é concluída a Rodovia Interoceânica, ligando o Estado do Acre ao Pacífico.
2011	O ministro das Relações Exteriores do Peru, Rafael Roncagliolo, realiza visita ao Brasil e é recebido pelo ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.
2012	Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores do Peru, Rafael Roncagliolo (março)
2012	Encontro do ministro de Estado Antonio de Aguiar Patriota com o chanceler peruano Rafael Roncagliolo (agosto)
2013	Visita oficial da chanceler peruana Eda Rivas a Brasília e encontro com o ministro Antonio de Aguiar Patriota (julho)
2013	Visita oficial da presidenta Dilma Rousseff ao Peru (novembro).
2014	O presidente Ollanta Humala visitou o Brasil para participar das Cúpulas BRICS-Países da América do Sul e da Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (julho)

2015	V Reunião da Comissão Vice Ministerial de Integração Fronteiriça (V CVIF) e XI reunião de Consultas Políticas Brasil-Peru, co-presididas pelo secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Sérgio Danese, e pelo vice-chanceler peruano, embaixador Julio Eduardo Martinetti (julho)
2016	Visita do ministro Mauro Vieira e do ministro Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro Neto, a Lima; assinatura do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial Brasil-Peru.
2017	Encontro entre o secretário-geral das Relações Exteriores, Marcos Galvão, o presidente do Peru, Pedro Paulo Kuczynski, e o chanceler do Peru, Ricardo Luna Mendoza

ACORDOS BILATERAIS

	Título	Data de Celebração	Estado atual	Publicação no D.O.U.
1.	Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial e Limites entre o Imperador do Brasil e a República do Peru	23/10/1851	Em vigor	-
2.	Acordo entre o Império do Brasil e a República do Peru sobre a Navegação do Rio Içá ou Putumayo	29/09/1876	Em Vigor	-
3.	Acordo entre o Império do Brasil e a República do Peru para a Recíproca Execução de Cartas Rogatórias	29/09/1879	Em Vigor	27/12/1879
4.	Acordo Ampliativo do que foi Concluído em 29 de setembro de 1879, para a Recíproca Execução de Cartas Rogatórias entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Peru	08/06/1891	Em Vigor	18/5/1893
5.	Tratado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Peru para Completar a determinação das Fronteiras entre os dois países e Estabelecer Princípios Gerais sobre o seu Comércio e Navegação na Bacia do Amazonas	08/09/1909	Em Vigor	30/4/1910
6.	Convenção de Arbitragem Geral Obrigatória entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Peru	11/07/1918	Em Vigor	23/12/1918
7.	Convênio sobre Radioelétrico ou Radiotelegráfico entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Peru	31/12/1928	Em Vigor	8/2/1932
8.	Acordo sobre Transportes Aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Peru	28/08/1953	Em Vigor	28/8/1957
9.	Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Peru	30/11/1966	Em Vigor	8/8/1978

10.	Acordo de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Peru	29/01/1987	Em Vigor	26/11/1976
11.	Acordo sobre a Criação da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	06/10/1975	Em Vigor	24/11/1975
12.	Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	08/10/1975	Em Vigor	24/11/1976
13.	Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru	07/11/1975	Em Vigor	24/11/1976
14.	Convênio de Cooperação Turística entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	07/11/1975	Em Vigor	30/11/1976
15.	Convênio de Abastecimento a Médio Prazo de Produtos entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	
16.	Convênio Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	3/8/1977
17.	Acordo para Utilização de Estações Costeiras e de Navios da Região Amazônica entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	8/2/1979
18.	Convênio sobre Transportes Fluviais entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	24/4/1979
19.	Convênio Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Peru	05/11/1976	Em Vigor	8/2/1979
20.	Acordo Sanitário para o Meio Tropical entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	3/8/1977
21.	Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	16/10/1979	Em Vigor	31/7/1981
22.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Interconexão Rodoviária	26/06/1981	Em Vigor	29/4/1991

23.	Convênio sobre a Recuperação de Bens Culturais Roubados ou Exportados Ilicitamente entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	26/02/1996	Em Vigor	10/47/2002
24.	Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	21/07/1999	Em Vigor	30/10/2001
25.	Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru Sobre a Cooperação Entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países	21/07/1999	Em Vigor	13/12/2000
26.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação em Matéria de Prevenção do Consumo, Reabilitação, Controle da Produção e do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e seus Delitos Conexos	28/09/1999	Em Vigor	25/10/2002
27.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação e Coordenação em Matéria de Sanidade Agropecuária	06/12/1999	Em Vigor	28/8/2002
28.	Acordo de Cooperação Técnica na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	06/12/2002	Em Vigor	19/7/2006
29.	Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	25/08/2003	Em Vigor	20/7/2006
30.	Tratado sobre Transferência de Presos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	25/08/2003	Em Vigor	16/10/2006
31.	Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru	25/08/2003	Em Vigor	2/8/2006

32.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru sobre Trabalho Remunerado para Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas, Escritórios Consulares e Representações Permanentes de Organizações Internacionais	10/02/2004	Em Vigor	4/10/2006
33.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios	10/02/2004	Em Vigor	14/9/2005
34.	Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com relação ao Imposto sobre a Renda	17/02/2006	Em Vigor	30/11/2009
35.	Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	09/11/2006	Em Vigor	23/10/2013
36.	Acordo entre o Governo da República do Peru e o Governo da República Federativa do Brasil para Suprimir o Uso e a Apresentação do Carnê Internacional de Tripulante Terrestre (Troca de Notas)	28/04/2009	Em Vigor	26/12/2011
37.	Acordo Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru	11/12/2009	Tramitação Ministérios/Cas a Civil	-
38.	Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de Sistemas de Controle Integrado em Postos de Fronteira do Brasil e do Peru	11/12/2009	Tramitação Ministérios/Cas a Civil	-
39.	Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas	11/12/2009	Tramitação Ministérios/Cas a Civil	-

40.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para Facilitação do Trânsito de Veículos de Uso Particular	11/12/2009	Tramitação Ministérios/Cas a Civil	-
41.	Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	11/12/2009	Tramitação Congresso Nacional	-
42.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Fornecimentos de Energia Elétrica ao Peru e Exportação de Excedentes ao Brasil	16/06/2010	Tramitação Ministérios/Cas a Civil	-

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR
Divisão de Inteligência Comercial - DIC

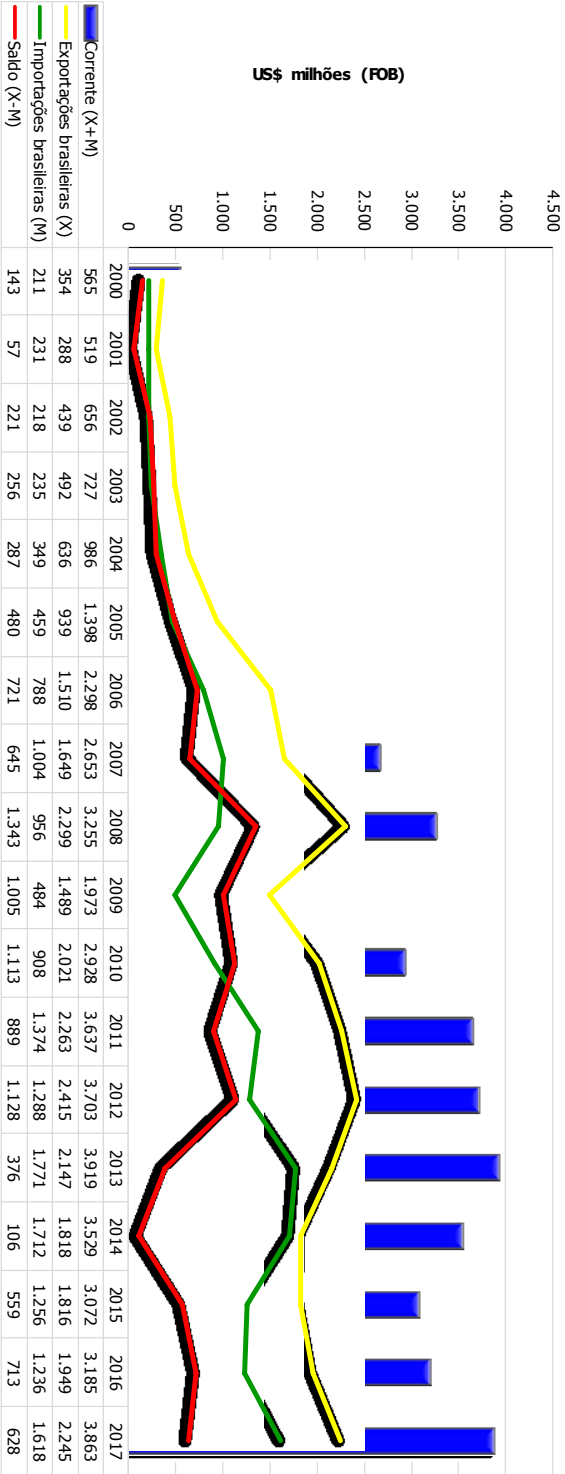
PERU

Balança Comercial com o Brasil e com o mundo



Março de 2018

Comércio Brasil-Peru

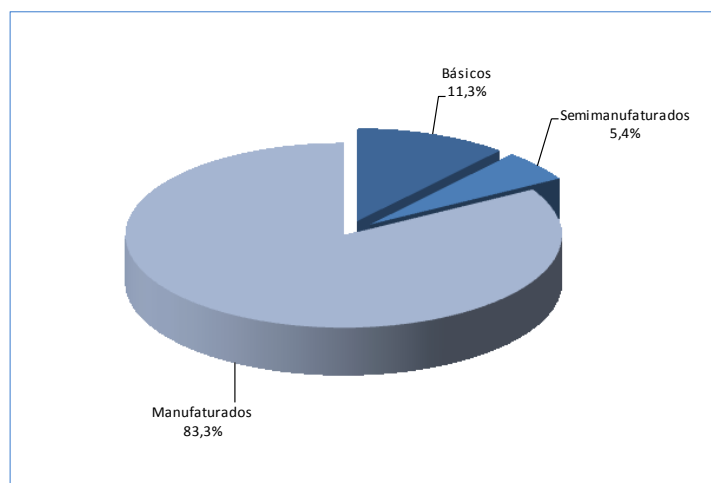


Elaborado pelo INE/PPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Março de 2018.

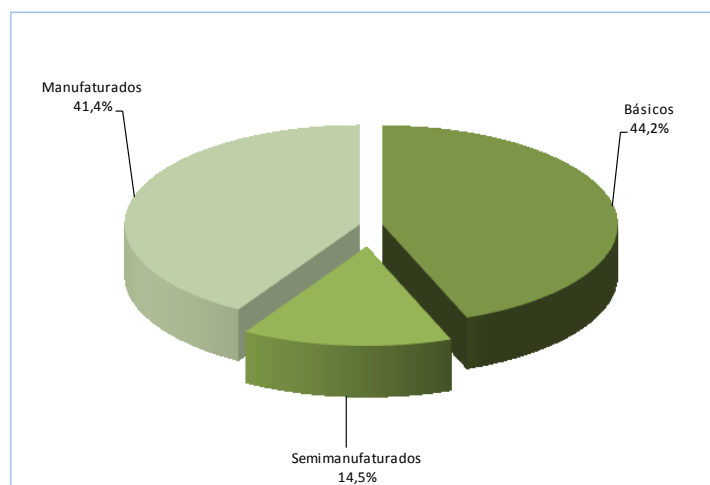
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-fev)	264	160	424	104
2018 (jan-fev)	285	224	510	61

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



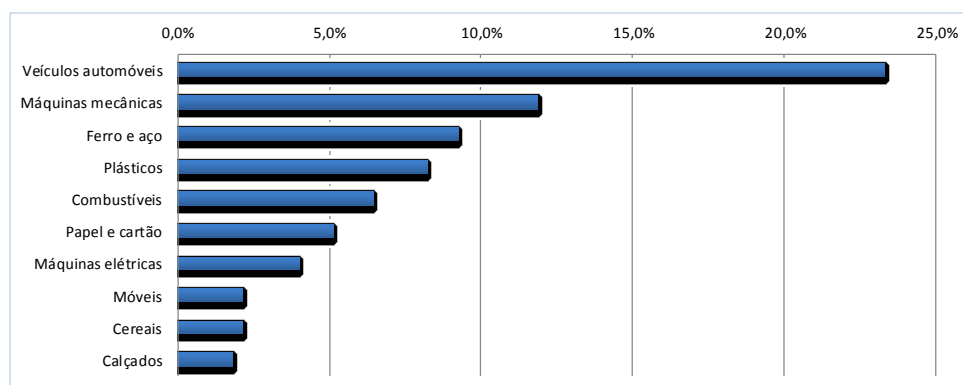
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Março de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Peru (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Veículos automóveis	391	21,5%	405	20,8%	523	23,3%
Máquinas mecânicas	255	14,0%	280	14,3%	266	11,9%
Ferro e aço	144	7,9%	210	10,8%	207	9,2%
Plásticos	151	8,3%	150	7,7%	184	8,2%
Combustíveis	55	3,0%	66	3,4%	145	6,4%
Papel e cartão	96	5,3%	117	6,0%	114	5,1%
Máquinas elétricas	106	5,9%	94	4,8%	90	4,0%
Móveis	39	2,1%	41	2,1%	48	2,1%
Cereais	39	2,1%	41	2,1%	48	2,1%
Calçados	29	1,6%	36	1,8%	41	1,8%
Subtotal	1.304	71,8%	1.441	73,9%	1.666	74,2%
Outros	512	28,2%	508	26,1%	579	25,8%
Total	1.816	100,0%	1.949	100,0%	2.245	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

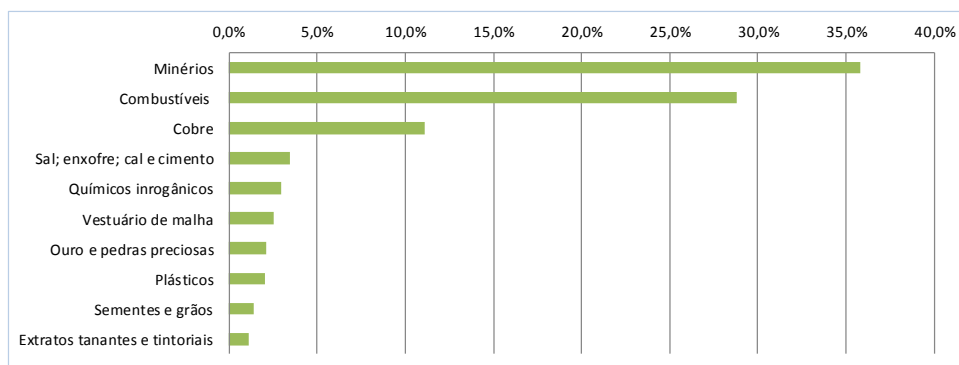


Composição das importações brasileiras originárias do Peru (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minérios	369	29,4%	465	37,6%	579	35,8%
Combustíveis	188	15,0%	186	15,0%	466	28,8%
Cobre	267	21,3%	183	14,8%	179	11,1%
Sal; enxofre; cal e cimento	101	8,0%	85	6,9%	56	3,5%
Químicos inorgânicos	34	2,7%	38	3,1%	48	3,0%
Vestuário de malha	63	5,0%	43	3,5%	41	2,6%
Ouro e pedras preciosas	25	2,0%	40	3,3%	35	2,1%
Plásticos	18	1,4%	29	2,3%	33	2,0%
Sementes e grãos	14	1,1%	14	1,2%	23	1,4%
Extratos tanantes e tintoriais	17	1,3%	20	1,6%	19	1,2%
Subtotal	1.096	87,2%	1.104	89,3%	1.480	91,5%
Outros	160	12,8%	132	10,7%	138	8,5%
Total	1.256	100,0%	1.236	100,0%	1.618	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.

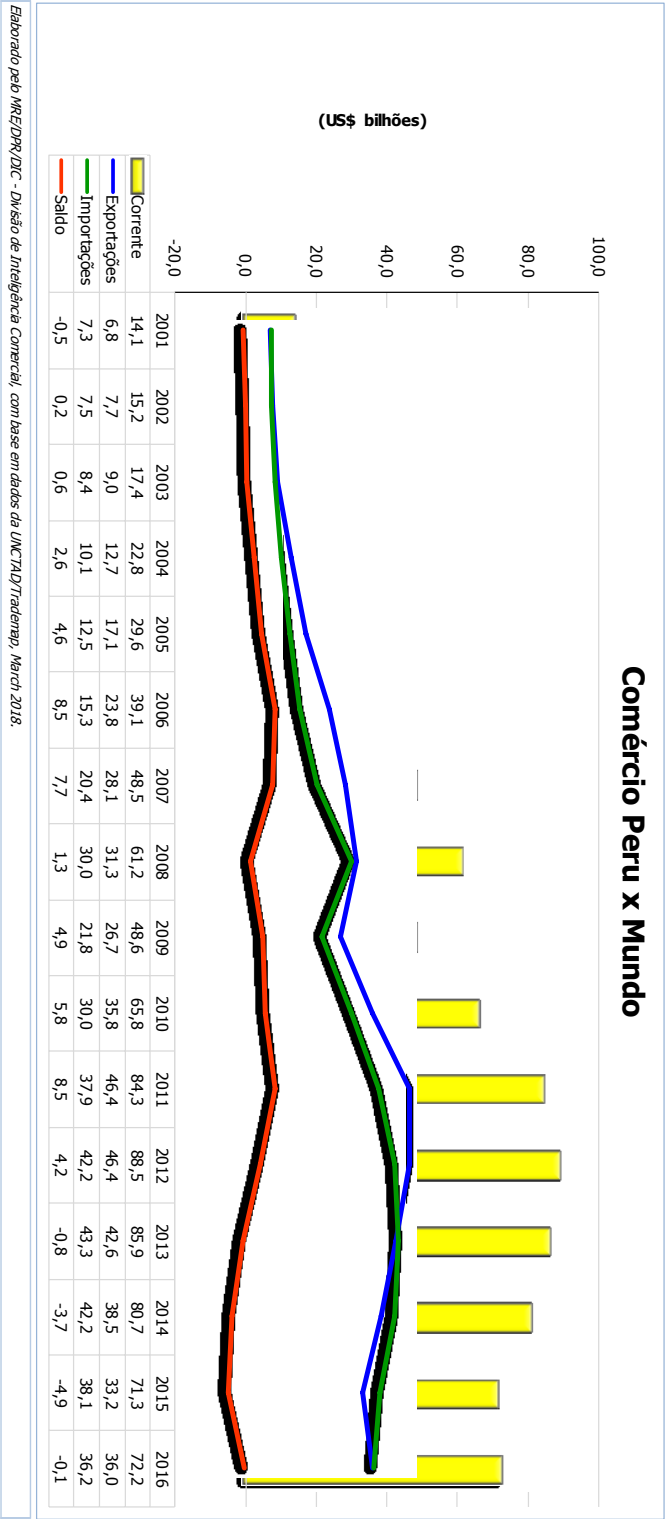
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Veículos automóveis	48,9	18,5%	84,5	29,6%	
Máquinas mecânicas	20,0	7,6%	35,5	12,4%	
Ferro e aço	29,9	11,3%	28,6	10,0%	
Plásticos	26,2	9,9%	23,9	8,4%	
Papel e cartão	11,7	4,4%	12,1	4,2%	
Máquinas elétricas	9,4	3,6%	9,7	3,4%	
Cereais	4,2	1,6%	7,9	2,8%	
Borracha	7,0	2,6%	6,0	2,1%	
Carnes	5,9	2,2%	5,2	1,8%	
Frutas	1,8	0,7%	5,0	1,7%	
Subtotal	165	62,5%	218	76,5%	
Outros	99	37,5%	67	23,5%	
Total	264	100,0%	285	100,0%	
Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Minérios	19,4	12,1%	68,7	30,6%	
Combustíveis	55,1	34,3%	51,5	23,0%	
Cobre	35,8	22,4%	32,4	14,4%	
Químicos inorgânicos	2,7	1,7%	12,0	5,4%	
Sal; enxofre; cal e cimento	5,2	3,3%	10,2	4,5%	
Ouro e pedras preciosas	3,9	2,5%	7,5	3,4%	
Vestuário de malha	4,4	2,8%	6,8	3,0%	
Plásticos	3,9	2,4%	5,7	2,5%	
Grãos e sementes	2,9	1,8%	3,8	1,7%	
Extratos tanantes e tintoriais	2,7	1,7%	3,5	1,6%	
Subtotal	136	84,9%	202	90,0%	
Outros produtos	24	15,1%	22	10,0%	
Total	160	100,0%	224	100,0%	

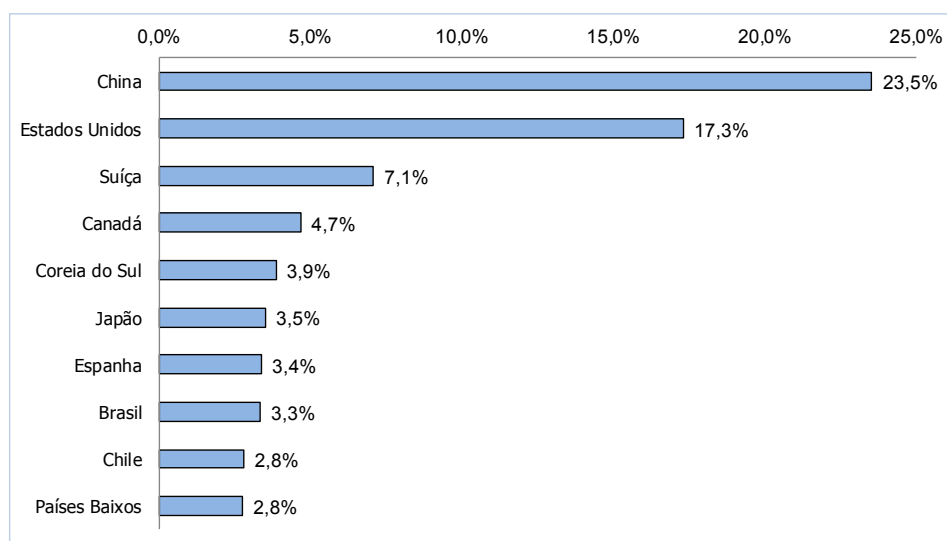
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março de 2018.



Principais destinos das exportações do Peru
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
China	8.484	23,5%
Estados Unidos	6.235	17,3%
Suíça	2.551	7,1%
Canadá	1.684	4,7%
Coreia do Sul	1.388	3,9%
Japão	1.263	3,5%
Espanha	1.217	3,4%
Brasil	1.204	3,3%
Chile	1.008	2,8%
Países Baixos	992	2,8%
Subtotal	26.026	72,2%
Outros países	10.014	27,8%
Total	36.040	100,0%

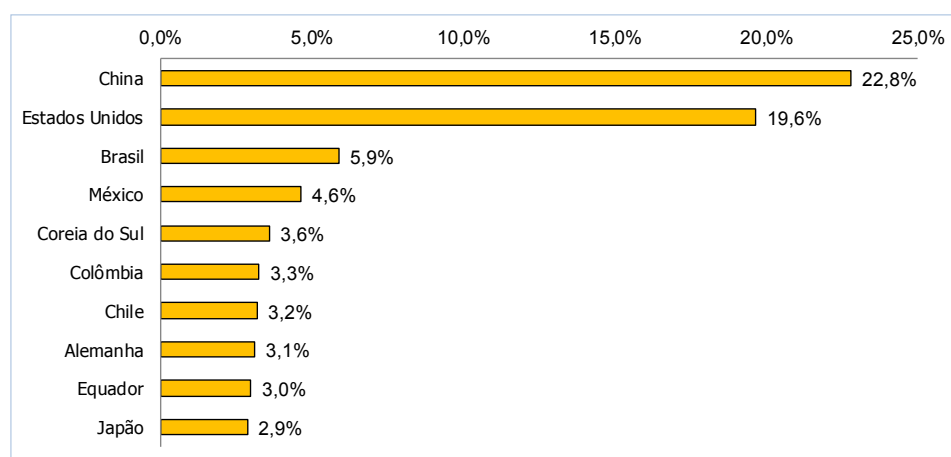
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.



Principais origens das importações do Peru
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
China	8.244	22,8%
Estados Unidos	7.108	19,6%
Brasil	2.128	5,9%
México	1.677	4,6%
Coreia do Sul	1.298	3,6%
Colômbia	1.178	3,3%
Chile	1.152	3,2%
Alemanha	1.124	3,1%
Equador	1.080	3,0%
Japão	1.035	2,9%
Subtotal	26.024	71,9%
Outros países	10.161	28,1%
Total	36.185	100,0%

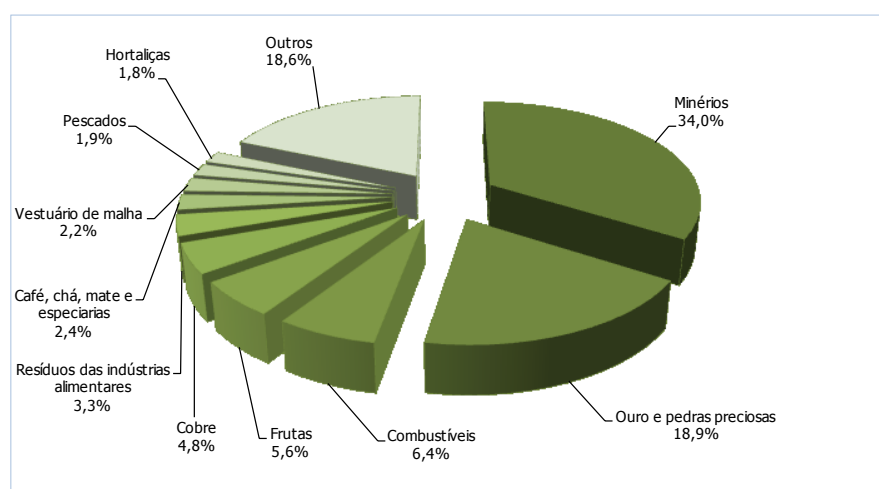
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.



Composição das exportações do Peru (SH2)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Minérios	12.239	34,0%
Ouro e pedras preciosas	6.809	18,9%
Combustíveis	2.321	6,4%
Frutas	2.017	5,6%
Cobre	1.721	4,8%
Resíduos das indústrias alimentares	1.207	3,3%
Café, chá, mate e especiarias	878	2,4%
Vestuário de malha	792	2,2%
Pescados	698	1,9%
Hortaliças	663	1,8%
Subtotal	29.346	81,4%
Outros	6.694	18,6%
Total	36.040	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, March 2018.

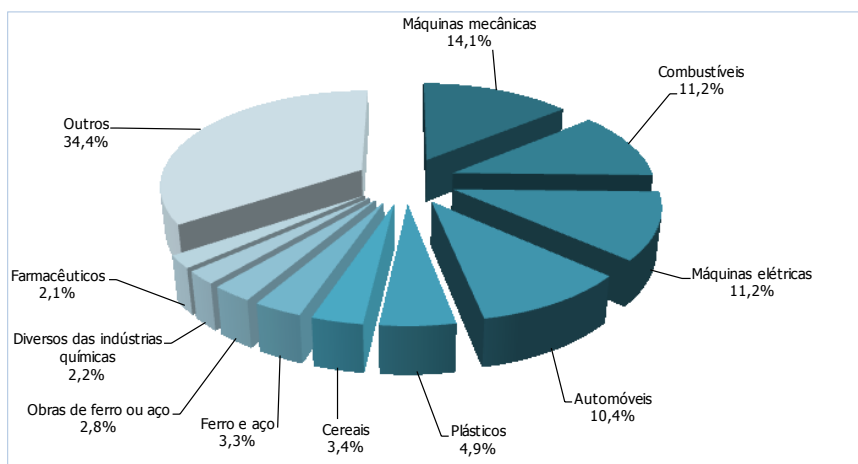


Composição das importações do Peru (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Máquinas mecânicas	5.096	14,1%
Combustíveis	4.070	11,2%
Máquinas elétricas	4.044	11,2%
Automóveis	3.761	10,4%
Plásticos	1.790	4,9%
Cereais	1.240	3,4%
Ferro e aço	1.177	3,3%
Obras de ferro ou aço	996	2,8%
Diversos das indústrias químicas	796	2,2%
Farmacêuticos	772	2,1%
Subtotal	23.742	65,6%
Outros	12.443	34,4%
Total	36.185	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, March 2018.

10 principais grupos de produtos importados



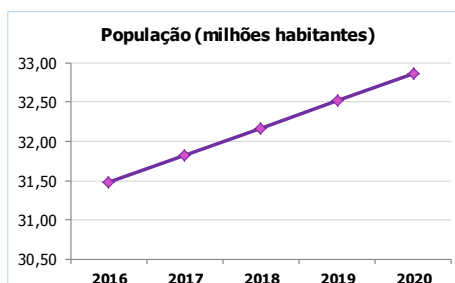
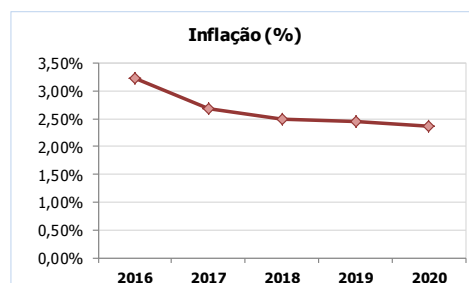
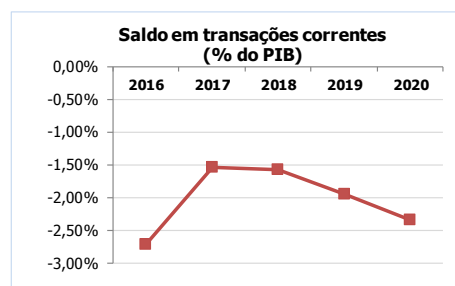
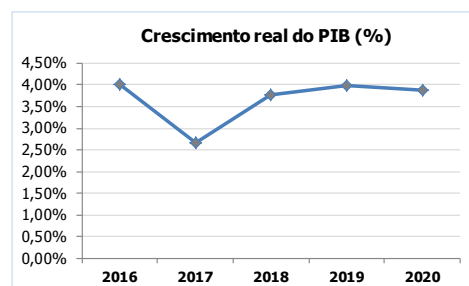
Principais indicadores socioeconômicos do Peru

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	4,00%	2,67%	3,76%	3,99%	3,87%
PIB nominal (US\$ bilhões)	195,30	210,01	221,71	235,06	249,15
PIB nominal "per capita" (US\$)	6.204	6.598	6.892	7.228	7.580
PIB PPP (US\$ bilhões)	406,52	424,64	449,15	477,06	505,95
PIB PPP "per capita" (US\$)	12.913	13.342	13.963	14.669	15.392
População (milhões habitantes)	31,48	31,83	32,17	32,52	32,87
Desemprego (%)	6,71%	6,71%	6,71%	6,71%	6,71%
Inflação (%) ⁽²⁾	3,24%	2,69%	2,49%	2,46%	2,36%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-2,72%	-1,53%	-1,57%	-1,94%	-2,34%
Dívida externa (US\$ bilhões)	69,50	72,50	71,28	69,66	69,50
Câmbio (S / US\$) ⁽²⁾	3,36	3,24	3,25	3,27	3,29
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	7,5%				
Indústria	36,3%				
Serviços	56,1%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



Aviso nº 168 - C. Civil.

Em 11 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

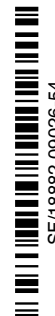
Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 18, de 2018 (Mensagem nº 185/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.*



Relator: Senador **HÉLIO JOSÉ**

I – RELATÓRIO

É submetida ao exame desta Casa a indicação que o Exmo. Sr. Presidente da República faz do Senhor RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor Rodrigo de Lima Baena Soares, nascido em 11 de dezembro de 1963 na cidade do Rio de Janeiro-RJ, é filho de João Clemente Baena Soares e Gláucia de Lima Baena Soares.

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1986 e ingressou na carreira, no posto de Terceiro-Secretário, no ano seguinte. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco atendeu os cursos de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD) e de Altos Estudos (CAE), tendo defendido, nesse último, a tese intitulada “Política Externa e Mídia em um Estado democrático. O caso brasileiro”.

O diplomata indicado tornou-se Primeiro-Secretário em 1999; Conselheiro, em 2003; Ministro de Segunda Classe, em 2007; e Ministro de Primeira Classe, em 2015. Todas as promoções por merecimento.

Ao longo de sua carreira, exerceu diversas funções. Entre as desempenhadas na Chancelaria e na Administração Pública Federal, merecem destaque as de Assessor Especial (2009/11) e Porta-Voz (2011/12) da Presidência da República; Assessor Especial da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2012/15)

No exterior, serviu como Segundo-Secretário na Embaixada em Assunção (1995/96); Primeiro-Secretário na Embaixada em Paris (2000/03); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires (2006/09) e Embaixador em Maputo (2015, até o presente).

Foi, ainda, chefe de delegação de relevantes missões brasileiras ao longo de sua profícua carreira. O indicado foi, por igual, merecedor de importantes condecorações.

A mensagem presidencial veio acompanhada, em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Peru, do qual extraímos as informações que seguem.

O histórico relacionamento entre Brasil e Peru é marcado por sólidos vínculos de amizade e cooperação. A agenda bilateral caracteriza-se pela diversidade e complexidade. Nesse sentido, a circunstância de



SF/18882.09026-54

possuirmos 2.995 km de fronteira dá, em larga medida, o tom das relações entre os dois países. Assim, por exemplo, foi criada em 2009 Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF). Esse colegiado cuida, entre outros, de assuntos relacionados com controle fronteiriço integrado, transportes, saúde na fronteira, cooperação ambiental fronteiriça e temas indígenas.

No plano comercial, o intercâmbio mostra-se tradicionalmente superavitário em relação ao Brasil. Verificam-se, nos últimos tempos, oscilações nas trocas comerciais, que, no entanto, permanecem na casa dos US\$3,8 bilhões. O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) destaca, entre os produtos que exportamos, os seguintes: automóveis, tratores, chassis e plásticos. Ainda segundo o MDIC, importamos sobretudo naftas para petroquímica, sulfetos de minérios de zinco, cátodos de cobre refinado, sulfetos de minério de cobre e fosfato de cálcio. Em 2016, nosso país figurou como o terceiro maior fornecedor de produtos para o Peru com 5,9%, atrás de China e Estados Unidos da América; e o oitavo destino de suas exportações com 3,3%, depois de China, Estados Unidos, Suíça, Canadá, Coreia do Sul, Japão e Espanha.

Outro item importante do temário bilateral é o que se vincula com a cooperação técnica. No ponto, o Peru é o país com o qual temos a mais intensa parceria na América do Sul. No momento presente, verificam-se iniciativas, entre outros, nos seguintes domínios: saúde, recursos hídricos, aquicultura, desenvolvimento social e trabalho. Para além disso, o Brasil tem prestado superlativa assistência humanitária ao país andino em situações de desastres naturais.

Há, ainda, forte relacionamento no combate a ilícitos transnacionais, destacadamente ao narcotráfico. Nesse sentido, foi instituída Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos como espaço para acompanhamento político-diplomático da colaboração entre autoridades dos dois países visando o fortalecimento do combate conjunto da criminalidade transfronteiriça.

No tocante à comunidade brasileira no país andino, estima-se que ela seja composta de aproximadamente 3.250 pessoas. O sumário não dá notícia do contingente populacional de peruanos e seus descendentes no Brasil. Entretanto, é de se imaginar que o número deve ser, por igual, bastante expressivo.



Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



2ª PARTE - DELIBERATIVA

2



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 22, DE 2018

(nº 193/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 193

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Os méritos do Senhor Paulo Cordeiro de Andrade Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de abril de 2018.

EM nº 00070/2018 MRE

Brasília, 17 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 175 - C. Civil.

Em 17 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO

CPF: 094.092.035-20

ID: 592491 DPT/BA

1953 Filho de Péricles Cordeiro Amador Pinto e Maria Carmelita de Andrade Pinto, nasce em 12 de outubro, em Salvador/BA

Dados Acadêmicos

1978 CPCD - IRBr
 1979 História pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília/DF
 1982 CAD - IRBr
 2000 CAE - IRBr, Diplomacia e política de defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica no período-pós-Guerra Fria

Cargos:

1979 Terceiro-secretário
 1981 Segundo-secretário
 1987 Primeiro-secretário, por merecimento
 1995 Conselheiro, por merecimento
 2002 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2006 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1979-81 Divisão da África II, assistente
 1981 Embaixada em Dar-Es-Salaam, Terceiro Secretário em missão transitória
 1981-83 Departamento da Ásia, África e Oceania, assistente
 1983-84 Departamento de Organismos Internacionais, assessor
 1984 36a. Reunião do Comitê Científico da Comissão Internacional da Baleia, Eastbourne, Grã-Bretanha, Chefe de delegação
 1984-85 Departamento de Sistematização da Informação Política, assessor
 1985-88 Delegação Permanente em Genebra, Segundo e Primeiro Secretário
 1988-90 Embaixada em La Paz, Primeiro-Secretário
 1990-93 Embaixada em Ottawa, Primeiro-Secretário
 1993 Departamento de Organismos Internacionais, assessor
 1993-95 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, assessor
 1995 Secretaria de Planejamento Diplomático, assessor
 1995-97 Presidência da República, Centro de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Diretor
 1997-2000 Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro
 2001-03 Embaixada no México, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
 2003 Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamento do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), Cidade do México, Presidente
 2003-05 Embaixada em Ottawa, Ministro-Conselheiro
 2005-08 Embaixada em Porto Príncipe, Embaixador
 2007 Conferência de Alto Nível sobre Operações de Paz Multidimensionais e Integradas, Oslo, Representante do Brasil

2008-10	Embaixada em Ottawa, Embaixador
2011-15	Subsecretaria-Geral Política III, Subsecretário-Geral
2014	Chefe da Delegação do Brasil à Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, Dili, Timor-Leste
2015	Consulado-Geral em Milão, Cônsul-Geral

Condecorações:

1994	Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Cavaleiro
1994	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
1995	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2006	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
2006	Medalha Jubileu de Ouro da Vitória na Segunda Guerra Mundial, Brasil
2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2006	Medalha do Pacificador, Brasil
2006	Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial
2010	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
2014	Comenda "Personalidade do Ano" da Câmara de Comércio Árabe Brasileira, São Paulo, Brasil

Obras publicadas

2015	Diplomacia e Política de Defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000). Brasília, FUNAG, 2015, 262 p. Coleção CAE.
------	---

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**LÍBANO****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
Abril de 2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Libanesa
GENTÍLICO	Libanês
CAPITAL	Beirute
ÁREA	10.452 km²
POPULAÇÃO	4,5 mi
IDIOMAS	Árabe (oficial) e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	54% muçulmanos (xiitas, sunitas e outros), 40.5% cristãos (maronitas, greco-ortodoxos e outros), 5.6 drusos
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista confessional unitária
CHEFE DE ESTADO	Michel Aoun (desde outubro de 2016)
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Nacional (Assemblée Nationale), presidida por Nabih Berry (muçulmano xiita), desde 1992
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Saad Hariri (muçulmano sunita) – desde novembro de 2016
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E EMIGRADOS	Gebran Bassil (cristão maronita)
PIB NOMINAL (FMI, 2017)	US\$ 52,7 bilhões
PIB PPP (FMI, 2017)	US\$ 87,89 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (FMI, 2017)	US\$ 11.684
PIB PPP PER CAPITA (FMI, 2017)	US\$ 19.486
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2017)	1,5%
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016):	0.763 (76ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	79,5 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Libra libanesa
EMBAIXADOR NO BRASIL	Joseph Sayah (desde 2013)
EMBAIXADOR EM BEIRUTE	Jorge Geraldo Kadri (desde 2015)
COMUNIDADE BRASILEIRA	17 mil

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ MILHÕES - FOB)

Brasil – Líbano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Exportações	310,6	243,3	303,2	293	338,4	317,8	286,7	280,4	263,5
Importações	1,4	1,6	2	11,9	26,3	14,4	23,7	2,05	19,6
Intercâmbio Total	312	245	305,2	304,9	364,7	332,3	310,5	282,5	283,1
Saldo Comercial	309,2	241,6	301,2	281,1	312,1	303,3	262,9	278,4	243,9

Fonte: MDIC / Informação elaborada em 11/04/2018, por DLV

APRESENTAÇÃO

A República do Líbano está localizada na região do Levante no Oriente Médio. Com população de 4,5 milhões de pessoas e uma área de 10.452 km², o país faz fronteira com Síria e Israel. O país alcançou sua independência em 1943. Segundo o sistema de governo adotado, chamado de confessionalista, o presidente da República deve ser cristão maronita, o primeiro-ministro, muçulmano sunita, e o presidente da Assembleia Nacional, muçulmano xiita. Tensões entre esses grupos levaram a uma longa Guerra Civil entre 1975 e 1990. Em 1989, o conflito foi selado pelos Acordos de Taif, que lograram a normalização do estado libanês, mas com a manutenção do caráter confessional de sua política.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Michel Aoun
Presidente da República Libanesa
(Haret Hreik, Líbano, 1933)



Cristão maronita, é a principal figura do Movimento Patriótico Livre (desde agosto de 2015, seu genro, o chanceler Gebran Bassil é o líder formal do partido), integrante da coalizão "8 de Março", da qual também faz parte o Hezbollah. General das Forças Armadas Libanesas, atuou como primeiro-ministro, de 1988 a 1990. Viveu no exílio na França de 1990 a 2005, depois da invasão síria que derrubou seu governo, ao final da guerra civil libanesa. Retornou ao Líbano em 2005, dias depois da retirada das tropas sírias do país, sendo eleito presidente do Movimento Patriótico Livre para o Parlamento. Foi eleito presidente em outubro de 2016, depois de 29 meses de vacância presidencial.

Saad Hariri
Primeiro-Ministro
(Riade, Arábia Saudita, 1970)

Muçulmano sunita, ingressou na política após a morte do pai, o ex-primeiro-ministro libanês Rafik Hariri, assassinado em 2005. Tornou-se líder do Movimento Futuro e da coalizão “14 de Março”. Tornou-se primeiro-ministro em



2009, quando logrou estabelecer um Governo de União Nacional. Com a renúncia de 11 ministros em 2011, o Governo de União Nacional foi dissolvido. Depois da queda de seu governo, Hariri mudou-se para o exterior, retornando ao Líbano em 2014. Foi indicado primeiro-ministro em novembro de 2016, após a eleição de Michel Aoun para a Presidência da República.

RELAÇÕES BILATERAIS

São fortes os vínculos entre os dois países, sobretudo em razão da numerosa comunidade de libaneses e descendentes no Brasil, a maior do mundo, estimada entre 7 e 11 milhões de pessoas. Os primeiros imigrantes libaneses chegaram ao Brasil no século XIX. Ao longo do século XX, a comunidade libanesa no Brasil foi diversificando suas atividades, demonstrando suas vocações e talentos à medida que se integrava à paisagem nacional. Os imigrantes libaneses enriqueceram a identidade brasileira e logo começaram a registrar sua presença na política, na economia, nas artes e na gastronomia.

Em 1920, o Brasil abriu consulado em Beirute, ainda sob mandato francês. Em 1944, o governo brasileiro reconheceu a independência do Líbano, dando início às relações diplomáticas e, em 1946, acreditou ministro plenipotenciário junto ao governo libanês. Em 1954, foi inaugurada a embaixada do Brasil em Beirute. No mesmo ano, o presidente Camille Chamoun realizou a primeira visita de um chefe de estado libanês ao Brasil, ocasião em que a legação libanesa no Rio de Janeiro foi elevada à categoria de Embaixada.

As visitas bilaterais têm sido frequentes. Mais recentemente, podem ser destacadas a visita, em julho de 2014, do chanceler Gebran Bassil a Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro; a visita, em setembro de 2015, do então chanceler Mauro Vieira ao Líbano; e a participação, em novembro de 2016, do chanceler Gebran Bassil na 1ª Conferência Latino-Americana "O Potencial da Diáspora Libanesa", celebrada em São Paulo, quando se encontrou com o presidente Michel Temer, o então chanceler José Serra, o presidente da Câmara dos Deputados e outras autoridades. Em março de 2018, o ministro Aloysio Nunes realizou visita oficial ao

Líbano, sendo recebido pelo presidente Michel Aoun, pelo primeiro-ministro Saad Hariri e pelo chanceler Gebran Bassil.

O Grupo Parlamentar Brasil-Líbano foi criado pela Resolução da Câmara dos Deputados nº. 30/79, de 06 de setembro de 1979. Seu atual presidente é o deputado Ricardo Izar (PSD/SP).

Desde 2014, o governo libanês organiza, anualmente, em Beirute, em maio, a Conferência sobre o Potencial da Diáspora. Expressivas delegações brasileiras têm participado anualmente desse foro. A edição de 2017 contou com a participação de cerca de 2 mil delegados, provenientes de mais de 70 países. A delegação brasileira, composta por aproximadamente 320 integrantes, a mais numerosa da conferência, foi chefiada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que cumpriu agenda de encontros com o presidente Michel Aoun e com o primeiro-ministro Saad Hariri.

Desde fevereiro de 2011, oficial brasileiro comanda a Força Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano - FTM-UNIFIL. Em outubro de 2011, o Brasil passou a contribuir também com a nau-capitânia da FTM (fragatas União, Independência, Liberal e Constituição e corveta Barroso), iniciativa apreciada pelo governo libanês.

Em dezembro de 2014, MERCOSUL e Líbano assinaram Memorando de Entendimento sobre Comércio e Cooperação Econômica com o objetivo de fortalecer o diálogo econômico e promover a negociação de acordo de livre comércio. Em 2016, texto-base de Acordo de Livre Comércio foi apresentado ao Líbano e está em negociação.

Assuntos consulares

A atual comunidade brasileira no Líbano conta com mais de 17 mil brasileiros residentes, estimados em cerca de 5.500 idosos, 9.000 adultos e 2.500 crianças, quase todos binacionais. Embora se encontrem pulverizados em quase todo o território libanês, um terço dos integrantes da comunidade vive na região do Vale do Bekaa (região leste do país), empregado nos setores agrícola e de serviços.

POLÍTICA INTERNA

O Líbano é uma república parlamentarista. O quadro político-institucional do país é caracterizado pela divisão segundo confissões religiosas, a qual determina a composição do Parlamento e a alocação dos principais cargos políticos desde a independência e do Pacto Nacional (ambos em 1943). O presidente da República deve ser cristão maronita, o primeiro-ministro, muçulmano sunita, e o presidente da Assembleia Nacional, muçulmano xiita.

Em outubro de 2016, o general Michel Aoun foi eleito presidente e Saad Hariri indicado para a chefia do governo. Foi então formado um governo de união

nacional, com composição ampliada de vinte e quatro para trinta ministérios, atendendo a demanda do presidente do Parlamento e líder do Movimento Amal, Nabih Berry. As pastas foram distribuídas equitativamente entre muçulmanos e cristãos.

Em junho de 2017, o parlamento aprovou nova legislação eleitoral, em substituição à legislação de 1960. Segundo a nova lei, o país será dividido em 15 circunscrições. O modelo de representação adotado será o proporcional, em bases confessionais, e garantirá a manutenção da paridade numérica entre muçulmanos e cristãos no Parlamento, composto por 128 integrantes. A lei concede a nacionais libaneses na diáspora o direito de votar em embaixadas e em consulados. As próximas eleições estão previstas para ocorrer no dia 6 de maio de 2018.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa libanesa norteia-se pela necessidade de manutenção do equilíbrio político interno em face de crises e conflitos ocorridos no Oriente Médio. Estruturalmente, a política exterior do país segue, historicamente, o princípio da neutralidade e da dissociação.

Diante do conflito sírio, integrantes das principais forças políticas adotaram, por consenso, a "Declaração de Baabda" de junho de 2012, que definiu os objetivos comuns de preservação da estabilidade no país e de dissociação em relação à crise naquele país. O Líbano abriga, atualmente, quase 1,1 milhão de refugiados do conflito, um acréscimo populacional significativo em país de população de cerca de 4,5 milhões de habitantes.

Em julho de 2006, travou-se violenta ofensiva militar entre Israel e o Líbano, causando muitas mortes e a destruição da infraestrutura de cidades na região meridional libanesa. No curso do conflito, o Brasil, que apoiou todas as iniciativas diplomáticas para a obtenção de cessar-fogo, executou, em caráter emergencial, ampla operação de retirada de nacionais brasileiros. A operação, sem precedentes, possibilitou a retirada exitosa das zonas de conflito de aproximadamente 4.510 brasileiros, além de nacionais de outros países da América Latina.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia libanesa é baseada especialmente no turismo e em atividades bancárias (o setor é o maior da região em termos de participação no PIB). O Líbano possui balança comercial estruturalmente negativa, com tendência de deterioração no déficit. Em 2014 e 2015, houve melhoria dos termos de troca em razão, sobretudo, da queda no preço internacional do petróleo, repassada aos preços internos e responsável, também, pelo aumento da renda disponível no país.

A pauta comercial libanesa é relativamente concentrada, principalmente nas importações, marcadas pela demanda de energia. A balança de serviços é o principal indicador superavitário nas contas externas libanesas, sendo auxiliada pelas remessas e pela entrada de capital proveniente do investimento direto de outros países árabes e por compras de títulos do governo em moeda estrangeira. O Líbano possui sistema bancário desenvolvido e poucos obstáculos aos fluxos de capital, fatores que tendem a manter elevada sua atratividade aos investimentos externos.

Nos primeiros seis meses de 2017, o desempenho da economia libanesa registrou melhora em comparação com o mesmo período de 2016, mas ainda está abaixo dos requisitos para uma recuperação tangível. Se entre 2006 e 2010, o crescimento real do PIB apresentou uma média anual de 9,2%, desde 2011 ele recuou para 1,7%, ficando, em 2016 em 1,5%.

O setor primário tem demonstrado um ritmo de crescimento misto. Em paralelo, o setor bancário libanês continua desempenhando papel importante na manutenção da atividade econômica, proporcionando créditos aos empreendimentos do setor privado. As reservas em divisas estrangeiras do Banco Central atingiram, no final de julho de 2017, novo patamar histórico de US\$ 42,2 bilhões, viabilizando apoio de liquidez confortável para proteger a estabilidade do câmbio e da moeda.

Ao longo dos últimos dez anos, o comércio bilateral entre o Brasil e o Líbano tem-se mantido estável (crescimento de 17,5%), passando de US\$ 240,89 milhões, em 2007, para US\$ 283,06 milhões, em 2017. O Brasil registra, tradicionalmente, superávits expressivos no comércio bilateral (US\$ 243,94 milhões em 2017).

Nas importações brasileiras do Líbano, verificou-se considerável progressão de 853,98%, passando de US\$ 2,05 milhões em 2016 para US\$ 19,56 milhões em 2017. Essa vasta variação foi motivada basicamente pela compra brasileira de superfosfatos (91% do total), que estava ausente da pauta desde 2015.

O perfil das exportações brasileiras para o Líbano é majoritariamente de produtos primários (açúcar, carnes, animais vivos e café). A variação entre 2017 e 2016 do total geral foi negativa em 6,04% (US\$ 263,5 milhões contra US\$ 280,43 milhões). Observa-se que essa variação foi gerada, principalmente, pela redução nas exportações de açúcar, que caíram de US\$ 72,77 milhões para US\$ 24,93 milhões. Em 2016, a carne bovina refrigerada do Brasil deteve 14% de participação nas importações libanesas, enquanto o gado vivo para abate registrou 9% do total. Aves congeladas provenientes do Brasil responderam por 3% do total de importações libanesas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1920	Conferência de San Remo confere à França mandato sobre a Síria e o Líbano.
-------------	--

1926	Promulgada a Constituição libanesa.
1936	Assinado o Tratado de Independência do Líbano.
1943	Parlamento libanês estipula o fim do mandato francês e firma o Pacto Nacional, acordo de divisão de poder entre cristãos e muçulmanos.
1948	Líbano participa da coalizão árabe na Guerra de Independência de Israel.
1949	Assinado armistício com Israel.
1958	Conflito armado interno e intervenção americana.
1968	Comandos palestinos entram no Líbano; Israel ataca o aeroporto de Beirute.
1969	Forças de segurança abrem fogo contra manifestantes favoráveis à OLP.
1970	Refugiados palestinos migram para o país, após o Setembro Negro na Jordânia.
1973	Eclodem conflitos entre o Exército libanês e fedayin palestinos.
1975	Hafez Assad visita o Líbano e oferece apoio sírio em caso de agressão israelense.
1975	Tem início a Guerra Civil Libanesa.
1976	Tropas sírias entram no Líbano.
1977	Líder druso Kamal Jumblatt é assassinado.
1978	Israel invade o sul do Líbano e estabelece “zona tampão” na região.
1978	Criada a UNIFIL, Força Interina das Nações Unidas para o Líbano; seu mandato seria modificado em 1982, 1990 e 2006.
1982	Tropas israelenses chegam à periferia de Beirute.
1982	Assassinado o Presidente eleito, Bashir Gemayel.
1982	Massacres de Sabra e Shatila.
1989	Acordo de Taif e fim da Guerra Civil – Reestruturação do sistema de divisão de poder no Líbano, em substituição ao Pacto Nacional de 1943.
1990	Liga Árabe legitima presença militar síria no Líbano.
2000	Israel retira suas tropas do sul do Líbano.
2004	Aprovada a Resolução 1554 do CSNU, pedindo a retirada de todas as forças estrangeiras do Líbano.
2005	Primeiras eleições legislativas pós-Guerra Civil sem ocupação estrangeira – Eleição do premiê Rafik Hariri.
2005	Assassinato de Rafik Hariri.
2005	Revolução dos Cedros e retirada de tropas sírias do Líbano.
2006	Após o sequestro de dois soldados israelenses pelo Hezbollah, ataque israelense ao Líbano que durou 34 dias e em que morreram cerca de 1200 libaneses.
2006	Resolução 1701 do CSNU põe fim ao conflito e o exército libanês, pela primeira vez em décadas, estaciona suas tropas em todo o país.
2007	Conflito entre as Forças Armadas Libanesas e o grupo palestino

	extremista Fatah al-Islam, no campo de refugiados Nahr al-Bared.
2007	Fim do mandato do presidente Emile Lahoud e impasse na escolha de seu sucessor, que gera meses de crise política.
2008	Eleição do general Michael Sleiman em maio e formação de Governo de União Nacional em Junho, possibilitada pelos Acordos de Doha.
2009	Eleições legislativas dão nova vitória ao grupo liderado por Saad Hariri.
2009	Toma posse Governo de União Nacional.
2011	Queda do gabinete de Saad Hariri.
2011	Formação do gabinete de Najib Mikati.
2012	Declaração de Baabda, que conclama as forças políticas libanesas a dissociar-se do conflito sírio .
2013	Najib Mikati renuncia ao cargo de primeiro-ministro, após críticas da base aliada, contrária à manutenção da antiga lei eleitoral .
2014	Tammam Salam consegue formar seu gabinete no formato 8-8-8
2014	Fim do mandato do presidente Michel Sleiman (maio)
2016	Michel Aoun eleito presidente com Saad Hariri como primeiro-ministro (outubro)
2017	Aprovação da nova lei eleitoral
2018	Eleições parlamentares (6 de maio)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1876	Visita de D. Pedro II ao atual Líbano, então parte do Império Otomano
1880	Primeiros contingentes significativos de imigrantes libaneses chegam ao Brasil, predominantemente cristãos
1920	Abertura do consulado do Brasil em Beirute
1937	O consulado do Brasil torna-se Consulado-Geral
1945	Estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, após a independência do Líbano
1946	O consulado-Geral do Brasil passa a Legação
1954	Visita oficial do presidente da República Libanesa , Sr. Camille Chamoun, ao Brasil
1954	Abertura de embaixada libanesa no Rio de Janeiro
1954	Abertura de embaixada brasileira em Beirute
1961	Transferência da embaixada libanesa para Brasília
1961	Abertura do consulado honorário em Trípoli, desativado em 1991 e reativado em 1994
1975	Início da Guerra Civil no Líbano, que marca também o começo de nova onda de imigrantes do país para o Brasil, dessa feita com grande participação de muçulmanos

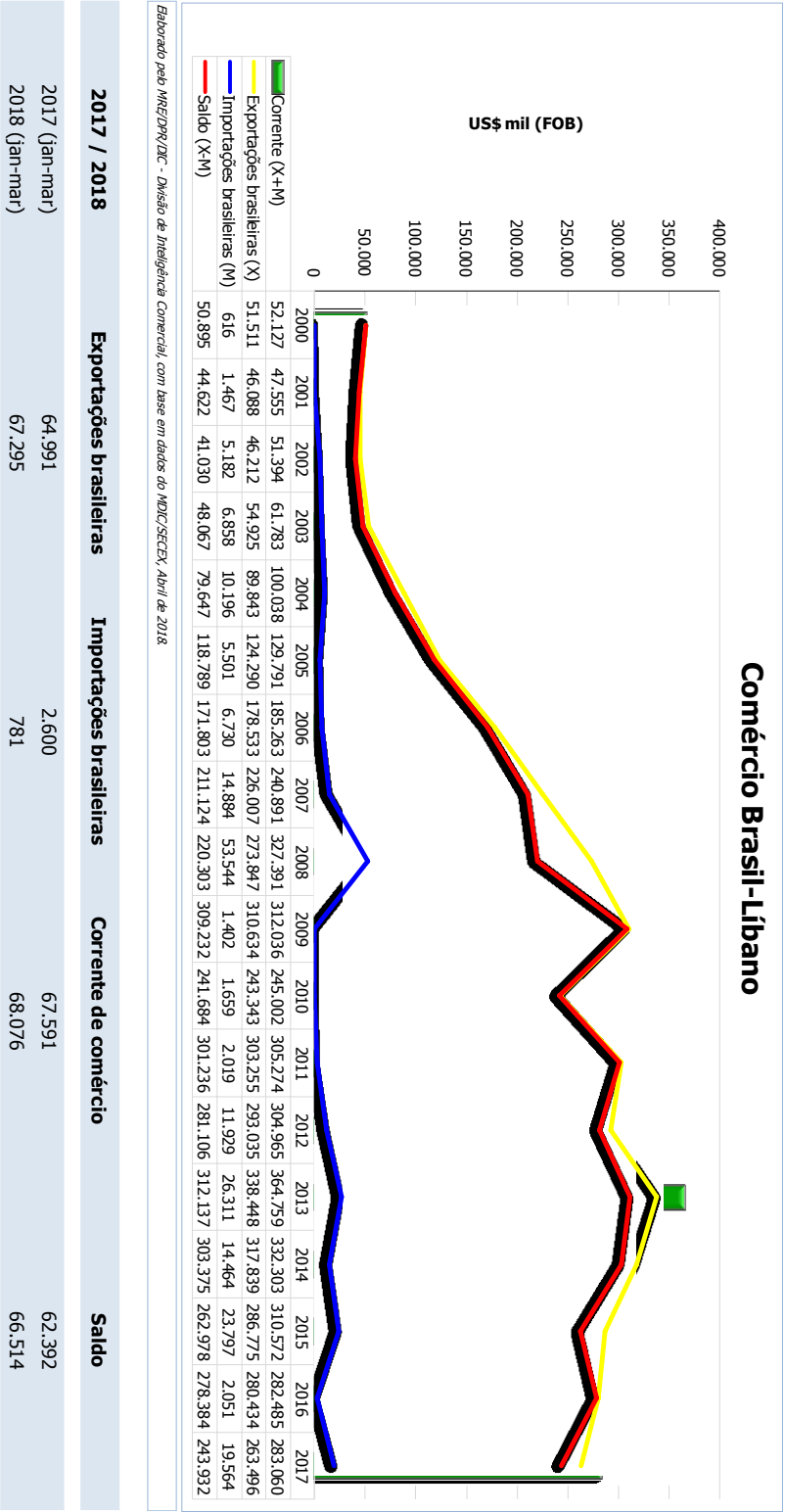
1995	Visita oficial do primeiro-ministro libanês ao Brasil, Sr. Rafik Hariri
1996	Visita ao Brasil do presidente da Assembleia Nacional libanesa, Sr. Nabih Berry
1997	Visita oficial do presidente da República libanesa, Sr. Elias Hraoui, ao Brasil
1997	Visita oficial do ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Luis Felipe Lampreia, ao Líbano
2003	Visita de Estado do Sr. presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, ao Líbano
2003	Visita oficial do ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Celso Amorim, ao Líbano
2003	Visita oficial de Rafik Hariri, primeiro-ministro libanês, ao Brasil
2005	Visita oficial do ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Celso Amorim, ao Líbano
2005	Visita oficial do primeiro-ministro libanês, Najib Mikati, ao Brasil
2006	Abertura do consulado-geral do Brasil em Beirute
2006	Visita oficial do ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Celso Amorim, ao Líbano, no contexto da guerra entre Israel e o Hezbollah
2009	Visita do embaixador extraordinário do Brasil para o Oriente Médio, embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto
2010	Visita de Estado do presidente da República Libanesa, general Michel Sleiman
2011	Visita do Sr. vice-presidente da República, Michel Temer, ao Líbano.
2011	Inauguração do Centro Cultural Brasil-Líbano
2012	Visita do ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, ao Líbano
2013	Visita ao Brasil do cardeal Bechara Boutros Rai, patriarca da Igreja Maronita
2014	Participação de delegação parlamentar brasileira à I Conferência sobre o Potencial da Diáspora
2014	Visita do chanceler Gebran Bassil a Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro
2015	Participação de delegação parlamentar brasileira à II Conferência sobre o Potencial da Diáspora
2015	Visita do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, ao Líbano
2016	Participação de delegação parlamentar brasileira à III Conferência sobre o Potencial da Diáspora
2016	Encontro entre os chanceleres José Serra e Gebran Bassil à margem da Assembleia Geral da ONU
2016	Encontro do chanceler Gebran Bassil com o ministro das Relações Exteriores, José Serra, e com o presidente Michel Temer à margem da 1ª

	Conferência Latino-Americana "O Potencial da Diáspora Libanesa"
2016	Visita do ministro da Defesa, Raul Jungmann, ao Líbano
2017	Encontro do governador do Goiás, Marconi Perillo, com o presidente Michel Aoun durante visita de trabalho ao Líbano
2017	Participação de delegação parlamentar brasileira à IV Conferência sobre o Potencial da Diáspora, chefiada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia
2018	Visita do ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes ao Líbano (março)

ACORDOS BILATERAIS

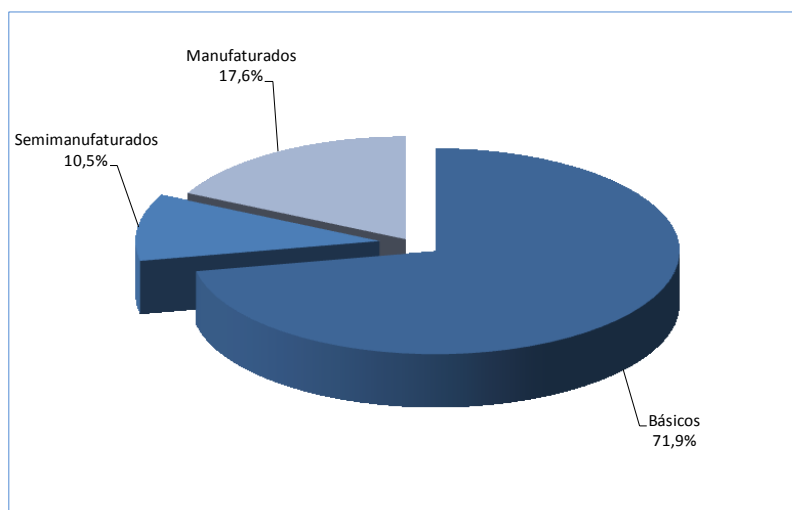
Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Publicação
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e outras Transações Financeiras Fraudulentas Afins	04/12/2003	31/03/2008	14/03/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários	04/12/2003	02/04/2006	05/04/2006
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário	04/10/2002	01/10/2014	08/09/2017
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa	04/10/2002	01/11/2011	20/02/2013
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa	04/02/1997	03/11/2002	22/11/2002
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa	04/02/1997	03/03/1998	24/04/1998
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre a República do Líbano e a Estados Unidos do Brasil.	12/05/1954	16/01/1957	21/03/1957

ANEXO ESTATÍSTICO

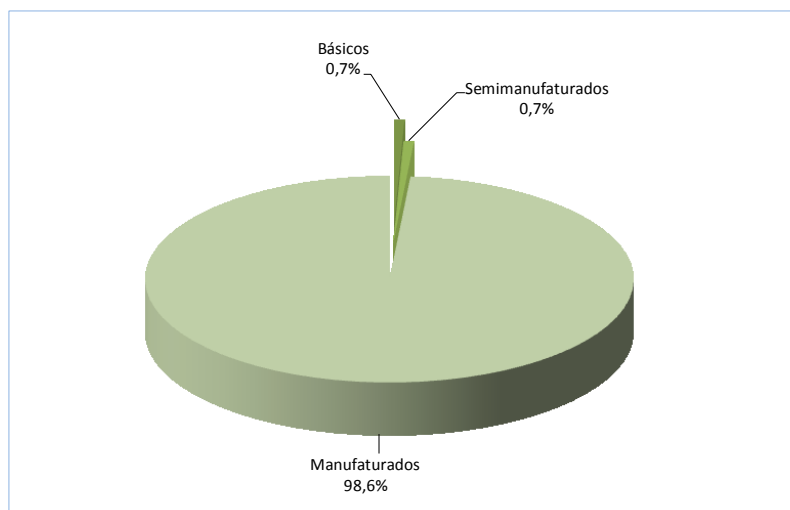


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



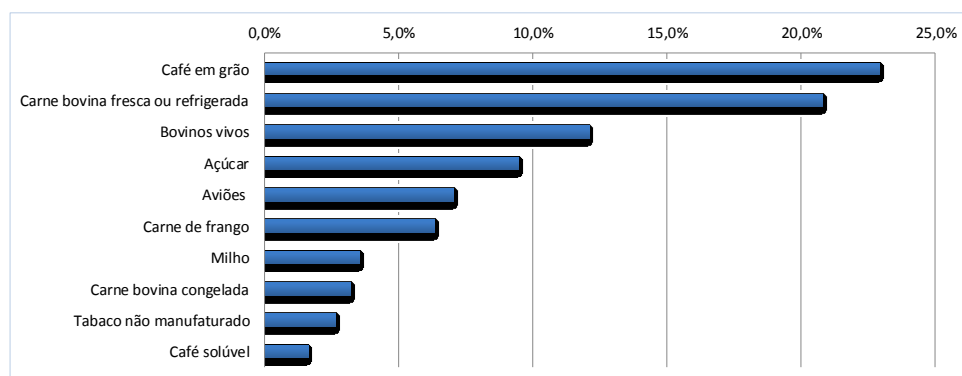
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Líbano (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Café em grão	56.705	19,8%	53.716	19,2%	60.433	22,9%
Carne bovina fresca ou refrigerada	64.104	22,4%	59.516	21,2%	54.809	20,8%
Bovinos vivos	42.668	14,9%	42.847	15,3%	31.889	12,1%
Açúcar	35.236	12,3%	72.776	26,0%	24.997	9,5%
Aviões	18.325	6,4%	0	0,0%	18.575	7,0%
Carne de frango	17.562	6,1%	17.353	6,2%	16.736	6,4%
Milho	249	0,1%	161	0,1%	9.386	3,6%
Carne bovina congelada	7.467	2,6%	3.193	1,1%	8.391	3,2%
Tabaco não manufaturado	1.682	0,6%	1.732	0,6%	6.972	2,6%
Café solúvel	3.269	1,1%	3.024	1,1%	4.290	1,6%
Subtotal	247.267	86,2%	254.318	90,7%	236.478	89,7%
Outros	39.508	13,8%	26.116	9,3%	27.018	10,3%
Total	286.775	100,0%	280.434	100,0%	263.496	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

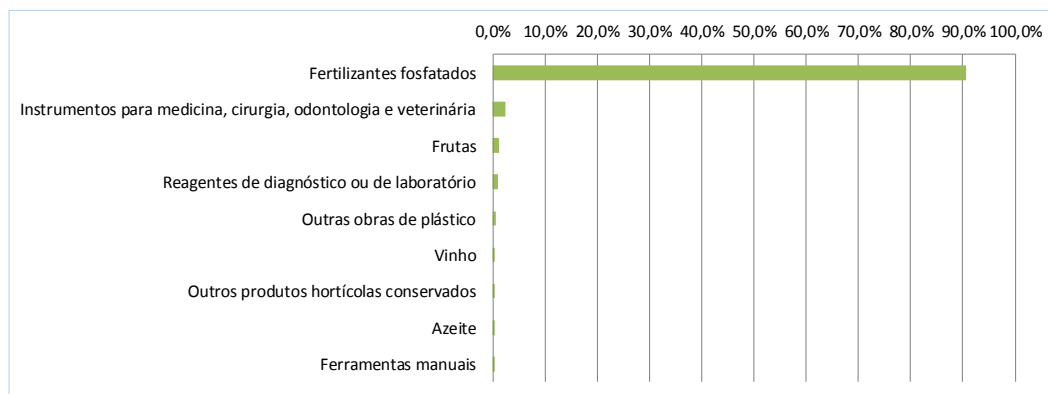


Composição das importações brasileiras originárias do Líbano (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Fertilizantes fosfatados	21.697	91,2%	0	0,0%	17.715	90,5%
Instrumentos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária	0	0,0%	0	0,0%	494	2,5%
Frutas	219	0,9%	159	7,8%	255	1,3%
Reagentes de diagnóstico ou de laboratório	0	0,0%	0	0,0%	215	1,1%
Outras obras de plástico	0	0,0%	0	0,0%	120	0,6%
Vinho	56	0,2%	71	3,5%	93	0,5%
Outros produtos hortícolas conservados	76	0,3%	70	3,4%	89	0,5%
Azeite	17	0,1%	38	1,9%	89	0,5%
Ferramentas manuais	0	0,0%	0	0,0%	66	0,3%
Chumbo em forma bruta	867	3,6%	880	42,9%	0	0,0%
Subtotal	22.932	96,4%	1.218	59,4%	19.136	97,8%
Outros	865	3,6%	833	40,6%	428	2,2%
Total	23.797	100,0%	2.051	100,0%	19.564	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

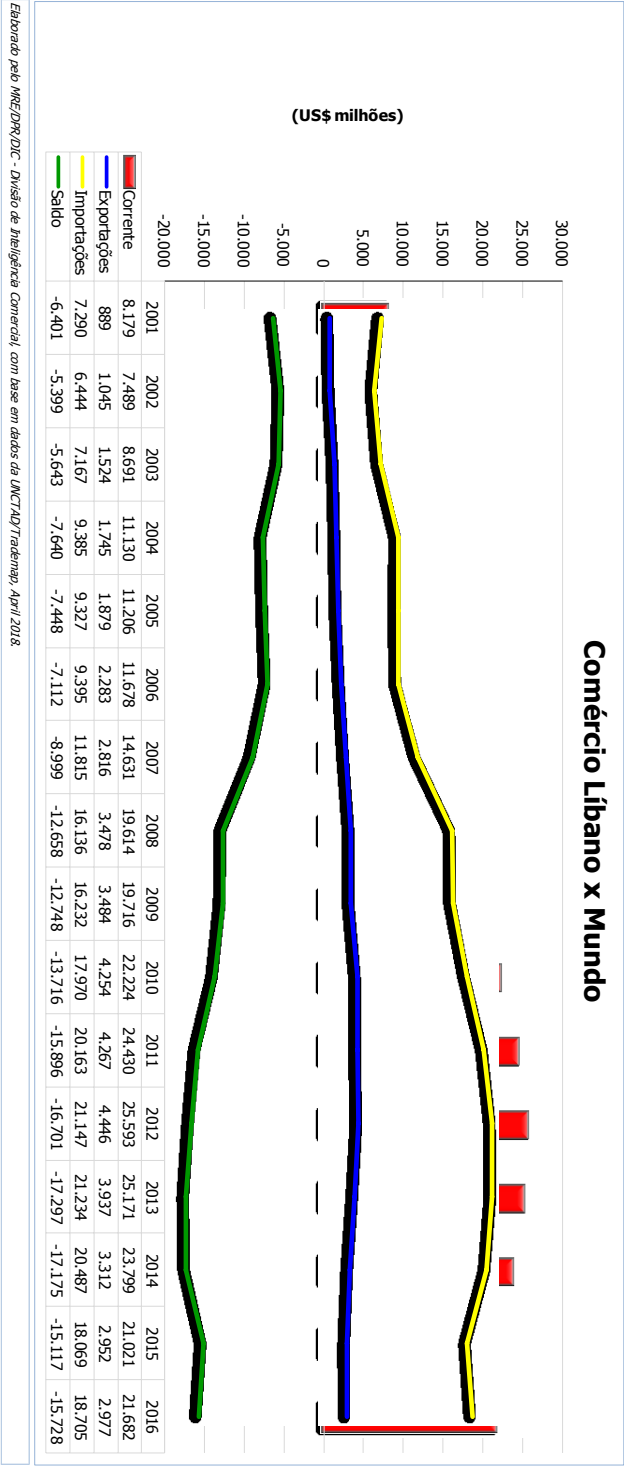
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Bovinos vivos	6.091	9,4%	15.350	22,8%	Bovinos vivos 22,8%
Carne bovina fresca ou refrigerada	13.207	20,3%	13.562	20,2%	Carne bovina fresca ou refrigerada 20,2%
Milho	0	0,0%	12.097	18,0%	Milho 18,0%
Café em grão	17.953	27,6%	11.273	16,8%	Café em grão 16,8%
Carne bovina congelada	3.096	4,8%	4.431	6,6%	Carne bovina congelada 6,6%
Carne de frango	3.395	5,2%	1.783	2,6%	Carne de frango 2,6%
Pastas químicas de madeira	421	0,6%	1.680	2,5%	Pastas químicas de madeira 2,5%
Tabaco não manufaturado	3.898	6,0%	1.513	2,2%	Tabaco não manufaturado 2,2%
Veículos para transporte de mercadorias	128	0,2%	452	0,7%	Veículos para transporte de mercadorias 0,7%
Partes de motores e conversores elétricos	0	0,0%	401	0,6%	Partes de motores e conversores elétricos 0,6%
Subtotal	48.189	74,1%	62.542	92,9%	
Outros	16.802	25,9%	4.753	7,1%	
Total	64.991	100,0%	67.295	100,0%	
Importações					
Instrumentos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária	79	3,0%	263	33,7%	Instrumentos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária 33,7%
Frutas	82	3,2%	138	17,7%	Frutas 17,7%
Reagentes de diagnóstico ou de laboratório	0	0,0%	113	14,5%	Reagentes de diagnóstico ou de laboratório 14,5%
Outras obras de plástico	8	0,3%	80	10,2%	Outras obras de plástico 10,2%
Máquinas e aparelhos elétricos com função própria	0	0,0%	42	5,4%	Máquinas e aparelhos elétricos com função própria 5,4%
Aparelhos para medida ou controle de grandezas elétricas	0	0,0%	34	4,4%	Aparelhos para medida ou controle de grandezas elétricas 4,4%
Outros produtos hortícolas conservados	8	0,3%	24	3,1%	Outros produtos hortícolas conservados 3,1%
Outros açúcares	2	0,1%	17	2,2%	Outros açúcares 2,2%
Vinho	12	0,5%	9	1,2%	Vinho 1,2%
Fertilizantes fosfatados	2.309	88,8%	0	0,0%	Fertilizantes fosfatados 0,0%
Subtotal	2.500	96,2%	720	92,2%	
Outros produtos	100	3,8%	61	7,8%	
Total	2.600	100,0%	781	100,0%	

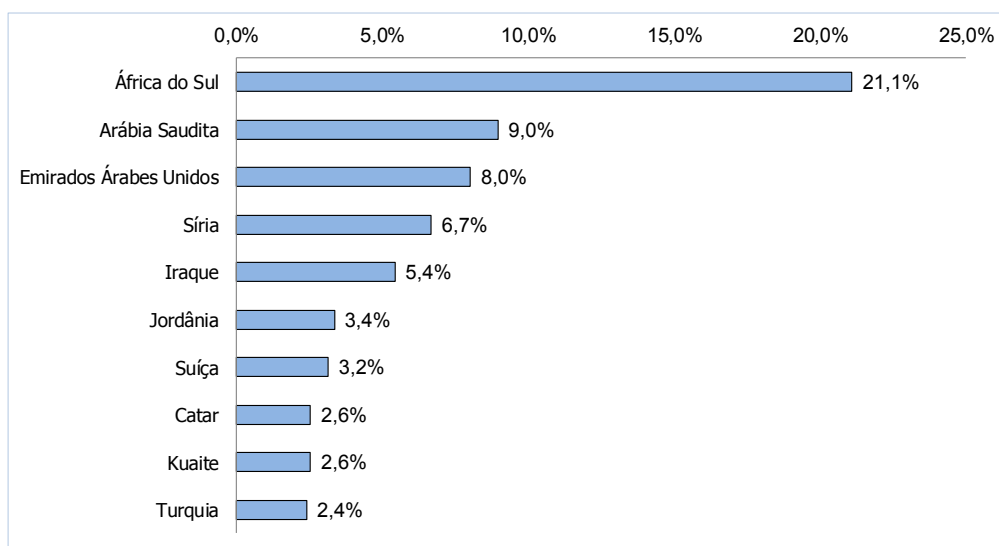
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.



Principais destinos das exportações do Líbano
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
África do Sul	628	21,1%
Arábia Saudita	267	9,0%
Emirados Árabes Unidos	239	8,0%
Síria	199	6,7%
Iraque	162	5,4%
Jordânia	100	3,4%
Suíça	94	3,2%
Catar	76	2,6%
Kuaite	76	2,6%
Turquia	72	2,4%
...		
Brasil (54º lugar)	6	0,2%
Subtotal	1.919	64,5%
Outros países	1.058	35,5%
Total	2.977	100,0%

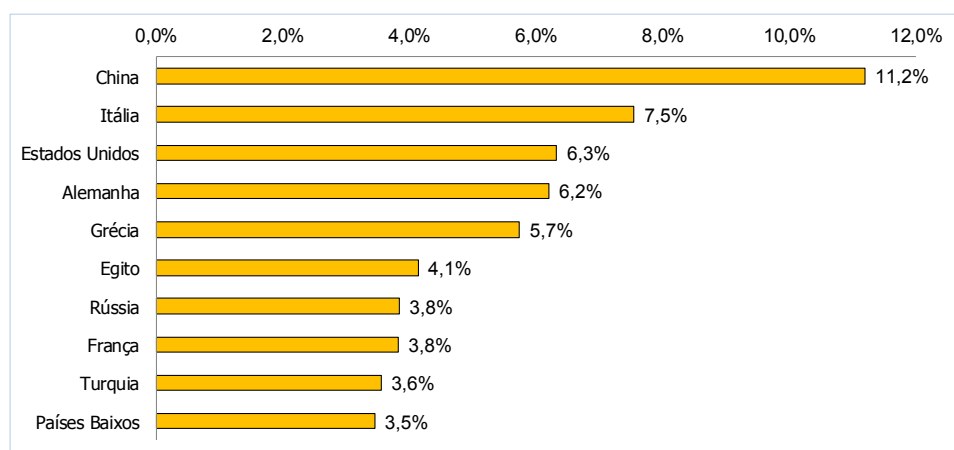
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Principais origens das importações do Líbano
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part. % no total
China	2.094	11,2%
Itália	1.412	7,5%
Estados Unidos	1.184	6,3%
Alemanha	1.161	6,2%
Grécia	1.074	5,7%
Egito	774	4,1%
Rússia	719	3,8%
França	716	3,8%
Turquia	665	3,6%
Países Baixos	646	3,5%
...		
Brasil (18º lugar)	303	1,6%
Subtotal	10.748	57,5%
Outros países	7.957	42,5%
Total	18.705	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

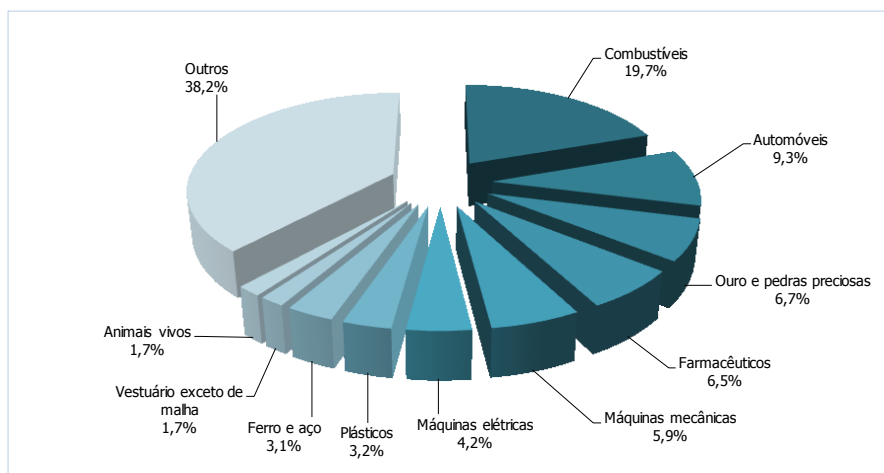


Composição das importações do Líbano (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Combustíveis	3.678	19,7%
Automóveis	1.732	9,3%
Ouro e pedras preciosas	1.255	6,7%
Farmacêuticos	1.214	6,5%
Máquinas mecânicas	1.099	5,9%
Máquinas elétricas	780	4,2%
Plásticos	596	3,2%
Ferro e aço	583	3,1%
Vestuário exceto de malha	312	1,7%
Animais vivos	311	1,7%
Subtotal	11.560	61,8%
Outros	7.145	38,2%
Total	18.705	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Líbano

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	1,00%	1,50%	2,00%	2,50%	2,50%
PIB nominal (US\$ bilhões)	50,46	52,70	55,02	57,37	59,87
PIB nominal "per capita" (US\$)	11.295	11.684	12.082	12.478	12.898
PIB PPP (US\$ bilhões)	85,11	87,89	91,38	95,67	100,12
PIB PPP "per capita" (US\$)	19.050	19.486	20.068	20.809	21.571
População (milhões habitantes)	4,47	4,52	4,55	4,60	4,64
Inflação (%) ⁽²⁾	3,14%	3,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-18,59%	-18,01%	-16,77%	-16,11%	-15,55%
Dívida externa (US\$ bilhões)	36,87	39,74	41,55	43,52	45,40
Câmbio (L£ / US\$) ⁽²⁾	1.508	1.508	1.508	1.508	1.508

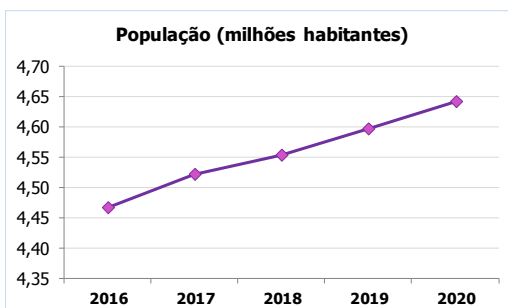
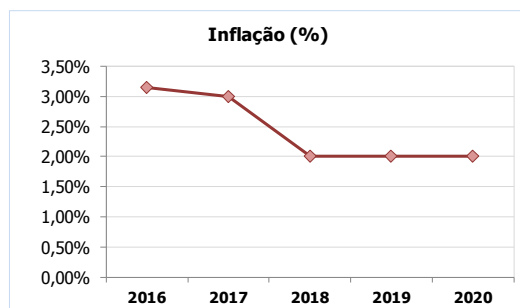
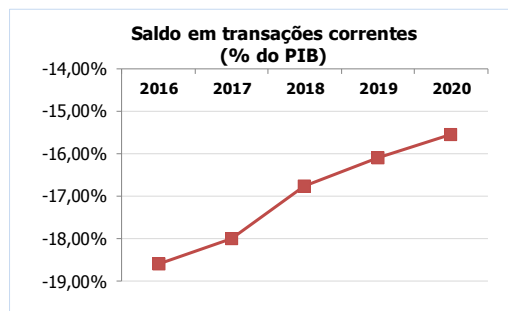
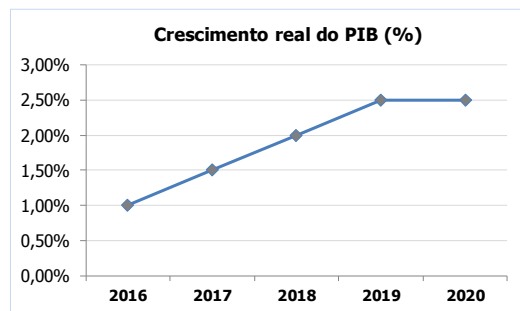
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	5,7%
Indústria	21,0%
Serviços	73,3%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



EMBAIXADA DO BRASIL EM BEIRUTE**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR JORGE GERALDO KADRI**

Encaminho, abaixo, versão simplificada do relatório de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Beirute.

I. SETOR POLÍTICO, DE COOPERAÇÃO E HUMANITÁRIO**(a) Ações realizadas**

2. No que se refere a temas ligados à diáspora libanesa no mundo, participei, em maio de 2015, da 2ª Conferência sobre o Potencial da Diáspora Libanesa, realizada em Beirute, no âmbito da qual se reuniu, pela primeira vez, o Conselho Empresarial Líbano-Brasileiro (CELB), em 20 de maio daquele ano. A participação brasileira foi ainda maior na 3ª Conferência sobre o Potencial da Diáspora Libanesa, promovida nesta capital, em maio de 2016, ao passo que a 4ª Conferência, realizada entre os dias 30 de abril e 5 de maio de 2017, contou com a presença do deputado Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, na qualidade de chefe da delegação brasileira, aliás, a mais numerosa da conferência. Convém recordar ainda que, à margem do evento, o Conselho Empresarial Líbano-Brasileiro organizou o Fórum Econômico Brasil-Líbano, reunindo cerca de 100 empresários dos dois países.

3. Cumpre sublinhar que o apoio do Brasil à LDE bem como a importância da comunidade de descendentes de libaneses no Brasil refletiu-se na organização, em parceria com o governo libanês, da Primeira Conferência Latino-americana "O Potencial da Diáspora Libanesa", realizada em São Paulo, no mês de novembro de 2016. O encontro foi aberto pelo Senhor Presidente da República, Michel Temer, e contou com a presença do chanceler Gebran Bassil, além do governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e do então chanceler José Serra, a quem assessoriei na oportunidade.

4. O adensamento das relações bilaterais traduziu-se também pelo incremento das visitas de autoridades. Se é verdade que o chanceler Bassil visitou o País em 2014 (oportunidade na qual assinou acordo de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais/especiais ou de serviço, em vigor), e em 2016, durante a LDE Latino-americana, impõe-se destacar que o lado brasileiro tem demonstrado igual interesse em fortalecer parcerias com o país levantino. Em setembro de 2015 o então chanceler Mauro Vieira visitou o Líbano, no contexto de seu primeiro périplo pelo Oriente Médio.

5. O ministro da Defesa, Raul Jungmann, visitou o Líbano em outubro de 2016, acompanhado pelo comandante da Marinha, almirante de esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, pela senadora Ana Amélia, titular da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, e pelo deputado Pedro Vilela, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Na ocasião, as duas partes anunciaram a intenção de firmar acordo de cooperação em matéria de defesa. De imediato a gestões em favor do instrumento, reunindo-me com o ministro libanês da Defesa, em companhia do adido de Defesa do Brasil em Beirute. Em menos de um ano, as negociações avançaram significativamente. Uma vez aprovado, o acordo servirá de base para a cooperação em diversas áreas, como o treinamento de quadros de saúde, em particular de paramédicos, na atuação em operações militares e de emergência.

6. Em decorrência da assinatura de memorando de entendimento para o estabelecimento de consultas bilaterais entre o Brasil e o Líbano (firmado durante a visita do chanceler Bassil em julho de 2014), o Senhor Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio (SGAO) chefiou a delegação brasileira na I Reunião de Consultas Políticas, promovida nesta capital, em maio de 2017. O encontro possibilitou não somente o intercâmbio de visões sobre o contexto político médio-oriental, mas também de perspectivas sobre as relações bilaterais, inclusive o papel de relevo do Brasil à frente da Força-Tarefa Marítima (MTF) da UNIFIL.

7. Acompanhei, ainda, em março de 2017, o governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, em visita de trabalho ao Líbano. O governador manteve intensa agenda de encontros, dentre os quais com o PR Aoun e com o ministro Gebran Bassil, com quem debateu, entre outros aspectos, a iniciativa de restabelecimento de voos

diretos entre o Brasil e o Líbano. No ensejo, Perillo avistou-se, ainda, com a comunidade empresarial libanesa.

8. Recebi, também, em outubro de 2017, o então vice- governador do Estado de São Paulo, Márcio França, que manteve agenda de trabalho, tendo sido recebido pelo chanceler libanês, a quem informou sobre tratativas do governo do Estado com empresas de aviação civil, oferecendo apoio para que Beirute possa ser contemplada caso a iniciativa obtenha êxito.

9. A recente visita do Senhor MERE, de 4 a 6 de março último, mostrou-se bastante profícua, incluindo encontros com o PR Michel Aoun; o PM Saad Hariri; o chanceler Gebran Bassil; o comandante da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL), almirante Eduardo Vazquez; e com a comunidade brasileira residente no Líbano no Centro Cultural Brasil-Líbano.

10. Com relação à UNIFIL, o Brasil detém, desde 2011, o comando da Força Tarefa Marítima, onde mantém contingente total superior a 200 militares. Desde o mesmo ano, o País tem contribuído com a nau-capitânia, em regime de rotatividade entre as fragatas União, Independência, Liberal e Constituição, e a corveta Barroso. A presença brasileira na força de paz, aliás, sempre foi saudada pelas autoridades libanesas desde meus primeiros contatos, ainda em 2015.

11. A missão tem conseguido avançar na implementação do mandato determinado pelas Nações Unidas (Resolução 1701 do CSNU), a despeito dos consideráveis desafios securitários, em particular as tensões decorrentes de escalada retórica entre autoridades israelenses e o Hezbollah. Não obstante, a UNIFIL tem alcançado resultado positivo, em particular no que respeita ao treinamento das Forças Armadas Libanesas (FAL), o incremento de sua presença no sul do Líbano, e com a criação de ambiente estável na costa libanesa.

12. Noto que a contribuição brasileira à frente da FTM tem sido igualmente elogiada pelo comandante da UNIFIL, major- general Michael Beary, que, em contato com este Posto, em agosto de 2017, por ocasião do processo de renovação do mandato da força de paz, qualificou a liderança do Brasil como "excelente",

tendo manifestado a expectativa de que o País continue à frente do componente naval da UNIFIL, hipótese reconfirmada pelo governo brasileiro.

(b) Principais dificuldades encontradas

13. Apesar de significativo engajamento do Brasil em matéria humanitária, a cooperação com o Líbano mantém-se, ainda, aquém das necessidades do país do Cedro. Como se recorda, o Líbano acolhe, há décadas, no total, cerca de dois milhões de refugiados, procedentes da Palestina e, mais recentemente, da Síria. Beirute tem seguidamente lançado apelos para que a comunidade internacional possa solucionar a crise humanitária, seja por meio de apoio multilateral, para a saída "segura" de refugiados sírios para o país de origem, seja por meio de contribuições para a manutenção das atividades das agências humanitárias no país.

(c) Sugestões para o novo titular

14. As conferências da diáspora, iniciativa do chanceler Gebran Bassil, têm tido o condão de aproximar as comunidades libanesas no exterior do país do Cedro. As eleições legislativas, previstas para 6 de maio vindouro, terão a possibilidade de voto dos eleitores no exterior. No futuro, a diáspora latino-americana poderá adensar, por meio de representante eleito, a participação no Legislativo local.

15. No campo das relações bilaterais, há mais de uma década o terreno doado pelo governo libanês para a construção da nova chancelaria do Brasil encontra-se ocioso, com repercussões negativas. Poderá ser viabilizado o início de projeto para a construção da nova sede, que reuniria oficinas, setor consular e o Centro Cultural.

II. SETOR CONSULAR

(a) Ações realizadas

16. Em maio de 2015, com a extinção do Consulado-Geral em Beirute, foi reaberto o Setor Consular da Embaixada. Os reiterados cortes de pessoal ao longo de 2014 agravaram o estrangulamento dos serviços consulares. A extinção do CG, portanto, além de racionalizar custos, permitiu o deslocamento de funcionários que se dedicavam a atividades-meio para as atividades-fim.

17. Nessa linha, com a reincorporação daquele serviço à Embaixada, foi possível estabelecer novos procedimentos de rotinas e atividades do Setor Consular com vistas à melhoria do atendimento ao público. Foi reestruturado o sistema de agendamento dos pedidos de vistos, passaportes e atos notariais, tendo havido sensível redução do tempo de espera para o atendimento. Foram redefinidas as tarefas dos vários serviços entre os funcionários. Vale mencionar que, nos últimos dois anos, houve sensível diminuição no número de reclamações recebidas pela Ouvidoria Consular e aumento da quantidade de mensagens em tom de elogio.

18. O setor consular é uma das áreas mais dinâmicas do posto, no contexto do histórico fluxo de pessoas entre o Brasil e o Líbano e do constante aumento do número de brasileiros residentes aqui, hoje estimado em mais de 17 mil nacionais. De maio de 2015 até o presente momento, a embaixada emitiu mais de 25 mil emolumentos consulares, incluindo vistos, passaportes, atos de registros civil e notarial, entre outros. Tendo em conta que muitos libaneses têm pelo menos um genitor brasileiro, uma das particularidades do posto é a grande demanda por registros de nascimento, a maioria de adultos. É recorrente que grupos de irmãos idosos consigam apresentar a documentação prevista no Manual do Serviço Consular e Jurídico - MSCJ - e, após criteriosa análise por posto, tenham os seus registros de nascimento lavrados e, posteriormente, os de seus filhos, netos e bisnetos, podendo chegar a cerca de 70 novos brasileiros em uma mesma família. Sob minha gestão, o posto lavrou mais de 2000 registros de nascimento, o que também implicou aumento dos serviços consulares decorrentes, como passaporte e alistamentos militar e eleitoral. Enquanto em 2016 o posto emitiu 2028 passaportes, em 2017 foram 2441, um aumento de 17%.

19. Tendo em conta que mais de 80% dos atendimentos a brasileiros nos guichês do setor consular são realizados em

árabe libanês, o posto começou a produzir uma série de vídeos no idioma local, com informações práticas para a comunidade brasileira aqui residente. Até o momento, foram lançados dois vídeos, um introdutório, abrangendo temas variados, e outro com instruções sobre como solicitar passaporte. Os vídeos tiveram excelente repercussão; publicados no Facebook da embaixada no fim de 2017, já tiveram, no total, mais de 9 mil visualizações. Estão em preparação vídeos sobre alistamento eleitoral e, para estrangeiros, sobre vistos.

20. Mais de um terço da comunidade brasileira no Líbano reside no Vale do Bekaa. A renovação do mandato da cônsul honorária do Brasil em Kab Elias, senhora Siham Harati, em março de 2016, foi de particular relevância. Em minha gestão, mantive contato rotineiro com a senhora Harati. O consulado honorário, em sua área de jurisdição, também apoia a embaixada em casos de prestação de assistência consular.

21. No que se refere ao fortalecimento do diálogo com a comunidade brasileira e na identificação de temas de seu interesse, o Conselho de Cidadãos no Líbano foi de fundamental importância. O Conselho preparou lista de empreendedores brasileiros no Líbano, para facilitar a interlocução com eles; envolveu-se em atividades de promoção do português como língua de herança; e encaminhou ao setor consular da embaixada casos de mulheres que necessitavam de assistência. O Conselho apoiou ainda a realização de encontro com a comunidade, ocorrido em junho de 2016, no Centro Cultural Brasil-Líbano, para tratar dos serviços consulares prestados, emissão de documentos e assistência a mulheres.

22. Ainda na parte de assistência consular, além de mulheres em situação de vulnerabilidade, outro grupo prioritário são os detentos, que, no momento, são dez: uma mulher e sete homens, todos presos por tráfico de drogas, e dois homens líbano-brasileiros, por crimes de terrorismo. O posto realiza visitas periódicas aos detentos e lhes presta o apoio possível. Com a participação da ONG Kelna Inta e de voluntários, é facilitada a comunicação com seus familiares, bem como são custeados os honorários advocatícios. O setor consular da embaixada mantém contato rotineiro com os advogados e, quando cabível, interlocução com a administração das penitenciárias.

23. Vale mencionar ainda que, em 2017, foi formulado novo plano de contingência de apoio à comunidade brasileira no Líbano para

fins de evacuação em caso de conflito armado, com a colaboração da Adidância de Defesa e em coordenação com a presidência do Conselho de Cidadãos.

(b) Principais dificuldades encontradas

24. A extinção do Consulado Geral em Beirute, em 27/05/2015, determinou uma série de providências administrativas que exigiu deste Posto um grande empenho. A sublotação de administrativos do quadro e de funcionários locais continua sendo a principal dificuldade do setor consular. Neste sentido, o aumento da comunidade brasileira no país representa pressão ainda maior sobre os serviços prestados pelo Posto, sobretudo no apoio a nacionais em situação de vulnerabilidade.

(c) Sugestões para o novo titular

25. Ampliação de consulados itinerantes pelo país a fim de atender segmentos da comunidade brasileira com maior dificuldade de deslocamento para Beirute.

III. SETOR CULTURAL

(a) Ações realizadas

26. Inaugurado em 2011, o Centro Cultural Brasil-Líbano (CCBL) evoluiu para tornar-se o principal projeto no campo cultural desenvolvido pelo Posto. Além de ser a única escola de língua portuguesa do Líbano, com papel fundamental na promoção do idioma junto a estrangeiros e na sua manutenção como língua de herança, desenvolve intensa atividade de promoção cultural. O CCBL passou a congrega comunidade de indivíduos interessados no Brasil em suas mídias sociais, as quais, ao passar de 4,2 mil seguidores (2015) para 25 mil (2017), tornaram-se importante canal de comunicação com esse público.

27. A respeito do ensino da língua portuguesa, o período de 2015 a 2017 foi marcado pela consolidação do projeto pedagógico do Centro Cultural, que conduz o aluno por 12 níveis trimestrais, sempre com apoio de material didático moderno,

adquirido de editora brasileira. Ao longo do período, houve média de 135 alunos matriculados por trimestre, com o pico de 169 estudantes no primeiro período de 2017. Foram registradas 475 matrículas por ano, em média, entre 2015 e 2017. A fim de atender a demanda existente pelo aprendizado de português, o Centro Cultural complementou as aulas ministradas em sua sede, em Beirute, com aquelas oferecidas na municipalidade de Zouk Mikhael, desde janeiro de 2016, com média de 15 alunos por trimestre, e em Lucy (Sultan Yacub Tahta), no Vale do Bekaa, desde fevereiro de 2017, com média de 17 alunos por trimestre.

28. Também no sentido da consolidação do CCBL, o corpo docente da unidade passou por programa de capacitação coordenado pelo professor Nelson Viana (Universidade Federal de São Carlos), em setembro de 2017. Em novembro do mesmo ano, a professora Matilde Scaramucci (Universidade de Campinas) esteve no Centro Cultural para treinamento em promoção do português como língua de herança, além de reciclagem para aplicadores do CELPE-Bras, exame de proficiência aplicado pelo CCBL desde abril de 2015, na condição de único posto credenciado do Oriente Médio.

29. O Centro Cultural Brasil-Líbano encontrou particular vocação para eventos de promoção da cultura brasileira. Entre 2015 e 2017, foram realizados 46 eventos culturais por ano, com a participação anual de mais de 4 mil pessoas. Entre os projetos que passaram a integrar a programação regular do CCBL, destaco a festa de carnaval promovida no edifício-sede; a série de concertos musicais em parceria com o Kulturzentrum, instituição cultural alemã privada; e às comemorações da Batalha de Riachuelo e do Dia do Marinheiro promovidas juntamente com o destacamento da Marinha do Brasil participante da UNIFIL.

30. Entre os eventos especiais promovidos durante minha gestão, destaco a comemoração de 120 anos de amizade Brasil- Japão (2015), com demonstração de arte e gastronomia, em parceria com a Embaixada nipônica; o evento "Intimate Brazil" (2016), que ocupou os três andares do Centro Cultural com cursos especiais de português, oficina de gastronomia e atração musical; a "Noite do Graffiti" (2017), em que a dupla brasileira Cosmic Boys pintou ao vivo mural no CCBL, acompanhado por apresentações de jovens músicos de Beirute. Entre as diversas exposições realizadas no saguão do CCBL, tiveram particular importância a mostra "Brasil - do descobrimento até a República" (2015, pôsteres); "Incógnito Sertão" (2016,

pintura), de Helio Haddad, e "Toulolous & Tololos" (2016, pintura), de Roberto Brito; "O olhar das mulheres" (2017, fotografia), de Renato Negrão, e "Pará: fé, cultura e natureza" (2017, fotografia), de Tarso Sarraf.

31. Com relação à promoção do cinema brasileiro, o Festival de Cinema Brasileiro de Beirute destaca-se entre os mais importantes projetos culturais iniciados durante minha gestão. As duas edições, nos meses de setembro de 2016 e de 2017, surpreenderam os organizadores ao levar público de cerca de 800 pessoas por ano para assistir às produções brasileiras, em quatro dias de festival. A mostra, que teve ampla cobertura na imprensa, em ambas as edições, alterou o patamar de visibilidade do cinema brasileiro neste país. Paralelamente ao Festival, produções nacionais começaram a ser trazidas para o Líbano por canais não vinculados ao Posto.

32. Em maio de 2017, na presença do Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, foi inaugurada a Casa do Brasil na Praça do Imigrante, em Batroun, popular destino de verão na costa mediterrânea. O imóvel, que foi construído com recursos de empresários libano-brasileiros, pertence ao governo libanês. Esse, por sua vez, pediu auxílio ao Posto para desenvolver atividades culturais na Casa do Brasil.

33. Com relação a temas educacionais, a missão a Beirute da diretora-executiva do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, Dra. Rossana Silva, em junho de 2017, logrou impulsionar a atuação do Posto junto às universidades locais. A representante do grupo de 77 grandes universidades brasileiras visitou as principais instituições de ensino superior libanesas.

34. Pode-se afirmar que o Centro Cultural Brasil-Líbano encontra-se inserido na paisagem cultural de Beirute e, por meio de atividades que exaltam a cultura brasileira, contribui de forma relevante para o dinamismo das relações bilaterais.

(b) Principais dificuldades encontradas

35. Noto que as atividades de promoção cultural muito se beneficiariam de atualização dos equipamentos do CCBL, assim

como de maiores recursos para a implementação de iniciativas culturais.

(c) Sugestões para o novo titular

36. Caberia avaliar a conveniência de recriar o leitorado brasileiro em universidades libanesas, com vistas a possibilitar a formação de professores de português, na vertente brasileira, viabilizando, assim, o ensino e a difusão da língua portuguesa como idioma de herança.

37. Recordo, ademais, acerca da possibilidade de firmar parcerias adicionais com outros institutos culturais de governos estrangeiros aqui sediados.

IV. SETORES DE PROMOÇÃO COMERCIAL, ECONÔMICO E DEFESA

(a) Ações realizadas

38. Retomei visitas e gestões junto aos titulares das pastas envolvidos no Acordo de Livre Comércio Mercosul-Líbano. Direcionei o Setor de Promoção Comercial (SECOM) a prosseguir contatos diretos com o ministério da Economia e do Comércio, com o intuito de agilizar os trâmites para efetivar a segunda reunião negociadora, ainda não realizada.

39. Considero de suma importância agilizar as tratativas do citado acordo, que servirá como instrumento essencial para incrementar o intercâmbio bilateral, permitindo fluxo comercial mais denso, diversificado e equilibrado.

40. Vista a relevância do subsídio internacional para revigorar o desenvolvimento da capacidade das Forças Armadas libanesas, sobretudo o anúncio da doação saudita de US\$ 3 bilhões, busquei manter contatos com oficiais-chave do exército, a fim de identificar estratégia para participação do Brasil no provimento de material de defesa. Analisando essas audiências, presumi a conveniência de firmar instrumento de cooperação militar entre Brasil e Líbano que servirá, entre outros aspectos, de base para efetivar as exportações brasileiras de

produtos bélicos. Assim sendo, busquei persuadir a parte libanesa a iniciar diálogo bilateral com a intenção de celebrar acordo de cooperação em matéria de defesa. Atualmente, o instrumento encontra-se em fase final de negociação.

41. Ciente da importância dos temas de gás e petróleo offshore tema para a economia local, bem como a emergência de oportunidades comerciais paralelas, o SECOM compareceu às conferências organizadas pela "Lebanese Petroleum Authority" e acompanhou os desdobramentos da licitação sobre exploração de hidrocarbonetos. Assim, preservei a comunicação de informações relevantes, na expectativa de a Petrobras reconsiderar e participar nas próximas licitações dos demais blocos.

42. No tocante ao comércio bilateral, orientei o SECOM a intensificar as atividades dedicadas à promoção de produtos industrializados, sem postergar ações para fortalecer e preservar as exportações de produtos básicos. Para tanto, foi promovido maior empenho na identificação de oportunidades comerciais e de investimentos, expandindo interlocução com órgãos públicos, meio empresarial e entidades de classe, incentivando e apoiando a realização de missões e rodadas de negócios, bem como participação em eventos selecionados.

43. O SECOM participou, com pavilhão nacional, na edição de 2015 da feira "Project Lebanon", do setor de construção, e nas edições de 2015 e 2017 da feira "Horeca", do setor de alimentos e bebidas. Nesses eventos, que reuniram exportadoras nacionais e importadoras libanesas de bens brasileiros, foi possível divulgar a marca Brasil e incentivar proximidade com empresários libaneses, sobretudo aqueles atuantes nos mercados da região do Oriente Médio e da África.

44. Na mesma linha de atividade e, em parceria com a Adidância Militar, o SECOM, sob a minha supervisão, preparou a participação na edição de 2015 da feira "SMES - Security Middle East Show". A expressiva presença brasileira e os contatos e reuniões mantidos durante a feira propiciaram alavancar a divulgação e a inserção no mercado local de nosso parque industrial militar, apontando os meios a serem aplicados para fortalecer a introdução desses bens no mercado: consolidação de laços com a cúpula militar local, que atua como agente

essencial no processo de aquisição de armas e equipamentos. Esse evento motivou, ainda, a primeira participação do Exército libanês, representado pelo General de Brigada Mohamad El Hussein, na XI edição de 2017 da feira LAAD Defesa e Segurança, realizada no Rio de Janeiro.

45. Para a maior internacionalização de empresas brasileiras neste país, instruí o SECOM a continuar atento ao anúncio de concorrências públicas para empreendimento de projetos de engenharia civil de grande porte, em particular no setor de recursos hídricos, especialidade em que as construtoras brasileiras guardam renome internacional, sobretudo tendo presente as oportunidades futuras em decorrência da reconstrução da Síria.

46. Como chefe do Posto, segui dando apoio institucional à empreiteira Andrade Gutierrez, já presente no Líbano, que executa a construção da represa de Janna, localizada na zona centro-norte do país, no valor de US\$ 253 milhões. Sua consecução ajudará a solucionar problemas de armazenamento e distribuição de água e hidroeletricidade.

47. Com o escopo de fortalecer as relações econômicas bilaterais e fomentar as exportações brasileiras ao Líbano, reuni-me com empresários brasileiros em visita a esta capital, fornecendo-lhes informações e dados sobre o perfil econômico, bem como os benefícios para eventual estabelecimento de base física neste país.

48. Tendo em vista o potencial da diáspora empresarial libanesa estabelecida nos cinco continentes e, especialmente, na África ocidental e no Oriente Médio, busquei colaborar na difusão das conferências sobre a Energia da Diáspora (LDE), organizadas pela chancelaria local. Observei que as LDE revelam-se ocasião propícia para prospectar oportunidades comerciais para exportação de produtos brasileiros de maior valor agregado para outros destinos, com a intermediação de empresários libaneses. Os painéis econômicos da conferência ampliaram a conscientização do empresariado brasileiro quanto às vantagens de formação de parcerias com empresários libaneses para atingir novos mercados. Em paralelo à IV Conferência, em maio último, o Conselho Empresarial Libano- Brasileiro, em parceria com este

Posto, organizou Fórum Econômico Brasil-Líbano que incluiu "matchmaking".

49. Desde o início de minha gestão, instruí o SECOM a consolidar contatos com a diretoria de Recursos Animais do ministério da Agricultura libanês. As repetidas gestões do SECOM lograram, de um lado, a regularizar, simplificar e agilizar os trâmites de ordem sanitária para registrar os exportadores brasileiros e, de outro, a anular o embargo sobre a importação local de gado vivo e produtos cárneos originários do Estado do Paraná.

50. Ademais, foi possível viabilizar, em janeiro deste ano, missão daquele ministério ao Brasil, presidida pelo diretor-geral, acompanhado de equipe de veterinários e técnicos. A programação previu, além de reunião de trabalho com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e representantes da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), visitas técnicas à planta da Minerva Foods e à Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC).

51. Em paralelo, a fim de ampliar a presença brasileira neste país, diligenciei visitas e gestões aos principais ministérios de cunho econômico-comercial - notadamente àquelas pastas envolvidas nas negociações do acordo Mercosul- Líbano - e junto ao ministério de Defesa Nacional, principal cliente potencial para compra de material de defesa, com o qual, conforme já mencionado neste relatório, negociamos a assinatura de um acordo de cooperação nessa matéria.

52. Persisti em agendar reuniões de trabalho com as Câmaras de Comércio, Indústria e Agricultura de Beirute e Monte Líbano (CCIAB); Sidon (sul), Trípoli (norte) e Zahlé (vale do Bekaa). Essas audiências, que contaram com de empresários- membros de primeira linha de cada região, constituíram ocasião propícia para o SECOM divulgar o calendário brasileiro de feiras e o guia de investimentos, além de registrar as consultas dos presentes interessados nos bens e serviços brasileiros.

53. Acompanhei a consolidação de vínculos com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) e com a CCBL. Essa relação possibilitou parceria de cooperação mútua com o SECOM nas organizações de missões, rodadas de negócios e participação em

feiras locais, além do impulso do comércio e do investimento bilateral e da difusão do turismo.

54. Dediquei-me a coadjuvar os esforços de objetivar o Conselho Empresarial Líbano-Brasileiro (CELB), a fim de que se torne ferramenta ativa de fomento ao comércio e investimento bilateral ou trilateral. Nessa essência, aproveitando a presença de uma delegação da Câmara de Comércio Brasil-Líbano (CCBL), promovi, em 2016, em parceria com CCIAB, encontro bilateral para concluir a constituição do conselho de administração do capítulo brasileiro do conselho.

55. Por conseguinte, logrei que o CELB, com apoio do Departamento de Promoção Comercial (DPR) e desta Embaixada, realizasse missão ao Brasil. Acompanhei pessoalmente a delegação do CELB, composta de relevante grupo de empresários, entre industriais, banqueiros, investidores e importadores. O programa da visita previu participação na I Conferência "O Potencial da Diáspora Libanesa", na América Latina", reunida em São Paulo, em novembro de 2016. Foi possível agendar, ainda, uma série de encontros com entidades e autoridades brasileiras voltadas para o desenvolvimento do comércio exterior e atração de investimentos, incluídos de seções de "networking" e "matchmaking".

56. Em coerência com as diretrizes do DPR, o SECOM buscou, ainda, consolidar as relações com o escritório da Apex nos Emirados Árabes Unidos, principal centro econômico-financeiro do Oriente Médio, cujas operações cobrem não apenas essa região, mas também, o norte da África. Neste quadro, planejou-se missão a esta capital da chefe de operações da agência, para a qual se providenciou ampla agenda de audiências com os setores privado e público. A visita propiciou, além de aprofundar o conhecimento do mercado local, debate de estratégias conjuntas em matéria de triangulação de exportações e investimentos executados por firmas libanesas. Permitiu, ainda, canal de contatos para cruzar dados e informações de oportunidades comerciais e de investimento.

57. Em harmonia com a recíproca pretensão política, empenhei gestões junto ao presidente da Middle East Airlines (MEA) e ao presidente do Banco Central libanês (BDL), com o objetivo de reativar a rota aérea entre Beirute e São Paulo, via Abidjã,

que foi operada de 1995-1998. Diante do estudo de viabilidade levantado pela MEA, que assinalou perdas financeiras daquele voo, apresentei, em reunião com o executivo do BDL, rota alternativa via Lisboa, sugerida pelo SECOM, que deve produzir interesse da MEA de proceder a nova pesquisa de mercado.

58. Considerando o potencial de compra de aeronaves, mobilizei o SECOM a acompanhar as tratativas para aquisição e entrega do jato "Legacy 500" da Embraer à companhia aérea nacional "Middle East Airlines". Assim como me reuni com Mohamad El-Hout, presidente da MEA durante a fase de teste do aparelho. Meu interlocutor manifestou satisfação pela qualidade e eficiência do produto, indicando a possibilidade de aquisição de outros dois exemplares. Ademais, as duas empresas planejam firmar acordo para instalação de um centro de manutenção em Beirute para produtos da Embraer.

(b) Principais dificuldades encontradas

59. O comércio bilateral, a despeito dos contínuos esforços do SECOM, continua em patamar abaixo do potencial das relações entre os dois países. As exportações brasileiras ao Líbano, essencialmente compostas de produtos básicos, recuaram, no período de 2015 a 2017, em média anual, 5,9%. O Líbano, por outro lado, tem mantido pauta de exportação em níveis ainda mais modestos, registrando, contudo, variações positivas nos anos de 2015 e 2017.

60. No tocante ao Acordo de Livre Comércio Mercosul-Líbano, devido ao congestionamento da agenda do bloco regional e a indefinição de agenda por parte da delegação libanesa, não foi possível ajustar data para concretizar o encontro negociador em 2017, que resta pendente para o avanço das tratativas.

(c) Sugestões para o novo titular

61. Considero de suma importância agilizar as tratativas do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Líbano, que servirá como instrumento essencial para incrementar o intercâmbio bilateral, permitindo fluxo comercial mais denso, diversificado e equilibrado.

62. Sublinho a importância do Líbano como plataforma para o processo de reconstrução da Síria e de entrada em mercados africanos em esquema de triangulação. Neste contexto, caberia intensificar esforços para fortalecer a presença empresarial do Brasil no Líbano, sobretudo no setor de construção civil, com vistas a permitir maior aproveitamento das oportunidades resultantes da reconstrução do país vizinho.

63. Conviria intensificar os contatos junto ao Ministério libanês da Defesa, com o objetivo de promover a troca de visitas e atividades de cooperação técnica bilateral, de modo a sensibilizar tomadores locais de decisão quanto à excelência da indústria brasileira de produtos de defesa.

64. Em linha com interesse já manifestado pelo Ministério da Defesa, caberia avaliar a possibilidade de o Brasil ampliar sua participação na UNIFIL por meio do incremento de seu efetivo na componente terrestre.

JORGE GERALDO KADRI, Embaixador



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 22, de 2018 (Mensagem nº 193/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.*



SF/18594.11575-41

Relator: Senador **LASIER MARTINS**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo da diplomata.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

O Senhor PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, nascido em 12 de outubro de 1953, em Salvador-BA, é filho Péricles Cordeiro Amador Pinto e Maria Carmelita de Andrade Pinto.

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1978 e a graduação em História pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) em 1979.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1979 e Segundo-Secretário em 1981. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1987; Conselheiro em 1995; Ministro de Segunda Classe em 2002; e Ministro de Primeira Classe em 2006.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Chefe de delegação na 36ª Reunião do Comitê Científico da Comissão Internacional da Baleia, em Eastbourne, Grã-Bretanha, em 1984; Diretor Centro de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (1995-1997); Conselheiro na Missão junto à ONU, Nova York (1997-2000); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada no México (2001-2003); Presidente da Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamento do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), na Cidade do México, em 2003; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Ottawa (2003-2005); Embaixador em Porto Príncipe (2005-2008); Representante do Brasil na Conferência de Alto Nível sobre Operações de Paz Multidimensionais e Integradas, em Oslo, em 2007; Embaixador em Ottawa (2008-2010); Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral Política III (2011-2015), Chefe da Delegação do Brasil à Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, em Dili, Timor-Leste, em 2014; e Cônsul-Geral em Milão, de 2015 até o presente.

O Senhor Paulo Cordeiro de Andrade Pinto fez jus às seguintes condecorações: Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Cavaleiro (1994); Medalha Mérito Tamandaré, Brasil (1994); Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil (1995); Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial (2006); Medalha Jubileu de Ouro da Vitória na Segunda Guerra Mundial, Brasil (2006); Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz (2006); Medalha do Pacificador, Brasil (2006); Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial (2006); Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial (2010); e Comenda



SF/18594.11575-41



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

“Personalidade do Ano” da Câmara de Comércio Árabe Brasileira, São Paulo, Brasil (2014).

Registre-se, por fim, em seu currículo, a autoria do livro “Diplomacia e Política de Defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000)”, pela FUNAG, em 2015, obra integrante da Coleção CAE.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Libanesa, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

A República do Líbano está localizada na região do Levante no Oriente Médio. Com população de 4,5 milhões de pessoas e uma área de 10.452 km², o país faz fronteira com Síria e Israel. O país alcançou sua independência em 1943. Segundo o sistema de governo adotado, chamado de confessionalista, o presidente da República deve ser cristão maronita, o primeiro-ministro, muçulmano sunita, e o presidente da Assembleia Nacional, muçulmano xiita. Tensões entre esses grupos levaram a uma longa Guerra Civil entre 1975 e 1990. Em 1989, o conflito foi selado pelos Acordos de Taif, que lograram a normalização do estado libanês, mas com a manutenção do caráter confessional de sua política.

Seu produto interno bruto (PIB) calculado por poder de compra em 2017 ficou em US\$ 87,89 bilhões, o que lhe propicia renda per capita por poder de compra de US\$ 19.486. Seu índice de desenvolvimento humano de 2016 ficou em 0,763, colocando o país em 76º lugar entre 188 países.

São fortes os vínculos entre os dois países, sobretudo em razão da numerosa comunidade de libaneses e descendentes no Brasil, a maior do mundo, estimada entre 7 e 11 milhões de pessoas. Os primeiros imigrantes libaneses chegaram ao Brasil no século XIX. Ao longo do século XX, a comunidade libanesa no Brasil foi diversificando suas atividades, demonstrando suas vocações e talentos à medida que se integrava à paisagem nacional. Os imigrantes libaneses enriqueceram a identidade brasileira e logo



SF/18594.11575-41



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

começaram a registrar sua presença na política, na economia, nas artes e na gastronomia.

O Grupo Parlamentar Brasil-Líbano foi criado pela Resolução da Câmara dos Deputados nº. 30/79, de 06 de setembro de 1979. Seu atual presidente é o deputado Ricardo Izar (PSD/SP).

Desde 2014, o governo libanês organiza, anualmente, em Beirute, em maio, a Conferência sobre o Potencial da Diáspora. Expressivas delegações brasileiras têm participado anualmente desse foro. A edição de 2017 contou com a participação de cerca de 2 mil delegados, provenientes de mais de 70 países. A delegação brasileira, composta por aproximadamente 320 integrantes, a mais numerosa da conferência, foi chefiada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que cumpriu agenda de encontros com o presidente Michel Aoun e com o primeiro-ministro Saad Hariri.

Desde fevereiro de 2011, oficial brasileiro comanda a Força Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano - FTM-UNIFIL. Em outubro de 2011, o Brasil passou a contribuir também com a nau-capitânia da FTM (fragatas União, Independência, Liberal e Constituição e corveta Barroso), iniciativa apreciada pelo governo libanês.

Em dezembro de 2014, MERCOSUL e Líbano assinaram Memorando de Entendimento sobre Comércio e Cooperação Econômica com o objetivo de fortalecer o diálogo econômico e promover a negociação de acordo de livre comércio. Em 2016, texto-base de Acordo de Livre Comércio foi apresentado ao Líbano e está em negociação.

A atual comunidade brasileira no Líbano conta com mais de 17 mil brasileiros residentes, estimados em cerca de 5.500 idosos, 9.000 adultos e 2.500 crianças, quase todos binacionais. Embora se encontrem pulverizados em quase todo o território libanês, um terço dos integrantes da comunidade vive na região do Vale do Bekaa (região leste do país), empregado nos setores agrícola e de serviços.

A economia libanesa é baseada especialmente no turismo e em atividades bancárias (o setor é o maior da região em termos de participação no PIB). O Líbano possui balança comercial estruturalmente negativa, com



SF/18594.11575-41



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

tendência de deterioração no déficit. Em 2014 e 2015, houve melhoria dos termos de troca em razão, sobretudo, da queda no preço internacional do petróleo, repassada aos preços internos e responsável, também, pelo aumento da renda disponível no país.

Ao longo dos últimos dez anos, o comércio bilateral entre o Brasil e o Líbano tem-se mantido estável (crescimento de 17,5%), passando de US\$ 240,89 milhões, em 2007, para US\$ 283,06 milhões, em 2017. O Brasil registra, tradicionalmente, superávits expressivos no comércio bilateral (US\$ 243,94 milhões em 2017).

Nas importações brasileiras do Líbano, verificou-se considerável progressão de 853,98%, passando de US\$ 2,05 milhões em 2016 para US\$ 19,56 milhões em 2017. Essa vasta variação foi motivada basicamente pela compra brasileira de superfosfatos (91% do total), que estava ausente da pauta desde 2015.

O perfil das exportações brasileiras para o Líbano é majoritariamente de produtos primários (açúcar, carnes, animais vivos e café). A variação entre 2017 e 2016 do total geral foi negativa em 6,04% (US\$ 263,5 milhões contra US\$ 280,43 milhões). Observa-se que essa variação foi gerada, principalmente, pela redução nas exportações de açúcar, que caíram de US\$ 72,77 milhões para US\$ 24,93 milhões. Em 2016, a carne bovina refrigerada do Brasil deteve 14% de participação nas importações libanesas, enquanto o gado vivo para abate registrou 9% do total. Aves congeladas provenientes do Brasil responderam por 3% do total de importações libanesas.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18594.11575-41

2ª PARTE - DELIBERATIVA

3

**RELATÓRIO DE GESTÃO SIMPLIFICADO
EMBAIXADOR HADIL DA ROCHA VIANNA**

Apresento, a seguir, relatório simplificado de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Montevidéu, desde quando assumi (27 de novembro de 2015) até a data de hoje (16 de abril de 2018).

POLÍTICA INTERNA

2. De início, cabe recordar que o presidente Tabaré Vázquez, a quem apresentei minhas cartas credenciais apenas alguns dias após minha chegada ao Posto, cumpre seu segundo mandato presidencial, que se encerrará em março de 2020. Trata-se do terceiro mandato consecutivo da Frente Ampla no Uruguai, que atualmente conta com maioria nas duas casas legislativas (50 deputados de 99 na Câmara dos Deputados; e 16 das 31 cadeiras no Senado).

3. A presidência de Vázquez tem sido marcada por disputa interna na coalizão governista, especialmente entre alas mais à esquerda, associadas ao ex-presidente e senador José Mujica, e aquelas mais centristas, vinculadas ao ministro da Economia e Finanças Danilo Astori, ao chanceler Rodolfo Nin Novoa e ao próprio presidente Vázquez. Entre os temas que ensejaram divergências no âmbito da coalizão encontram-se a crise na Venezuela; a "flexibilização do MERCOSUL" (que o governo advogou enfaticamente em determinado momento); e as medidas de ajuste econômico, capitaneadas por Astori, em resposta à desaceleração da economia que se verificou nesse período (quando se vislumbravam riscos de inflação e déficit fiscal elevados).

4. O segundo governo Vázquez sofreu inegáveis desgastes em razão do processo que levou à renúncia, em setembro de 2017, do vice-presidente Raúl Sendic, acusado de uso indevido de recursos públicos. A assunção da senadora Lucía Topolansky (mulher do ex-presidente Mujica) à vice-presidência trouxe novo alento para o governo e propiciou certa melhora do diálogo entre os diversos setores da Frente Ampla.

5. Mais recentemente, o governo defrontou-se com manifestações promovidas por produtores rurais locais. Esses grupos, denominados "autoconvocados" (por não serem filiados a entidades agropecuárias tradicionais) passaram a criticar não apenas as políticas do governo para o setor, mas também

a defender a redução dos gastos públicos com o funcionalismo, do tamanho do Estado e da influência dos sindicatos na gestão da coisa pública.

6. Esses desdobramentos mais recentes têm aquecido o contexto pré-eleitoral para 2019, no qual a oposição nutre a expectativa de romper a hegemonia da Frente Ampla. Pesquisas recentes indicam decréscimo na aprovação do governo e aumento das intenções de voto no Partido Nacional ("blanco") - que nas duas últimas eleições presidenciais (2009 e 2014) chegou ao segundo turno.

RELAÇÕES BILATERAIS E VISITAS DE ALTO NÍVEL

7. Em linhas gerais, as relações do Brasil com o Uruguai são caracterizadas pelo interesse mútuo no aprofundamento da integração bilateral, na intensificação do diálogo e em iniciativas de cooperação nos mais diversos setores. A relação entre os dois países, reiteradamente definida por ambos os governos como "paradigmática", aprofundou-se mesmo em momentos em que se verificaram desafios no plano bilateral e também no âmbito do MERCOSUL.

8. Nos últimos anos, essa relação foi impactada por duas circunstâncias particulares: o contexto de crise econômica no Brasil e de desaceleração do crescimento da economia local; e as ambiguidades que marcaram as reações iniciais do governo uruguaio à transição de poder no Brasil (muito em razão de posições políticas no interior da coalizão governista Frente Ampla). A Embaixada acompanhou esses desdobramentos com atenção e envidou esforços de modo a que não se registrasse redução na intensidade do nosso relacionamento com o Uruguai. Tais esforços permitiram que não se interrompesse a exploração de zonas de convergência e de atuação em torno de temas como cooperação fronteiriça, cultural, educacional, comercial e na área de defesa.

9. O então chanceler José Serra realizou visita a Montevideu em julho de 2016, acompanhado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Em março de 2017, o chanceler Nín Novoa realizou a primeira visita de autoridade uruguaia de nível ministerial a Brasília desde a assunção do governo Temer. Após viajar a São Paulo, em agosto, para participar de reunião extraordinária do MERCOSUL (sobre a situação na Venezuela), Nín Novoa voltou a Brasília no último mês de novembro para outro encontro mercosulino, ocasião em que

manteve nova reunião bilateral com o chanceler Aloysio Nunes Ferreira.

10. Os presidentes Michel Temer e Tabaré Vázquez se avistaram em duas Cúpulas do MERCOSUL (Mendoza e Brasília), bem como à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em setembro de 2016, da reunião da OMC em Buenos Aires, em dezembro de 2017 e da recém-concluída Cúpula das Américas em Lima. Mantiveram, ainda, duas conversas telefônicas no final do ano passado quando da crise em torno dos lácteos.

11. A Embaixada participou ativamente da organização da visita oficial do governador Marconi Perillo (GO), que cumpriu intensa programação em Montevideu e foi recebido pelo chanceler Nin Novoa, pelo ministro do Interior, Eduardo Bonomi, e outras autoridades. Registrem-se, ademais, as visitas: do então ministro da Saúde, Ricardo Barros; do ministro Torquato Jardim, então à frente da pasta da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União; do então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes; do então presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Aroldo Cedraz; do presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn; dos comandantes da Marinha, almirante Leal Ferreira, e da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Rossato, de parlamentares e altos funcionários brasileiros, entre outras.

ATUAÇÃO EXTERNA URUGUAIA, MERCOSUL E NEGOCIAÇÕES EXTRARREGIONAIS

12. A atuação externa do governo Vázquez tem sido pautada pelo pragmatismo no sentido de se buscarem maiores oportunidades econômicas e comerciais para o Uruguai (atração de investimentos e acesso a mercados, sobretudo para o setor agroexportador).

13. No final de 2015, a agenda de negociações comerciais extrarregionais do MERCOSUL não apresentava perspectivas de evolução. Nessa conjuntura, o governo uruguaio não hesitou em questionar os fundamentos mercosulinos a fim de que pudesse negociar acordos bilaterais de livre comércio com terceiros. Por sua vez, as alas mais à esquerda da Frente Ampla foram críticas às iniciativas que pudessem debilitar o bloco, no entendimento de que a "flexibilização do MERCOSUL", então defendida pelo governo Vázquez, não era

compatível com o programa de governo com o qual o partido venceu as últimas eleições presidenciais.

14. Essa discussão acabou perdendo fôlego com a nova conjuntura que se desenhou na região. Particularmente em relação à Argentina, a chegada de Mauricio Macri à presidência representou, para o governo uruguaio, oportunidade para superar os gargalos e as animosidades bilaterais que se verificaram na era Kirchner.

15. Quanto à Venezuela, a escalada das dificuldades oriundas do regime Maduro contribuiu para que o governo uruguaio – a despeito das oscilações que caracterizam sua relação com o atual governo venezuelano – terminasse por se somar ao consenso que se formou no âmbito do bloco no sentido de suspender o direito daquele país caribenho de participar de instâncias mercosulinas.

16. A convergência de posições entre os sócios fundadores do MERCOSUL repercutiu positivamente na agenda de relacionamento extrarregional. No presente momento, além dos avanços nas negociações com a União Europeia, o bloco abriu diversas frentes negociadoras (Canadá, Coreia do Sul, EFTA, Índia, Singapura e outras), que atendem diretamente aos interesses do Uruguai.

17. Por essas razões, o governo uruguaio já não mais insiste na negociação de acordo bilateral de livre comércio com a China (diferentemente do que se propôs quando da visita do presidente Vázquez àquele país asiático em 2016). A China, em todo caso, segue no topo da lista de prioridades uruguaias, com agenda intensa de contatos e atividades.

FOROS MULTILATERAIS

18. Cumpre registrar o fato de o Uruguai ter ocupado (após 50 anos de ausência) assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2016-17. Pouco antes do início do mandato uruguaio, o Brasil propôs parceria para coordenação e troca de informações sobre assuntos da agenda do órgão, que produziu resultados positivos. Outro desdobramento digno de nota foi o ingresso uruguaio, em 2016, como observador associado, na Comunidade dos Países da Língua Portuguesa.

19. De novembro de 2015 até agora, a promoção de candidaturas brasileiras em organismos internacionais junto

a interlocutores uruguaios tem sido bem-sucedida. Em algumas oportunidades, o Uruguai chegou a emprestar apoio unilateral a postulações brasileiras, como aquela que culminou na reeleição do professor Cançado Trindade para o cargo de juiz da Corte Internacional de Justiça.

COOPERAÇÃO FRONTEIRIÇA E REUNIÃO DE ALTO NÍVEL (RAN)

20. A cooperação fronteiriça é, sem dúvidas, um dos pilares do relacionamento bilateral. A fronteira brasileiro-uruguaia estende-se por 1068 km (70% fluvial e lacustre; 30% terrestre). Viva e povoada, aquela região tem reduzido dinamismo econômico e concentra a maior parte de sua população em cidades gêmeas e interdependentes.

21. Participei, em abril de 2016, da X Reunião de Alto Nível sobre Cooperação Fronteiriça, a última edição do encontro. Na ocasião, foi adotado o Plano Integrado de Trabalho para a Fronteira Brasil-Uruguai, que contempla ações em diversas áreas, como cooperação jurídica, policial, bancária, saneamento, temas trabalhistas e previdenciários, saúde, educação e cultura, recursos hídricos, pesqueiros, pequenos negócios, entre outras. Na formulação do Plano, buscou-se priorizar iniciativas concretas, em atenção às demandas emanadas dos comitês binacionais de fronteira.

22. Decorridos dois anos de sua adoção, o Plano de Trabalho para a Fronteira ainda não alcançou seus projetados objetivos. Apesar de avanços pontuais, muito resta a ser feito em diversas áreas. Nesse sentido, o Posto realizou reiteradas gestões para que o governo uruguaio viesse a reagir às iniciativas brasileiras apresentadas na ocasião. Paralelamente, o lado uruguaio propôs que a próxima RAN tenha lugar em Montevidéu, em junho vindouro.

23. Realizei visitas às cidades lindeiras de Rivera-Santana do Livramento, Chuí-Chuy e Jaguarão-Rio Branco (quando da inauguração da nova sede do Vice-Consulado), ocasiões em que mantive reuniões com autoridades locais e tive oportunidade de conhecer, in situ, a realidade e as demandas concernentes à cooperação bilateral fronteiriça.

GRUPO DE ALTO NÍVEL (GAN) E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

24. O Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN), responsável, entre outros temas, pela integração da infraestrutura de transportes, não chegou a reunir-se

durante minha gestão, mas os projetos bilaterais prioritários na área foram objeto de acompanhamento detido pelo Posto.

25. Foram recentemente levadas a cabo obras emergenciais na Ponte Internacional Barão de Mauá, contratadas pelo governo uruguaio, diante do seu estado de deterioração e no amplo entendimento de que a ponte histórica (que liga as cidades de Jaguarão-RS e Rio Branco) deveria ser objeto de restauração mais profunda. Registre-se a gestão de Brasil e Uruguai, efetuada em abril de 2017, junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), em busca de apoio financeiro ao projeto, que, até o momento, não recebeu resposta. No tocante à possibilidade de construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, tema que permanece na agenda bilateral fronteiriça, a Chancelaria uruguaia circulou estudo (preparado recentemente por consultores argentinos), com estimativa de custos para a consecução do objetivo.

26. No que se refere ao projeto da Hidrovia Uruguai-Brasil, que prevê comunicação entre a Lagoa Mirim e a Lagoa dos Patos, o governo uruguaio publicou, no início de 2017, edital de concessão para a construção e a exploração de porto na foz do Rio Tacuarí (um dos afluentes da Lagoa Mirim), mas não houve até agora desdobramentos concretos. Em função de restrições orçamentárias, ainda não foi publicado o edital para a dragagem no canal brasileiro de São Gonçalo, tido como necessária para o desenvolvimento da hidrovia.

27. Com relação à interconexão ferroviária entre Brasil e Uruguai, que implica reativação do trecho Cacequi-Santana do Livramento e recuperação da linha Montevidéu-Rivera, a concretização do projeto dependerá de parcerias com o setor privado. No lado uruguaio, dependerá de investimentos estrangeiros para projeto de via férrea que conectará o porto de Montevidéu a Paso de los Toros, a meio caminho de Rivera.

28. A binacionalização do aeroporto de Rivera é outro projeto de grande interesse do governo uruguaio e também de autoridades gaúchas. A Embaixada mantém, a propósito, contato constante com atores brasileiros e uriguaio sobre o assunto. Participei de audiência pública em Rivera (agosto de 2016), na qual se discutiu a possibilidade de concessão de tarifas domésticas às operações aéreas entre Porto Alegre

e aquela cidade uruguaia. O Posto foi recentemente informado de que já estariam concluídas as negociações entre empresa aérea brasileira (parceira da GOL) e o governo gaúcho com vistas a viabilizar a implantação de linha aérea naquele trecho, com viagem inaugural prevista para maio próximo.

SEGURANÇA NA FRONTEIRA E QUESTÕES CORRELATAS

29. Questões de segurança pública com repercussão transfronteiriça não deixaram de ser acompanhadas, em estreita coordenação com a Adidância da Polícia Federal do Posto. As taxas de criminalidade têm avançado de forma preocupante no Uruguai, embora ainda se situem em padrões consideravelmente mais baixos do que de outros países da região. A zona de fronteira, em particular, tem sido afetada por onda de violência associada ao aumento do tráfico de drogas e de crimes conexos. Há poucos meses, o presidente Vázquez incumbiu as Forças Armadas uruguaias de realizar tarefas de vigilância em zonas de fronteira. Registro, nesse contexto, a importância conferida pelo governo uruguaio à realização de seminários binacionais sobre cooperação policial e judicial, que já tiveram lugar em Rivera, Chuí e Rio Branco.

30. Outro tema que mereceu acompanhamento detido do posto foi a situação de refugiados, sobretudo após um ex-detento de Guantánamo ter supostamente atravessado o território brasileiro a caminho da Venezuela, de onde foi deportado para o Uruguai.

31. O Posto acompanhou atentamente e relatou as repercussões e desafios da regulamentação da produção e do uso da cannabis no Uruguai, em particular do início de sua venda em farmácias (somente para cidadãos uruguaios cadastrados), em 2017. As autoridades uruguaias argumentam que a regulamentação é uma nova forma de combater o narcotráfico, diante da falta de resultados de políticas adotadas durante décadas.

DEFESA

32. Apesar das graves restrições orçamentárias que atingem as Forças Armadas uruguaias, estas se veem diante da necessidade de adquirir novos equipamentos. Tal circunstância representa oportunidades para fornecedores brasileiros, razão pela qual a Embaixada tem atuado, em estreita coordenação com suas Adidâncias das Forças Armadas,

para identificar possibilidades e facilitar contatos. Nesse sentido, cumpre destacar visitas de altos executivos da Embraer Defesa e Segurança ao Uruguai, a fim de viabilizar a aquisição eventual, pelo governo local, de aeronaves Super Tucano usadas. Também foram apresentadas à parte uruguaia, com o apoio da Embaixada, propostas nas áreas de vigilância aérea e marítima, comando e controle, e aeronaves não-tripuladas.

33. O diálogo na área de defesa permanece uma das mais fluidas vertentes das relações bilaterais. Como fruto dele, cabe citar as tratativas avançadas para a permuta de aeronaves entre as Forças Aéreas de ambos os países, a doação de equipamento militar do Exército brasileiro para o Uruguai, bem como o constante intercâmbio mútuo de alunos e de instrutores em cursos militares.

TEMAS ECONÔMICO-COMERCIAIS

34. A economia uruguaia, ainda que em menor ritmo, vem mantendo trajetória de crescimento ininterrupto desde 2003 (cresceu 1% em 2015; 1,5% em 2016; e 2,7% em 2017). Após se beneficiar do ciclo de alta das "commodities", a economia uruguaia foi afetada pelas dificuldades econômicas de Brasil e Argentina. A retomada observada em 2017 deveu-se à recuperação dos vizinhos, ao consumo doméstico e ao dinamismo do setor exportador.

35. O Brasil, por sua vez, continuou ocupando papel de destaque no comércio exterior uruguaio, figurando, apesar da forte concorrência chinesa, como principal parceiro, quando considerados, na balança comercial, os dados do comércio de energia. Os principais produtos de exportação brasileira para o Uruguai são combustíveis, veículos, carne suína e erva-mate, enquanto os itens de importação concentraram-se em malte, produtos lácteos, arroz e plásticos. O comércio bilateral continuou a registrar superávit consistente para o Brasil.

36. Em dezembro de 2015, foi assinado, em Brasília, com a presença do chanceler Nin Novoa, novo acordo automotivo entre ambos os países, estabelecendo o livre comércio no setor (o instrumento anterior havia introduzido quotas para as exportações brasileiras).

37. Assunto que costuma demandar atenção e atuação do Posto tem a ver com a retenção de caminhões uruguaios na fronteira

com o Brasil. Após encaminhamento satisfatório de casos ocorridos no final de 2015 (relacionados com regulamentação do transporte de produtos perigosos), outras retenções se verificaram no início de 2018 decorrentes de novos procedimentos de controle realizados pela ANVISA. A Embaixada atuou em contato com atores diversos com vistas a obter a liberação tempestiva das cargas e de forma a evitar novas ocorrências.

38. Em particular, o tema do comércio de erva-mate exigiu gestões anuais por parte da Embaixada, com vistas a garantir a renovação do decreto uruguaio que tem permitido o fluxo regular das vendas brasileiras do produto para o Uruguai (a medida uruguaia se faz necessária enquanto o MERCOSUL não adapta sua normativa aos padrões ora vigentes no plano multilateral).

39. No final de 2017, a crise envolvendo as vendas de lácteos uruguaios para o Brasil também foi objeto de atenção especial e detida da Embaixada. O anúncio de que seriam suspensas as licenças de importação concedidas ao Uruguai provocou uma série de manifestações críticas à medida brasileira (por envolver setor estratégico para as exportações uruguaias). A resolução da questão requereu contatos no mais alto nível e só foi lograda após duas conversas telefônicas entre os presidentes Temer e Vázquez.

40. A Embaixada tem acompanhado os desdobramentos decorrentes do incremento da chamada taxa consular, incidente sobre as importações uruguaias. Desde janeiro de 2018, o percentual aplicável às importações provenientes de países do MERCOSUL aumentou de 2% para 3% e tem sido objeto de questionamentos por parte do Brasil e dos demais sócios do bloco.

INTERCONEXÃO ELÉTRICA

41. A Embaixada acompanhou os desdobramentos da cooperação da Eletrobras com a UTE (estatal uruguaia de energia elétrica), que culminou com o início das exportações de energia para o Brasil, em 2017, por meio das linhas de transmissão San Carlos-Candiota e de Rivera-Santana do Livramento. As duas empresas mantêm o Parque Eólico Artilleros, inaugurado no início de 2015, o primeiro empreendimento da Eletrobras no exterior e a terceira instalação do gênero em quantidade de energia gerada no Uruguai.

42. A esse respeito, cumpre registrar que o Uruguai tem consolidado sua política de promoção de fontes renováveis de energia, com destaque para a geração eólica. Em março último, a energia eólica superou, pela primeira vez, a hidráulica na geração de eletricidade uruguaia.

PETROBRAS NO URUGUAI

43. O Posto também vem acompanhando os desdobramentos, os desafios e a evolução da situação da Petrobras no Uruguai, que atua na distribuição de combustíveis líquidos e de gás encanado. Quanto ao gás, estão em andamento demandas arbitrais movidas pelas distribuidoras Montevideogas e Conecta (controladas pela Petrobras) contra o Estado uruguaio (por não ter sido possível resolver diferendos financeiros de forma negociada). O sindicato local dos gasistas tem promovido manifestações, inclusive motivadas por questões de cunho trabalhista. No tocante à distribuição de combustíveis líquidos, a Petrobras também se viu na contingência de propor processo arbitral contra a estatal de combustíveis ANCAP (fazendo-o juntamente com a empresa argentina Axion).

PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS

44. A Embaixada capitaneou diversas atividades de promoção do comércio e atração de investimentos. No final de 2015, o SECOM participou de seminário organizado pela Câmara de Comércio Uruguaio-Brasileira, com o apoio do BNDES, sobre temas de interesse do empresariado local (financiamento, tributação e oportunidades de investimentos). Em 2016, além da mencionada missão prospectiva da Embraer para o mercado de defesa uruguaio, destacaram-se atividades como o lançamento do evento de moda "Minas Trend" com a participação de importadores e empreendedores locais; missão empresarial do estado de Espírito Santo; missão prospectiva da Casa da Moeda; encontro de representantes da FIESP com as principais entidades empresariais e de órgãos de promoção comercial do Uruguai, bem como com jornalistas especializados.

45. Também em 2016, o Brasil retomou sua participação da EXPOPRADO, a mais importante feira do Uruguai, graças ao apoio da APEX-Brasil. Na ocasião, foram expostos produtos brasileiros de diversos setores, sobretudo do agronegócio. As empresas expositoras na feira registraram vendas no valor

de US\$ 18,5 milhões, oriundas de sua participação no evento. Paralelamente à feira, foi organizada missão empresarial prospectiva para o mercado uruguaio. No ano seguinte, novamente com apoio da APEX, o Posto organizou a participação brasileira na feira, assim como a concomitante rodada de negócios, na qual participaram aproximadamente 30 empresas brasileiras. Para setembro de 2018, espera-se repetir a exitosa parceria, fundamental para a divulgação da imagem empresarial brasileira no Uruguai.

46. Em 2017, o SECOM participou de diversos eventos, envolvendo desde visitas de reconhecimento e avaliação geral de mercado até rodadas de negócios e feiras. Merece registro a missão empresarial goiana ocorrida durante a visita oficial do governador Marconi Perillo, que propiciou aprofundar contatos e prospectar negócios. Além disso, em parceria com a referida Câmara de Comércio, a Embaixada comemorou os 100 anos daquela instituição, evento que contou com a presença do chanceler uruguaio, bem como de outras autoridades e empresários.

47. Em 2018, cabe destacar a recente mostra de moda organizada pela FIEMG em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, que contou com a participação de 25 empresas e cujo "showroom" (sobretudo calçados, confecções e acessórios) atraiu grande interesse local.

48. A fim de aprimorar o trabalho de inteligência comercial, foi dado início à elaboração do guia "Como Exportar - Uruguai", que deverá ser concluído em 2018 para facilitar exportações brasileiras.

PROMOÇÃO DE TURISMO

49. O Brasil é o segundo maior destino turístico do Uruguai. Em 2017, 330 mil uruguaios visitaram o Brasil, quantidade expressiva tendo em conta a população local (o Uruguai, por sua vez, recebeu no mesmo ano quase 500 mil visitantes brasileiros).

50. Nos dois últimos anos, o SECOM acompanhou as reuniões de coordenação de atividades do Comitê Descubra Brasil, em diálogo direto com a EMBRATUR (cuja participação ocorre por meio de destinação de recursos). Nessa atividade, logrou reintegrar importantes agentes como o escritório local da companhia aérea GOL, que tem conexões aéreas com diversas

capitais brasileiras. Foram realizadas ações de promoção turística dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia. O SECOM também coordenou oficinas de promoção de destino, bem como participou de vários "workshops" e viagens de familiarização ("famtours") a Foz de Iguaçu, Pernambuco, Alagoas e Bahia, com o objetivo de divulgar tais destinos turísticos brasileiros a operadores locais.

INVESTIMENTOS BRASILEIROS

51. No que se refere à presença de empresas brasileiras no Uruguai, cumpre mencionar o importante volume de investimentos nos mais diversos setores. Além das empresas brasileiras que atuam na área de energia, estão presentes empresas dos setores bancário (Itaú), de bebidas (Ambev), siderúrgico (Gerdau), de construção (Votorantim), agropecuário (Saman, Marfrig, Minerva), de roupas (Renner), entre outras. Cabe mencionar, contudo, o fechamento de escritórios de empresas públicas como o Banco do Brasil e o BNDES no período do final de 2015 até agora.

COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIÊNCIA e TECNOLOGIA

52. Entre as diversas atividades levadas a cabo pelo Posto na área, destaca-se a realização, em fevereiro último, da I Reunião de Cooperação Técnica Brasil-Uruguai, ocasião em que foram acordados os seguintes projetos: intercâmbio de experiências de planejamento e gestão urbana; desenvolvimento de estratégias comuns de conservação de biodiversidade marinha e costeira; promoção do uso de tecnologias de saneamento de baixo custo; implementação de legislação do uso de recursos de biodiversidade; fortalecimento da consciência étnica nas políticas públicas de educação; e intercâmbio de experiências em metodologias de aprendizagem.

53. Do mesmo modo, cumpre registrar a participação do Posto em reunião do Conselho do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia, realizada em outubro de 2017, em que foram tomados importantes passos com vistas à integração plena do Uruguai naquele mecanismo.

COOPERAÇÃO TRIBUTÁRIA

54. No final de 2017, a Adidância da Receita Federal do Posto acompanhou a negociação de acordo para eliminar a dupla tributação incidente sobre rendas de pessoas jurídicas

e físicas e para prevenir a evasão e elisão de bases tributárias.

LOJAS FRANCAS

55. O Posto tem acompanhado a repercussão local das últimas medidas tomadas pelo Brasil que abrem caminho para a instalação de lojas francas no lado brasileiro da fronteira, tal como prevê legislação promulgada em 2012. Até aqui, as lojas francas existentes no linde limitam-se ao lado uruguaio. Em março passado, a Receita Federal publicou instrução normativa sobre a matéria, o que gerou ressonância nos meios locais. Houve comentários uruguaiois no sentido de que o regime aduaneiro para as lojas francas brasileiras seria diferente do regime local (por permitir, por exemplo, a quaisquer viajantes - brasileiros, uruguaiois e outros - a aquisição de mercadorias nas futuras lojas francas brasileiras).

CULTURA

56. O Posto segue apoiando diversas ações de promoção da cultura brasileira no Uruguai. Destaco as seguintes iniciativas realizadas diretamente pela Embaixada desde novembro de 2015 até agora: (i) comemoração do Centenário do Samba e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, com apresentação da cantora Roberta Sá; (ii) celebração do Dia da Língua Portuguesa, com exposição da artista plástica Maria Gabriela de Orleans e Bragança; e (iii) "Mostra 100 Anos do Cinema de Animação Brasileiro", com recepção e exibição de curta-metragens, além da abertura para visitação nos dois últimos anos do Palácio Pietracaprina, no âmbito do Dia do Patrimônio.

57. Ademais, o Posto prestou apoio às seguintes iniciativas: (i) "Cine Fest Brasil Montevideo", organizado pelo BNDES; (ii) participação brasileira em montagem da ópera Tosca, no Teatro Solís; (iii) apresentação da Orquestra Jovem Gerais, que se destina a promover o acesso à arte de jovens em situação de vulnerabilidade (Teatro Solís); (iv) Semana da Cultura Gaúcha; (v) Congresso Americano de Literatura; (vi) apresentação de Toquinho e Maria Creuza no Auditório Sodre; g) participação das artistas brasileiras Jocy de Oliveira e Gabriela Geluda em concerto da Orquestra Filarmônica de Montevideu por ocasião do dia internacional da mulher.

58. Cumpre destacar que a Embaixada iniciou preparativos para a realização, este ano, da Semana do Cinema Brasileiro e, em parceria com o Museu das Migrações de Montevideu, do projeto "De Uruguay a Brasil y Viceversa", em que a Embaixada receberá alunos da rede escolar pública uruguaia e organizará atividades sobre a cultura brasileira.

59. A Embaixada busca promover a agenda cultural como importante meio de divulgação da presença brasileira, contribuindo para elevar o perfil do país no Uruguai e para fortalecer o tradicional relacionamento bilateral. Uma maior disponibilidade de recursos financeiros certamente possibilitaria ampliação dessa agenda, em particular com a criação de "espaço cultural" na Embaixada (por meio do projeto de reforma do edifício da antiga Chancelaria).

EDUCAÇÃO

60. A Embaixada seguiu acompanhando a realização, no Uruguai, do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação e a aplicação de exames CELPE-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros), em parceria com o Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro. Registre-se a realização em Montevideu, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, de palestras e exposições destinadas a fortalecer a cooperação sul-americana na área de pesquisa científica, a "FAPESP Week" (novembro de 2016).

SAÚDE

61. Os temas afetos a saúde foram objeto de acompanhamento ou ações da Embaixada em três frentes: (i) atendimento, pelo governo brasileiro, de pedidos uruguaiois de doação de soros e medicamentos; (ii) inauguração de nove policlínicas na faixa de fronteira conclusão, em 2017, no âmbito de Projeto Trilateral Brasil-Uruguai-Alemanha para fortalecimento da rede de atenção à saúde nas regiões lindeiras; e (iii) divulgação de informações sobre surtos epidêmicos específicos.

COOPERAÇÃO JURÍDICA BILATERAL

62. O Posto deu encaminhamento a numerosos processos de extradição sob a égide do Acordo vigente no âmbito do MERCOSUL e tem mantido contato com o lado uruguaio com vistas a manter a agilidade e fluidez desses procedimentos.

LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS

63. Entrou em vigor, em abril de 2017, o Acordo Brasil-Uruguai Sobre Residência Permanente com o Objetivo de Alcançar a Livre Circulação de Pessoas. O texto facilita os procedimentos para a concessão de residência permanente a uruguaios no Brasil e vice-versa.

FORMADORES DE OPINIÃO

64. Tendo em conta o grande interesse com que a sociedade e os meios uruguaios acompanham os desdobramentos políticos no Brasil, a Embaixada manteve contatos próximos com os principais veículos da imprensa local com vistas a divulgar informações precisas sobre iniciativas legislativas e governamentais brasileiras, de modo a melhor explicá-las e contextualizá-las.

HADIL DA ROCHA VIANNA, Embaixador

Mensagem nº 205

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Os méritos do Senhor Antonio José Ferreira Simões que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de abril de 2018.

EM nº 00069/2018 MRE

Brasília, 16 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de **ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES

CPF.: 548.539.407-82

ID.: 8112 MRE

1960 Filho de Walter Simões e Norma de Jesus Ferreira Simões, nasce em 14 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1981	CPCD - IRBr
1985	Direito pela Universidade de Brasília/DF
1988	CAD - IRBr
2001	CAE-IRBr - A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica

Cargos:

1982	Terceiro-secretário
1986	Segundo-secretário
1993	Primeiro-secretário, por merecimento
1998	Conselheiro, por merecimento
2003	Ministro de segunda classe, por merecimento
2007	Ministro de primeira classe, merecimento

Funções:

1983-86	Divisão de Política Comercial, assistente
1986-90	Delegação do Brasil em Genebra, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1989	Reunião Informal de países em desenvolvimento sobre temas agrícolas (UNCTAD), Cairo, Chefe da delegação
1990-93	Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário
1990	Reunião Informal de países em desenvolvimento sobre temas agrícolas (UNCTAD), Santiago, Chefe da delegação
1993	Departamento de Organismos Internacionais, assessor
1993-95	Subsecretaria-Geral de Planejamento Político, assessor
1995	Secretaria de Imprensa do Gabinete do Ministro, assessor
1995-99	Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro Secretário
1999-2001	Núcleo de Coordenação da ALCA, Chefe
1999	II Reunião reconvocada do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, Miami, Chefe da delegação
1999	III Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, Cochabamba, Chefe da delegação
2000	Comitê Intergovernamental da Sociedade Civil da ALCA, Panamá, Chefe da delegação
2001	Comitê de Assuntos Institucionais da ALCA, Panamá, Chefe da delegação
2001-03	Coordenação-Geral para as Negociações da Área de Livre Comércio das Américas, Coordenador-Adjunto e Coordenador-Geral
2003-05	Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2005-06	Secretário de Planejamento Diplomático, Chefe
2006-08	Departamento de Energia, Diretor
2007	I Reunião do Foro Internacional de Biocombustíveis, Chefe da delegação
2008-10	Embaixada em Caracas, Embaixador
2009-11	LXXVIII a LXXXV Reuniões Ordinárias do Grupo Mercado Comum, Assunção, Brasília,

	Buenos Aires e Montevideu, Chefe da delegação
2010-	Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe, Subsecretário-Geral
2010-15	Coordenador Nacional do Mercosul, da UNASUL, da CALC, do Grupo do Rio e da CELAC
2010-13	Representante do Ministério das Relações Exteriores junto à ITAIPU Binacional
2010	Reunião de Altos Funcionários e Reunião de Chanceleres da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, Cancun, Chefe da delegação
2010	Representante do Brasil na Comissão Interina de Reconstrução do Haiti
2011	Debate Aberto de Alto Nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a situação no Haiti, Nova York, Chefe de Delegação
2011	Reuniões de Coordenadores Nacionais da CELAC, Chefe de Delegação. (2011-2015)
2013	Representante do Ministério das Relações Exteriores no Encontro Nacional de Comércio Exterior - ENAEX 2013. Rio de Janeiro.
2013	Reunião do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, Paramaribo, Chefe de Delegação.
2014	Reunião do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, Puerto Ayora, Chefe de Delegação.
2014	Reunião de Alto Nível sobre Prioridades e Estratégias da UNASUL, Rio de Janeiro, Chefe de Delegação.
2014	Reunião de Consultas Políticas Brasil-Chile, Brasília, Chefe de Delegação.
2014	Reunião de Alto Nível sobre Visão Estratégia da UNASUL, Santa Cruz de la Sierra, Chefe de Delegação.
2014	Reunião do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL, Guayaquil, Chefe de Delegação.
2015	Reunião de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da CELAC, São José da Costa Rica, Chefe de Delegação.
2015	Embaixada em Madri, Embaixador.

Condecorações:

1998	Ordem ao Mérito das Forças Armadas, Oficial
2001	Medalha do Pacificador, Brasil
2003	Ordem ao Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2010	Ordem Francisco de Miranda, Generalíssimo
2011	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2015	Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Grã Cruz

Publicações:

2001	O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio - Algumas reflexões, Carta Internacional, São Paulo
2002	A ALCA no limiar do século XXI, INTAL, Buenos Aires
2003	Alca: riscos e oportunidades, Editora Manole, São Paulo
2007	"Biofuels will help fight hunger", International Herald Tribune, Nova York
2011	"Integração: sonho e realidade na América do Sul", FUNAG, Brasília
2012	"Eu sou da América do Sul", FUNAG, Brasília.

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**URUGUAI**

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE O URUGUAI	
NOME OFICIAL:	República Oriental do Uruguai
GENTÍLICO:	Uruguaio
CAPITAL:	Montevideu (Montevideo)
ÁREA:	176.220 km ²
POPULAÇÃO:	3,44 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo (41%); sem religião (38%); Protestantismo (9%).
SISTEMA DE GOVERNO:	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Geral (Asamblea General); Parlamento bicameral, composto pela Câmara dos Senadores, com 30 membros, e pela Câmara dos Representantes, com 99 membros, ambos eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Tabaré Ramón Vázquez Rosas (desde 1º de março de 2015)
CHANCELER:	Rodolfo Nin Novoa (desde 1º de março de 2015)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 60,27 bilhões (2017)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 78,41 bilhões (2017)
PIB PER CAPITA (2017)	US\$ 17.252 (2017)
PIB PPP PER CAPITA (2017)	US\$ 22.245 (2017)
VARIAÇÃO DO PIB	3,5% (2017); 1,4% (2016); 0,4% (2015); 3,2% (2014)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016):	0,795 (54ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	77,4 anos
ALFABETIZAÇÃO (2016):	98,93%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (Fevereiro de 2018):	9,31% (Instituto Nacional de Estatística - Uruguai)
UNIDADE MONETÁRIA:	Peso
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Embaixador Gustavo Vanerio
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 11.518 brasileiros residentes no Uruguai

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-URUGUAI (fonte: MDIC)									
Brasil → Uruguai	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	1.146	944	1.347	2.075	2.600	3.928	3.838	3.943	3.672
Exportações	643	406	853	1.288	1.360	2.175	2.071	2.727	2.348
Importações	503	538	494	786	1.240	1.754	1.767	1.217	1.324
Saldo	140	-132	359	502	120	421	304	1.510	1.024

APRESENTAÇÃO

Entre 1821 e 1825, o Uruguai foi uma província do Brasil, com o nome de Cisplatina. Em agosto de 1825, a Província proclamou sua independência do Império do Brasil e declarou-se parte das chamadas Províncias Unidas do Rio da Prata (futura Argentina). A independência do Uruguai foi alcançada em 1828, com o fim da chamada Guerra da Cisplatina, que opôs as Províncias Unidas e o Império do Brasil. A Convenção Preliminar de Paz estabeleceu a criação de um Estado no Prata com o nome de República Oriental do Uruguai.

Atualmente, o território da República Oriental do Uruguai limita-se a nordeste com o Brasil (Estado do Rio Grande do Sul) e a oeste com a Argentina (províncias de Entre Ríos e Corrientes). O litoral sudeste do país é banhado pelo Oceano Atlântico e o litoral sul, pelo Rio da Prata. Com uma superfície terrestre de 176.220 km², o Uruguai exerce também sua soberania sobre 136.935 km² de águas marinhas, fluviais e lacustres. É o segundo menor país em território da América do Sul, após o Suriname.

Grande parte de sua área, localizada no Pampa, caracteriza-se por relevo suave e ondulado, de baixa altitude, conhecido como “cuchillas”. A terra é ocupada na sua maior parte por pradarias, adequadas para a criação de rebanhos bovinos e ovinos. As pastagens constituem 75% do território uruguaio. O ponto mais elevado do país é o Cerro Catedral, com 514 m de altitude. Ao sul do país, situa-se o rio da Prata, onde está localizado o Porto de Montevidéu. O rio da Prata é o estuário formado pelo rio Uruguai, que constitui a fronteira ocidental do país, e pelo rio Paraná, formador da mesopotâmia argentina. O Uruguai compartilha com o Brasil parte da Lagoa Mirim, nos termos do Tratado de 1909, por meio do qual o Brasil cedeu ao país vizinho parte dos direitos de soberania sobre a Lagoa e sobre o rio Jaguarão.

O clima é temperado, as chuvas são abundantes e espalham-se uniformemente ao longo do ano, com maior incidência no mês de abril, cuja média de precipitação pluvial é de 66 mm. A temperatura média anual varia dos 16°C, em Montevidéu, aos 19,5°C, em Salto e Artigas.

A população uruguaia é, fundamentalmente, de origem européia (88%), seguida por mestiços (8%) e afro-uruguaio (4%). As sucessivas ondas migratórias que chegaram ao país foram compostas principalmente por espanhóis, seguidos de italianos, bem como de um expressivo número de franceses, alemães, portugueses, britânicos, suíços, russos e poloneses. A população de origem asiática é escassa. A

partir da segunda metade do século XX, o Uruguai começou a se consolidar como um país de emigração, seja por motivos políticos, seja por razões econômicas. A emigração se dá, principalmente, em direção à Europa, Argentina e Estados Unidos. Na Europa, o principal destino dos uruguaios é a Espanha e, em menor medida, Itália, França e Alemanha.

O Uruguai se destaca por ser o país com a maior população idosa na região, tendo 17,7% de seus habitantes mais de 60 anos (dados de 2008). As baixas taxas de fecundidade podem ser explicadas, em parte, pelo aumento da expectativa de vida, que atinge os 76 anos (72,4 para os homens e 79,7 para as mulheres). A taxa da urbanização é alta e chega a 96,1% da população.

O Uruguai é um país eminentemente laico. Apesar da maioria católica, apenas 4% da população frequenta regularmente as igrejas. Cerca de 40% da população não pratica a religião. Há, ainda, uma minoria judaica em Montevideu, bem como diversas igrejas evangélicas. A importante comunidade armênia de Montevideu está em geral vinculada à Igreja Apostólica Armênia. Cultos afrobrasileiros são também praticados no país.

PERFIS BIOGRÁFICOS

**TABARÉ RAMÓN
VÁZQUEZ ROSAS**

Presidente da República Oriental do Uruguai



Tabaré Vázquez nasceu em Montevideu, em 17 de janeiro de 1940. Graduou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade da República em 1969, especializando-se em oncologia e radioterapia.

Em 1989, foi eleito Intendente (Prefeito) de Montevideu pela Frente Ampla. Candidato a Presidente da República em 1994, obteve 30,6% dos votos. Nas eleições presidenciais de 1999, venceu o primeiro turno com 40,11% dos votos, mas

foi derrotado no segundo pelo colorado Jorge Batlle. Em 31 de outubro de 2004, foi eleito Presidente da República, no primeiro turno, pela coalizão Encontro Progressista – Frente Ampla – Nova Maioria, tendo cumprido mandato até março de 2010.

Foi novamente eleito Presidente em 30 de novembro de 2014, com a maior votação histórica da Frente Ampla (53,6% dos votos contra 41,1% de seu oponente Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional). Tomou posse em 1º de março de 2015, com mandato até 1º de março de 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Uruguai figura entre os principais parceiros do Brasil na América do Sul. O estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países remonta à assinatura, em 1828, da Convenção de Paz que formalizou a independência do país. No início do século XX, a amizade entre os dois países foi reforçada pela iniciativa do Barão do Rio Branco de negociar novo tratado de limites, firmado no Rio de Janeiro, que estabeleceu com o Uruguai um condomínio sobre o rio Jaguarão e a Lagoa Mirim.

A tradição histórica dos vínculos políticos e humanos entre os dois países permite um grau elevado de confiança mútua, que baliza todos os aspectos da relação bilateral. A cooperação entre Brasil e Uruguai é abrangente, perpassando os campos político, econômico, tecnológico, cultural e social. O processo de integração entre Brasil e Uruguai contribui para o desenvolvimento socioeconômico dos dois países e fortalece suas posições nos cenários regional e global, constituindo prioridade para a política externa brasileira.

Ao longo dos últimos anos, Brasil e Uruguai têm promovido intenso processo de aprofundamento e ampliação do relacionamento bilateral, sintetizado no conceito de “novo paradigma” das relações entre os dois países. O “novo paradigma” busca catalisar projetos bilaterais estratégicos, que beneficiem de maneira concreta as duas populações.

Em 2012, ambos os países decidiram elevar a novo patamar a parceria bilateral, por meio de Comunicado Conjunto presidencial que deu origem ao Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN). O GAN é o foro responsável por coordenar a implementação dos projetos bilaterais prioritários, com vistas a promover “integração profunda e abrangente” entre Brasil e Uruguai. O mecanismo gerencia projetos estratégicos em áreas como facilitação de comércio, integração produtiva,

infraestrutura e circulação de pessoas.

Durante as Reuniões Plenárias do GAN, sob a coordenação dos Chanceleres dos dois países, foram assinados acordos nas áreas de: a) livre circulação de pessoas (Acordo de Residência Permanente); b) livre circulação de bens e serviços (regulamentação de procedimentos de facilitação do comércio bilateral); c) integração produtiva (Acordo Naval); d) Acordo sobre a Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos; e) integração previdenciária (Memorando de Entendimento para futura integração dos registros previdenciários).

Outro mecanismo importante da relação bilateral é a Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil e Uruguai, instituída em abril de 2002, com o propósito da "promoção do desenvolvimento integrado da faixa de fronteira comum". Coordenada pelos Vice-Chanceleres dos dois países, a Reunião de Alto Nível da Nova Agenda é o mais alto mecanismo dedicado especificamente ao tratamento dos assuntos de fronteira.

Entre os Acordos bilaterais que tiveram origem em discussões no âmbito da Nova Agenda, encontram-se os seguintes: (i) Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios; (ii) Ajuste Complementar para a Prestação de Serviços de Saúde; (iii) Ajuste Complementar para a Prestação de Serviços de Emergência e Cooperação em Defesa Civil; (iv) Acordo sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil; e (v) Acordo sobre Cooperação Policial em matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos.

É significativa a convergência entre as posições dos dois países nos planos regional e multilateral. O Brasil apoiou, desde o início, a candidatura do ex-Chanceler Luis Almagro a Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). O Uruguai tem dado apoio a diversas candidaturas brasileiras em organismos internacionais, bem como à incorporação do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em 2017, os chanceleres mantiveram dois encontros. Em 29 de março, o Chanceler uruguaio avistou-se com o Ministro Aloysio Nunes, realizando a primeira visita de autoridade uruguaia de nível ministerial a Brasília desde a assunção do Presidente Temer. Em 5 de agosto e em 10 de novembro, os dois chanceleres voltaram a encontrar-se, respectivamente em São Paulo e em Brasília.

CRONOLOGIA DE VISITAS OFICIAIS RECENTES

2017

21/12/2017 - Visita ao Brasil do Presidente Tabaré Vázquez, por ocasião da LI Cúpula do Mercosul.

20-21/12/2017- Visita ao Brasil do Chanceler Rodolfo Nin Novoa, por ocasião da LI Cúpula do Mercosul.

10/11/2017 - Visita ao Brasil do Chanceler Rodolfo Nin Novoa.

5/08/2017 – Visita ao Brasil do Chanceler Rodolfo Nin Novoa, por ocasião da Reunião Extraordinária de Chanceleres do Mercosul, em São Paulo.

29/03/2017 - Visita ao Brasil do Chanceler Rodolfo Nin Novoa

2016

5/07/2016 - Visita do Ministro José Serra a Montevideu, ocasião em que é recebido pelo Presidente Tabaré Vázquez e mantém encontro de trabalho com o Chanceler Rodolfo Nin Novoa

18-19/04/2016 - O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio França Danese, conduz, juntamente com seu homólogo uruguaio, Embaixador José Luis Cancela, a X Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguaí, em Brasília

ASSUNTOS CONSULARES

A rede consular brasileira no Uruguai é composta pelo Consulado-Geral do Brasil em Montevideu, pelo Consulado-Geral do Brasil em Rivera, pelo Consulado do Brasil no Chuy e pelos Vice-Consulados em Rio Branco e em Artigas.

O Itamaraty estima que a comunidade brasileira no Uruguai alcance aproximadamente 11 mil pessoas, das quais cerca de 6 mil estariam concentradas na área de Montevideu.

A rede consular brasileira é especialmente densa na área limítrofe entre os dois países, a fim de atender as demandas específicas dos residentes fronteiriços. Os Postos Consulares da região fronteiriça são responsáveis pela organização local dos Comitês de Fronteira Brasil-Uruguaí, que se reúnem anualmente e visam a tratar dos temas de interesse específico local. Os Comitês de Fronteira Brasil-Uruguaí atualmente existentes são os seguintes: Chuí/Santa Vitória do Palmar/Balneário do Hermenegildo/Barra do Chuí – Chuy/Dezoito de Julho/Barra de Chuy/La Coronilla/Pueblo San Luís; Jaguarão – Rio Branco; Aceguá – Aceguá; Santana do Livramento – Rivera; Quaraí – Artigas; Barra do Quaraí – Bella Unión; Colônia Nova – Villa Isidoro Noblia.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

O Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) registra um empréstimo no valor de US\$ 94.913.723,00, sendo o BNDES o banco financiador. O exportador é a empresa Wind Power Energia S.A. A operação tem por objetivo o aumento da capacidade instalada de geração de energia renovável no Uruguai.

POLÍTICA INTERNA

O Estado uruguaio conta com Governo unitário descentralizado, com estrutura de três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Os governos departamentais e municipais são democraticamente eleitos. Nos Departamentos e cidades, as Juntas ou Conselhos de edis (vereadores), respectivamente, aprovam unicamente atos administrativos. Os sistemas de educação, saúde, justiça, segurança pública e demais serviços são centralizados.

O Presidente da República é o Chefe de Estado e de Governo. Eleito democraticamente, por voto direto, com mandato de cinco anos, o Presidente pode ocupar novamente a Presidência após cinco anos da cessação do mandato anterior. Havendo exercido um primeiro mandato entre 2005 e 2010, Tabaré Vázquez, da coalizão Frente Ampla, elegeu-se Presidente pela segunda vez em 30 de novembro de 2014, derrotando no segundo turno o candidato do Partido Nacional, Luis Lacalle Pou. O Presidente Tabaré Vázquez tomou posse em 1º de março de 2015 e tem mandato até 1º de março de 2020. Os ministros são nomeados pelo Presidente e formam o Conselho de Ministros.

O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Geral, que é composta pela Câmara de Representantes ("câmara baixa") e pela Câmara de Senadores ("câmara alta"). A Câmara de Representantes tem 99 membros eleitos diretamente pelo povo, para mandatos de cinco anos, em circunscrições departamentais. As eleições ocorrem mediante um sistema de representação proporcional em que se toma em conta o total de votos recebido por cada sigla partidária em todo o país, bem como o número de votantes habilitados em cada Departamento. Dispõe-se, ainda, que cada Departamento receberá um mínimo de dois representantes.

A Câmara de Senadores, por sua vez, é composta por 30 membros, também eleitos diretamente pelo povo, para mandatos de cinco anos, em sistema de representação proporcional integral, em uma única circunscrição eleitoral de âmbito nacional. O Vice-Presidente da República exerce a Presidência da Câmara de Senadores, com direito a voto.

Nas eleições legislativas de 2014, a Frente Ampla obteve 50 das 99 posições da Câmara de Representantes e 16 das 31 posições da Câmara dos Senadores, conquistando maioria em ambas as casas. O Movimento de Participação Popular (MPP), lista mais votada da Frente Ampla, elegeu seis legisladores, incluindo o ex-Presidente José Mujica; a ex-Primeira-Dama, Lucía Topolanski; e o ex-Chanceler Luis Almagro, eleito Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). O Partido Nacional formou bancada de 32 deputados e 10 senadores. O Partido Colorado elegeu 13 deputados e 4 senadores; e o Partido Independente, três deputados e um senador.

A Suprema Corte de Justiça (SCJ) é o órgão máximo do Poder Judiciário. Julga recursos, em terceira e última instância, e examina a constitucionalidade das leis. A SCJ é integrada por cinco magistrados, com mandato de 10 anos e eleitos pela Assembléia Geral com base em lista encaminhada pelo Presidente da República. Os tribunais uruguaios são independentes em sua função jurisdicional, estando, porém, administrativamente subordinados à SCJ.

POLÍTICA EXTERNA

O Presidente Tabaré Vázquez conferiu ênfase à diplomacia comercial. O Uruguai não deixou de manter Mercosul, Brasil e Argentina no topo da agenda, mas tem buscado maior aproximação com China, Estados Unidos e Aliança do Pacífico, em política de "regionalismo aberto", conforme definiu o Presidente Vázquez em seu discurso de posse.

O Governo uruguaio tem atribuído grande importância à integração no âmbito do Mercosul, defendendo a redução das assimetrias intra-bloco. Um ponto de interesse uruguaio é a diversificação das parcerias do Mercosul com outros blocos e regiões. O Presidente Tabaré Vázquez tem declarado seu interesse em impulsionar as negociações de Acordo Comercial entre o Mercosul e a União Europeia.

Retomou dinamismo o relacionamento com a Argentina. Os dois países têm desenvolvido iniciativas de interesse comum, como os trabalhos de dragagem do rio Uruguai (canal Martín García). A primeira visita oficial ao exterior do Presidente argentino, Mauricio Macri, em janeiro de 2015, foi ao Uruguai.

O comércio bilateral tem-se destacado como tema predominante nas relações entre Uruguai e China. Atualmente, a China é o principal mercado de origem das importações uruguaias e o principal mercado de destino dos produtos do país. Os principais produtos exportados pelo Uruguai para a China são: carne, lã e soja. Os

principais produtos que o Uruguai importa da China são: telefones, inseticidas, computadores, motocicletas, automóveis e autopartes, e aparelhos de ar condicionado.

O Uruguai atuou como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2016-17. O Brasil beneficiou-se de estreita colaboração com o Uruguai no contexto da presença do país vizinho no Conselho de Segurança, por meio do diálogo entre as missões em Nova York e entre embaixadas e funcionários de alto nível das chancelarias. O Uruguai é tradicional contribuinte de tropas para missões de paz da ONU.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

COMÉRCIO BILATERAL

Em 2017, o comércio bilateral entre Brasil e Uruguai atingiu os seguintes resultados: o fluxo total foi de US\$ 3,6 bilhões; as exportações brasileiras somaram US\$ 2,3 bilhões; e as importações de produtos uruguaiois, US\$ 1,3 bilhão. O superávit brasileiro foi de US\$ 1 bilhão.

Os principais produtos de exportação brasileira em 2017 para o Uruguai foram combustíveis, veículos, carne suína e erva-mate, enquanto os itens de importação concentraram-se em malte, produtos lácteos, arroz e plásticos.

Destaca-se a importância dos investimentos brasileiros no Uruguai, particularmente em setores agroexportadores. Capitais brasileiros estão fortemente presentes nas exportações de arroz e no setor de produção e exportação de carne bovina.

ECONOMIA URUGUAIA

A economia uruguaia cresceu 3,5% em 2017. O principal motor desse crescimento foi o impulso da demanda externa e do consumo do setor privado. Em dezembro de 2017, a taxa de inflação anual foi de 6,6%, situando-se dentro da meta fixada pelo governo. Em setembro de 2017, a dívida pública bruta alcançou 65% do PIB, e a líquida, 31%. Na avaliação do governo uruguaio, a relação dívida-PIB mostra-se relativamente baixa, em perspectiva histórica.

De acordo com o relatório mais recente de comércio exterior do Instituto de Promoción de Inversiones y Exportaciones - Uruguay XXI, as exportações de bens do país, sem a inclusão da produção das zonas francas, totalizaram US\$ 7,82 bilhões no acumulado de 2017, montante 10,8% superior ao de 2016. Incluindo o que é

produzido nas zonas francas, o total exportado alcançou US\$ 9,05 bilhões (9,2% superior ao ano anterior). A carne bovina foi o principal produto de exportação do país, com vendas que atingiram US\$ 1,5 bilhão (aumento de 5,5% em relação a 2016). Esse aumento pode ser explicado pelo leve incremento no preço médio do produto (1,5%) e pelo crescimento de 4% do volume exportado. A China foi responsável por 40% das compras, seguida pela União Europeia (25%) e Estados Unidos (13%).

As exportações de celulose totalizaram US\$ 1,3 bilhão (crescimento interanual de 7%), posicionando o produto no segundo lugar da pauta. Ressalte-se que a celulose é processada e exportada integralmente em zonas francas. As exportações de madeira e subprodutos, que em sua maior parte se dirigem às zonas francas para o processamento da celulose, chegaram, no mesmo período, a US\$ 329 milhões, ocupando o sétimo lugar da pauta, com incidência positiva de 43% em relação a 2016.

Como terceiro produto mais vendido figura a soja, que alcançou a cifra de US\$ 1,18 bilhão em 2017, com aumento de 36% em relação a 2016. Mais de 80% da soja uruguaia destina-se à China. Os lácteos tiveram suas exportações incrementadas em 4% em relação a 2016, estabelecendo-se como quarto produto mais vendido pelo Uruguai, acumulando US\$ 591 milhões em vendas durante 2017. Os principais destinos dos lácteos uruguaios no decorrer do ano foram Brasil (39%), que perdeu participação no montante das vendas em relação a 2016 (quando atingiu 61% do total), e Argélia (20%), que aumentou sua participação em relação ao ano anterior (7%). Outros produtos de relevância na pauta de exportações uruguaia foram os concentrados de bebidas, arroz, madeira e subprodutos, couro, produtos farmacêuticos e subprodutos cárnicos.

O relatório mencionou que, em 2017, a exportação de energia elétrica pelo Uruguai foi duplicada, alcançando o montante de US\$ 150 milhões, com o Brasil sendo responsável pela compra de 87% do total.

Os principais destinos de exportação dos produtos uruguaios, sem levar em consideração o que é produzido nas zonas francas, foram China (22%, crescimento de 54% em relação a 2016), Brasil (15,1%, -5,2%), Estados Unidos (5,8%, +3,8%) e Argentina (5,4%, +8,6%). A queda das exportações para o Brasil deve-se, de acordo com o relatório do Uruguay XXI, à redução das vendas de lácteos, trigo e arroz em relação ao ano anterior.

Quanto aos principais fornecedores do Uruguai, a China ocupa o primeiro posto no acumulado anual, com 22,5% das compras, seguida de Brasil (21,5%),

Argentina (14,1%) e Estados Unidos (7,6%). Cabe recordar que o relatório do Uruguay XXI não contabiliza as importações de combustíveis fósseis, que, uma vez consideradas, colocariam o Brasil como principal fornecedor de bens do Uruguai.

Dados do "Instituto Nacional de Estadística" (INE) indicam que 5,2% das famílias uruguaias estavam abaixo da linha de pobreza em 2017, o que representou redução de um por cento em relação a 2016. Houve, igualmente, leve diminuição da concentração da riqueza no país, com redução do índice de Gini de 0,383 para 0,380.

Na revisão anual sobre a economia uruguaia, o FMI elogiou os resultados das políticas locais, que lograram assegurar crescimento de mais de 3%, queda da inflação, taxa de desemprego estabilizada e déficit fiscal em decréscimo progressivo. Por outro lado, a ineficiência de funcionamento do mercado de trabalho foi apontada como importante entrave ao aumento de produtividade.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1825	“33 Orientais” tomam Montevideú; proclamam independência em relação ao Império do Brasil
1828	Independência em relação às Províncias Unidas. Criada a República Oriental do Uruguai
1839	Guerra opõe blancos a colorados; vitória colorada de Fructuoso Rivera
1860	Crescimento econômico sustentado, sobretudo pela criação e exportação de gado
1865	Brasil, Argentina e Uruguai formam Tríplice Aliança contra Paraguai (guerra até 1870)
1903	Consolidação da democracia política e da prosperidade econômica (até 1930)
1933	Presidente eleito em 1931, Gabriel Terra dá golpe de Estado e governa até 1938
1942	Presidente eleito Baldomir restabelece os direitos constitucionais
1950	Problemas econômicos; deterioração dos preços dos produtos agropecuários
1958	Após 93 anos de domínio colorado, Partido Blanco assume

	o governo (até 1967)
1960	Forma-se o movimento de guerrilha urbana Tupamaro
1968	Presidente Pacheco Areco declara estado de emergência
1972	Repressão derrota o movimento Tupamaro
1973	Presidente Juan Maria Bordaberry dissolve o Parlamento e suprime as liberdades civis
1980	Governo derrotado em plebiscito para reformar a Constituição; início da abertura política
1984	Em eleições diretas controladas, colorado Julio Maria Sanguinetti escolhido presidente
1989	Lei de Caducidade impede processos judiciais sobre violações de direitos humanos
1991	Uruguai integra o Mercosul
1994	Sanguinetti é reeleito; Partidos Colorado e Nacional se aproximam politicamente
1999	Colorado Jorge Battle derrota o candidato da Frente Ampla, Tabaré Vázquez
2002	Reflexos da crise argentina: queda do PIB (20%), desemprego e acordo com o FMI
2003	Plebiscito rejeita propostas para a privatização das estatais de petróleo e água
2004	Tabaré Vázquez é eleito presidente; Frente Ampla obtém maioria no Parlamento
2005	Construção de fábrica de papel no Rio Uruguai provoca tensão com a Argentina
2009	José Mujica é eleito presidente
2010	Posse de José Mujica
2011	Aprovação de lei que anula a derroga a Lei da Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado para crimes de lesa-humanidade cometidos no período de exceção.
2014	Tabaré Vázquez é eleito para novo mandato como presidente da República
2015	Posse de Tabaré Vázquez

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1828	Assinada, no Rio de Janeiro, Convenção de Paz formalizando a Independência do Uruguai.
1830	Aprovada oficialmente a Constituição Uruguaia, após ratificação por Brasil e Argentina.
1854	O Brasil intervém no Uruguai para apoiar o colorado Venancio Flores.
1857	Assinado, no Rio de Janeiro, Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Uruguai.
1864	Esquadra brasileira é enviada ao Uruguai para exigir reparação aos pecuaristas do Rio Grande do Sul. O governo uruguaio rompe relações diplomáticas e tropas brasileiras invadem o Uruguai.
1865	José Maria da Silva Paranhos assina Acordo de Paz com as facções em luta no Uruguai. Colorados derrotam blancos com o apoio brasileiro, adotando uma política pró-Império. Argentina, Brasil e Uruguai assinam o Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai.
1889	Reconhecimento pelo Uruguai do regime republicano no Brasil.
1909	Concessão unilateral pelo Brasil do condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão.
1975	Brasil e Uruguai concluem, em Rivera, Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio.
1991	Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmam o Tratado para a constituição do Mercosul.
2004	Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços.
2005	O Presidente Tabaré Vázquez faz visita de Estado ao Brasil.
2006	Bilateralização do Acordo sobre Residência para Nacionais do Mercosul.
2012	Criação do Grupo de Alto Nível Brasil – Uruguai (GAN).
2013	Primeira Reunião Plenária do Grupo de Alto Nível Brasil – Uruguai (GAN), em 9/7. Aprovação do "Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável e a Integração Brasil – Uruguai".

2016	X Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguaí, em Brasília.
2017	Visita ao Brasil do Chanceler Rodolfo Nin Novoa.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Celebração	Entrada em vigor	Publicação
Tratado de Comércio e Navegação	12/10/1851	11/11/1851	Não se Aplica
Tratado de Limites	12/10/1851	11/11/1851	Não se Aplica
Tratado de Aliança	12/10/1851	11/11/1851	Não se Aplica
Tratado Relativo às Fronteiras na Lagoa Mirim e o Rio Jaguarão e o Comércio e a Navegação nessas Paragens	30/10/1909	07/05/1910	15/05/1910
Convênio para a Fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira	20/12/1933	20/08/1937	07/08/1937
Convênio para o Fomento do Turismo	20/12/1933	21/07/1937	07/08/1937
Acordo para Permuta de Publicações	20/12/1933	21/07/1937	07/08/1937
Convênio para a Construção da Ponte Internacional Quaraí-Artigas	22/05/1947	15/06/1950	01/08/1950
Tratado de Comércio e Navegação	27/05/1949	28/12/1956	21/03/1957
Convênio Cultural	28/12/1956	14/06/1968	15/07/1968
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	28/12/1956	08/02/1972	02/03/1972
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais	22/04/1963	15/05/1963	18/07/1963
Acordo sobre a Definitiva Fixação da Barra do Arroio Chuí e do Limite Lateral Marítimo	21/07/1972	12/06/1975	24/06/1975

Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio	12/06/1975	09/07/1976	03/08/1976
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica	12/06/1975	09/07/1976	03/08/1976
Convênio sobre Transporte Marítimo	12/06/1975	07/10/1976	26/10/1976
Convênio sobre Transporte Fluvial e Lacustre	12/06/1975	07/09/1976	22/09/1976
Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Tratado da Bacia da Lagoa Mirim)	07/07/1977	27/01/1978	23/02/1978
Acordo de Previdência Social	27/01/1978	01/10/1980	15/10/1980
Acordo de Cooperação Sanitária	11/09/1980	23/11/1981	10/12/1981
Convênio Zoossanitário para o Intercâmbio de Animais e de Produtos de Origem Animal	14/08/1985	22/07/1992	30/10/1992
Acordo de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí	11/03/1991	17/09/1992	25/09/1992
Acordo de Cooperação para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e seus Precursores e Produtos Químicos Imediatos	16/09/1991	07/06/1995	01/09/1995
Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental	28/12/1992	25/05/1997	03/06/1997

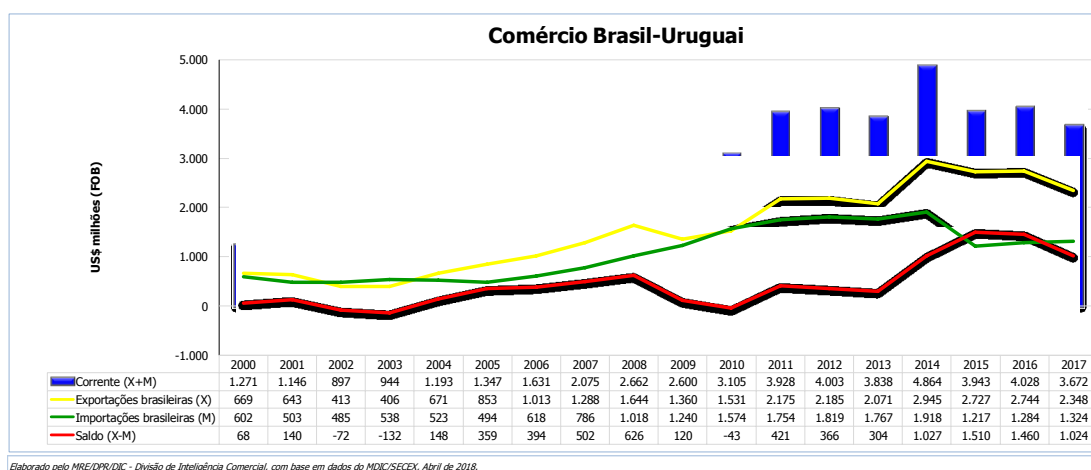
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa	28/12/1992	09/02/1996	11/04/1996
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	11/06/1993	13/08/1995	11/09/1995
Acordo para a Construção de uma Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, e Recuperação da Atual Ponte Barão de Mauá	21/11/2000	27/06/2003	03/02/2004
Acordo para a Construção de Dique de Contenção no Rio Quaraí	27/12/2000	27/12/2000	09/03/2001
Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios	21/08/2002	14/04/2004	15/06/2004
Acordo sobre Cooperação entre suas Academias Diplomáticas	21/08/2002	28/11/2004	06/11/2005
Acordo sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos	14/04/2004	05/10/2008	13/01/2009
Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	14/09/2004	15/11/2007	14/03/2008

Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação	01/04/2005	18/06/2009	21/12/2015
Acordo para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para o Credenciamento de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços	01/04/2005	22/09/2011	20/05/2015
Acordo Quadro de Interconexão Energética	16/03/2006	Não consta	28/02/2007
Acordo para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco	26/02/2007	02/04/2009	04/02/2013
Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, para Prestação de Serviços de Saúde	28/11/2008	16/01/2010	26/07/2010
Acordo de Serviços Aéreos entre o Brasil e o Uruguai	10/03/2009	4/1/2011	Esperando ratificação pelo Governo uruguaio
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil	30/07/2010	03/08/2013	26/10/2015

Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Fazer Avançar a Cooperação Bilateral na Área de Massificação do Acesso à Internet em Banda Larga e Telecomunicações em Geral (2011 - 2015)	30/05/2011	Aguarda-se ratificação das Partes.	
Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Intercâmbio de Informações e Cooperação em Segurança Pública	30/05/2011	08/02/2017	19/07/2017
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para o Intercâmbio de Informações em Matéria Tributária	23/10/2012	Em tramitação no Congresso Nacional	
Acordo, por Troca de Notas, sobre a Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai	09/07/2013	06/03/2018	Em processo de promulgação

Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Residência Permanente com o Objetivo de Alcançar a Livre Circulação de Pessoas	09/07/2013	28/04/2017	07/07/2017
Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios para a Prestação de Serviços de Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil	07/11/2013	Em tramitação nos Ministérios coautores para envio ao Congresso Nacional	

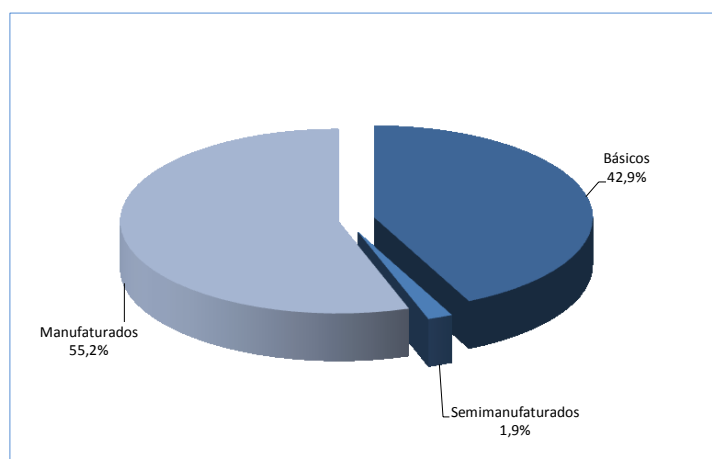
DADOS ECONÔMICOS COMERCIAIS



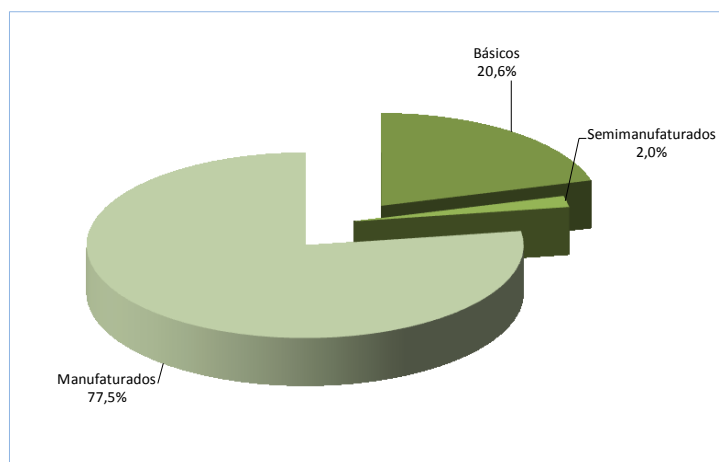
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	687	311	998	376
2018 (jan-mar)	772	270	1.042	501

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



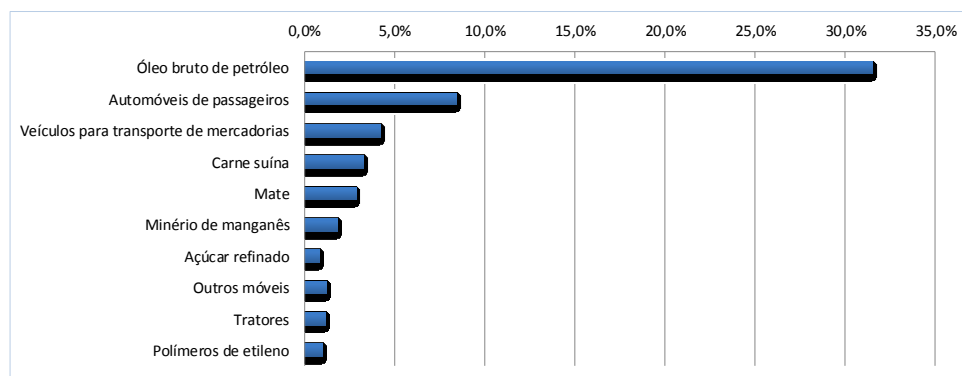
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Uruguai (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleo bruto de petróleo	1.268	46,5%	1.340	48,8%	740	31,5%
Automóveis de passageiros	106	3,9%	126	4,6%	198	8,4%
Veículos para transporte de mercadorias	68	2,5%	61	2,2%	99	4,2%
Carne suína	52	1,9%	61	2,2%	77	3,3%
Mate	87	3,2%	69	2,5%	67	2,9%
Minério de manganês	0	0,0%	0	0,0%	43	1,8%
Açúcar refinado	21	0,8%	20	0,7%	20	0,9%
Outros móveis	27	1,0%	26	0,9%	29	1,2%
Tratores	29	1,1%	14	0,5%	27	1,1%
Polímeros de etileno	32	1,2%	23	0,8%	24	1,0%
Subtotal	1.690	62,0%	1.740	63,4%	1.324	56,4%
Outros	1.037	38,0%	1.004	36,6%	1.024	43,6%
Total	2.727	100,0%	2.744	100,0%	2.348	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

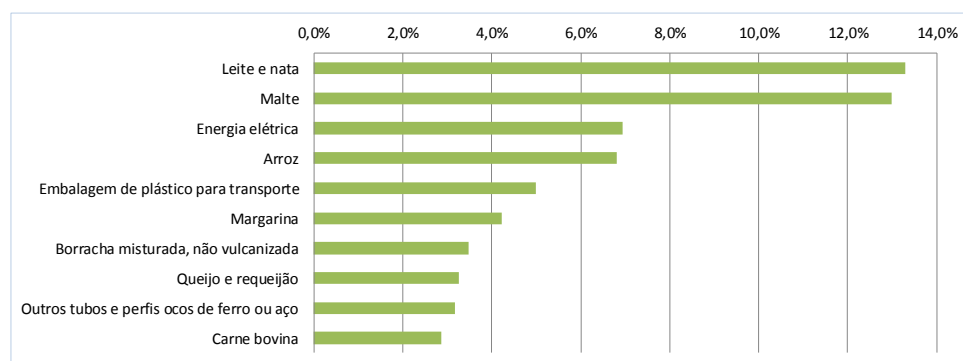


Composição das importações brasileiras originárias do Uruguai (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Leite e nata	141	11,6%	262	20,4%	176	13,3%
Malte	108	8,9%	126	9,8%	172	13,0%
Energia elétrica	0	0,0%	0	0,0%	92	6,9%
Arroz	22	1,8%	97	7,6%	90	6,8%
Embalagem de plástico para transporte	98	8,1%	55	4,3%	66	5,0%
Margarina	58	4,8%	52	4,0%	56	4,2%
Borracha misturada, não vulcanizada	68	5,6%	43	3,3%	46	3,5%
Queijo e requeijão	31	2,5%	59	4,6%	43	3,2%
Outros tubos e perfis ocos de ferro ou aço	38	3,1%	31	2,4%	42	3,2%
Carne bovina	32	2,6%	33	2,6%	38	2,9%
Subtotal	596	49,0%	758	59,0%	821	62,0%
Outros	621	51,0%	526	41,0%	503	38,0%
Total	1.217	100,0%	1.284	100,0%	1.324	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

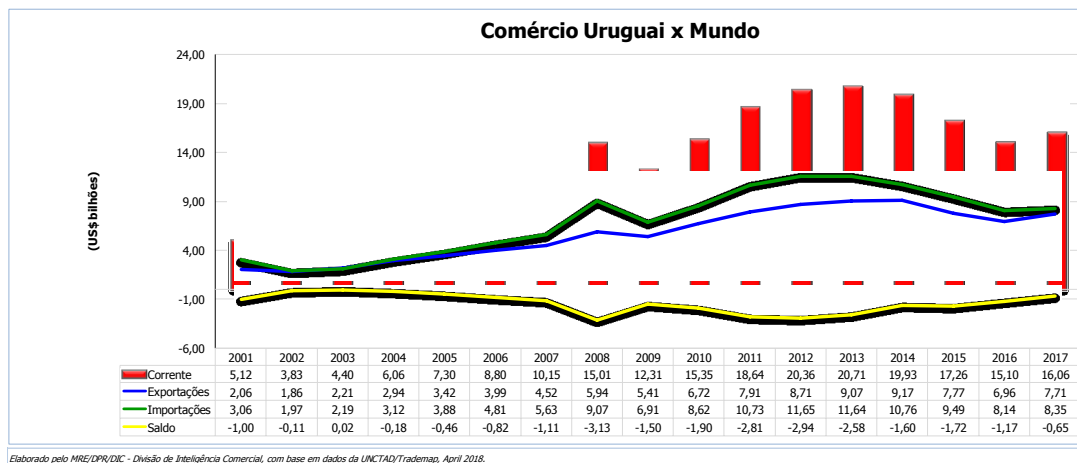
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Óleo bruto de petróleo	332	48,3%	347	45,0%	Óleo bruto de petróleo 45,0%
Automóveis de passageiros	48	7,0%	50	6,5%	Automóveis de passageiros 6,5%
Minério de manganês	0	0,0%	25	3,2%	Minério de manganês 3,2%
Carne suína	15	2,2%	20	2,6%	Carne suína 2,6%
Veículos para transporte de mercadorias	26	3,8%	17	2,2%	Veículos para transporte de mercadorias 2,2%
Mate	14	2,0%	16	2,1%	Mate 2,1%
Óleo refinado de petróleo	3	0,4%	11	1,4%	Óleo refinado de petróleo 1,4%
Máquinas para terraplanagem	4	0,6%	8	1,0%	Máquinas para terraplanagem 1,0%
Carne bovina fresca ou refrigerada	1	0,1%	8	1,0%	Carne bovina fresca ou refrigerada 1,0%
Lã não cardada nem penteada	5	0,7%	7	0,9%	Lã não cardada nem penteada 0,9%
Subtotal	448	65,2%	509	65,9%	
Outros	239	34,8%	263	34,1%	
Total	687	100,0%	772	100,0%	
Importações					
Malte	36	11,6%	26	9,6%	Malte 9,6%
Energia elétrica	0	0,0%	25	9,2%	Energia elétrica 9,2%
Artigos de transporte ou de embalagem (tampas, rolhas, etc)	16	5,1%	18	6,7%	Artigos de transporte ou de embalagem (tampas, rolhas, etc) 6,7%
Veículos para transporte de mercadorias	2	0,6%	16	5,9%	Veículos para transporte de mercadorias 5,9%
Leite e nata	60	19,3%	13	4,8%	Leite e nata 4,8%
Margarina	13	4,2%	13	4,8%	Margarina 4,8%
Carne caprina	9	2,9%	13	4,8%	Carne caprina 4,8%
Borracha misturada, não vulcanizada	14	4,5%	11	4,1%	Borracha misturada, não vulcanizada 4,1%
Automóveis de passageiros	0	0,0%	10	3,7%	Automóveis de passageiros 3,7%
Tubos e perfis ocos, de ferro ou aço	10	3,2%	10	3,7%	Tubos e perfis ocos, de ferro ou aço 3,7%
Subtotal	160	51,4%	155	57,3%	
Outros produtos	151	48,6%	115	42,7%	
Total	311	100,0%	270	100,0%	

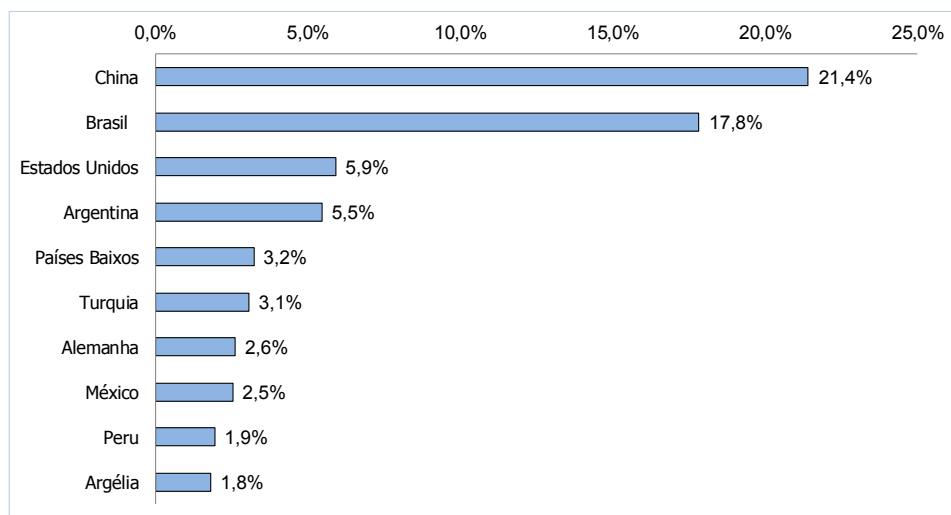
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.



Principais destinos das exportações do Uruguai
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	1,65	21,4%
Brasil	1,38	17,8%
Estados Unidos	0,46	5,9%
Argentina	0,42	5,5%
Países Baixos	0,25	3,2%
Turquia	0,24	3,1%
Alemanha	0,20	2,6%
México	0,20	2,5%
Peru	0,15	1,9%
Argélia	0,14	1,8%
Subtotal	5,08	65,9%
Outros países	2,63	34,1%
Total	7,71	100,0%

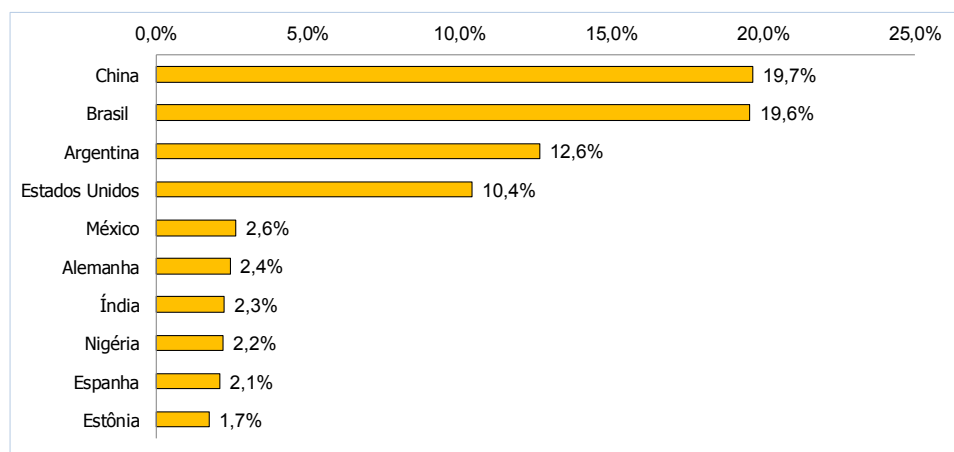
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Principais origens das importações do Uruguai
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	1,64	19,7%
Brasil	1,64	19,6%
Argentina	1,06	12,6%
Estados Unidos	0,87	10,4%
México	0,22	2,6%
Alemanha	0,20	2,4%
Índia	0,19	2,3%
Nigéria	0,19	2,2%
Espanha	0,18	2,1%
Estônia	0,15	1,7%
Subtotal	6,32	75,7%
Outros países	2,03	24,3%
Total	8,35	100,0%

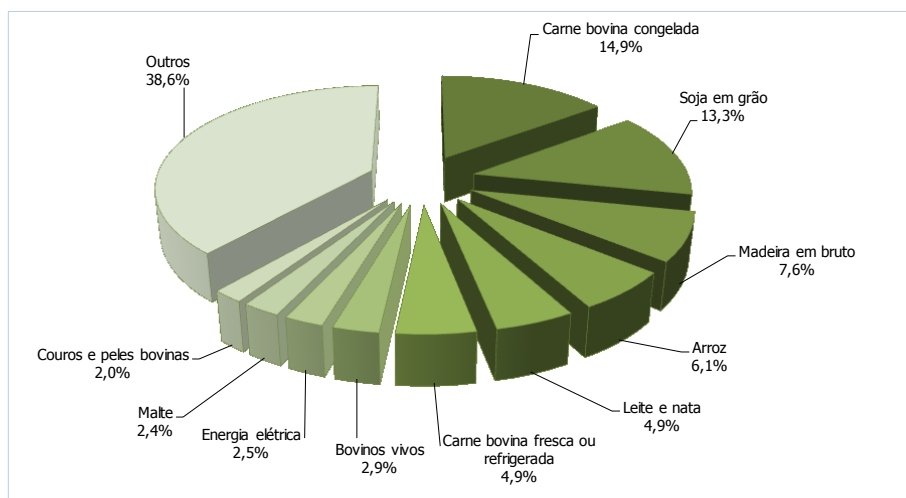
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das exportações do Uruguai (SH4)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Carne bovina congelada	1,15	14,9%
Soja em grão	1,02	13,3%
Madeira em bruto	0,58	7,6%
Arroz	0,47	6,1%
Leite e nata	0,38	4,9%
Carne bovina fresca ou refrigerada	0,38	4,9%
Bovinos vivos	0,22	2,9%
Energia elétrica	0,19	2,5%
Malte	0,18	2,4%
Couros e peles bovinas	0,15	2,0%
Subtotal	4,73	61,4%
Outros	2,97	38,6%
Total	7,71	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

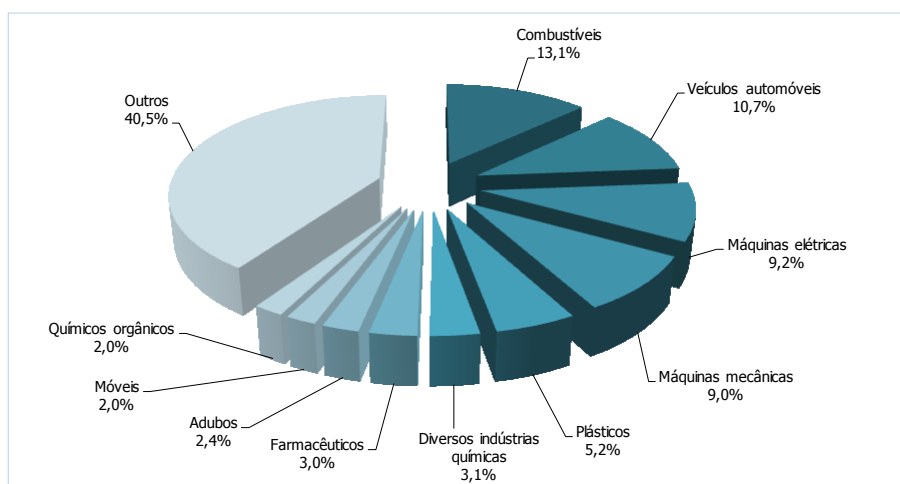


Composição das importações do Uruguai (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Combustíveis	1,09	13,1%
Veículos automóveis	0,89	10,7%
Máquinas elétricas	0,77	9,2%
Máquinas mecânicas	0,75	9,0%
Plásticos	0,43	5,2%
Diversos indústrias químicas	0,26	3,1%
Farmacêuticos	0,25	3,0%
Adubos	0,20	2,4%
Móveis	0,16	2,0%
Químicos orgânicos	0,16	2,0%
Subtotal	4,97	59,5%
Outros	3,38	40,5%
Total	8,35	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

10 principais grupos de produtos importados



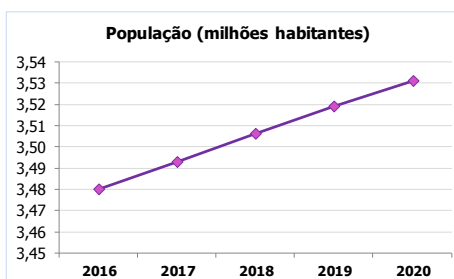
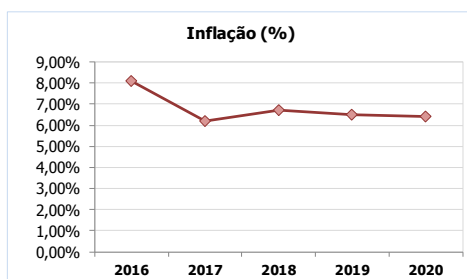
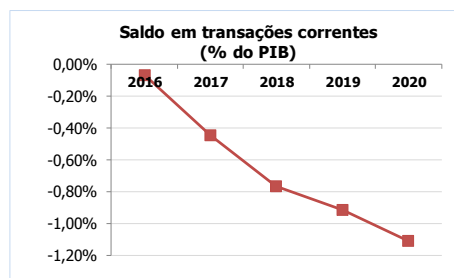
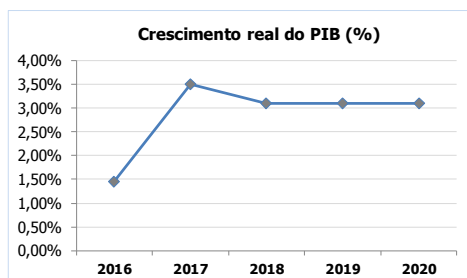
Principais indicadores socioeconômicos do Uruguai

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	1,45%	3,50%	3,10%	3,10%	3,10%
PIB nominal (US\$ bilhões)	52,42	60,27	65,82	69,55	73,55
PIB nominal "per capita" (US\$)	15.062	17.252	18.772	19.766	20.829
PIB PPP (US\$ bilhões)	74,46	78,41	82,41	86,77	91,35
PIB PPP "per capita" (US\$)	21.395	22.445	23.504	24.662	25.870
População (milhões habitantes)	3,48	3,49	3,51	3,52	3,53
Desemprego (%)	7,87%	7,34%	7,30%	7,27%	7,19%
Inflação (%) ⁽²⁾	8,10%	6,22%	6,70%	6,50%	6,40%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-0,07%	-0,45%	-0,77%	-0,91%	-1,11%
Dívida externa (US\$ bilhões)	28,60	28,37	29,53	30,55	32,00
Câmbio (Ps / US\$) ⁽²⁾	29,26	28,76	30,74	33,49	34,22
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	6,2%				
Indústria	25,0%				
Serviços	68,8%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



Aviso nº 189 - C. Civil.

Em 19 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

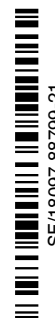
Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 24, de 2018 (Mensagem nº 205/2018, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.*



Relator: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

É submetida ao exame desta Casa a indicação que o Exmo. Sr. Presidente da República faz do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Oriental do Uruguai.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor Antonio José Ferreira Simões, nascido em 14 de julho de 1960 na cidade do Rio de Janeiro-RJ, é filho de Walter Simões e Norma de Jesus Ferreira Simões.

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1981 e ingressou na carreira, no posto de Terceiro-Secretário, no ano seguinte. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco atendeu os cursos de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD) e de Altos Estudos (CAE), tendo defendido, nesse último, a tese intitulada “A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica”.

O diplomata indicado tornou-se Segundo-Secretário em 1986; Primeiro-Secretário em 1993; Conselheiro em 1998; Ministro de Segunda Classe em 2003; e Ministro de Primeira Classe em 2007. Todas as promoções por merecimento.

Ao longo de sua carreira, exerceu diversas funções. Entre as desempenhadas na Chancelaria e na Administração Pública Federal, merecem destaque as de assessor do Departamento de Organismos Internacionais (1993); assessor da Subsecretaria-Geral de Planejamento Político (1993/95); Chefe do Núcleo de Coordenação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA (1999-2001); Coordenador-Adjunto e Geral da Coordenação-Geral para as Negociações da ALCA (2001/03); assessor no Gabinete do Ministro de Estado (2003/05); Chefe da Secretaria de Planejamento Diplomático (2005/06); Diretor do Departamento de Energia (2006/08); Representante do Ministério das Relações Exteriores junto à ITAIPU Binacional (2010/13)

No exterior, serviu como Primeiro-Secretário na Missão junto à Organização das Nações Unidas – ONU (1995/99); Embaixador em Caracas (2008/10); e Embaixador em Madri (2015 até o presente). Durante período em que fui membro do Conselho Diretor de uma editora espanhola, pude testemunhar o trabalho do embaixador Simões.

Foi, ainda, chefe de inúmeras delegações, bem como de relevantes missões brasileiras ao longo de sua profícua carreira. O indicado foi, por igual, merecedor de importantes condecorações.

A mensagem presidencial veio acompanhada, em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Peru, do qual extraímos as informações que seguem.



SF/18097.88799-21

As relações entre Brasil e Uruguai são marcadas por vínculos permanentes de amizade e cooperação. Nesse sentido, esse país evidencia-se como um de nossos principais parceiros na América do Sul. O relacionamento diplomático, que completa 190 anos, remonta à assinatura da Convenção de Paz, que formalizou a independência do país em 1828.

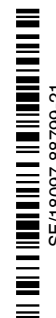
Desde então e de modo crescente, os laços políticos e humanos entre os dois países se ampliaram. Há, nos dias de hoje, elevado grau de confiança mútua, que dá o tom de todos os aspectos que tangenciam sua convivência.

A agenda bilateral, que se caracteriza pela diversidade, é bastante abrangente. Ela engloba os domínios político, econômico, tecnológico, cultural e social. Cuida-se de país que está, por certo, inserido na lista de prioridades da nossa política externa. Revelador desse quadro é o conceito de “novo paradigma” das relações bilaterais, que busca incentivar projetos estratégicos, que beneficiem ambas as populações.

Dessa forma, a parceria entre os dois países alcançou patamar ainda mais elevado com a criação do Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN) em 2012. Trata-se de foro responsável pela coordenação dos projetos bilaterais prioritários no âmbito do comércio, da integração produtiva, da infraestrutura e da circulação de pessoas. Outro mecanismo relevante é aquele que cuida da promoção do desenvolvimento integrado da faixa de fronteira comum e que é coordenado pelos respectivos vice-chanceleres.

No plano comercial, o intercâmbio revela-se superavitário em relação ao Brasil. Exportamos, sobretudo, óleo bruto de petróleo, automóveis de passageiros, veículos de transporte de mercadorias, carne suína, mate, minério de manganês e açúcar refinado; importamos, especialmente, leite e nata, malte, energia elétrica, arroz, embalagem de plástico para transporte, margarina, borracha não vulcanizada, queijo e requeijão, tubos e perfis ocos de ferro ou aço e carne bovina. Em 2017, nosso país figurou como o segundo maior fornecedor de produtos para o Uruguai com 17,8%, atrás apenas da China (21,4%); e também segundo destino das importações uruguaias (19,6%), atrás, por igual, da China (19,7%).

No tocante à comunidade brasileira, estima-se que ela seja composta de aproximadamente 11 mil pessoas. Esse conjunto de nacionais é atendido por importante rede consular que se faz presente, de modo destacado, na área de fronteira entre os dois países.



Pela proximidade histórica e geográfica, além de cultural e econômica, a embaixada no Uruguai é certamente uma das mais importantes entre nossas 139 embaixadas.

As informações apresentadas pela Presidência da República indicam que o Embaixador Antonio Simões tem todas as condições para representar o Brasil neste importante posto.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



2ª PARTE - DELIBERATIVA

4



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 30, DE 2018

(nº 231/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 231

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

Os méritos do Senhor Marcos Bezerra Abbott Galvão que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de maio de 2018.

EM nº 00088/2018 MRE

Brasília, 30 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO**, ministro de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

2. Encaminho, anexos, informações sobre a União Europeia e *curriculum vitae* de **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso 212 - C. Civil.

Em 3 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO**

CPF.: 221.191.831-04

ID.: 7333 MRE

1959 Filho de Fernando Abbott Galvão e Sônia Bezerra Galvão, nasce em 14 de janeiro de 1959, em Nova York, EUA (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr
 1984 CAD - IRBr
 1988 Mestrado em Relações Internacionais pela American University, Washington-DC/EUA
 1997 CAE - IRBr, "Globalização: arautos, cétricos e críticos. O conceito, o debate atual, alguns elementos para a política externa brasileira"

Cargos:

1980 Terceiro-secretário
 1982 Segundo-secretário
 1987 Primeiro-secretário, por merecimento
 1994 Conselheiro, por merecimento
 1999 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2006 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1980 Divisão da América Meridional-II, Assistente
 1981 Departamento das Américas, Assistente
 1982 Instituto Rio Branco, Professor-Assistente de História das Relações Diplomáticas do Brasil
 1982 Secretaria-Geral, Assessor
 1984 Missão Permanente junto à OEA, Washington, Segundo-Secretário
 1987 Embaixada em Assunção, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
 1990 Instituto Rio Branco, Professor-Assistente de Relações Internacionais
 1990 Instituto Rio Branco, Orientador Profissional
 1990 Presidência da República, Assessoria Diplomática, Adjunto
 1992 Fundação Alexandre de Gusmão, Diretor-Geral
 1993 Instituto Rio Branco, Professor de Linguagem Diplomática
 1993 Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Chefe de Gabinete do Ministro
 1994 Ministério da Fazenda, Assessor do Ministro
 1995 Embaixada em Londres, Conselheiro
 1998 Gabinete do Ministro de Estado, Subchefe e Porta-voz
 1999 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira
 2001 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
 2005 Ministério da Fazenda, Chefe de Gabinete do Ministro
 2007 V Reunião (final) de Recomposição da AID-15/Banco Mundial, Berlim, Chefe de Delegação
 2008 Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretário
 2008 Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Brasília, Chefe de Delegação
 2008 Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional

	(FMI), Roma, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Ministros da Fazenda do G-8, Osaka, Japão, Chefe de Delegação
2008	I Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, Cancún, México, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, San Miguel de Tucumán, Argentina, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Rio de Janeiro, Chefe de Delegação
2008	Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Cidade do México, Chefe de Delegação
2009	Reuniões (4) de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Londres, Horsham e St. Andrews, Reino Unido, e Basileia, Suíça, Chefe de Delegação
2009	Reunião Extraordinária dos Ministros Ibero-Americanos das Finanças, Porto, Portugal, Chefe de Delegação
2009	Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Washington, Chefe de Delegação
2009	I Reunião de Ministros das Finanças da CPLP, Lisboa, Chefe de Delegação
2009	II Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, Viña del Mar, Chile, Chefe de Delegação
2009	Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, Assunção, Chefe de Delegação
2009	Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), Cairo, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Washington, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Incheon, Coreia, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), Paris, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Paris, Chefe de Delegação
2010	III Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, Lima, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Gwangju, Coreia, Chefe de Delegação
2010	I Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira Brasil-China, Pequim, Chefe de Delegação
2010	I Diálogo Econômico-Financeiro Brasil-EUA, Washington, Chefe de Delegação
2010	Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, Gyeongju, Coreia, Chefe de Delegação
2011	Embaixada em Tóquio, Embaixador
2013-16	Delegação Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a Outras Organizações Econômicas, Delegado Permanente
2014	LIV Sessão da Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Chefe de Delegação
2015	LV Sessão da Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Chefe de Delegação
2015	X Conferência Ministerial da OMC, Nairobi, Chefe de Delegação
2016	Secretário-Geral das Relações Exteriores
2016	Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores nas ausências do titular
2017	XXIX Reunião de Consultas de Ministros das Relações Exteriores da OEA, continuação, Cancún, 2017 (Chefe de Delegação)
2017	XLVII Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, Cancún (Chefe de

- 2017 Delegação)
44a Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha, Porto Alegre (Chefe de Delegação)
- 2018 Foro CELAC-China - II Reunião de Ministros de Relações Exteriores, Santiago (Chefe de Delegação)
- 2018 IV Reunião do Grupo de Lima, Santiago, 2018 (Chefe de Delegação)

Condecorações:

- 1981 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Cavaleiro
- 1983 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
- 1999 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
- 1999 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
- 2000 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
- 2000 Ordem do Mérito Brasília, Brasil, Grande Oficial
- 2011 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
- 2011 Grande Medalha do Mérito Presidente Juscelino Kubitschek, Estado de Minas Gerais, Brasil
- Ordem do Sol Nascente, Japão, Grande Cordão
- Ordem do Infante Dom Henrique, Cavaleiro, Portugal.

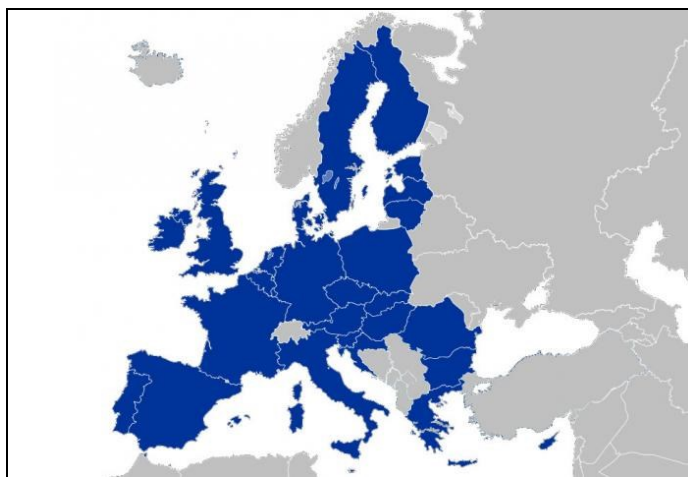
Publicações:

- 1993 Realismo de Cada Um: interdependência e relações políticas entre Estados no mundo pós-guerra fria, in Estudos Históricos, vol. 6, n. 12
- 1998 Globalização: arautos, céticos e críticos, in Política Externa, vol. 6, n. 4 e vol. 7, n. 1
- 2010 Brazil, Russia, India and China: Brand BRIC Brings Chance, in The World Today (August 2010, Number 3).
- 2011 O G-20 e a transformação da governança internacional: anotações pontuais de um participante, in Política Externa, vol. 20, n. 3

CLAUDIA KIMIKO ISHITANI CHRISTÓFOLO
Diretora, Substituta, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

UNIÃO EUROPEIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	União Europeia
PAÍSES MEMBROS:	28 (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido*, República Tcheca, Romênia, Suécia). *Em processo de retirada do bloco.
PAÍSES CANDIDATOS:	Albânia, Macedônia, Montenegro, Sérvia, Turquia.
FUNDAÇÃO:	1957 (Comunidade Econômica Europeia).
SEDES:	Bruxelas (Conselho Europeu; Conselho da União Europeia; Comissão Europeia; Parlamento Europeu); Estrasburgo e Luxemburgo (Parlamento Europeu).
ÁREA:	4,238,213 km ²
POPULAÇÃO:	511,522 milhões (2017, est.)
LÍNGUAS OFICIAIS:	Alemão, búlgaro, checo, croata, dinamarquês, eslovaco, esloveno, espanhol, estônio, finlandês, francês, grego, neerlandês, húngaro, inglês, irlandês, italiano, letão, lituano, maltês, polaco, português, romeno e sueco.
PRINCIPAIS ÓRGÃOS:	Conselho Europeu (Chefes de Estado e de Governo); Conselho da União Europeia (ministros nacionais); Comissão Europeia; Parlamento Europeu.
PRINCIPAIS CHEFIAS:	Donald Tusk, presidente do Conselho Europeu; Jean-Claude Juncker, presidente da Comissão Europeia; Antonio Tajani, presidente do Parlamento Europeu.
ALTA REPRESENTANTE PARA RELAÇÕES EXTERIORES E POLÍTICA DE SEGURANÇA:	Federica Mogherini
PRESIDÊNCIA DE TURNO DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA:	Bulgária (até 30/6/2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2016):	US\$ 16,491 trilhões (2016)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP):	US\$ 20,255 trilhões (2016)
PIB PER CAPITA:	US\$ 32, 249 (2016)
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 39.610 (2016)

VARIAÇÃO DO PIB:	2,0% (2016); 2,3% (2015); 1,7% (2014); 0,3% (2013); - 0.4% (2012); 1,7% (2011).
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	80,6 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	7,8% (Eurostat)
UNIDADE MONETÁRIA:	euro
REPRESENTAÇÃO NO BRASIL:	Delegação da União Europeia no Brasil. Chefe: Embaixador João Gomes Cravinho (desde 2015).

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-UNIÃO EUROPEIA (fonte: MDIC, mar/2018)									
Brasil → UE (US\$ bilhões)	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	30,98	31,94	45,37	67,31	63,43	99,63	98,52	70,6	66,97
Exportações	15,53	18,87	27,13	40,57	34,19	53,17	47,77	33,95	34,9
Importações	15,45	13,07	18,24	26,74	29,24	46,46	50,75	36,65	32,07
Saldo	0,08	5,8	8,89	13,82	4,95	6,71	-2,98	- 2,7	2,83

Informação elaborada em 26 de abril de 2018, pelos secretários Camilla Corá e Guilherme Fernando Rennó Kisteumacher. Revisada em 27/4/2018, pela conselheira Viviane Rios Balbino.

APRESENTAÇÃO

A União Europeia (UE) é uma união política e econômica formada de 28 estados membros. Sua área é de 4,475,757 km² e sua população é estimada em 511,8 milhões de habitantes.

A União Europeia é considerada entidade de caráter supranacional. Os estados membros da UE são nações soberanas, mas partilham sua soberania em certas áreas. Tal partilha significa, na prática, a delegação de competências a instituições comuns, de modo a assegurar que decisões sobre assuntos considerados do interesse coletivo possam ser tomadas em nível europeu.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Donald Tusk
Presidente do Conselho Europeu



Nasceu em Gdańsk, Polônia, em 1957. Graduiu-se em História pela Universidade de Varsóvia em 1980. Na universidade, ajudou a fundar o Comitê Estudantil do Solidarność e, mais tarde, a União Independente dos Estudantes, diretamente afiliada àquele sindicato. Fundou o partido Congresso Liberal Democrática (KLD) em 1991. Foi eleito Senador em 1997. Tornou-se líder da oposição na Câmara Baixa em 2001. Derrotado nas eleições presidenciais de 2005, saiu vitorioso das eleições legislativas dois anos depois. Em 2007, tomou posse como primeiro-ministro. Foi o mais longo primeiro-ministro da história da III República Polonesa (1990-2014). Como chefe de governo polonês, atribuiu prioridade à plena inserção na União Europeia. Assumiu o posto de presidente do Conselho Europeu em dezembro de 2014. Foi reeleito em 9/3/2016 para mandato de 30 meses.

Jean-Claude Juncker
Presidente da Comissão Europeia



Nasceu em 1954, em Redange-sur-Attert, Luxemburgo. Graduiu-se em Direito na Universidade de Estrasburgo. Exerceu diversos cargos públicos durante sua vida: em 1982, foi nomeado vice-ministro do Trabalho de Luxemburgo; em 1984, foi designado ministro do Trabalho; em 1989, ministro das Finanças; e foi primeiro-ministro de Luxemburgo entre 1995 e 2013; entre 2005 e 2013, foi presidente do Eurogrupo, instituição europeia que reúne os ministros da Economia e Finanças dos Estados-Membros da

Zona do Euro, o presidente do Banco Central Europeu e o comissário Europeu de Assuntos Econômicos e Monetários. Em 27 de junho de 2014, foi eleito presidente da Comissão Europeia, empossado em 1º de novembro de 2014. Em fevereiro de 2017, Juncker anunciou que não concorreria à reeleição para o cargo de presidente da Comissão Europeia. Seu atual mandato termina em novembro de 2019.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil foi um dos primeiros países e o primeiro país latino-americano a estabelecer relações diplomáticas com a União Europeia (então Comunidade Econômica Europeia), em 1960. Desde então, o relacionamento bilateral passou por diversas mudanças, mas sempre manteve elevada importância no quadro da política externa brasileira.

As relações bilaterais foram impulsionadas pela assinatura, em setembro de 1980, do Acordo-Quadro de Cooperação, com foco no aprofundamento da cooperação econômica e comercial. Em junho de 1992, o marco normativo das relações bilaterais foi atualizado com a assinatura de novo Acordo-Quadro de Cooperação (em vigor desde 1995), o qual prevê o reforço da cooperação econômico-comercial entre o Brasil e a União Europeia e amplia o alcance do acordo anterior ao abranger temas como investimentos, transportes, ciência e tecnologia, meio ambiente, energia, turismo, entre outros. Em 2004, a intensa agenda de cooperação científica e tecnológica ensejou a assinatura de acordo específico sobre o tema.

Em maio de 2007, a União Europeia propôs ao Brasil a elevação do relacionamento bilateral ao patamar de Parceria Estratégica. A decisão foi formalizada nos termos da Declaração Conjunta divulgada por ocasião da I Reunião de Cúpula Brasil-UE (Lisboa, 4 de julho de 2007). Com a assinatura da Parceria Estratégica, as relações bilaterais, tradicionalmente densas do ponto de vista econômico e comercial, foram enriquecidas em sua vertente política e atingiram novo patamar, ampliando oportunidades de diálogo sobre desafios globais e oportunidades de interesse mútuo. Além do Brasil, são parceiros estratégicos da UE os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a China, a Rússia, a Índia, a África do Sul, o México e a Coreia do Sul.

O relacionamento em nível estratégico pressupõe interlocução intensa e consultas sistemáticas, o que se dá por meio de uma série de encontros entre representantes do governo brasileiro e das instâncias comunitárias. Além das Cúpulas anuais, em nível presidencial, há reuniões regulares entre altos funcionários (com destaque para a Reunião em Nível de Altos Funcionários e

a Reunião do Diálogo Político de Alto Nível), assim como entre especialistas e técnicos.

No âmbito da Parceria Estratégica, também foram estabelecidos mecanismos de interlocução, denominados Diálogos Setoriais, nos quais são realizadas reuniões periódicas de avaliação da cooperação bilateral. Dada a diversidade de temas que integram a Parceria Estratégica, há mais de 30 diálogos setoriais em andamento. A Comissão Mista bilateral, cuja XVII Reunião foi realizada em setembro de 2017, exerce o papel de coordenação dessa ampla agenda temática. São realizados, ainda, encontros regulares entre representantes das sociedades civis e do empresariado.

De modo a auxiliar as atividades desenvolvidas na Parceria Estratégica Brasil-União Europeia, é conduzida, desde 2008, a Iniciativa de Apoio aos Diálogos Setoriais com o intuito de fornecer meios para a efetivação dos diálogos setoriais entre o governo brasileiro e as direções gerais da Comissão Europeia e conta com contribuição financeira da UE e contrapartida não financeira do Brasil. A 10ª Convocatória de projetos teve início em janeiro de 2018.

No plano político, Brasil e UE reconhecem-se como atores de um sistema internacional multipolar e em transformação. Compartilham, ademais, o compromisso de fortalecer o multilateralismo: entendem ser esse o mecanismo mais eficaz para viabilizar a paz e a cooperação, em âmbito mundial.

As relações econômico-comerciais também são de imensa relevância para ambos os lados: tomada em seu conjunto, a UE é hoje o segundo maior parceiro comercial do Brasil, e, para a UE, o Brasil é o 10º parceiro comercial extrarregional europeu. Além disso, a UE detém um dos mais importantes estoques de investimentos no Brasil, ao passo que o país se transformou em importante fonte de investimentos diretos estrangeiros na UE. As dinâmicas relações econômicas têm enorme potencial de expansão: além das perspectivas de incremento do comércio, sobretudo com a expectativa de conclusão das negociações de acordo comercial entre Mercosul e UE, espera-se que os investimentos recíprocos sigam em rota de expansão.

Por fim, destaca-se que a agenda de cooperação é igualmente intensa. Na área de ciência e tecnologia, Brasil e UE cooperam de maneira próxima em pesquisas e investimentos conjuntos em áreas como os biocombustíveis e a tecnologia da informação. Como sede de importantes centros de pesquisa, a UE é parceira fundamental em projetos de tecnologia e inovação, os quais poderão contribuir para um salto qualitativo no desenvolvimento brasileiro.

POLÍTICA INTERNA

Conforme o Tratado de Lisboa, as instituições da UE são o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, o Conselho da União Europeia (Conselho de Ministros), a Comissão Europeia, o Tribunal de Justiça da UE, o Banco Central Europeu e o Tribunal de Contas.

Parlamento Europeu

Eleitos por sufrágio universal para mandato de cinco anos, os deputados do Parlamento Europeu (PE) representam os cidadãos da UE. Juntamente com o Conselho, o PE é uma das principais instituições da UE com poderes legislativos, em processo conhecido como “codecisão”. O PE exerce, ainda, influência sobre outras instituições europeias, notadamente a Comissão Europeia, cujos 28 membros (um por cada país da UE) devem obter a aprovação do PE antes de ser nomeados pelo Conselho Europeu.

O PE é composto atualmente por 751 deputados, eleitos nos 28 Estados-Membros da UE. As eleições baseiam-se na representação proporcional. Os assentos são distribuídos com base na população de cada Estado-Membro. Os membros do PE agrupam-se em função das suas afinidades políticas, e não por nacionalidade.

Os parlamentares estão divididos em oito grupos políticos, por sua vez divididos por famílias ideológicas. Os deputados têm assento em grupos políticos, podendo pertencer a somente um. Alguns deputados não pertencem a nenhum grupo político e, nesse caso, fazem parte dos Não Inscritos. Os 8 grupos políticos são: Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) (PPE); Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu (S&D); Conservadores e Reformistas Europeus (ECR); Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (ALDE); Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (GUE/NGL); Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia (GREENS/EFA); Grupo Europa da Liberdade e da Democracia Direta (EFDD); e Grupo Europa das Nações e da Liberdade (ENF). O maior grupo atualmente é o PPE, de centro-direita, seguido da S&D, de centro-esquerda.

Através das suas delegações, o PE contribui para representar a UE no exterior. A Delegação para as Relações com o Brasil (D-BR) foi criada em 7 de julho de 2014 e tem como objetivo principal o acompanhamento da Parceria Estratégica UE-Brasil. Neste contexto, a delegação deverá desenvolver as relações entre os seus Membros e os seus parceiros no Congresso Brasileiro. Cada ano os Membros da Delegação deverão visitar e receber visitas dos seus homólogos do Congresso Brasileiro. Em 9/2/2017, em

Bruxelas, o deputado Fernando Ruas (PPE - Portugal) foi eleito Presidente da Delegação D-BR para a segunda metade da legislatura.

Conselho Europeu

O Conselho Europeu é a instância na qual os Chefes de Estado ou de Governo da UE tomam decisões sobre as prioridades políticas e iniciativas do bloco. O Conselho, que não possui poderes legislativos, define a direção e as prioridades políticas gerais e resolve questões que, pela complexidade ou sensibilidade, não possam ser resolvidas em nível inferior.

Conselho da União Europeia/Conselho de Ministros

No âmbito do Conselho da UE (ou Conselho de Ministros), os ministros de cada estado membro, nas áreas de competência e nas respectivas pastas, encontram-se para adotarem legislação e assegurarem a coordenação das políticas da UE. O Conselho e o Parlamento partilham a tarefa de aprovação de nova legislação da UE, proposta pela Comissão. O Conselho assina acordos em nome da UE e decide anualmente sobre o orçamento da UE, juntamente com o Parlamento. Constitui, ainda, a principal instância onde se desenvolve a política externa e de segurança comum (PESC).

Comissão Europeia

A Comissão Europeia tem o chamado “direito de iniciativa”, podendo propor leis sobre matérias que não possam ser tratadas ao nível nacional, regional ou local (princípio da subsidiariedade). Enquanto “guardião dos Tratados”, a Comissão verifica se os estados membros aplicam corretamente a legislação da UE. A Comissão representa, ainda, a UE em organismos internacionais, bem como negocia acordos internacionais em nome do bloco.

Tribunal de Justiça da União Europeia

O Tribunal de Justiça interpreta o direito da UE e resolve os litígios entre os governos nacionais e as instituições europeias. Particulares, empresas e organizações podem recorrer ao Tribunal se considerarem que seus direitos foram infringidos por alguma instituição europeia. O Tribunal de Justiça da UE é composto por um juiz de cada Estado- Membro.

Banco Central Europeu (BCE)

O BCE é responsável pela gestão do euro, a moeda única europeia, bem como por assegurar a estabilidade dos preços na UE. O BCE é igualmente responsável pela definição e execução da política econômica e monetária da UE. O BCE trabalha com os bancos centrais dos 28 Estados-membros, que formam o Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), além de coordenar a colaboração entre os bancos centrais da zona do euro.

Tribunal de Contas Europeu

O Tribunal de Contas Europeu controla as finanças da UE. Sua função é melhorar a gestão financeira da UE e verificar como é usado o dinheiro público. O Tribunal foi criado em 1975, com sede em Luxemburgo.

Competências

A política interna (e externa) da União Europeia se desenvolve à luz da singular divisão de competências entre os estados membros e os órgãos comunitários. A UE só dispõe das competências que lhe são expressamente atribuídas pelos estados membros, que são divididas em exclusivas, partilhadas e de apoio.

Nas matérias de competência exclusiva da UE, o primado dos órgãos comunitários é, em geral, absoluto. Atualmente, somente a UE legisla no que diz respeito à união aduaneira, à política comercial comum, às regras de concorrência necessárias ao funcionamento do mercado interno, à política monetária na área do euro e à conservação dos recursos biológicos do mar.

Nas áreas de competência compartilhada, a UE atua, em tese, quando oferece valor adicionado à ação dos estados membros. Atualmente, há competência compartilhada no que tange ao mercado interno, à política social, à agricultura e à pesca, à defesa do consumidor, ao ambiente, aos transportes, à energia e ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça. Em caso de conflito sobre a distribuição dessas competências, aplica-se o princípio do primado do direito comunitário, segundo o qual as normas dos estados membros não podem contrariar as da UE.

Nos assuntos em que tem competência de apoio, a UE atua com base no princípio da subsidiariedade e apenas complementa ou coordena a ação dos estados membros. Trata-se, em geral, de questões relacionadas à identidade nacional, tais como cultura e educação, esportes, saúde, turismo, proteção civil e indústria, sobre as quais o Conselho da UE toma suas decisões por unanimidade. Nessas áreas, salvo mandato específico, os órgãos comunitários somente emitem recomendações.

Saída do Reino Unido

Em referendo realizado em 23/6/2016, com participação de 72.2% do eleitorado, 51.9% dos participantes votaram a favor da saída do Reino Unido da UE. Em 29/3/2017, o governo do Reino Unido invocou o artigo 50 do Tratado da União Europeia, que disciplina a retirada de um membro da UE. A data para a retirada do Reino Unido da UE é prevista para a meia noite do dia 30 de março de 2019.

Em dezembro de 2017, o Conselho Europeu autorizou o início das negociações da segunda fase do “Brexit”, o que abriu caminho para as negociações sobre período de transição (período de 21 meses até o final de 2020, durante o qual o Reino Unido permanecerá parte da união aduaneira e do mercado único, respeitando as normas comunitárias, mas deixará de participar das instituições da UE e do processo de tomada de decisão dos órgãos do bloco) e sobre a estrutura da relação futura entre a UE e o Reino Unido.

O Conselho Europeu aprovou, em 23/3/18, diretrizes para a negociação das relações futuras entre o Reino Unido e a UE. Na ocasião, os líderes do bloco saudaram acordos alcançados até o momento a respeito dos direitos dos cidadãos de ambas as partes e do ajuste financeiro (“Brexit bill”). Saudaram, ainda, o compromisso assumido por escrito pela primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, de que a Irlanda do Norte manterá alinhamento regulatório com a UE caso não se alcance outra solução que evite o restabelecimento de fronteira física na ilha.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa e de segurança da União Europeia, criada pelo Tratado de Maastricht (1992) e fortalecida a partir do Tratado de Lisboa (2007), permite à UE maior grau de ação conjunta e coordenada sobre questões regionais e internacionais para as quais os estados membros concederem mandato. Embora as características dessa política sejam essencialmente intergovernamentais, esse instrumento demonstra o desejo de constituir posicionamento externo único para a região, concedendo maior coerência às posições adotadas no âmbito internacional e ampliando a influência internacional dos países membros.

A capacidade de interlocução externa do bloco foi reforçada após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em dezembro de 2009, o qual prevê a criação do cargo de Alto Representante da UE para Política Externa e Segurança e do Serviço Europeu de Ação Exterior (SEAE). O SEAE, que funciona como o serviço diplomático do bloco, foi criado em 2010.

A construção de parcerias estratégicas com os países de maior destaque no sistema internacional tem sido priorizada pela UE. Dez países foram considerados estratégicos: Estados Unidos, Japão, Canadá, Coreia do Sul, Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e México. Em relação aos países emergentes, a Alta Representante realizou périplo por China, Índia e Rússia, em abril de 2017. Em junho do mesmo ano, realizou-se, em Bruxelas, a XIX Cúpula UE-China.

Em suas relações com os Estados Unidos, a UE tem ressaltado os benefícios do sistema multilateral vigente e da manutenção da ordem baseada no direito internacional. A respeito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a UE reconhece a necessidade de aperfeiçoar modalidades dessa cooperação, mas defende que os parceiros discutam todas as questões com vistas a fortalecer a solidariedade transatlântica.

Relações com outras organizações e agrupamentos internacionais

A União Europeia participa, como bloco, na condição de observador, das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do G10. Como membro pleno, o bloco participa da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), do G8, do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear.

Política Comum de Segurança e Defesa

A UE tem ganhado relevância como ator da paz e da segurança internacionais e hoje dispõe de 17 missões da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) no exterior. O Conselho de Relações Exteriores do bloco estabeleceu, em março, a Capacidade de Planejamento Militar e Conduta (MPCC), sob a chefia do General Esa Pulkkinen. O MPCC ficará encarregado de planejar e conduzir as missões militares “não executivas” da UE, hoje existentes no Mali, na Somália e na República Centro-Africana, que se ocupam, sobretudo de treinamento.

Em dezembro de 2017, o Conselho da União Europeia (em composição de ministros de Relações Exteriores) adotou a decisão necessária para pôr em funcionamento a Cooperação Estruturada Permanente (PESCO) no setor de defesa e segurança, prevista no Tratado de Lisboa (2009) e divulgou os primeiros 17 projetos que deverão ser objeto da cooperação entre 25 dos 28 países do bloco (não incluem Dinamarca, Malta e Reino Unido). No dia seguinte, o Conselho da UE (em composição de ministros da Defesa) adotou posição relativa ao Programa Europeu de Defesa de Desenvolvimento Industrial, que objetiva a melhor integração da indústria europeia de defesa e constitui outro elemento, ao lado da PESCO, dos esforços de promoção da defesa pelas instituições comunitárias.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Estimativa do Eurostat, publicada em 14 de fevereiro corrente, indica que o PIB da União Europeia (UE-28) e o da Zona do Euro (ZE-19) cresceram 0,6% no quarto trimestre de 2017. O índice representa ligeiro recuo no ritmo de expansão relativo ao valor de 0,7% registrado no trimestre anterior. Trata-se do 19º trimestre de crescimento consecutivo na região. Em termos anualizados, os PIBs da UE-28 e da ZE-19 cresceram 2,6% e 2,7%, respectivamente, após expansão de 2,5% no trimestre anterior. O Presidente do Conselho de Governo do Banco Central Europeu, Mario Draghi, afirmou, durante a reunião de janeiro de 2018, que a taxa de crescimento registrada no último semestre de 2017 superou as expectativas do Banco.

A recuperação da economia europeia tem sido atribuída ao expansionismo do BCE na ZE. Em grande medida, considera-se que o programa de “quantitative easing” (QE) é o principal responsável pelo duradouro ciclo de crescimento por que passa a economia da região. O referido programa deverá ser mantido, no mínimo, até setembro do corrente, ainda que com compras mensais reduzidas a partir de janeiro, de EUR 60 bilhões para EUR 30 bilhões em 2018. As taxas de juros extremamente baixas, bem como a manutenção de medidas não convencionais, têm favorecido a expansão do crédito na ZE e permitiram o recuo no endividamento privado. Contribuiu igualmente para o crescimento econômico da região o ambiente externo favorável, fator determinante para a recuperação do setor de exportação europeu. Segundo o Conselho de Governo do BCE, a retomada econômica europeia apresenta características equilibradas. A tendência seria de manutenção de crescimento, e os principais riscos ao ciclo positivo estariam relacionados à economia global.

Manteve-se tendência decrescente no desemprego na região durante o último trimestre de 2017. Os índices registrados em dezembro alcançaram, na ZE-19, o nível de 8,7%, o mais baixo desde janeiro de 2009, e, na UE-28, a marca de 7,4%, o menor desde novembro de 2008. Ainda que o desemprego tenha apresentado queda em todos os países da região, com exceção da Finlândia, onde se manteve estável, persiste marcante desequilíbrio entre os índices registrados nos países que compõem o bloco. Na República Tcheca, o desemprego alcançou marca de 2,7%, enquanto, na Grécia, o nível registrado foi de 20,6%.

O processo de consolidação das finanças públicas da região segue avançando, ainda que em ritmo mais lento que em períodos anteriores. Relatório do Eurostat publicado em janeiro último registra que os índices da dívida pública em proporção ao PIB recuaram no terceiro trimestre de 2017 (último dado disponível). Na zona do euro, registrou-se índice de 88,1%, comparado com 89% no segundo semestre, enquanto, nos países da UE, registrou-se recuo de 83,3% para 82,5%.

As taxas de inflação anual na ZE-19 e na UE-28 apresentaram ligeira queda com relação às médias aferidas em trimestres anteriores. Após alcançar a marca de 2,0% em princípios de 2017, o índice inflacionário apresentou queda gradual no decorrer do ano. A estimativa da inflação na ZE-19 para dezembro de 2017 foi de 1,4%, após registro de 1,5% no mês anterior, enquanto, na UE-28, os índices registrados foram 1,7%, em dezembro, e 1,8%, no mês anterior. Apesar do recuo no último período, o risco de deflação parece ter sido afastado. Contudo, a inflação de base, que exclui preços voláteis, como alimentos e energia, continua aquém da meta traçada pelo BCE (abaixo, mas próximo de 2%), girando em torno de 1%. A dificuldade em alcançar a marca supracitada tem sido a principal justificativa apresentada pelo BCE para a manutenção do programa de QE da instituição até, pelo menos, setembro de 2018, conforme afirmou Draghi, após a reunião de janeiro do BCE.

Comércio exterior

Em 2017, o intercâmbio comercial do Brasil com a União Europeia somou US\$ 67 bilhões, participação de 18% sobre o intercâmbio global do país e expansão de 4% em relação à cifra do ano anterior. O crescimento das transações com a União Europeia inseriu-se em um contexto de expansão generalizada do comércio exterior brasileiro, que vivenciou incremento de 14% em relação à cifra de 2016, tendo por pano de fundo a recuperação do nível de atividade da economia brasileira. Para efeito de comparação, o intercâmbio com a China somou US\$ 75 bilhões (participação de 20,3% no total) ao passo que o comércio com os Estados Unidos equivaleu a US\$ 51,7 bilhões; 14% do total.

Os produtos básicos representaram 47% do total das exportações para a União Europeia ao passo que, da perspectiva da demanda, os manufaturados equivaleram a 95% das importações originárias do bloco europeu. As exportações de produtos do agronegócio à União Europeia atingiram US\$ 16,9 bilhões. A China continuou mantendo a posição de principal destino para o agronegócio brasileiro, tendo as exportações para o país asiático atingido US\$ 26,6 bilhões. Assim, a União Europeia manteve a segunda posição entre os principais destinos para o agronegócio do país.

Desde 2015, o resultado das trocas comerciais tem sido favorável ao Brasil. Em 2016, o saldo positivo brasileiro em transações com o bloco europeu foi de US\$ 2,3 bilhões. Já no ano passado, esse superávit cresceu 23%, somando US\$ 2,8 bilhões.

As exportações brasileiras para a União Europeia cresceram 5% em 2017, totalizando US\$ 34,9 bilhões (16% do total das vendas externas brasileiras). No mesmo ano, a China adquiriu 22% do total da oferta brasileira de bens e, aos Estados Unidos, foram direcionados 12%. Foram os seguintes os seis principais grupos de produtos exportados para o bloco europeu: minérios (US\$ 4,2 bilhões; participação de mercado da ordem de 12,0% sobre o total); farelo de soja (US\$ 2,7 bilhões; 7,8%); café (US\$ 2,6 bilhões; 7,3%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (US\$ 2,4 bilhões; 6,7%); ferro e aço (US\$ 2,3 bilhões; 6,7%); soja em grãos (US\$ 2,0 bilhões; 5,8%).

Em 2017, as importações brasileiras originárias da União Europeia aumentaram 3%, atingindo US\$ 32,1 bilhões (participação de 21% no total da demanda nacional por bens). Os seis principais grupos de produtos adquiridos pelo Brasil do bloco europeu foram: máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (US\$ 5,8 bilhões ou 18,1% do total); produtos farmacêuticos (US\$ 3,5 bilhões; 11,0%); combustíveis (US\$ 2,6 bilhões; 8,0%); máquinas, aparelhos e instrumentos elétricos ou eletrônicos (US\$ 2,4 bilhões; 7,5%); produtos químicos orgânicos (US\$ 2,3 bilhões; 7,1%); veículos automotores (US\$ 2,2 bilhões; 7,0%). A União Europeia assume posição singular no contexto da demanda brasileira de importantes itens de maior valor agregado, como é o caso, por exemplo, dos produtos farmacêuticos.

Investimentos

A União Europeia é a região do mundo que mais investe no Brasil, tanto em termos de estoque quanto em termos de fluxo, segundo dados do Banco Central do Brasil. O estoque de investimento da União Europeia somou, em 2015 (último dado disponível), US\$ 175,6 bilhões. A região responde por quase a metade (48,4%) de todo o investimento externo em solo brasileiro.

Dos 40 maiores investidores no Brasil em 2017, 16 são países da União Europeia e registraram US\$ 28,7 bilhões em investimentos, o que corresponde a 47,5% do total de inversões recebidas pelo Brasil naquele ano. Os principais investidores foram (em ordem de montante investido): Países Baixos, Luxemburgo, Alemanha, França e Espanha.

Os investimentos europeus no Brasil são de grande tradição histórica e de importante caráter estratégico. Empresas europeias atuam em setores intensivos em tecnologia e pesquisa no Brasil, com elevado grau de conteúdo local. Entre 2005 e 2017, os setores que mais concentraram investimentos produtivos europeus no Brasil foram manufatura (52,6%), TIC e infraestrutura de internet (16,5%), serviços de negócios (9,6%), indicando que o IED europeu está fortemente ligado a setores de alto valor agregado.

A crise da Zona do Euro, que se iniciou em fins de 2009, contribuiu para que as empresas europeias voltassem seus olhos para o Brasil em busca de oportunidades de investimentos.

Os países europeus são importantes parceiros para o programa de investimentos, o "Avançar Parcerias", que abrange concessões e privatizações de estradas, ferrovias, portos, aeroportos, bacias de petróleo e gás, áreas de mineração, loterias, companhias de distribuição de água e de energia elétrica. Empresas da Alemanha, Espanha, França e Portugal já investem em projetos do portfólio do referido programa e empresários europeus continuam a apresentar ofertas nos leilões e buscado mais informações sobre os projetos junto ao governo brasileiro. Ademais, diversos eventos de divulgação do programa foram realizados em países da UE.

A UE também é uma das regiões que mais atraem os investimentos do Brasil. Em 2015, o estoque de investimentos brasileiros em países da União Europeia somou US\$ 118,6 bilhões, o equivalente a 45,7% das inversões brasileiras no exterior. Em termos de fluxo, 10 países da UE constam entre os 40 principais destinos dos investimentos brasileiros em 2017, com inversões estimadas em US\$ 6,4 bilhões.

Os dados de investimentos compilados pela Eurostat, órgão da Comissão Europeia responsável pelas informações estatísticas da União Europeia, diferem em termos de quantidade daqueles divulgados pelo Banco Central do Brasil, mas refletem a mesma realidade: a pujança do relacionamento na área de investimentos.

Com relação ao estoque de investimentos, o Brasil é o terceiro destino fora da UE (atrás apenas dos EUA e Suíça), com investimentos estimados em 373 bilhões de euros (4,9% do total dos IEDs europeus), em 2016, e o Brasil é o país latino-americano que mais investe no bloco europeu, com estoque de investimentos no valor de 97 bilhões de euros.

Em termos de fluxo, ainda segundo dados da Eurostat, o Brasil foi o principal beneficiário dos investimentos diretos da UE em 2016 (33 bilhões de euros), à frente da Suíça (21 bilhões de euros) e de centros financeiros 'offshore' (14 bilhões de euros).

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1949	Criação do Conselho da Europa.
1950	Discurso de Robert Schuman propondo que França e Alemanha combinassem seus recursos de carvão e de aço.
1951	Seis países –França, Alemanha, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo - instituem a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), cujo tratado constitutivo entraria em vigor em 1952.
1955	Decisão dos Chanceleres dos seis países de estender a integração a toda a economia.
1957	Assinatura, em Roma, dos Tratados que instituem a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom), que entrariam em vigor em 1º de janeiro de 1958.
1965	Assinado tratado de fusão dos executivos das três comunidades e que cria um Conselho e uma Comissão únicos. Entraria em vigor em 1º de julho de 1967.
1968	Eliminação completa, com 18 meses de avanço sobre o previsto, dos direitos aduaneiros intracomunitários sobre os produtos industriais. Entra em vigor uma Pauta Aduaneira Comum.
1972	São assinados em Bruxelas os tratados de adesão da Dinamarca, da Irlanda, da Noruega e do Reino Unido às Comunidades Europeias.
1973	A Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido aderem às Comunidades Europeias, que passam a ter nove estados membros.
1974	Na Cimeira de Paris, os líderes políticos dos Nove decidem reunir-se regularmente em Conselho Europeu três vezes por ano. Estabelecem-se eleições diretas para o Parlamento Europeu, e cria-se o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.
1975	É assinado tratado que reforça os poderes orçamentais do Parlamento Europeu e cria o Tribunal de Contas Europeu (entrada em vigor em 1 de junho de 1977).

1978	Na Cimeira de Bremen, a França e a República Federal da Alemanha propõem relançamento da cooperação monetária através da criação de um Sistema Monetário Europeu (SME), que começa a funcionar em 13 de março de 1979.
1979	É assinado o tratado de adesão da Grécia às Comunidades Europeias. São realizadas as primeiras eleições diretas dos 410 deputados do Parlamento Europeu.
1981	Entrada da Grécia nas Comunidades Europeias, que passam a contar 10 estados membros.
1985	Assinatura dos Tratados de adesão da Espanha e de Portugal às Comunidades Europeias. No Conselho Europeu de Luxemburgo, os Dez acordam em rever o Tratado de Roma e relançar a integração europeia, através do “Ato Único Europeu”, que abre caminho à realização plena do mercado interno até 1993.
1986	Espanha e Portugal aderem às Comunidades Europeias, que passam a contar 12 estados membros. É assinado, em Luxemburgo e na Haia, o Ato Único Europeu, que entraria em vigor em 1 de julho de 1987.
1990	É assinado o Acordo de Schengen, que visa a suprimir os controles de fronteiras entre os estados membros das Comunidades Europeias.
1991	O Conselho Europeu de Maastricht adota o Tratado da União Europeia, que estabelece as bases para uma política externa e de segurança comum, uma cooperação mais estreita nos domínios da justiça e dos assuntos internos e a criação de uma União Económica e Monetária, incluindo moeda única. A conjugação da cooperação intergovernamental nestes domínios com o sistema comunitário existente dá origem à União Europeia (UE). A CEE passa a chamar-se “Comunidade Europeia” (CE).
1992	É assinado, em Maastricht, o Tratado da União Europeia, que entra em vigor em 1º de novembro de 1993.
1993	É criado o mercado interno.
1994	São assinados, no Conselho Europeu de Corfu, os tratados de adesão à União Europeia da Áustria, da Finlândia, da Noruega e da Suécia.
1995	A Áustria, a Finlândia e a Suécia juntam-se à UE, que passa a ter 15 estados membros.
1997	O Conselho Europeu de Amsterdã adota um tratado que dá à União Europeia novas competências, o qual entraria em vigor em 1º de maio de 1999.
1998	Tem início o processo de adesão dos novos países candidatos, que abrange Chipre, Malta e 10 países da Europa Central e Oriental. O Conselho Europeu de Bruxelas decide que 11 Estados-Membros (Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha) preenchem as condições necessárias para a adoção da moeda única

	em janeiro de 1999. A estes juntar-se-ia mais tarde a Grécia.
1999	As moedas de 11 estados membros são substituídas pelo euro.
2000	Em Nice, o Conselho Europeu chega a acordo sobre o texto de um novo Tratado, que reforma o sistema decisório da UE na perspectiva do alargamento. Os presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho Europeu e da Comissão Europeia proclamam a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.
2001	É assinado o Tratado de Nice, que entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2003.
2002	Entrada em circulação das moedas e notas em euros. O Conselho Europeu de Copenhague decide que 10 dos países candidatos (Chipre, Malta, República Tcheca, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia e Eslovênia) poderiam aderir à UE em 1º de maio de 2004.
2004	Chipre, Malta, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia e Eslovênia aderem à União Europeia. Os 25 estados membros assinam um tratado que estabelece uma Constituição para a Europa.
2007	A Bulgária e a Romênia aderem à União Europeia, elevando o número de estados membros para 27. Os 27 estados membros da UE assinaram o Tratado de Lisboa, que modifica os tratados anteriores. O Tratado de Lisboa é ratificado por todos os países da UE antes de entrar em vigor a 1º de dezembro de 2009.
2013	A croácia passa a ser o 28º estado membro da UE.
2016	Em referendo, 51,9% dos participantes votam a favor da saída do Reino Unido da UE.
2017	O governo do Reino Unido invocou o artigo 50 do Tratado da União Europeia, que disciplina a retirada de um membro da UE.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1960	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Comunidade Europeia.
1980	Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia
1992	Acordo-Quadro de Cooperação, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho das Comunidades Europeias
1992	Acordo de Cooperação Institucional entre o Conselho Mercado Comum do Mercosul e a Comissão Europeia.
1995	Acordo-Quadro de Cooperação Inter-regional Mercosul-Comunidade Europeia.
2004	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e União Europeia.
2006	Visita ao Brasil do então presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso.

2007	Primeira Cúpula Brasil-União Europeia. Lançamento da Parceria Estratégica Brasil-UE.
2007	I Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2008-2011).
2008	Visita ao Brasil do então presidente do Conselho da União Europeia, Nicolas Sarkozy, e do então presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. II Cúpula Brasil-UE.
2009	Visita a Estocolmo, no contexto da então presidência sueca do Conselho da UE, do então presidente Luis Inácio Lula da Silva. III Cúpula Brasil-UE.
2010	Visita ao Brasil do então presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do então presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. IV Cúpula Brasil-UE.
2011	Visita a Bruxelas da então presidente Dilma Rousseff. V Cúpula Brasil-UE.
2011	II Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2012-2014).
2013	Visita ao Brasil do então presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do então presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. VI Cúpula Brasil-UE.
2014	Visita a Bruxelas da então presidente Dilma Rousseff. VII Cúpula Brasil-UE.
2017	Comunicado Conjunto Brasil-União Europeia – Dez anos da Parceria Estratégica
2017	Visita do ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira a Bruxelas, onde mantém encontros com o vice-presidente da Comissão Europeia e comissário para Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade, Jyrki Katainen, com a comissária de Comércio, Cecilia Malmström, com o presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, e com a alta representante para Relações Exteriores e Política de Segurança e vice-presidente da Comissão Europeia, Federica Mogherini.
2017	Renovação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica por período adicional de 5 anos
2017	Visita do Comissário para Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade, Jyrki Katainen, ao Brasil.

ACORDOS BILATERAIS

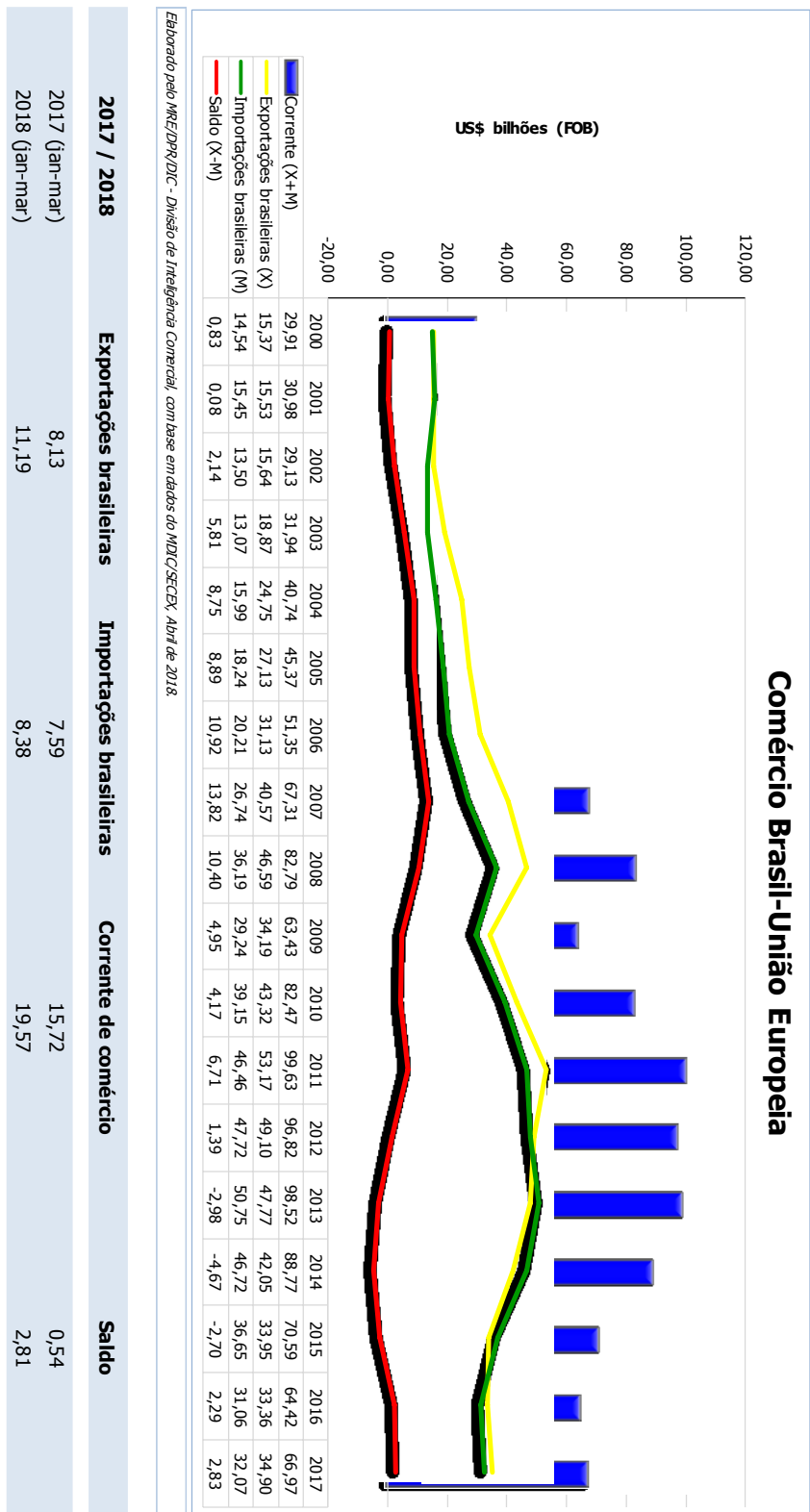
Título	Data	Entrada em vigor (data)	Publicação (D.O.U) (data)
Acordo sob Forma de Troca de Cartas entre a União Europeia e a República Federativa do Brasil, nos Termos do	25/11/2016	Em Vigor	29/06/2017

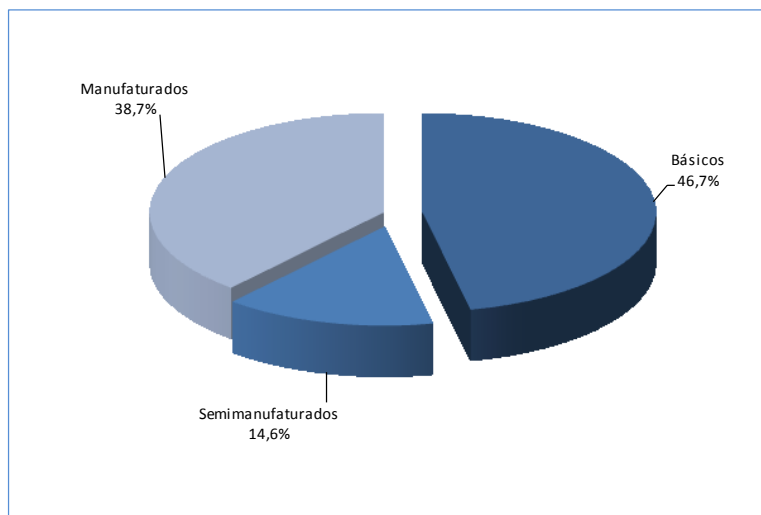
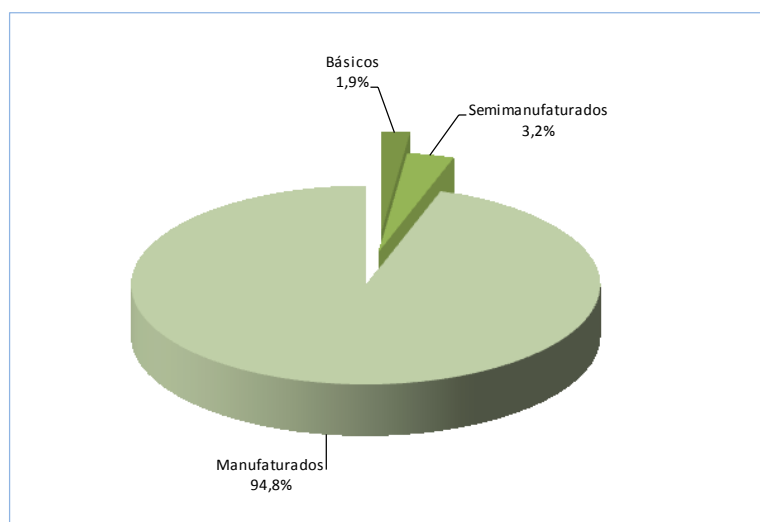
Artigo XXIV. n.º 6, e do Artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) de 1994, Relativo à Alteração de Concessões Previstas na Lista de Compromissos da República da Croácia, no Contexto da Adesão deste País à União Europeia			
Acordo sob forma de Troca de Cartas entre a União Europeia e a República Federativa do Brasil, nos Termos do Artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, Relativo à Alteração das Concessões para Carne de Aves de Capoeira Transformada Previstas na lista da UE anexa ao GATT de 1994	26/06/2012	Em Vigor	-/-
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre a Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Serviço ou Oficiais	08/11/2010	Em Vigor	11/03/2011
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns	08/11/2010	Em Vigor	08/10/2012
Acordo Sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia	14/07/2010	Em Vigor	21/12/2015
Acordo Entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia Sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos.	14/07/2010	Tramitação Congresso Nacional	-

Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia Relacionado à Modificação das Concessões nas Listas de Compromissos de República Checa, Estônia, Chipre, Letônia, Lituânia, Hungria, Malta, Polônia, Eslovênia e República Eslovaca, no âmbito da adesão desses 10 novos membros às Comunidades Europeias	18/12/2006	Em Vigor	-/-
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia	19/01/2004	Em Vigor	14/05/2007
Acordo-Quadro de Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e o Banco Europeu de Investimento	19/12/1994	Em Vigor	29/08/1995
Acordo Relativo a Compensações Devidas em Função de Alterações no Regime Comunitário sobre Oleaginosas.	31/01/1994	Em Vigor	-/-
Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia	29/06/1992	Em Vigor	29/11/1995
Acordo sobre Comércio de Produtos Têxteis entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia.	08/10/1985	Em Vigor	24/10/1986
Acordo sobre o Estabelecimento e os Privilégios e Imunidades da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias no Brasil.	04/04/1984	Em Vigor	09/02/1989
Protocolo Adicional ao Acordo entre o Brasil e a CEE Relativo ao Comércio de Produtos Têxteis Decorrente da Adesão da Grécia às Comunidades Europeias.	01/12/1982	Em Vigor	22/12/1983

Acordo, por troca de Notas, Relativo aos Transportes Marítimos entre a República Federativa do Brasil e Comunidade Econômica Europeia.	18/09/1980	Em Vigor	25/05/1983
--	------------	----------	------------

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



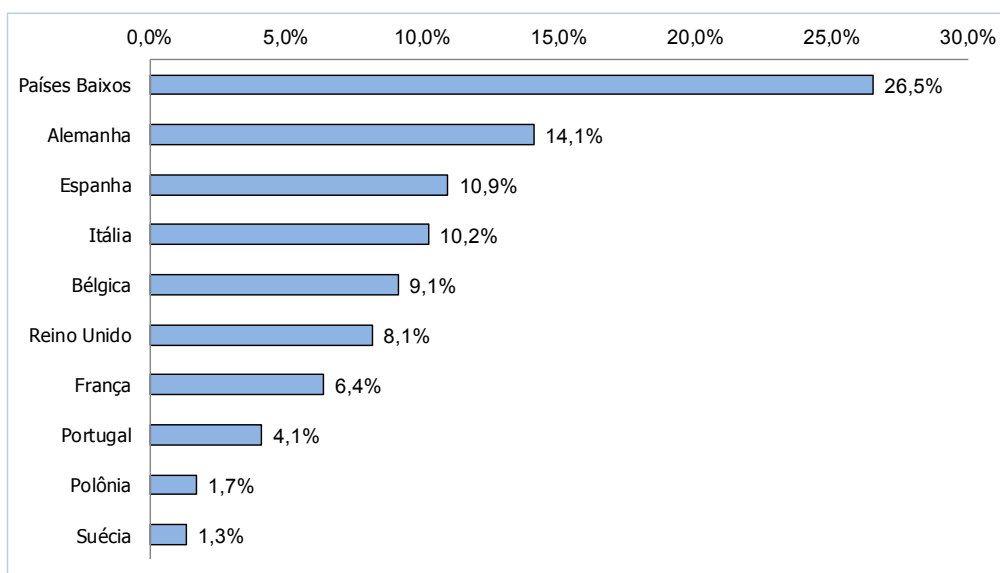
**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Principais destinos das exportações brasileiras para a União Europeia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Países Baixos	9,25	26,5%
Alemanha	4,91	14,1%
Espanha	3,81	10,9%
Itália	3,56	10,2%
Bélgica	3,18	9,1%
Reino Unido	2,84	8,1%
França	2,22	6,4%
Portugal	1,43	4,1%
Polônia	0,60	1,7%
Suécia	0,47	1,3%
Subtotal	32,28	92,5%
Outros países	2,62	7,5%
Total	34,90	100,0%

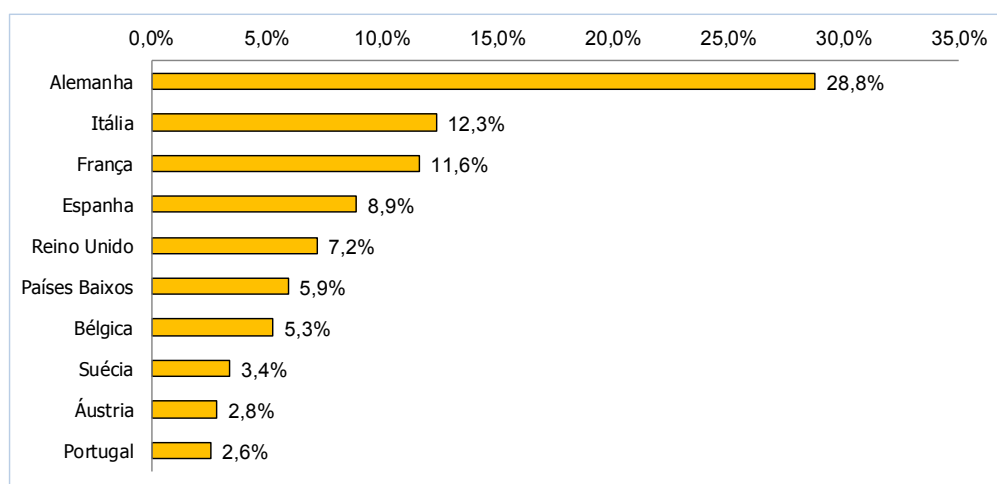
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.



Principais origens das importações brasileiras procedentes da União Europeia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Alemanha	9,23	28,8%
Itália	3,96	12,3%
França	3,72	11,6%
Espanha	2,85	8,9%
Reino Unido	2,30	7,2%
Países Baixos	1,90	5,9%
Bélgica	1,69	5,3%
Suécia	1,09	3,4%
Áustria	0,91	2,8%
Portugal	0,83	2,6%
Subtotal	28,48	88,8%
Outros países	3,59	11,2%
Total	32,07	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

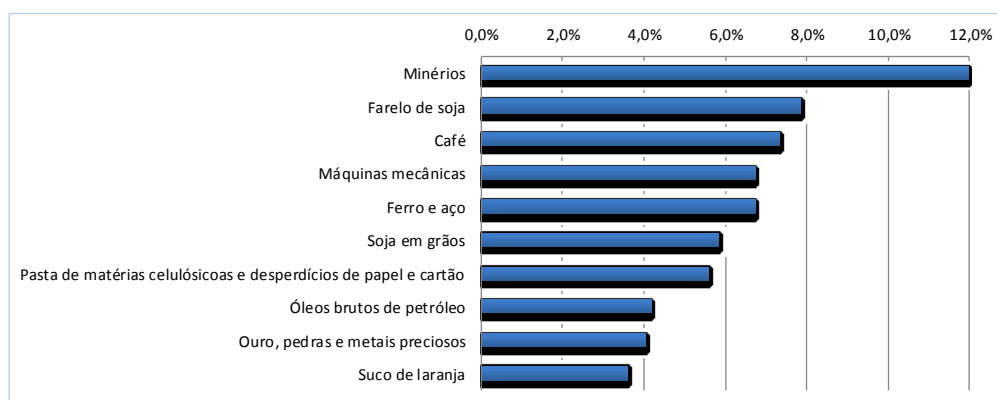


Composição das exportações brasileiras para a União Europeia (SH2 e SH4)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minérios	3,54	10,4%	3,07	9,2%	4,17	12,0%
Farelo de soja	3,39	10,0%	2,97	8,9%	2,74	7,8%
Café	3,07	9,0%	2,74	8,2%	2,56	7,3%
Máquinas mecânicas	1,89	5,6%	2,02	6,1%	2,35	6,7%
Ferro e aço	1,79	5,3%	1,78	5,3%	2,35	6,7%
Soja em grãos	2,23	6,6%	2,03	6,1%	2,03	5,8%
Pasta de matérias celulósicas e desperdícios de papel e cartão	2,14	6,3%	1,83	5,5%	1,94	5,6%
Óleos brutos de petróleo	0,78	2,3%	0,86	2,6%	1,45	4,2%
Ouro, pedras e metais preciosos	0,95	2,8%	1,46	4,4%	1,41	4,0%
Suco de laranja	1,24	3,6%	1,23	3,7%	1,26	3,6%
Subtotal	21,01	61,9%	19,99	59,9%	22,26	63,8%
Outros	12,94	38,1%	13,37	40,1%	12,64	36,2%
Total	33,95	100,0%	33,36	100,0%	34,90	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

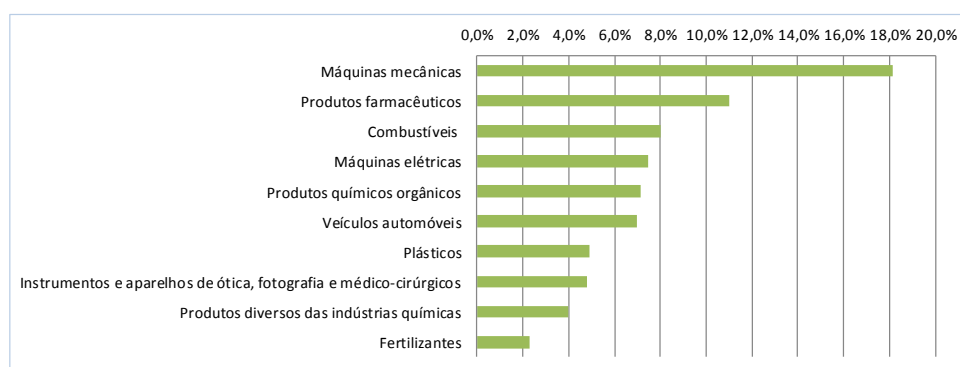


Composição das importações brasileiras originárias da União Europeia (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	7,65	20,9%	6,74	21,7%	5,82	18,1%
Produtos farmacêuticos	3,41	9,3%	3,37	10,9%	3,53	11,0%
Combustíveis	1,98	5,4%	1,43	4,6%	2,57	8,0%
Máquinas elétricas	2,94	8,0%	2,35	7,6%	2,40	7,5%
Produtos químicos orgânicos	2,71	7,4%	2,41	7,7%	2,29	7,1%
Veículos automóveis	2,97	8,1%	2,33	7,5%	2,24	7,0%
Plásticos	1,63	4,4%	1,46	4,7%	1,58	4,9%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia e médico-cirúrgicos	1,73	4,7%	1,43	4,6%	1,53	4,8%
Produtos diversos das indústrias químicas	1,65	4,5%	1,28	4,1%	1,28	4,0%
Fertilizantes	0,86	2,3%	0,80	2,6%	0,73	2,3%
Subtotal	27,52	75,1%	23,59	76,0%	23,97	74,7%
Outros	9,13	24,9%	7,47	24,0%	8,10	25,3%
Total	36,65	100,0%	31,06	100,0%	32,07	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Barcos-faróis/guindastes/docas/diques flutuantes	0	0,0%	1.535	13,7%	Barcos-faróis/guindastes/docas/diques flutuantes 13,7%
Minérios	1.058	13,0%	1.130	10,1%	Minérios 10,1%
Combustíveis	501	6,2%	776	6,9%	Combustíveis 6,9%
Farelo de soja	667	8,2%	736	6,6%	Farelo de soja 6,6%
Pasta de matérias celulósicas e desperdícios de papel e cartão	411	5,1%	689	6,2%	Pasta de matérias celulósicas e desperdícios de papel e cartão 6,2%
Máquinas mecânicas	488	6,0%	664	5,9%	Máquinas mecânicas 5,9%
Café em grãos	692	8,5%	621	5,6%	Café em grãos 5,6%
Ferro e aço	594	7,3%	594	5,3%	Ferro e aço 5,3%
Soja	387	4,8%	541	4,8%	Soja 4,8%
Ouro, pedras e metais preciosos	289	3,6%	363	3,2%	Ouro, pedras e metais preciosos 3,2%
Subtotal	5.087	62,6%	7.649	68,4%	
Outros	3.043	37,4%	3.541	31,6%	
Total	8.130	100,0%	11.189	100,0%	
Importações					
Máquinas mecânicas	1.509	19,9%	1.527	18,2%	Máquinas mecânicas 18,2%
Produtos farmacêuticos	849	11,2%	933	11,1%	Produtos farmacêuticos 11,1%
Veículos automóveis	525	6,9%	669	8,0%	Veículos automóveis 8,0%
Combustíveis	642	8,5%	647	7,7%	Combustíveis 7,7%
Máquinas elétricas	631	8,3%	611	7,3%	Máquinas elétricas 7,3%
Produtos químicos orgânicos	483	6,4%	524	6,2%	Produtos químicos orgânicos 6,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia e médico-cirúrgicos	337	4,4%	441	5,3%	Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia e médico-cirúrgicos 5,3%
Plásticos	373	4,9%	440	5,2%	Plásticos 5,2%
Obras de ferro ou aço	175	2,3%	241	2,9%	Obras de ferro ou aço 2,9%
Produtos diversos das indústrias químicas	187	2,5%	234	2,8%	Produtos diversos das indústrias químicas 2,8%
Subtotal	5.711	75,2%	6.265	74,7%	
Outros produtos	1.879	24,8%	2.118	25,3%	
Total	7.590	100,0%	8.383	100,0%	

Elaborado pelo NRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

MISSÃO DO BRASIL JUNTO À UNIÃO EUROPEIA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR EVERTON VIEIRA VARGAS

Apresento, a seguir, relatório de minha gestão como Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, de setembro de 2016 até abril de 2018. Descrevo inicialmente o contexto político e econômico atual da União Europeia e o quadro de suas relações com a América Latina, nos quais se inscrevem as relações com o Brasil e as ações desenvolvidas pela Missão. Por fim, apresento indicação dos principais desafios inerentes às atividades do Posto.

Contexto de atuação

Ao assumir como Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia (UE), em setembro de 2016, o bloco regional se consolidara como importante ator internacional com quase 512 milhões de habitantes, PIB de US\$ 18,5 trilhões e renda *per capita* de US\$ 36 mil¹, maior exportador agrícola do mundo e primeiro investidor no Brasil. O bloco se debatia sobre a manutenção do projeto de integração. A decisão do Reino Unido de dele se dissociar (“Brexit”) e de forças políticas nos contextos nacionais colocavam em xeque sua relevância. Não obstante desenvolvimentos políticos internos e externos, a União Europeia continua a ser participante ativo nos principais regimes internacionais, especialmente aqueles relativos ao comércio, à agricultura, à economia e finanças e ao desenvolvimento sustentável. Além disso, alguns Estados-Membros têm atuação destacada em regimes internacionais de segurança e defesa, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (onde França e Reino Unido têm assento permanente) e a OTAN. O Conselho Europeu, instância decisória máxima, composta por Chefes de Estado e de Governo do bloco, tem, por sua vez, papel decisivo na adoção das diretivas seguidas pela Comissão Europeia (braço executivo e supranacional da UE) nos múltiplos temas para os quais os Estados-Membros atribuíram mandato ao executivo comunitário para exprimir-se em nome de todos.

A eleição do Presidente Donald Trump, em novembro de 2016, provocou mudanças significativas no cenário internacional. Acirraram-se as tensões bilaterais dos EUA com a Rússia – inicialmente acusada de ter favorecido a eleição de Trump e finalmente vista como antagonista dos EUA, especialmente na Síria – e a China – considerada competidor desleal, em particular no comércio internacional. Sob a administração Trump, os EUA passaram a reavaliar seu engajamento na maioria dos regimes internacionais à luz dos seus interesses, conveniências e formas de participação nesses processos. Essa reavaliação, que colocava em questão a própria arquitetura da ordem internacional erigida sob inspiração norte-americana após 1945 e no pós-Guerra Fria, colocou pressão nos aliados europeus ao demandar maior investimento em defesa e contribuição financeira para a segurança internacional. Tal atitude forçou a União Europeia a acelerar sua integração em matéria de segurança e defesa. A nova dinâmica internacional determinada por iniciativas unilaterais dos Estados Unidos – ademais de comentários públicos do Presidente Trump e assessores – impactou sobremaneira a UE, que sempre defendeu regras para a cooperação internacional, sobretudo para enfrentar desafios globais.

A complexidade das instituições comunitárias e de seu processo decisório tende a fragilizar a capacidade da UE de responder com eficácia em um cenário internacional marcado pelo exercício desinibido do poder. Nesse quadro, tendem a prevalecer interesses dos principais Estados-Membros, e transparece a fragilidade do bloco para lidar com questões relacionadas a seu entorno imediato (Rússia, Ucrânia, Oriente Médio, Turquia, norte da África), às quais se

¹ Fonte: Eurostat (2017)

associam temas como migrações e terrorismo. Nos sistemas multilaterais, a UE não logra, por falta de coesão entre os Estados-Membros, assumir a liderança e hesita, às vezes, em reafirmar a centralidade do multilateralismo.

Os líderes dos Estados-Membros buscaram aperfeiçoar a concertação interna, sobretudo em segurança e defesa. A Comissão Europeia, por sua vez, apesar de ter repudiado amplamente as ações comerciais unilaterais norte-americanas, enfrenta dificuldades com o virtual bloqueio, por Washington, de foros multilaterais, como a OMC. Em suas relações externas, as divergências com os EUA não impediram a UE de aumentar o tom de suas preocupações com a política externa russa, com a defesa do acordo nuclear com o Irã, e com os impactos do capitalismo dirigido da China. A decisão de Trump de retirar os EUA da Parceria Transpácífica (TPP) e o congelamento das negociações entre a UE e os EUA sobre um acordo comercial induziram a Comissão a buscar outras parcerias. Isso ensejou a retomada vigorosa das negociações MERCOSUL-UE, a partir de 2017, bem como impulsionou as negociações com o Japão (concluídas em dezembro de 2017). Iniciou também tratativas para aprofundar acordos comerciais já existentes (casos de México e Chile, entre outros).

A crise de 2008, cujos efeitos na UE foram agudizados pelas dificuldades enfrentadas por Estados-Membros com a crise do endividamento em 2010 e 2011, forçou a União Europeia a repensar seu futuro – o que foi exacerbado com o “Brexit” e pelos ganhos eleitorais dos partidos populistas de extrema direita nos Estados-Membros. Em contraste com a expansão e o aprofundamento do bloco nos anos 2000, aquelas crises deram força aos argumentos “eurocéticos” e às dúvidas sobre a viabilidade do projeto comunitário. Enquanto os países da Europa Ocidental, membros tradicionais do bloco, tendem a preferir avanços em temas como políticas sociais, orçamento comum e defesa, os países do leste, que ingressaram nos últimos 15 anos, preferem garantir os benefícios derivados da entrada no bloco e evitar desviar recursos para novos projetos. Ao mesmo tempo, mantêm-se práticas protecionistas custosas, como a política agrícola comum (PAC).

Desde o início de 2017, os resultados das eleições em países como França, Países Baixos e Alemanha trouxeram alívio momentâneo à percepção de crise do projeto comunitário. Na Itália, porém, os eurocéticos ganharam peso, refletindo que importante parcela das populações são fortemente críticas à UE. Permanecem também divergências relevantes no bloco, como as relativas à vigência do Estado de direito na Polônia e na Hungria.

Com a invocação do artigo 50 do Tratado de Lisboa, de 2007, pelo Reino Unido, em 29/03/2017, iniciou-se, pela primeira vez, o processo de retirada de um país do bloco. Entre março e dezembro de 2017, as partes (o Reino Unido e os países-membros restantes – UE-27) se dedicaram às negociações sobre: direitos dos cidadãos da UE27 e do Reino Unido após o Brexit; questão da fronteira entre Irlanda e Irlanda do Norte; e obrigações financeiras do Reino Unido para com a UE. Em 8/12/2017, chegou-se a acordo sobre quase todos os temas, à exceção da questão da fronteira entre as Irlandas. Em 23 de março último, a UE aceitou o pedido britânico de período de transição entre 29/3/2019 e 31/12/2020, durante o qual o Reino Unido deverá respeitar integralmente as normas comunitárias, sem poder, contudo, participar das decisões do bloco.

Pendência fundamental para o seguimento das tratativas, a relação econômica entre o Reino Unido e a União Europeia no pós-“Brexit” determinará a intensidade dos impactos do processo. Do lado comunitário, o cenário ideal envolveria a manutenção do Reino Unido no mercado comum e na união aduaneira, de modo a minimizar o impacto da retirada britânica na engrenagem econômica do bloco (o chamado “soft Brexit”). Do lado britânico, o governo conservador da Primeira-Ministra Theresa May parece almejar, nas negociações, uma versão menos suave, permitindo que o Reino Unido tenha maiores liberdades junto a terceiros, mantendo, contudo, a proximidade com o mercado comunitário. Analistas avaliam que, de

modo geral, qualquer das opções será prejudicial tanto para o Reino Unido quanto para a União Europeia. Não obstante as questões em aberto, é certo que, com a retirada do Reino Unido da União Europeia, o bloco perderá 13% de sua população e aproximadamente 16% de seu PIB, o qual será superado pelos Estados Unidos como principal economia mundial. A retirada do Reino Unido deverá, ainda, criar novos entraves legais e burocráticos para a circulação de bens e serviços, o que resultará em danos generalizados para o comércio mundial.

Relações entre a UE e a América Latina

A inserção latino-americana do Brasil determina a necessidade de acompanhar de perto a política da União Europeia para o subcontinente e suas relações com nossos vizinhos.

Atualmente, os principais marcos político-conceituais das relações da UE com a América Latina são: (i) a "Estratégia global para uma política externa e de segurança da UE", adotada em junho de 2016, e (ii) resolução do Parlamento Europeu (PE) sobre as relações políticas UE-América Latina, aprovada em setembro último. Ambos os documentos definem que o bloco adensará suas relações com a região. O aprofundamento da cooperação e do diálogo político tem por base comunhão de "valores e interesses" entre UE e América Latina. Diante dessa ideia, a Missão procurou ponderar aos interlocutores europeus que valores compartilhados entre as regiões não necessariamente implicam comunhão de interesses, o que não impede que se identifiquem, caso a caso e sem automatismos, áreas de comum interesse para cooperação. O marco político-conceitual da UE para suas relações com a América Latina será atualizado em setembro próximo, quando o bloco comunitário deverá adotar "comunicação" com novas diretrizes para o relacionamento com a região. No contexto da maior atenção à região e da preparação das novas diretrizes, alta funcionária da UE participou como observadora na VIII Cúpula das Américas (Lima, 13-14/4/2018).

Em paralelo às atividades bilaterais e no âmbito MERCOSUL-UE, o Brasil participa ativamente das reuniões CELAC-UE, que ocorrem em nível de Chefes de Estado e de Governo, de Chanceleres e em nível técnico. A coordenação das posições dos países latino-americanos e caribenhos é conduzida por suas representações em Bruxelas.

O Posto atuou na preparação e nas negociações da Declaração Conjunta adotada ao final da I Reunião de Ministros das Relações Exteriores CELAC-UE (São Domingos, 25-26/10/2016). Ao longo de 2017, os esforços voltaram-se para a preparação da III Cúpula CELAC-UE, prevista para 27 de outubro de 2017 e adiada a pedido do Grupo de Lima, após a acentuação da crise venezuelana. A II Reunião Birregional de Ministros das Relações Exteriores está marcada para 16 e 17/7/2018, em Bruxelas. Negocia-se, atualmente, Declaração Conjunta a ser adotada na ocasião.

Em paralelo aos eventos de alto nível, o Posto participou das reuniões CELAC-UE sobre o "problema mundial das drogas" em Buenos Aires (maio de 2017) e negocia, atualmente, os documentos a serem adotados na próxima reunião, em Sófia, entre 18 e 22 de junho próximo.

As relações do bloco com Venezuela e com Cuba são particularmente sensíveis. O crescente agravamento do quadro político, econômico, social e humanitário na Venezuela levou as instituições comunitárias a emitir diversas declarações sobre o assunto. Em 13/11/2017, o Conselho de Relações Exteriores da UE adotou sanções (embargo de armas e materiais afins, bem como proibições de viagem e congelamento de bens). Em 22 de janeiro último, adotaram-se novas sanções, contra sete autoridades venezuelanas. Em 8 de fevereiro, o Parlamento Europeu aprovou resolução sobre a situação no país, sugerindo ampliação das sanções e abertura de inquérito no Tribunal Penal Internacional (TPI) contra o governo venezuelano. Após o anúncio do governo de Nicolás Maduro de convocar eleições presidenciais e regionais para maio, intensificaram-se as críticas da UE à situação do país. O bloco comunitário lamentou

a convocação das eleições sem amplo acordo sobre o calendário eleitoral e considerou não haver condições adequadas para um processo eleitoral confiável e com participação de todos os partidos políticos. Ao longo do mês de abril, a Alta Representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança, Federica Mogherini, manteve reuniões com o Chanceler da Venezuela e com representantes da oposição.

As relações entre a UE e Cuba têm experimentado significativa melhora desde a assinatura, em dezembro de 2016, do Acordo de Diálogo Político e de Cooperação entre a União Europeia e Cuba (em vigor desde 1º/11/2017). O instrumento substituiu a Posição Comum da UE sobre o país, adotada em 1996, que pautava as relações bilaterais desde então, estipulando restrições à aproximação do bloco com Havana. O novo acordo prevê o fortalecimento do diálogo político, da cooperação bilateral e dos diálogos de políticas setoriais, além de cooperação comercial. Em visita a Havana, em 3 e 4 de janeiro último, a Alta Representante Federica Mogherini destacou o fato de a UE ser o principal sócio comercial e principal investidor na ilha.

Relação com o Brasil

Parceria Estratégica

Em 2017, cumpriram-se dez anos da “Declaração de Lisboa”, que estabeleceu entre as partes uma “Parceria Estratégica”, que se concretiza em diversos níveis: a) no político, há cúpulas periódicas (que deveriam ser anuais, mas não se realizam desde 2014), Diálogo Político de Alto Nível (entre o Ministro das Relações Exteriores e a Alta Representante), Encontros de Altos Funcionários (no nível de vice-Ministro) e a Comissão Mista (estabelecida em 1982 e cuja XVII edição ocorreu em 2017).

Essas reuniões políticas são complementadas por diálogos setoriais, que tratam de temas específicos e projetos comuns (ver seção a seguir). Desde 2008, a UE financia Iniciativa de Apoio aos Diálogos, para realização de projetos concretos de cooperação. Ademais, reuniões entre outros Ministérios com seus contrapartes europeus e foros de negócios complementam o mecanismo. Foi iniciada, em minha gestão, discussão para aprimorar o marco legal da parceria estratégica bilateral, que deverá ser afetada também pela eventual conclusão do Acordo de Associação entre o MERCOSUL e o bloco europeu.

Intensifiquei também o diálogo com o Parlamento Europeu, seja individualmente com os deputados, seja participando, sempre que convidado, das reuniões da Delegação para o Brasil e da Delegação para o MERCOSUL. Em novembro de 2017, delegação integrada por parlamentares de diferentes partidos visitou o Brasil e participou de reunião com parlamentares brasileiros no Congresso Nacional. Deputados e Senadores brasileiros também visitaram o Parlamento Europeu em distintas ocasiões, com reuniões em Bruxelas e Estrasburgo.

O Brasil é o segundo maior parceiro extra-europeu (atrás apenas dos EUA), com o qual a UE tem importante capacidade de interlocução, lastreada em uma convergência de valores, crenças, cultura, sistema político e interesses econômicos. Apesar disso, a Parceria Estratégica tem estado aquém do possível. Sobretudo no que concerne aos eventos de mais alto nível, a parte europeia tem hesitado em manter a periodicidade originalmente acordada, postergando sucessivamente, por exemplo, a cúpula. Em 2017, ademais, a Alta Representante decidiu cancelar sua visita ao Brasil no final de maio, visitando, porém, a Argentina e o Chile. A inconstância dos mecanismos políticos de alto nível acaba por dificultar a administração cotidiana da Parceria, cujas diretrizes de caráter estratégico devem ser reforçadas.

O Ministro Aloysio Nunes Ferreira fez duas visitas às instituições da UE, em Bruxelas, no período de minha gestão à frente da Missão. Na primeira, em agosto de 2017, o Ministro

encontrou-se com o Presidente do Parlamento Europeu, Deputado Antonio Tajani (PPE – Itália); com a Alta Representante Federica Mogherini; com o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Jyrki Katainen; e com a Comissária de Comércio Cecilia Malmström. A segunda visita, realizada em janeiro de 2018, inscreveu-se no marco das negociações birregionais MERCOSUL-UE, quando o Ministro, junto com os colegas dos Estados Partes do MERCOSUL, reuniu-se com a Comissária Malmström e o Comissário de Agricultura, Phil Hogan.

Chefiei delegações brasileiras a quatro conferências ministeriais organizadas pela UE: Afeganistão (outubro de 2016); Síria e região (abril de 2017); Gaza (março de 2018); e Síria e região (abril de 2018). O fato de que o Brasil tenha sido convidado ressalta a relevância que a UE concede ao país como ator internacional, mesmo em temas que não digam respeito à Américas. Chamo atenção, entretanto, para a necessidade de que o Brasil se empenhe em realizar doações (em recursos financeiros ou em produtos) que possam mantê-lo como contribuinte relevante para mitigar as crises internacionais, inclusive as de caráter humanitário.

Diálogos setoriais

Durante minha gestão, foi dada continuidade ao esforço de racionalização e otimização dos diálogos setoriais entre o Brasil e a União Europeia. Atualmente, esses foros de coordenação compreendem ampla gama de matérias, tais como: desarmamento e não-proliferação; paz e segurança internacionais; questões de drogas; direitos humanos; questões macroeconômicas; transportes marítimos; serviços financeiros; pequenas e médias empresas; propriedade intelectual; agricultura; questões sanitárias e fitossanitárias; e sociedade da informação. Esses diálogos foram constituídos em momentos diferentes, por instrumentos diversos, com objetivos próprios. Assim, cumpria não só alinhá-los com as prioridades da relação do Brasil com o bloco e atualizá-los do ponto de vista temático, mas também estabelecer parâmetros para melhor geri-los no futuro.

Nesse sentido, tanto o Brasil quanto a UE propuseram a desativação de diálogos desnecessários no momento, bem como a criação de novos, sintonizados às demandas dos parceiros. Os diálogos são acompanhados mais de perto por instâncias políticas que discutem seus resultados e relevância, em especial a Comissão Mista Brasil-UE. Foi estabelecido processo específico para que se possa criar um novo diálogo ou promover projetos ligados a eles, que passam a depender de submissão prévia e análise de termos de referência.

O apoio e fomento a diversas ações de cooperação têm sido feitos por meio do Projeto “Apoio aos Diálogos Setoriais Brasil-UE”, coordenado, no Brasil, pelos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) e das Relações Exteriores (Itamaraty).

Relação econômico-comercial

Entre 2016 e 2017, o fluxo comercial entre Brasil e União Europeia cresceu 4,5%, de 60,62 bilhões de euros (EUR) para EUR 63,38 bilhões, segundo dados da Eurostat (agência oficial europeia de dados estatísticos). O saldo nos dois períodos foi favorável à União Europeia, no valor de EUR 1,30 bilhão em 2016 e de EUR 1,07 bilhão em 2017.

Apesar do desempenho crescente do comércio bilateral entre 2016 e 2017, as trocas entre o Brasil e a União Europeia seguiram trajetória de queda entre 2012 (EUR 77,70 bilhões) e 2016 (EUR 60,62 bilhões). O mau desempenho das trocas retirou do bloco sua primazia entre os parceiros comerciais do Brasil em 2017, lugar que passou a ser ocupado pela China. Com a nova trajetória de aumento, o volume do intercâmbio alcançado em 2017 voltou a aproximar-se do patamar de 2010 (EUR 65,27 bilhões).

A pauta exportadora brasileira para a UE, ainda segundo dados europeus, concentrou-se em produtos industriais (61,9%), seguida de produtos agrícolas e pescados (31,1%). Já do lado das exportações europeias, há maior concentração em produtos industriais, que compõem 94,5% das exportações europeias ao Brasil.

O comércio extrarregional global da UE alcançou 3,73 trilhões de euros em 2017, com superávit de 22,87 bilhões de euros. Os principais parceiros comerciais extrarregionais da União Europeia, entre 2016 e 2017, foram, respectivamente: Estados Unidos, China, Suíça, Turquia e Rússia. O intercâmbio econômico-comercial da UE com esses países, em 2017, alcançou (em bilhões de euros): EUA: 630,95 (participação de 17% no comércio extrarregional da UE); China: 572,73 (participação de 15%); Suíça (participação de 7%): 261,15; Rússia: 231,27 (participação de 6%); e Turquia: 154,48 (participação de 4%). O Brasil ficou em 11º lugar, com 1,7% de participação nas trocas comerciais extrarregionais da UE.

O principal fornecedor à União Europeia, em 2017, foi a China (importações europeias de EUR 374,57 bilhões). O Brasil foi o 12º principal fornecedor (EUR 31,09 bilhões). Os EUA foram o principal destino das exportações europeias (exportações de 375,46 bilhões). O Brasil foi o 17º destino das exportações europeias (EUR 32,19 bilhões).

O maior superávit individual da UE foi com os EUA, no valor de EUR 119,98 bilhões. O maior déficit individual da UE ocorreu em suas trocas com a China, alcançando EUR 176,41 bilhões. O Brasil representou o 42º maior superávit europeu em 2017, com EUR 1,07 bilhão.

A relação bilateral é igualmente intensa quando vislumbrada da perspectiva dos investimentos. A UE é o maior investidor estrangeiro no Brasil, com estoque de EUR 373 bilhões. Esse montante torna o Brasil o terceiro principal destino dos estoques de investimentos europeus². O Brasil é o sexto principal investidor na UE (excluídos os paraísos fiscais), com estoque de EUR 97 bilhões³, em cujo território fabricamos aviões, motores e produtos alimentícios, entre outros.

Principais ações desenvolvidas pelo Posto

Negociações MERCOSUL-UE

As negociações para o Acordo de Associação Birregional entre o MERCOSUL e a União Europeia foram retomadas em 11 de maio de 2016, com a troca de ofertas para acesso a mercados. Desde então, foram realizadas 11 reuniões negociadoras, sete das quais em Bruxelas: (i) a XXVI Sessão do Comitê de Negociações Birregionais (CNB), em outubro de 2016; (ii) a reunião intersessional, em formato reduzido, de fevereiro de 2017; (iii) a XXVIII Sessão do CNB, em julho de 2017; (iv) a reunião intersessional de setembro de 2017; (v) a XXXI Sessão do CNB, em dezembro de 2017; (vi) encontro do Negociador-Chefe brasileiro com a Negociadora-Chefe europeia para discutir os avanços das negociações, em março de 2018; e (vii) a reunião de Negociadores-Chefe de abril de 2018. Adicionalmente, em janeiro de 2018, o Ministro de Estado das Relações Exteriores visitou Bruxelas, no contexto de encontro ministerial MERCOSUL-UE, para avançar nas negociações comerciais entre os dois blocos. Na ocasião, os ministros do MERCOSUL se encontraram com os Comissários de Comércio e de Agricultura, entre outras lideranças europeias.

Em todas essas ocasiões, e também em reuniões fora de Bruxelas, a Missão do Brasil junto à União Europeia prestou apoio negociador, com participação do Chefe do Posto e de diplomatas da Missão nas negociações; além disso, foi instrumental no suporte logístico para reuniões internas da delegação brasileira ou do MERCOSUL (em particular durante a

² Fonte: Eurostat (2017).

³ Fonte: Eurostat (2017).

Presidência Pro-Tempore brasileira na segunda metade de 2017) e na organização de reuniões de informação ao setor privado sobre as negociações, com o apoio do Escritório da APEX-Brasil em Bruxelas.

O Posto também mantém rede de contatos com outras Missões nesta capital, com vistas a informar o Ministério das Relações Exteriores sobre o processo interno de construção da posição europeia em diferentes temas das negociações, o contexto político europeu e suas influências sobre as tratativas entre os dois blocos. Mantenho estreita coordenação com os Embaixadores do MERCOSUL, além de frequentes contatos com Embaixadores de países com interesses convergentes com o Brasil e com os funcionários de alto nível da Comissão Europeia, para discutir o avanço das negociações.

A Missão do Brasil junto à União Europeia mantém, ainda, diálogo frequente com parlamentares europeus com influência sobre o andamento das negociações entre MERCOSUL e UE, com vistas a conhecer a visão do Parlamento Europeu acerca das negociações e a tentar informar os parlamentares sobre a visão MERCOSUL. O Parlamento deverá aprovar o acordo que vier a ser assinado para sua entrada em vigor.

Além da esfera das relações governamentais e oficiais, o Posto organizou seminários com empresários, acadêmicos, jornalistas e outros setores da opinião pública sobre as negociações, para tentar influenciar a visão europeia sobre o Acordo MERCOSUL-UE. Também partiu da Missão do Brasil junto à UE iniciativa de coordenação com as Embaixadas nos Estados Membros da UE para ampliar o apoio do setor empresarial e de outros segmentos das sociedades locais a favor do Acordo MERCOSUL-UE. O Posto também acompanhou com atenção os diálogos internos na UE com a sociedade civil e outras esferas da sociedade local sobre as negociações birregionais. Isso propiciou melhor compreensão do processo de prestação de contas, no seio da União Europeia, das iniciativas comunitárias em negociações comerciais.

Adicionalmente, a Missão do Brasil junto à União Europeia acompanha, analisa e relata regularmente os desdobramentos da política comercial da atual gestão da Comissão Europeia, sob o comando da Comissária de Comércio Cecilia Malmström. O Posto busca analisar as diferentes estruturas e compromissos assumidos pela UE na expansão de sua teia de acordos livre comércio nos últimos dois anos, como nos acordos com Canadá, Japão, Singapura, Vietnã e México, entre outros, e seus reflexos na relação econômico-comercial entre o Brasil e a União Europeia e, em particular, nas negociações birregionais.

Nesse período, destacou-se a conclusão do acordo com Singapura, que assentou novo modelo negociador da União Europeia, no qual a Comissão Europeia negocia instrumento de investimentos à parte do acordo comercial. Como a Comissão Europeia não tem competência exclusiva para negociar tratados de investimentos, os acordos comerciais assim negociados não precisam ser aprovados por cada um dos parlamentos dos Estados-Membros da União Europeia.

O acordo de associação MERCOSUL-UE não inclui investimentos. Vista sua natureza política e econômico-comercial requererá, porém, ratificação não só pelo Parlamento Europeu, mas também pelos parlamentos dos Estados-Membros e, em alguns destes, por parlamentos provinciais.

Temas agrícolas

Os temas da área agrícola ocupam parcela importante do trabalho da Missão do Brasil. Entre 2016 e 2018, o Brasil manteve-se como principal fornecedor de produtos agrícolas e alimentícios para a UE, tendo exportado US\$ 13,33 bilhões em 2016, e US\$ 13,46 bilhões em 2017. A UE também manteve sua posição de segundo principal destino das exportações brasileiras, depois da China. Nesse período, as relações bilaterais em temas agrícolas foram marcadas pela divulgação de irregularidades na fiscalização sanitária de carnes bovina e de aves

no Brasil (“Operação Carne Fraca” e “Operação Trapaça”). Isso desencadeou forte campanha dos setores agrícolas mais sensíveis na União Europeia, beneficiários da Política Agrícola Comum (PAC), seja a respeito da confiabilidade do sistema de inspeção no Brasil, seja contra as negociações de um Acordo de Associação MERCOSUL-UE.

Desde a divulgação das conclusões preliminares da “Operação Carne Fraca”, em março de 2017, e em particular de sua terceira fase – “Operação Trapaça”, em março de 2018, a Comissão Europeia adotou restrições às importações de carne bovina e carne de aves do Brasil. No contexto da “Operação Carne Fraca”, a Missão logrou evitar o fechamento do mercado europeu às exportações brasileiras, por meio de gestões junto ao Parlamento Europeu, do diálogo constante com funcionários da Comissão Europeia, bem como mediante esclarecimentos à imprensa e formadores de opinião locais.

A UE enviou duas missões de auditoria ao Brasil para avaliar os controles oficiais da produção de carnes, em maio de 2017 e em janeiro de 2018. Com base no relatório da primeira auditoria, medidas adicionais de inspeção foram adotadas pela UE, tais como controles microbiológicos pré-embarque em 100% dos carregamentos de todas as carnes para a verificação de presença de salmonelas. A segunda auditoria teve resultado favorável, o que motivou a expectativa de que as medidas restritivas às nossas exportações fossem levantadas no futuro próximo. A divulgação das investigações da “Operação Trapaça” e o envolvimento de laboratórios em práticas fraudulentas retardou, porém, o restabelecimento da confiança nos controles oficiais brasileiros. Novas medidas restritivas foram tomadas pela Comissão Europeia contra as exportações, tais como a exclusão de 20 estabelecimentos brasileiros da lista daqueles habilitados a exportar para a UE.

Sublinhe-se que a repercussão das operações “Carne Fraca” e “Trapaça” na Europa foi amplificada por setores agrícolas de Estados-Membros, sobretudo o setor pecuário, preocupados com a redução do mercado europeu pela saída do Reino Unido da UE e pela concorrência com produtos que entrarão no mercado europeu de forma preferencial pelos acordos recentemente firmados pela UE, por exemplo com o Canadá. A pressão protecionista dos Estados-Membros sobre a Comissão se reforça pela preocupação com a queda do consumo de carne bovina e os possíveis impactos da redução do orçamento da União Europeia para a Política Agrícola Comum (PAC).

O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, visitou Bruxelas três vezes em dois anos (janeiro de 2017, janeiro de 2018 e abril de 2018). Em sua primeira visita, o Ministro reuniu-se com várias autoridades dos Estados Membros para tratar de demandas de acesso de produtos agrícolas europeus ao mercado brasileiro há muito pendentes, que se colocam como irritantes das relações bilaterais. A disposição do Governo brasileiro de resolver essas pendências foi muito bem recebida na UE, e, ao longo de 2017, foram logrados avanços como a atualização das listas de estabelecimentos europeus autorizados a exportar para o Brasil e harmonização de certificados sanitários para vários produtos de origem animal. Os interesses brasileiros, no entanto, não avançaram favoravelmente em função das desconfianças dos controles brasileiros e dos citados interesses protecionistas europeus. O sistema brasileiro de segregação para fins de exportação de carne suína (estabelecido em resposta à ocorrência de ractopamina) não foi aprovado; e os estabelecimentos dos Estados do Tocantins, Rondônia e do DF para a exportação de carne bovina para a UE, cuja habilitação havia sido solicitada, tampouco foram aprovados. Pelos mesmos motivos, não se realizaram as reuniões do Mecanismo de Consultas Bilaterais em Questões Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) e o Diálogo Bilateral em Agricultura.

A Missão acompanhou, nos últimos dois anos, o processo de gradual recuperação econômica da União Europeia. Iniciada a retomada do crescimento econômico no segundo trimestre de 2013, a região alcançou, no ano passado, o maior nível de crescimento anual em uma década (2,4%). Contudo, fatores internos têm limitado a recuperação do bloco, inibindo sua capacidade de reação e impedindo avanços sustentáveis no setor.

Previsões da Comissão Europeia indicam que o crescimento econômico do bloco prosseguirá em ritmo moderado no médio prazo. Em 2018, o PIB real deverá expandir-se em 2,3%, tanto na zona do euro quanto na União Europeia. No ano seguinte, o indicador deverá apresentar ligeira desaceleração, permanecendo, contudo, acima de 2%. As projeções otimistas baseiam-se, sobretudo, na persistente queda no nível de desemprego na região, a qual tem estimulado o consumo privado interno. O cenário exterior positivo, bem como a ampliação dos investimentos, impulsionada por políticas de crédito expansionistas do Banco Central Europeu, também contribuíram para a consolidação do panorama otimista.

Contudo, o legado da crise de 2008 permanece concreto em diversos Estados-Membros, demonstrando sua resiliência, sobretudo, na disparidade marcante que caracteriza a retomada econômica dos países europeus. Enquanto a média de desemprego registrada em 2017 na UE-28 foi de 7,1%, valor mais baixo desde setembro 2008, alguns países, como Grécia e Espanha, ainda apresentam níveis de desemprego elevados (20,8% e 16,1%, respectivamente), enquanto na República Tcheca e na Alemanha os níveis foram de 2,4% e 3,5%. Ademais, a iminente saída do Reino Unido da União Europeia também apresenta fatores de risco que constroem a recuperação do bloco. Incertezas sobre os resultados das negociações do “Brexit”, ainda indefinidos, deverão, em princípio, afetar negativamente o desempenho econômico da UE.

Segundo analistas, o crescimento econômico da região dependeria da adoção reformas profundas que robusteçam a economia, reduzam o desemprego estrutural e fomentem a produtividade. Ademais, impõem-se medidas de equilíbrio fiscal, de modo a criar um contrapeso às políticas monetárias expansionistas, bem como concluir a união bancária no bloco.

No âmbito da agenda macroeconômica e financeira bilateral, a Missão acompanhou a visita a Bruxelas do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no período de 23 a 25 de setembro de 2017. Na ocasião, o Ministro encontrou-se com o Vice-Presidente da Comissão Europeia para o Euro, Valdis Dombrovskis, para discutir a candidatura do Brasil à OCDE, as negociações comerciais MERCOSUL-UE, a situação econômica brasileira e a possibilidade de criação de diálogo inter-regional sobre regulação de serviços financeiros.

A Missão apoiou, ainda, a realização, em Bruxelas, da última edição do Diálogo Macroeconômico Brasil – UE, no dia 9 de novembro de 2017. O mecanismo prevê reuniões periódicas de alto nível para discutir temas relevantes da relação bilateral. Na pauta estavam discussões sobre o G20 e a economia mundial, bem como debates sobre as conjunturas e perspectivas econômicas no Brasil e na União Europeia.

A Missão também atuou no apoio à concessão de financiamento da União Europeia para a ampliação da produção da EMBRAER em Évora, em Portugal, em um investimento total estimado em US\$ 93 milhões. A UE aprovou, em 2017, o financiamento pleiteado pela empresa, no valor de US\$ 23 milhões. Desde 2012, a empresa fabrica partes de aviões na cidade portuguesa, o que contribuiu para a criação de um “cluster” aeronáutico nessa região. A produção da EMBRAER em Évora gera cerca de 400 empregos diretos (e qualificados), e a expansão deverá criar, a curto prazo, mais 200 empregos diretos.

Defesa comercial

Nos últimos dois anos, a Missão do Brasil continuou a defender as posições e os interesses brasileiros em matéria de defesa comercial, por meio, entre outras ações, do registro do Posto junto à Comissão Europeia para obtenção de acesso aos documentos de casos de defesa comercial que envolveram interesses do País. A Missão realizou também gestões junto à Comissão Europeia para obter informações mais específicas sobre processos de investigação de medidas de defesa comercial que envolvem o Brasil. Em particular, o Posto contribuiu para a defesa das posições brasileiras nos casos de antidumping de ardósia, laminados e silício metálico, iniciados pela Comissão Europeia nos últimos dois anos.

A Missão realizou gestões em diferentes níveis e participou ativamente no acompanhamento das investigações de salvaguardas, iniciadas pela Comissão Europeia em março de 2018, na esteira do aumento de tarifas anunciado pelo Governo norte-americano, no início de 2018, sobre as importações de aço e de alumínio.

Cooperação

Outro pilar de atuação do Posto compreende as ações de cooperação entre o Brasil e a UE, que cobrem uma variedade de vertentes, como ciência e tecnologia, temas educacionais, energia, saúde e meio ambiente. Desde 2014, o Brasil passou a ser considerado pela UE como país de renda média alta, deixando de ser favorecido por programas bilaterais europeus de cooperação técnica. A atuação do Posto aperfeiçoou os contatos entre autoridades brasileiras e comunitárias na área de cooperação e desenvolvimento, reabriu os canais de diálogo com a Comissão Europeia na área de cooperação educacional e permitiu o início das discussões sobre possível cooperação trilateral em mobilidade acadêmica. O Posto atuou de modo a contribuir para a estruturação de novas formas de cooperação, inclusive por meio da negociação de Memorando de Entendimento Brasil-UE referente à cooperação triangular a ser executada em favor de terceiros países, com vistas a possível cooperação trilateral em benefício de países africanos na área educacional, entre diversas outras possibilidades.

O dinamismo e a amplitude temática da cooperação bilateral em ciência e tecnologia (C&T) encontram reflexo na pluralidade de atores envolvidos, incluindo diferentes instâncias técnicas do Governo federal. A Missão buscou reforçar o quadro institucional da cooperação em C&T, intensificar o trabalho conjunto em áreas prioritárias e facilitar a interlocução entre entidades brasileiras e europeias, com envolvimento direto nos eventos em Bruxelas.

Renovou-se, em março de 2018, o Acordo Brasil-UE de Cooperação Científica e Tecnológica, sob o qual se reúne o Comitê Diretivo de Cooperação Brasil-UE em C&T (última edição: Bruxelas, novembro de 2017), após intervalo de mais de 2 anos. Destaque-se, ainda, recente prorrogação do Arranjo de Cooperação entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e o ‘Joint Research Centre’ (JRC) da Comissão Europeia, bem como a conclusão das negociações do Arranjo Administrativo entre a Comissão Europeia e o CNPq, a FINEP e o CONFAP sobre cooperação, fomento e financiamento de pesquisas, que aprofundarão a cooperação bilateral.

Em outubro de 2016, foi assinado acordo entre a Comissão Europeia e a CONFAP, para habilitar pesquisadores brasileiros com bolsas de pós-doutorado a estabelecer parcerias com projetos financiados pelo ‘European Research Council’.

Quanto a temas específicos, a cooperação em C&T compreende diversas matérias, com destaque à cooperação espacial, pesquisa marinha, urbanização sustentável e nanotecnologia, com avanços consistentes ao longo dos últimos dois anos. Na área espacial, em particular, foi assinado, em março último, acordo bilateral entre a Comissão Europeia e o MCTIC, o qual permitirá ao Brasil ter acesso aos dados da constelação de satélites “Sentinel”, do programa espacial “Copernicus”, da UE. O acordo servirá para aprimorar atividades relacionadas à

observação da Terra, como previsão, gestão e mitigação de desastres naturais e gestão de crises; e monitoramento terrestre, marítimo e atmosférico. Na área de ciências do mar, a Declaração de Belém sobre Pesquisa e Inovação no Atlântico foi assinada por Brasil, África do Sul e União Europeia, em julho último, com vistas a fomentar a cooperação em ciência dos oceanos no Atlântico Sul. O documento será o marco para novas iniciativas de cooperação internacional em pesquisa científica nos oceanos. Na área de fusão nuclear, o Acordo de Cooperação Brasil-Agência Europeia de Energia Atômica (EURATOM) foi prorrogado em janeiro último por cinco anos.

A Missão trabalhou com a Comissão Europeia em áreas concretas de cooperação, que beneficiam a economia e o desenvolvimento brasileiros, como, por exemplo, o projeto de instalação de cabo submarino de fibra ótica ligando Brasil à Europa, estimado em US\$ 185 milhões, a ser custeado pela joint-venture Ellalink (65% espanhola Islalink e 35% Telebrás). Essa iniciativa deve reduzir a vulnerabilidade e a dependência da infraestrutura brasileira e regional no setor de comunicações, com conclusão prevista para 2019.

Direitos humanos

Há muita atenção na União Europeia a questões que envolvem direitos humanos, muitas vezes veiculadas de forma crítica. Em 26/6/2017, 23 europarlamentares firmaram carta à Alta Representante da UE para Relações Exteriores e Política de Segurança, Federica Mogherini, e à Comissária para o Comércio, Cecilia Malmström, advogando a suspensão das negociações do Acordo de Associação MERCOSUL-UE, em razão da “grave situação dos direitos humanos no Brasil”. Entre os temas de direitos humanos no Brasil que mais repercussão ganharam, cabe destaque à proteção de populações indígenas e à atuação de defensores dos direitos humanos.

No que se refere a populações indígenas, o Posto ofereceu ao Parlamento Europeu elementos para uma apreciação, bem como divulgou diversas medidas e políticas adotadas no Brasil. Em 24/11/2016, adotou-se resolução no PE sobre a situação dos Guarani-kaiowá no Mato Grosso do Sul. No mês seguinte, o eurodeputado Francisco Assis (bloco “Socialistas e Democratas” – S&D, Portugal), Presidente da Delegação do PE para as relações com o MERCOSUL (DMER), liderou “missão parlamentar prospectiva” ao Brasil, quando visitou a reserva indígena e manteve encontros com autoridades e movimentos sociais. Em maio e novembro de 2017, foram organizados pela ONG “Unrepresented Nations and Peoples Organization” (UNPO) eventos no Parlamento sobre o tema dos Guarani-kaiowá.

O assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, no Rio de Janeiro, em março de 2018, repercutiu nos meios comunitários, notadamente no Parlamento Europeu. Diversos grupos políticos ali representados manifestaram seu repúdio ao crime e reclamaram uma investigação célere e a condução dos responsáveis à justiça. O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (GUE/NGL) solicitou a suspensão das negociações do Acordo de Associação MERCOSUL-UE, lançando mão de expediente recorrente e denotando instrumentalização do assassinato da vereadora para avançar sua agenda protecionista. Os Presidentes de Delegações do PE responsáveis pelas relações com o Brasil, o MERCOSUL, a América Latina e a EuroLat⁴ emitiram declaração conjunta sobre o assassinato, na qual demandaram investigação transparente e que os perpetradores sejam levados a julgamento em “tribunal independente”, para serem punidos “nos termos da lei”. Em cartas enviadas aos diversos parlamentares que se manifestaram, expressei o repúdio do Governo e da sociedade brasileira ao crime; assegurei o compromisso do poder público com a apuração do caso; e fiz ver aos eurodeputados que vigora no Brasil o Estado de Direito em que os três

⁴ “Euro-Latin American Parliamentary Assembly”, criada em 2006. A EuroLat é a instituição parlamentar do Acordo de Associação Estratégica Birregional de 1999, adotado na Cúpula CELAC-UE daquele ano.

Poderes são independentes e harmônicos entre si, e não há instâncias do Poder Judiciário ou do Ministério Público que não sejam independentes.

Mecanismo fundamental para informar o lado europeu sobre as iniciativas brasileiras voltadas à promoção e à proteção dos direitos humanos, bem como para conhecer ações da UE para lidar com seus desafios na área, tem sido o Diálogo de Alto Nível Brasil-UE sobre o tema. O exercício tem-se mostrado oportuno não apenas para a promoção do conhecimento mútuo, como também para a identificação de convergências que permitam a Brasil e UE trabalharem conjuntamente para o fortalecimento do sistema internacional de promoção e proteção dos direitos humanos – notadamente no contexto atual de desafios para os órgãos multilaterais dedicados ao tema. Dentre os principais assuntos abordados na última edição do Diálogo, realizado em 27 de abril de 2017, caberia destacar as discussões sobre maior coordenação no âmbito do Conselho de Direitos Humanos e da Comissão sobre a Situação da Mulher das Nações Unidas, bem como acerca de possível cooperação bilateral em temas relativos a populações indígenas, migrantes e refugiados e intolerância religiosa.

Organização Mundial de Aduanas (OMA)

A Missão do Brasil junto à União Europeia atua em defesa dos interesses brasileiros na Organização Mundial das Aduanas (OMA), organização sediada em Bruxelas. Funcionário da Receita Federal do Brasil exerce ali o cargo de Diretor de Capacitação. Diplomatas do Posto participam das reuniões da OMA e apoiam as delegações técnicas vindas de Brasília, no âmbito das reuniões semestrais da Comissão de Política e do Conselho da organização.

Em particular, a Missão participou de forma ativa nas discussões no Comitê do Sistema Harmonizado sobre a reclassificação tarifária do amendoim branqueado, do qual o Brasil é o quarto exportador para a UE, logrando manter a classificação atual. O reposicionamento do produto no Sistema Harmonizado distinto do atual implicaria aumento da tarifa de importação paga e consequente oneração para o exportador brasileiro.

O Posto também prestou especial atenção ao pedido de adesão do “Kosovo” à Organização Mundial das Aduanas. Em início de 2017, o “Kosovo” solicitou sua adesão à OMA, por meio de instrumento entregue à Bélgica, depositário do acordo de criação da Organização, que os encaminhou ao Secretariado, sem exame detido da natureza não estatal daquele território. Produziu-se controvérsia na OMA, pois um grupo grande de países questiona a legalidade da tentativa de adesão, enquanto outros, de modo intransigente, alegam que o tema não pode ser debatido. O Brasil, que não reconhece “Kosovo” como Estado, tem procurado facilitar o diálogo entre os interessados no tema, de modo a assegurar que a OMA possa funcionar em suas funções propriamente aduaneiras, enquanto a matéria é debatida nas esferas relevantes.

Diplomacia pública

A ação diplomática junto à União Europeia tem importante dimensão da diplomacia pública. Bruxelas é uma das capitais com maior concentração de jornalistas, “think tanks” e representações de interesses corporativos. O processo decisório da União Europeia é significativamente influenciado pelos debates e pelas narrativas promovidas e divulgadas por esses atores.

Durante minha gestão, criei um setor exclusivo para a diplomacia pública, o qual implementou ações voltadas a influenciar a narrativa sobre o Brasil na UE. Estabeleceu-se rede de contatos que abrange os principais veículos internacionais e regionais de imprensa que atuam

em Bruxelas e os principais “think tanks” que acompanham a União Europeia e a relação com o Brasil e o MERCOSUL.

Embora recentes, essas ações apresentaram resultados concretos. A Missão comprovadamente influenciou a cobertura relativa à negociação do Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia, um dos principais temas de diplomacia econômica brasileira desde 2016. A visão do Brasil sobre a negociação é refletida nas matérias da imprensa europeia e brasileira. A rede de contatos estabelecida pelo Posto com a imprensa internacional garantiu, ainda, maior equilíbrio na cobertura relativa ao Brasil. Mesmo matérias que veiculam temas negativos para o Brasil apresentam, em geral, as posições brasileiras. A cobertura da “Operação Carne Fraca” e seus impactos na relação comercial com a UE é ilustrativa, dado que boa parte das matérias pode ser considerada equilibrada.

Além disso, a interlocução com formadores de opinião – “think tanks” e acadêmicos – também produziu resultados, seja na forma de convites para proferir palestras sobre o Brasil e o MERCOSUL, seja por manter o Brasil e o MERCOSUL no foco de atenção dos atores que acompanham a política da UE. Em conjunto com o escritório da APEX em Bruxelas, importante parceiro da Missão do Brasil nas ações de diplomacia pública, promoveram-se eventos de grande visibilidade em Bruxelas, entre as quais destacaria a conferência “EU-Mercosur: untapped potential for industry, services and public procurement”, em julho de 2017; e o lançamento do “Mapa de investimentos Brasil-União Europeia”, em dezembro de 2017.

Principais desafios

A relação entre o Brasil e a União Europeia torna-se ainda mais estratégica no atual contexto político e econômico global, em que instituições multilaterais se veem ameaçadas e consensos que deram embasamento às relações internacionais desde o segundo pós-Guerra são questionados. A agenda bilateral deve capitalizar essa circunstância e potencializar os ganhos da multifacetada relação bilateral.

Entre os desafios a serem enfrentados para dinamizar a relação bilateral, destacaria os seguintes:

a) Reforçar a Parceria Estratégica Brasil-UE: a Parceria Estratégica está aquém do que pode propiciar em termos de benefícios políticos mútuos. É preciso definir, junto com o lado comunitário, uma agenda que dê prioridade política condizente com o comércio, os investimentos, e a cooperação que marcam nossa relação com a UE. Para tanto, deve-se regularizar o diálogo político bilateral, inclusive as reuniões de cúpula. Entre os temas que podem ser inseridos nesse exercício estão, por exemplo, iniciativas em defesa do multilateralismo; projetos em matéria de desenvolvimento sustentável; e cooperação trilateral em favor de países em desenvolvimento. A relação com a União Europeia e as relações com os Estados-Membros devem ser encaradas como duas faces de uma mesma moeda no planejamento diplomático brasileiro.

b) Concluir as negociações de um acordo equilibrado entre o MERCOSUL-UE: o Acordo de Associação MERCOSUL-UE terá o potencial de modernizar as economias do MERCOSUL e ampliar sua integração aos mercados globais. O acordo reveste-se de importante dimensão geopolítica de interesse mútuo. Ressalvada a importância de um acordo equilibrado, cumpre ter presente que ele também definirá novo quadro para o aprofundamento do diálogo político e das ações de cooperação entre as Partes. As perspectivas de ratificação do acordo indicam que esse processo que ocorrerá provavelmente sob o novo Parlamento Europeu, a ser eleito em 2019.

c) Acompanhar de perto a evolução do comércio bilateral, especialmente no setor agrícola: a UE é um mercado fundamental para nossos produtos agrícolas, em particular aqueles

de maior valor, e referência em termos regulatórios para terceiros mercados para os quais também exportamos. Sem prejuízo de críticas, válidas, a determinados padrões e práticas regulatórias adotadas pela UE, o Brasil deve adotar uma política consistente e integrada para nossas exportações agrícolas para o bloco, envolvendo, entre outros, qualidade sanitária, promoção comercial e ação estratégica de imagem.

d) Acompanhar a situação econômica da UE, dado o peso específico do bloco e os impactos de suas condições macroeconômicas na economia global.

e) Monitorar as tendências políticas nos Estados-Membros e suas repercussões para o futuro do projeto de integração econômica: Em 2019, o Parlamento deverá ser renovado. As eleições europeias definirão quem ocupará a Presidência da Comissão e do Conselho Europeu.

f) Atentar para as decisões adotadas pelo Conselho Europeu, em suas diferentes instâncias, tanto aquelas relativas à política comunitária nos seus diversos aspectos como aquelas atinentes a temas específicos de interesse do Brasil. O bloco depara-se com os desafios de aperfeiçoar a coordenação e as ações dos Estados-Membros em questões políticas; fortalecer sua participação nos principais órgãos decisórios internacionais; consolidar a recuperação econômica, após os impactos da crise de 2008 e da crise financeira de 2010-2011; e de avançar em negociações comerciais externas.

g) Desenvolver ações de cooperação trilateral: Será importante apoiar a finalização e a implementação de Memorando de Entendimento Brasil-UE referente à cooperação triangular a ser executada em favor de terceiros países, com vistas a estabelecer novo marco institucional para a cooperação trilateral em benefício de terceiros países.

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 30, de 2018 (Mensagem nº 231/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.*



SF/18650.13377-68

Relator: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALÃO, nascido em 14 de janeiro de 1959, em Nova York, Estados Unidos (EUA), é filho de Fernando Abbott Galvão e Sônia Bezerra Galvão. Tem nacionalidade brasileira em razão do art. 129, inciso II da Constituição de 1946.

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1980 e assumiu o posto de Terceiro-Secretário no ano seguinte. Obteve Mestrado em Relações Internacionais pela American University, em Washington, DC, EUA, em 1988.

O diplomata indicado tornou-se Segundo-Secretário em 1982. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1994; a Ministro de Segunda Classe em 1999; e a Ministro de Primeira Classe em 2006.

Ao longo de sua carreira, desempenhou numerosas e relevantes funções. Merecem destaque as listadas abaixo:

Professor-Assistente de Relações Internacionais e Orientador Profissional do Instituto Rio Branco (1990);

Diretor-Geral da Fundação Alexandre de Gusmão (1992);

Professor de Linguagem Diplomática do Instituto Rio Branco (1993);

Chefe de Gabinete do Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (1993);

Assessor do Ministro da Fazenda (1994);

Conselheiro na Embaixada em Londres (1995);

Subchefe e Porta-voz do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (1998);

Professor de Política Externa Brasileira do Instituto Rio Branco (1999);

Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Washington (2001);

Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda (2005);

Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (2008);

Embaixador em Tóquio (2011-2013);

Delegado Permanente na Delegação Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a Outras Organizações Econômicas (2013-2016);

Secretário-Geral das Relações Exteriores e Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores nas ausências do titular (2016 – até o presente momento);



SF/18650.13377-68

Foi Chefe de 32 importantes Delegações:

V Reunião (final) de Recomposição da AID-15/Banco Mundial, em Berlim (2007);

Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, em Brasília (2008);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), em Roma (2008);

Reunião de Ministros da Fazenda do G-8, em Osaka, Japão (2008);

I Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, em Cancún, México (2008);

Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, em San Miguel de Tucumán, Argentina (2008);

Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, no Rio de Janeiro (2008);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, na Cidade do México (2008);

Reuniões de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, em Londres, Horsham e St. Andrews, Reino Unido, e na Basileia, Suíça (2009);

Reunião Extraordinária dos Ministros Ibero-Americanos das Finanças, no Porto, Portugal (2009);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, em Washington, EUA (2009);

I Reunião de Ministros das Finanças da CPLP, em Lisboa (2009);

II Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, em Viña del Mar, Chile (2009);

Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, em Assunção (2009);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), no Cairo (2009);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, em Washington (2010);

Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, em Incheon, Coreia (2010);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), em Paris (2010);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, em Paris (2010);

III Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, em Lima (2010);



SF/18650.13377-68

Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, em Gwangju, Coreia (2010);

I Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira Brasil-China, em Pequim (2010);

I Diálogo Econômico-Financeiro Brasil-EUA, em Washington (2010);

Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, em Gyeongju, Coreia (2010);

LIV Sessão da Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (2014);

LV Sessão da Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (2015);

X Conferência Ministerial da OMC, em Nairobi (2015);

XXIX Reunião de Consultas de Ministros das Relações Exteriores da OEA, em Cancún (2017);

XLVII Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, em Cancún (2017);

44ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha, em Porto Alegre (2018);

II Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Foro CELAC-China, em Santiago (2018); e

IV Reunião do Grupo de Lima, Santiago (2018).

O Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão fez jus também às seguintes condecorações:

Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Cavaleiro (1981);

Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil (1983);

Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial (1999);

Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador (1999);

Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador (2000);

Ordem do Mérito Brasília, Brasil, Grande Oficial (2000);

Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz (2011);

Grande Medalha do Mérito Presidente Juscelino Kubitschek, Estado de Minas Gerais, Brasil (2011);

Ordem do Sol Nascente, Japão (2011);

Grande Cordão Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal (2011).

Registre-se, em seu currículo, a autoria dos seguintes artigos:
“Realismo de Cada Um: interdependência e relações políticas entre Estados no mundo pós-guerra fria”, em *Estudos Históricos*, vol. 6, nº 12 (1993);
“Globalização: arautos, cétricos e críticos”, em *Política Externa*, vol. 6, nº 4



SF/18650.13377-68

e vol. 7, nº 1 (1998); “Brazil, Russia, India and China: Brand BRIC Brings Chance”, em *The World Today*, August 2010, nº 3 (2010); e “O G-20 e a transformação da governança internacional: anotações pontuais de um participante”, em *Política Externa*, vol. 20, nº 3 (2011). Além do livro “Diplomacia e Política de Defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000)”, pela FUNAG, em 2015, obra integrante da Coleção CAE.

Registre-se também que o Embaixador Galvão foi considerado como um dos melhores alunos por seus professores nos diversos cursos que frequentou, inclusive tendo sido o primeiro da sua turma no Instituto Rio Branco em 1980.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a União Europeia o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

A União Europeia (UE) é uma união política e econômica formada de 28 estados membros. Sua área é de 4.475.757 km² e sua população é estimada em 511,8 milhões de habitantes.

A União Europeia é considerada entidade de caráter supranacional. Os estados membros da UE são nações soberanas, mas partilham sua soberania em certas áreas. Tal partilha significa, na prática, a delegação de competências a instituições comuns, de modo a assegurar que decisões sobre assuntos considerados do interesse coletivo possam ser tomadas em nível europeu.

O Brasil foi um dos primeiros países e o primeiro país latino-americano a estabelecer relações diplomáticas com a União Europeia (então Comunidade Econômica Europeia), em 1960. Desde então, o relacionamento bilateral passou por diversas mudanças, mas sempre manteve elevada importância no quadro da política externa brasileira.

As relações bilaterais foram impulsionadas pela assinatura, em setembro de 1980, do Acordo-Quadro de Cooperação, com foco no aprofundamento da cooperação econômica e comercial. Em junho de 1992, o marco normativo das relações bilaterais foi atualizado com a assinatura



SF/18650.13377-68

de novo Acordo-Quadro de Cooperação (em vigor desde 1995), o qual prevê o reforço da cooperação econômico-comercial entre o Brasil e a União Europeia e amplia o alcance do acordo anterior ao abranger temas como investimentos, transportes, ciência e tecnologia, meio ambiente, energia, turismo, entre outros. Em 2004, a intensa agenda de cooperação científica e tecnológica ensejou a assinatura de acordo específico sobre o tema.

Em maio de 2007, a União Europeia propôs ao Brasil a elevação do relacionamento bilateral ao patamar de Parceria Estratégica. A decisão foi formalizada nos termos da Declaração Conjunta divulgada por ocasião da I Reunião de Cúpula Brasil-UE (Lisboa, 4 de julho de 2007). Com a assinatura da Parceria Estratégica, as relações bilaterais, tradicionalmente densas do ponto de vista econômico e comercial, foram enriquecidas em sua vertente política e atingiram novo patamar, ampliando oportunidades de diálogo sobre desafios globais e oportunidades de interesse mútuo. Além do Brasil, são parceiros estratégicos da UE os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a China, a Rússia, a Índia, a África do Sul, o México e a Coreia do Sul.

No âmbito da Parceria Estratégica, também foram estabelecidos mecanismos de interlocução, denominados Diálogos Setoriais, nos quais são realizadas reuniões periódicas de avaliação da cooperação bilateral. Dada a diversidade de temas que integram a Parceria Estratégica, há mais de 30 diálogos setoriais em andamento. A Comissão Mista bilateral, cuja XVII Reunião foi realizada em setembro de 2017, exerce o papel de coordenação dessa ampla agenda temática. São realizados, ainda, encontros regulares entre representantes das sociedades civis e do empresariado.

As relações econômico-comerciais também são de imensa relevância para ambos os lados: tomada em seu conjunto, a UE é hoje o segundo maior parceiro comercial do Brasil, e, para a UE, o Brasil é o 10º parceiro comercial extrarregional europeu. Além disso, a UE detém um dos mais importantes estoques de investimentos no Brasil, ao passo que o país se transformou em importante fonte de investimentos diretos estrangeiros na UE. As dinâmicas relações econômicas têm enorme potencial de expansão: além das perspectivas de incremento do comércio, sobretudo com a expectativa de conclusão das negociações de acordo comercial entre Mercosul e UE, espera-se que os investimentos recíprocos sigam em rota de expansão.



SF/18650.13377-68

Por fim, destaca-se que a agenda de cooperação é igualmente intensa. Na área de ciência e tecnologia, Brasil e UE cooperam de maneira próxima em pesquisas e investimentos conjuntos em áreas como os biocombustíveis e a tecnologia da informação. Como sede de importantes centros de pesquisa, a UE é parceira fundamental em projetos de tecnologia e inovação, os quais poderão contribuir para um salto qualitativo no desenvolvimento brasileiro.

Em 2017, o intercâmbio comercial do Brasil com a União Europeia somou US\$ 67 bilhões, participação de 18% sobre o intercâmbio global do país e expansão de 4% em relação à cifra do ano anterior. O crescimento das transações com a União Europeia inseriu-se em um contexto de expansão generalizada do comércio exterior brasileiro, que vivenciou incremento de 14% em relação à cifra de 2016, tendo por pano de fundo a recuperação do nível de atividade da economia brasileira. Para efeito de comparação, o intercâmbio com a China somou US\$ 75 bilhões (participação de 20,3% no total) ao passo que o comércio com os Estados Unidos equivaleu a US\$ 51,7 bilhões; 14% do total.

Os produtos básicos representaram 47% do total das exportações para a União Europeia ao passo que, da perspectiva da demanda, os manufaturados equivaleram a 95% das importações originárias do bloco europeu. As exportações de produtos do agronegócio à União Europeia atingiram US\$ 16,9 bilhões. A China continuou mantendo a posição de principal destino para o agronegócio brasileiro, tendo as exportações para o país asiático atingido US\$ 26,6 bilhões. Assim, a União Europeia manteve a segunda posição entre os principais destinos para o agronegócio do país.

Desde 2015, o resultado das trocas comerciais tem sido favorável ao Brasil. Em 2016, o saldo positivo brasileiro em transações com o bloco europeu foi de US\$ 2,3 bilhões. Já no ano passado, esse superávit cresceu 23%, somando US\$ 2,8 bilhões.

As exportações brasileiras para a União Europeia cresceram 5% em 2017, totalizando US\$ 34,9 bilhões (16% do total das vendas externas brasileiras). No mesmo ano, a China adquiriu 22% do total da oferta brasileira de bens e, aos Estados Unidos, foram direcionados 12%. Foram os seguintes os seis principais grupos de produtos exportados para o bloco europeu: minérios (US\$ 4,2 bilhões; participação de mercado da ordem de 12,0% sobre o total); farelo de soja (US\$ 2,7 bilhões; 7,8%); café



SF/18650.13377-68

(US\$ 2,6 bilhões; 7,3%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (US\$ 2,4 bilhões; 6,7%); ferro e aço (US\$ 2,3 bilhões; 6,7%); soja em grãos (US\$ 2,0 bilhões; 5,8%).

Em 2017, as importações brasileiras originárias da União Europeia aumentaram 3%, atingindo US\$ 32,1 bilhões (participação de 21% no total da demanda nacional por bens). Os seis principais grupos de produtos adquiridos pelo Brasil do bloco europeu foram: máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (US\$ 5,8 bilhões ou 18,1% do total); produtos farmacêuticos (US\$ 3,5 bilhões; 11,0%); combustíveis (US\$ 2,6 bilhões; 8,0%); máquinas, aparelhos e instrumentos elétricos ou eletrônicos (US\$ 2,4 bilhões; 7,5%); produtos químicos orgânicos (US\$ 2,3 bilhões; 7,1%); veículos automotores (US\$ 2,2 bilhões; 7,0%). A União Europeia assume posição singular no contexto da demanda brasileira de importantes itens de maior valor agregado, como é o caso, por exemplo, dos produtos farmacêuticos.

Por fim, examinando-se o aspecto dos investimentos recíprocos, verifica-se que a União Europeia é a região do mundo que mais investe no Brasil, tanto em termos de estoque quanto em termos de fluxo, segundo dados do Banco Central do Brasil. O estoque de investimento da União Europeia somou, em 2015 (último dado disponível), US\$ 175,6 bilhões. A região responde por quase a metade (48,4%) de todo o investimento externo em solo brasileiro.

Dos 40 maiores investidores no Brasil em 2017, 16 são países da União Europeia e registraram US\$ 28,7 bilhões em investimentos, o que corresponde a 47,5% do total de inversões recebidas pelo Brasil naquele ano. Os principais investidores foram (em ordem de montante investido): Países Baixos, Luxemburgo, Alemanha, França e Espanha.

Os investimentos europeus no Brasil são de grande tradição histórica e de importante caráter estratégico. Empresas europeias atuam em setores intensivos em tecnologia e pesquisa no Brasil, com elevado grau de conteúdo local. Entre 2005 e 2017, os setores que mais concentraram investimentos produtivos europeus no Brasil foram manufatura (52,6%), TIC e infraestrutura de internet (16,5%), serviços de negócios (9,6%), indicando que o IED europeu está fortemente ligado a setores de alto valor agregado.



A UE também é uma das regiões que mais atraem os investimentos do Brasil. Em 2015, o estoque de investimentos brasileiros em países da União Europeia somou US\$ 118,6 bilhões, o equivalente a 45,7% das inversões brasileiras no exterior. Em termos de fluxo, 10 países da UE constam entre os 40 principais destinos dos investimentos brasileiros em 2017, com inversões estimadas em US\$ 6,4 bilhões.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18650.13377-68

2ª PARTE - DELIBERATIVA

5

Aprova os textos das Emendas aos artigos 11 e 12 da Convenção que Estabelece a Agência Multilateral de Garantia para Investimentos (MIGA), adotadas pela Resolução nº 86, do Conselho de Governadores, em 30 de julho de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam aprovados os textos das Emendas aos artigos 11 e 12 da Convenção que Estabelece a Agência Multilateral de Garantia para Investimentos (MIGA), adotadas pela Resolução nº 86, do Conselho de Governadores, em 30 de julho de 2010.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão das referidas Emendas, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de março de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2018 (PDC nº 389, de 2016, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto das Emendas aos artigos 11 e 12 da Convenção que Estabelece a Agência Multilateral de Garantia para Investimentos (MIGA), adotadas pela Resolução nº 86, do Conselho de Governadores, em 30 de julho de 2010.



SF/18589.08828-08

RELATOR: Senador FERNANDO BEZERRA COELHO

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 23, de 2018, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, decorrente de Mensagem Presidencial nº 427, de 2015, que encaminha o texto das *Emendas aos artigos 11 e 12 da Convenção que Estabelece a Agência Multilateral de Garantia para Investimentos (MIGA), adotadas pela Resolução nº 86, do Conselho de Governadores, em 30 de julho de 2010.*

O Conselho de Governadores da MIGA – agência pertencente ao Grupo do Banco Mundial - aprovou, à luz da Resolução nº 86, acima referida, Emendas aos artigos 11 e 12 da Convenção que Estabelece a MIGA - Agência Multilateral de Garantia para Investimentos. A emenda ao artigo 11 prevê a supressão da exigência de pedido conjunto do investidor e do país anfitrião no tocante à concessão de cobertura a riscos específicos não comerciais.

Foi, assim, autorizada a aprovação pela Junta de Diretores, por maioria especial, da concessão da cobertura de riscos de caráter não comercial específico complementar.

Por sua vez, o artigo 12 emendado estabelece a permissão da cobertura de dívida autônoma no intuito de ampliar o processo para registro de investidores e expansão da cobertura de ativos existentes.

A emenda ao artigo 12 possibilitou a cobertura de dívida autônoma e a ampliação da cobertura de ativos existentes, bem como um maior alcance ao processo para registro de investimentos, ocasionando a expansão de modalidades de investimentos estrangeiros que proporcionam maior número de operações capazes de beneficiar os países em desenvolvimento.

O instrumento internacional em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, depois de passar pelo crivo das comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou o decreto legislativo resultante da Mensagem Presidencial; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Vindo ao Senado, foi a matéria encaminhada a esse colegiado e a mim distribuída para relatar. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Ela está de acordo com o art. 49, I, e com o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal.

Tampouco padece de vícios quanto à sua juridicidade.

No mérito, a Resolução nº 86, de 30 de julho de 2010, ao emendar a Convenção do Conselho de Governadores da Agência Multilateral de Garantia para Investimentos, visa modernizar seu mandato.



SF/18589.08828-08

No plano internacional, segundo informa a Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem Presidencial, as emendas já entraram em vigor desde 14 de novembro de 2010, noventa dias após a comunicação formal da aprovação necessária pelos países membros da Agência.

No plano interno, a efetiva alteração da Convenção da Agência depende da aprovação pelo Congresso Nacional e posterior promulgação pelo Presidente da República.

A análise sucinta da proposição e das emendas a serem por ela internalizadas no ordenamento jurídico pátrio não revela quaisquer óbices à sua aprovação pelo Congresso Nacional.

O que se busca, com a emenda à alínea (b) do artigo 11, é eliminar a exigência do pedido conjunto pelo investidor e pelo país anfitrião, para as autorizações à cobertura de riscos não-comerciais específicos complementares.

No caso das modificações ao artigo 12, o que se quer, conforme explica a Exposição de Motivos, é permitir a cobertura da dívida autônoma (stand-alone debt); ampliar o processo para registro de investidores e ampliar o alcance de ativos existentes.

A proposta de ampliação dos tipos de investimentos elegíveis para garantia pela MIGA permitirá que a Agência ofereça garantias para tipos de investimentos bastante utilizados na atualidade, mas que não eram cobertos pela MIGA, em especial a dívida autônoma. Esta ampliação do escopo irá aumentar o número de operações da Agência, isto é, o investimento em países em desenvolvimento.

Por outro lado, a possibilidade que se dá ao Conselho de Governadores de poder aprovar, por maioria especial, a ampliação das modalidades de investimento cobertas pela Agência facilitará a revisão do escopo de atuação da MIGA no futuro.

Em suma, as emendas em exame são essenciais para adequar o mandato da MIGA à nova realidade da indústria de seguros e do mercado financeiro, e não compromete a capacidade do Governo do país anfitrião de escolher as operações que deseja autorizar.



SF/18589.08828-08

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18589.08828-08

2ª PARTE - DELIBERATIVA

6

Aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, celebrado em Ancara, em 7 de outubro de 2011.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, celebrado em Ancara, em 7 de outubro de 2011.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de março de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador José Medeiros

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 30, de 2018 (nº 555/2016, na casa de origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), *que aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, celebrado em Ancara, em 7 de outubro de 2011.*



SF/18434.79817-01

Relator: Senador **JOSÉ MEDEIROS**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 373, de 12 de novembro de 2014, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, celebrado em Ancara, em 7 de outubro de 2011.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo decorrente da mensagem, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Foi também aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

A Mensagem presidencial foi apresentada em 14 de novembro de 2014; o Projeto de Decreto Legislativo da Comissão de Relações Exteriores teve sua introdução em 1º de dezembro de 2016; e a aprovação em plenário na Câmara Baixa deu-se em 28 de março de 2018.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Cuida-se de um acordo de cooperação na área de execução penal entre dois países que possuem razoável intercâmbio comercial, com potencial para crescer muito, e ainda incipiente relacionamento cultural e turístico. Seu objetivo é permitir, caso haja vontade do condenado, o seu traslado para o país de origem, com todas as vantagens humanitárias, sociais e econômicas que a medida pode propiciar.

Esse ato internacional, essencialmente de caráter humanitário, tem por objetivo, conforme articulado na Exposição de Motivos dos Ministros das Relações Exteriores e da Justiça, “proporcionar às pessoas privadas de liberdade, em razão de decisão judicial, a possibilidade de cumprirem sua pena em seus próprios países, onde estarão mais adaptadas social e culturalmente, além de mais próximas de suas famílias. Inscreve-se, portanto, em um sentido amplo de assistência jurídica, pois favorece a reinserção social das pessoas condenadas, um dos objetivos precípuos da pena para o ordenamento jurídico pátrio”.

O Acordo é composto por 21 artigos. No artigo 1º, são apresentados os conceitos jurídicos operacionais. Entre eles, o de “pena”, que se entende por uma punição definitiva que envolva privação de liberdade em razão de um crime, exarada em “sentença” igualmente definitiva. “Estado administrador” é aquele para o qual a pessoa condenada pode ser ou foi transferida, para fins de cumprimento de pena. “Estado sentenciador” significa o Estado no qual a pena foi imposta à pessoa que pode ser ou foi transferida.

O artigo 2º traz os princípios gerais da assistência bilateral, pelo qual as Partes se comprometem com a efetividade da cooperação mútua quanto à transferência de pessoas condenadas, que pode ser solicitada pelo Estado sentenciador ou pelo Estado administrador, após manifestação de interesse pela pessoa condenada a ser transferida ou por seu representante.

No artigo 3º, indicam-se como Autoridades Centrais responsáveis pela implementação do Acordo os respectivos Ministérios da Justiça. Ademais, define-se, no Brasil, o Ministério da Justiça como o órgão responsável pela decisão de aceitação ou recusa da transferência.



SF/18434.79817-01

O artigo 4º estabelece as condições para a transferência: a) a pessoa condenada a ser transferida deve ser nacional do Estado administrador; b) a sentença deve ser definitiva; c) o saldo da pena a ser cumprida deve ser de pelo menos 12 meses no momento do recebimento da solicitação; d) a transferência deve ser consentida pela pessoa condenada ou seu representante legal; e) os atos ou omissões pelos quais a pena tenha sido imposta devem constituir crime de acordo com a legislação de ambos os Estados (dupla tipicidade); f) as Partes devem anuir com a transferência; e g) a execução da pena deve ser compatível com a lei interna do Estado administrador.

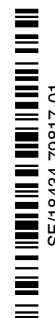
No artigo 5º, afirma-se a obrigação do Estado sentenciador e do Estado administrador de fornecimento de determinadas informações e documentos básicos, destinados à qualificação e ao cumprimento dos pedidos de transferência, sem embargo de outros que se considerem necessários.

O artigo 6º prescreve que as solicitações de transferências e respostas devem ser feitas por escrito e comunicadas pelas Autoridades Centrais, respostas devem ser feitas por escrito e comunicadas pelas Autoridades Centrais, sendo que qualquer das Partes pode recusar a transferência da pessoa condenada, cabendo a pronta comunicação de sua decisão.

No artigo 7º, reafirma-se a necessidade de consentimento da pessoa a ser transferida, que deve expressá-lo de modo voluntário e plenamente consciente de suas consequências, conforme a legislação ou procedimentos do Estado sentenciador, abrindo-se a oportunidade de verificação a representante autorizado do Estado administrador.

Como consequências da transferência da pessoa condenada e da execução da pena, o artigo 8º indica que, logo que as autoridades do Estado administrador assumam a sua custódia, a execução da pena fica suspensa no Estado sentenciador e torna-se nele inaplicável caso o Estado administrador a tenha por cumprida.

No artigo 9º, define-se que as autoridades do Estado administrador devem dar continuidade à execução da pena após a transferência, regendo-se o cumprimento da pena por suas leis e sendo sua a competência para decidir sobre aspectos e regimes da execução penal. Em respeito ao princípio do direito penal do *ne bis in idem*, a pessoa



condenada que tenha sido transferida para cumprimento de uma pena não pode ser julgada novamente ou condenada pelo mesmo crime.

O artigo 10 estatui as regras para o cumprimento continuado da pena e sua eventual adaptação. O Estado administrador deve respeitar a natureza legal e a duração da pena conforme a sentença definitiva exarada no Estado sentenciador, mas a pena deve, igualmente, ter duração exequível no Estado administrador ou ser adaptada para esse propósito. Caso a pena seja, por sua natureza ou duração, incompatível com a legislação do Estado administrador, este poderá, com o consentimento do Estado sentenciador e conforme o devido processo administrativo ou judicial, adaptá-la para uma sanção ou medida prevista em seu ordenamento jurídico e correspondente, tanto quanto possível, àquela contida na sentença original. Não se permite o agravamento da pena em sua natureza ou duração nem a extrapolação da pena máxima prevista pela lei do Estado administrador.

O artigo 11 preceitua que somente o Estado sentenciador possui competência para decidir sobre qualquer solicitação de revisão da pena.

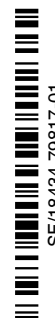
Conforme o artigo 12, qualquer decisão ou medida do Estado sentenciador que suprima os efeitos da execução da pena devem ser informados ao Estado administrador para que este cesse o seu cumprimento.

O artigo 13 estabelece os fundamentos para a prestação de informações relativas ao cumprimento da pena.

O artigo 14 trata do trânsito de pessoas condenadas transferidas com base em acordos com terceiros estados, bem como as hipóteses para sua denegação.

No artigo 15, define-se que as informações e pedidos devem ser fornecidos no idioma oficial da Parte destinatária, salvo se acordado de modo diverso.

Pelo artigo 16, acorda-se que as despesas incorridas exclusivamente no território do Estado sentenciador correm à sua conta, sendo de responsabilidade do Estado administrador qualquer outra despesa relacionada à transferência da pessoa condenada, salvo ajuste de modo diverso.



SF/18434.79817-01

Segundo o artigo 17, definem-se como meios de solução de controvérsia as consultas entre as Autoridades Centrais, as quais podem se desdobrar, se necessário, por via diplomática.

O artigo 18 preceitua que o Acordo se aplica à execução de penas impostas antes ou depois de sua entrada em vigor.

Os artigos 19 a 21 apresentam a cláusulas procedimentais do Acordo, definindo a forma da ratificação, entrada em vigor, duração e possibilidade de denúncia. O Acordo foi firmado em Ancara, em 7 de outubro de 2011, em dois exemplares, nos idiomas português, turco e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos, mas, no caso de divergência de interpretação, o texto em inglês deverá prevalecer.



II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade.

Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Para o Ministério da Justiça, cooperação jurídica internacional é, em sentido amplo, o intercâmbio internacional para o cumprimento extraterritorial de medidas processuais e executivas do Poder Judiciário de outro Estado.

Presentemente, a cooperação internacional evoluiu e também engloba a atuação administrativa do Estado, em modalidades de contato direto com os demais entes estatais.

Este Acordo insere-se no contexto da crescente demanda por mecanismos eficazes de cooperação jurídica internacional em matéria penal. Em particular, os instrumentos de transferência de pessoas

condenadas são de introdução relativamente recente no Brasil, sendo que o primeiro acordo com essa finalidade foi firmado em 1992, com o Canadá, e a primeira transferência desse tipo ocorreu em 2002.

Em primeiro lugar, quanto aos aspectos terminológicos trazidos no art. 1º do Acordo, observe-se que a versão portuguesa foi traduzida do inglês – língua oficial que deve prevalecer em caso de divergência de interpretação, conforme preceitua o fecho do Acordo. Ademais, o texto deste instrumento é, em grande parte, inspirado na Convenção Europeia sobre Transferência de Pessoas Sentenciadas, de 1983, aplicável a um grande número de países com diferentes tradições jurídicas. Também não se distancia do Acordo-Modelo das Nações Unidas sobre Transferência de Prisioneiros Estrangeiros, de 1985.

Com isso, o Acordo traz conceitos que devem sofrer uma integração interpretativa conforme o sistema de reconhecimento de sentenças estrangeiras, organização judiciária, processual e de execução penal dos Estados partes, sem que isso ameace a integridade e autonomia do seu direito processual e de execução penal ou a efetividade das avenças internacionais. Isso é garantido por cláusulas que condicionam a execução da pena à compatibilidade com as leis internas do Estado que recebe a pessoa condenada.

Nesse sentido, compreende-se que, no art. 1º do Acordo e para efeito de aplicação do instrumento, a alusão a “pena” deve remeter a uma punição definitiva e exequível (alíneas “a” e “c”) que envolva privação de liberdade em razão do cometimento de um crime a qual tenha sido determinada pela decisão condenatória definitiva de um Juízo (alínea “b”) ou de uma Corte (alínea “a”), decisão esta que se entende genericamente por “sentença” (alínea “b”), abstração generalizante utilizada até na Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, LVII.

Naturalmente, dentro do objetivo, finalidade e contexto do Acordo, balizas a guiar a interpretação e extração do significado de suas normas, conforme preceitua o art. 31 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, não se hão de encontrar dificuldade pelos operadores brasileiros do instrumento em compreender o sentido da expressão “sentença” como “decisão condenatória definitiva”, independentemente se prolatada por juiz individual ou resultante de julgamento colegiado de um tribunal ou órgão seu, desde que reunidos os requisitos do direito pátrio para o início ou continuidade da execução definitiva da pena (alínea “c”).



Em segundo lugar, consideramos não haver óbice ao caráter prevalentemente jurisdicional da execução penal no direito brasileiro. Além do quê, a matéria já se acha preliminarmente regulada no direito brasileiro pelos artigos 103 a 105 da Lei 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração).

Assim, o fundamento legal desse mecanismo específico de cooperação são os próprios acordos de transferência, uma vez internalizados, que passam a compor legislação extravagante e especial, paralela ao Código de Processo Penal e à Lei de Execução Penal, e a própria Lei 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração).

Cumpre observar que o apenado, uma vez transferido, submete-se normalmente ao juízo de execução penal do Estado administrador.

Quanto aos aspectos procedimentais da tramitação de pedidos de transferência ativa e passiva, compõem sua base normativa: os tratados sobre a matéria, o Decreto nº 8.668, de 2016, Anexo I, art. 10, incisos V e VI e a Portaria nº 572, de 11 de maio de 2016, do Ministério da Justiça. Conforme o disposto nesta Portaria, o juízo sobre a admissibilidade e mérito do pedido de transferência é feito por meio de processo administrativo que corre no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, cabendo ao Juízo de Execução competente a liberação da pessoa condenada, no caso dos pedidos de transferência ativa, ou a indicação de estabelecimento penitenciário que receberá a pessoa condenada, no caso de transferência passiva.

Outro aspecto desse instituto diz respeito à interação entre as jurisdições penais dos Estados Partes. No direito pátrio, prevalece o entendimento da prescindibilidade de homologação de sentença estrangeira quando existir procedimento específico, previsto em tratado ou convenção internacional, para a transferência de condenados do estrangeiro para o Brasil.

Embora a definição do órgão competente para homologação de sentença estrangeira seja de extração constitucional (art. 105, I, “i”, CF), os requisitos e procedimentos para atribuição de eficácia à sentença estrangeira são matéria de lei ordinária e podem, portanto, ser firmados por tratado comum. Exemplo disso é o art. 9º, do Código Penal, que impede a homologação de sentença penal estrangeira, senão para obrigar o



condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis; ou para sujeitá-lo a medida de segurança. Também o Ministério da Justiça adota a tese de separação da (1) aplicação da pena, que seria meramente administrativa, do (2) reconhecimento do julgamento penal que originou a sentença condenatória.

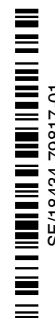
Além disso, ao contrário da extradição, a transferência só se consuma caso haja concordância da pessoa a ser transferida. A transferência deve ser compreendida, por um lado, como uma questão administrativa da execução, incluindo-se no rol das medidas protetivas dos direitos humanos e, por outro, como um aspecto da cooperação jurídica internacional, sujeita ao juízo de conveniência e oportunidade dos representantes legais dos Estados envolvidos.

O mecanismo adotado neste e em outros tratados do gênero firmados pelo Brasil adere ao sistema de aplicação indireta da lei processual penal estrangeira e de cumprimento contínuo da pena, no qual a sentença estrangeira aparece como um fato jurídico histórico, embora se requeira a dupla incriminação e a compatibilidade da execução da pena com as leis internas do Estado administrador (art. 4º, § 1º, g, do Acordo). Em consequência, o Estado administrador, que executa a sentença, embora não possa alterar seu conteúdo, aplicará a própria legislação de execução penal, o que se extrai, igualmente, do art. 9º, § 2º, do Acordo.

Com respeito ao instituto da adaptação de pena para conformação ao ordenamento jurídico do Estado administrador (art. 10, do Acordo), deve-se entender que se trata de um procedimento especial dentro das relações internacionais de cooperação judicial, possuindo natureza político-administrativa, o que se comprova pela necessidade de consentimento prévio do Estado sentenciador. Não envolve a conversão de sentença estrangeira e, portanto, a necessidade de jurisdicionalização.

O Estado sentenciador retém o direito exclusivo de decidir sobre qualquer solicitação de revisão da sentença (art. 11), mas, como sua execução passa ao outro Estado, deixa de poder executá-la, inclusive no caso de o Estado administrador considerar a pena cumprida.

Para a execução da pena no Estado administrador, sua natureza e duração estarão fixadas de antemão, incidindo normalmente os diplomas legais do Estado administrador sobre execução penal, inclusive progressão de regime de cumprimento de pena ou livramento condicional.



No que concerne à margem de discricionariedade das autoridades competentes para aprovar ou denegar os pedidos de transferência (art. 6º, do Acordo), deve-se compreender essa prerrogativa como decorrência da soberania estatal, como ato de soberania. É nesse sentido que apontam todos os demais acordos e convenções firmados pelo Brasil sobre transferência de pessoas condenadas.

Inexiste, assim, um direito subjetivo de transferência, apenas um direito de peticionamento voluntário, que se submete ao juízo de conveniência e oportunidade dos dois Estados envolvidos.

Quanto ao procedimento a ser seguido, cabe ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), do Ministério da Justiça, o juízo de admissibilidade do pedido e o trâmite de todos os processos administrativos para fins de transferência de pessoas condenadas (Decreto nº 8.668, de 2016, Anexo I, art. 10).

Como se verifica na Portaria MJ nº 572, de 2016, no endereço eletrônico do Ministério da Justiça e no Manual de transferência de pessoas condenadas (Ministério da Justiça, 2010), o estrangeiro que tenha interesse em ser transferido para cumprir o restante da sua pena em seu país de origem, deve encaminhar o pedido formal de transferência ao Ministério da Justiça, que entra em contato com os órgãos necessários para recebimento do restante dos documentos, em especial do Poder Judiciário, e remete o pedido à Autoridade Central do outro Estado. Caso a resposta seja positiva, o Estado administrador, após a liberação da pessoa condenada para fins de transferência pelo Juízo competente, providencia a retirada do seu nacional do território brasileiro, em local e dia acordado pelas Partes.

A entrega da pessoa estrangeira condenada aos policiais de seu país de nacionalidade poderá ocorrer concomitantemente à efetivação da sua expulsão, uma vez que o processo administrativo para fins de expulsão tramitará paralelamente ao processo administrativo de transferência. As despesas com a transferência correm por conta do Estado que irá receber nacional seu condenado no exterior.

O brasileiro que cumpre pena no exterior, além de fazer a solicitação ao país em que se encontra, também pode encaminhar o pedido de transferência para o Ministério da Justiça, que informa a vontade do brasileiro ao outro país. O pedido de transferência deve ser aprovado pelos dois Estados envolvidos, nos termos do Acordo. Em caso de denegação, há necessidade de pronta comunicação à contraparte. O brasileiro condenado



no exterior que pede transferência para cumprir sua pena no Brasil tem seus documentos encaminhados ao Juiz da Vara de Execuções Penais onde residam os seus familiares, que providencia vaga em estabelecimento prisional brasileiro.

Estabelecida a compatibilidade desse mecanismo de cooperação internacional com o ordenamento jurídico brasileiro, resta-nos concluir que o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, celebrado em Ancara, em 07 de outubro de 2011 é exequível e compatível com os valores da segurança jurídica e do devido processo legal.

Seu fundamento material encontra-se no (i) custo financeiro da gestão da população prisional estrangeira; (ii) na irracionalidade da execução penal dirigida ao preso estrangeiro, cuja finalidade é a reinserção social do condenado, quando, ao final, ele é transferido para o seu país de origem; (iii) na responsabilidade última do Estado na execução da pena relativa a nacional seu, pois faz parte da responsabilidade pela violação da ordem jurídico-penal de outro Estado; (iv) no princípio da humanidade, que exige minorar o sofrimento de quem se encontra encarcerado e distante de seu círculo familiar e cultural. Assim, a transferência visa a fomentar a cooperação mútua em matéria penal, a boa administração da justiça, mas, sobretudo, promover ou facilitar a reabilitação ou reinserção social da pessoa condenada.

III – VOTO

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do tratado em apreço, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18434.79817-01

2ª PARTE - DELIBERATIVA

7

Aprova o texto do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina, celebrado em Montevidéu, em 20 de dezembro de 2011.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina, celebrado em Montevidéu, em 20 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

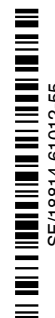
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS , de março de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2018 (PDC nº 775, de 2017, na origem), da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que *aprova o texto do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina, celebrado em Montevidéu, em 20 de dezembro de 2011.*



Relator: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 262, de 2016, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e o Estado da Palestina, celebrado em Montevidéu, em 20 de dezembro de 2011. Acompanha o referido texto a Exposição de Motivos Interministerial nº EMI 00114/2016 MRE /MDIC/ MDA /MAPA/ MF.

Por força do disposto no artigo 3º, inciso I e no artigo 5º, inciso I, da Resolução nº 1, de 2011-CN, a referida Mensagem Presidencial foi inicialmente apreciada e aprovada pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que elaborou o projeto de decreto legislativo dela decorrente. A matéria foi, em seguida, apreciada pelas seguintes comissões da Câmara dos Deputados: de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, nos termos do parecer da eminente relatora, Deputada Bruna Furlan, com emenda, foi o texto em exame acatado também pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo esta última decidido pela

constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto. Aprovada pelo Plenário da Câmara, a matéria veio ao Senado Federal, onde foi encaminhada a esse colegiado e a mim distribuída para relatar.

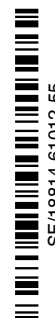
Cumprе destacar que a emenda proposta pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e acolhida pelo Plenário, corrige a redação do parágrafo único do art. 1º, que determinava estarem sujeitos à aprovação do Congresso Nacional apenas as alterações ao acordo que acarretassem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. A emenda aperfeiçoa o projeto de decreto legislativo ao determinar que devem ser submetidos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do acordo, ainda que não impliquem encargos ao patrimônio nacional.

O Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina foi adotado por meio da Decisão Nº 35/11 do Conselho do Mercado Comum, durante a XVII reunião daquele órgão, realizada em Montevideu, em 20 de dezembro de 2011.

Está versado em 13 (treze) Capítulos, cujos dispositivos se estendem ao longo de 408 (quatrocentos e oito) páginas. Conforme observou o nobre Deputado Heráclito Fortes, autor do relatório emitido pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, a enumeração dos artigos do acordo não obedece a uma sequência numérica geral, como acontece usualmente nos textos internacionais – sendo ela, ao invés, reiniciada a cada novo capítulo. Há, assim, vários Artigos 1 – o Artigo 1, do Capítulo 1; o Artigo 1, do Capítulo 2, e, assim, sucessivamente, até o Artigo 1 do Capítulo XIII.

O Acordo é formado por Preâmbulo, treze Capítulos e oito Anexos. O Capítulo I trata de disposições iniciais, especificando que as “Partes Contratantes” são o Mercosul e a Palestina; mas as “Partes Signatárias” são a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e a Palestina. O Artigo 2 faz referência ao Artigo XXIV do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), de 1994, que estabeleceu as condições a serem observadas pelos Estados Partes para a formação de áreas de livre comércio e uniões aduaneiras. Também o Capítulo II, ao estipular as disposições gerais a regerem o presente acordo, novamente faz referência às normas norteadoras do GATT.

O comércio de bens é tratado no Capítulo III, em cujo artigo 3 estipula-se que a tarifa-base para as sucessivas reduções tarifárias estabelecidas



SF/18814.61012-55

no acordo será a tarifa de Nação Mais Favorecida aplicada por cada Parte em 20 de dezembro de 2011. Ademais, são firmadas regras sobre a cesta de desgravação tarifária nas seguintes categorias: A (desgravação imediata), B (quatro anos), C (oito anos), D (dez anos) e E (quotas ou margens de preferência). As listas de concessões do Mercosul e do Estado da Palestina encontram-se, respectivamente, nos Anexos I e II desse Capítulo. Dos produtos ofertados pelo Mercosul, segundo ressalta a Exposição de Motivos, aproximadamente 25,9% foram em Cesta A, 10,2% em Cesta B, 37,4% em Cesta C, 26% em Cesta D e 0,5% em Cesta E, sendo que o Mercosul ofertou em Cesta A produtos de interesse exportador palestino, tais como azeite de oliva, produtos alimentícios, pedras e mármore.

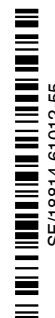
O Capítulo IV dispõe sobre regras de origem para a implementação do Acordo e Certificados de Origem, bem como apresenta três Anexos sobre o assunto. No Capítulo V são estipuladas diretrizes sobre salvaguardas bilaterais para o caso de dano grave ou de ameaça de dano grave à indústria doméstica no caso de importações da outra Parte incentivadas pelo Acordo. A Parte afetada poderá, no grau mínimo necessário para reparar o dano, suspender as reduções adicionais da tarifa aduaneira sobre o bem importado ou aumentar a sua tarifa aduaneira.

O Capítulo VI versa sobre regulamentos técnicos, normas e procedimentos de avaliação e conformidade, para haver cooperação nas áreas de normas, metrologia, avaliação de conformidade e certificação de produtos com o objetivo de eliminar barreiras técnicas ao comércio e de promover normas internacionais harmonizadas em regulamentos técnicos. No Capítulo VII são tratadas medidas sanitárias e fitossanitárias para facilitar o comércio de animais e produtos de origem animal, plantas e produtos de origem vegetal, artigos regulados ou quaisquer produtos que requeiram medidas sanitárias e fitossanitárias incluídos no Acordo e para, ao mesmo tempo, proteger a saúde humana, animal e vegetal.

O Capítulo VIII regula a cooperação técnica e tecnológica, determinando que as Partes estabelecerão mecanismo de cooperação tecnológica para desenvolver seus setores industriais e infraestruturas.

O Capítulo IX estabelece um Comitê Conjunto, no qual cada Parte estará representada. A publicação e a notificação são preceituadas no Capítulo X, segundo o qual cada Parte designará um ponto de contato para facilitar as comunicações relativas ao Acordo.

O Capítulo XI trata da questão da solução de controvérsias, ao prever regras para: negociação direta entre as Partes; consulta no âmbito do



SF/18814.61012-55

Comitê Conjunto; pedido de mediação por acordo mútuo; invocação da Organização Mundial do Comércio (OMC) como foro, no caso de a Palestina se tornar membro do Organismo; e solicitação de procedimento por meio de Tribunal Arbitral. O Capítulo XI apresenta Anexos I e II, sobre código de conduta e termo de compromisso para árbitros e sobre regras de procedimento do referido Tribunal. O Capítulo XII resolve sobre exceções, enquanto o Capítulo XIII expõe disposições finais.

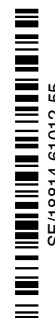
II – ANÁLISE

O ato internacional em pauta é o terceiro acordo de livre comércio do Mercosul com um parceiro extrarregional. Sua celebração reflete o compromisso dos Estados Partes do Mercosul de negociar de forma conjunta acordos de natureza comercial com terceiros países ou blocos de países extrazona, nos quais se outorguem preferências tarifárias.

Ademais do presente acordo com a Palestina, o Mercosul celebrou outros acordos extrarregionais de livre comércio ou de preferências comerciais. Entre eles, estão vigentes o Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel (2011); o Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-Índia (2009); o Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-União Aduaneira da África Austral – SACU (2016); e o Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito (2017).

Cabe recordar que a assinatura do presente ato internacional foi precedida pela conclusão do Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o Mercosul e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina, em 16 de dezembro de 2010, em Foz do Iguaçu. O lançamento de negociações para a conclusão de um acordo de livre comércio entre as duas Partes adquiriu impulso com o reconhecimento do Estado Palestino por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, entre dezembro de 2010 e março de 2011.

A estrutura de desgravação estipulada pelo acordo está organizada em cinco categorias, a saber:



SF/18814.61012-55

Categoria A: tarifas aduaneiras eliminadas na entrada em vigência do acordo.

Categoria B: tarifas aduaneiras eliminadas em quatro partes iguais – a primeira na vigência do acordo e as demais no dia primeiro de janeiro de cada ano subsequente.

Categoria C: tarifas aduaneiras eliminadas em oito partes iguais – a primeira na vigência do acordo e as outras no dia primeiro de janeiro de cada ano subsequente.

Categoria D: tarifas aduaneiras eliminadas em dez partes iguais – a primeira na vigência do acordo e as outras no dia primeiro de janeiro de cada ano subsequente.

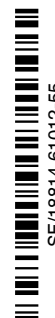
Categoria C: tarifas aduaneiras sujeitas a preferências, conforme especificação para cada item tarifário, na entrada em vigência do acordo.

Ressalte-se que a liberalização do comércio bilateral não será ampla e irrestrita. Estará ela circunscrita aos produtos listados nos Anexos I e II do artigo 3 do capítulo III, sendo que as mercadorias não relacionadas nestes dois Anexos permanecerão sujeitas às regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Por outro lado, alguns produtos de particular interesse palestino, tais como azeite de oliva, produtos alimentícios, pedras e mármore, foram incluídos na cesta de desgravação imediata.

Em 2017, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Palestina totalizou US\$ 27,06 milhões, composto principalmente, por exportações brasileiras de carne bovina, mas espera-se que o fluxo de comércio venha a atingir maior equilíbrio a partir do momento em que o acordo ora sob exame ganhe vigência, uma vez que se estima que a Palestina poderia exportar produtos agrícolas ao Cone Sul de forma competitiva.

O acordo em tela é parte da estratégia de abranger o Oriente Médio como parceiro comercial preferencial dos países do Mercosul, em consonância, inclusive, com as tradicionais diretrizes da política externa brasileira concernente à Palestina.

Com efeito, o nosso País estabeleceu relações com a Palestina em 1975, quando a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), na qualidade



SF/18814.61012-55

de movimento pela libertação nacional, foi autorizada a designar representante em Brasília. Em 1993, o Brasil autorizou a abertura da Delegação especial palestina em Brasília, sendo o seu status equiparado ao de uma Embaixada em 1998. Em 2004, foi aberto o Escritório de Representação do Brasil em Ramalá. A partir do reconhecimento do Estado da Palestina pelo Brasil em 2010, a Delegação especial passou a chamar-se Embaixada da Palestina.

Paralelamente, cumpre recordar que as negociações extrarregionais do Mercosul contribuem para a diversificação e a ampliação de mercados para as exportações brasileiras, fortalecendo a competitividade interna e externa dos setores produtivos nacionais e também dos demais países do Mercosul.

III – VOTO

Com base no exposto, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo Nº 34, de 2018, que aprova o texto do “Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e o Estado da Palestina”, celebrado em Montevideu, em 20 de dezembro de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18814.61012-55